

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

**ANUÁRIO DO MUSEU IMPERIAL**

Volumes XXI a XXXI



PETRÓPOLIS  
1960 - 1970



## ÍNDICE

- Apresentação, **5**
- O Plano de Koeler, **7**
- Curso D. Pedro II* – D. Pedro II julgado por alguns estrangeiros seus contemporâneos, **15**
- Pedro II e a navegação fluvial, **28**
- D. Pedro e o Parlamentarismo, **46**
- Apêndice I, **59**
- Apêndice II, **63**
- Pintura e escultura no reinado de dom Pedro II, **65**
- D. Pedro II e a literatura nacional, **77**
- A imprensa no reinado de Pedro II, **94**
- D. Pedro II e a República, **118**
- A maioria, **132**
- Alcindo Sodré* – homenagem no seu 75<sup>o</sup> aniversário, **148**
- O professor, **149**
- O historiador, **156**
- O fundador e o prest. do Instituto Histórico de Petrópolis , **162**
- O primeiro diretor do Museu, **168**
- Noticiário – 1960/1970, **173**



## **Apresentação**

*Preocupou-se a atual direção do Museu Imperial, em 1967, em colocar em dia a publicação do Anuário, cujo último volume publicado, XVIII, correspondia ao ano de 1957, além de dois novos números que se arrastavam no prelo, referentes a 1958 e 59, volumes XIX e XX.*

*Assim, deu-se pressa em acelerar a impressão desses volumes, distribuídos, afinal, em 1970.*

*Para recuperar o atraso de dez anos, em que estava o Anuário, tomou a iniciativa a publicar o presente volume que corresponde ao decênio de 1960-1970, abrangendo os volumes XXI a XXXI.*

*Compõem este volume a conferência proferida pelo engenheiro Guilherme Pedro Eppinghaus sobre o Plano de Koeler e a reprodução da série de palestras proferidas no Curso d. Pedro II, realizado pelo Museu Imperial para comemorar os 130 anos da maioridade do imperador, bem como os 30 anos desta repartição.*

**Lourenço Luís Lacombe**

Diretor



## O plano de Koeler \*

A escolha do tema foi imposta pela dúvida levantada sobre o alvorecer da história de Petrópolis.

Se, por vezes, escritores tratam com benevolência figuras e fatos da história, fugindo assim à realidade, outros há que aplicam a malevolência, praticando um mal por vezes irreparável. A história de Petrópolis sofreu, lamentavelmente, os efeitos da malignidade, a que interesses inconfessáveis davam campo e medraram os males como cresce a erva-daninha.

A própria chegada dos colonos foi manchada por correspondência atribuída ao Pastor Stroele e publicada. Nela não foram poupadas as autoridades brasileiras, nem houve moderação ao descrever inverdades que atingiram Koeler, os colonos e suas famílias.

O plano de Koeler foi também criticado, houve referências a planos anteriores que fracassaram, não houve restrições na aplicação da maldade e inúmeras inverdades foram inventadas.

É indispensável que sejam expurgados os erros, inclusive os conseqüentes de comentários referentes a esta ou aquela imprevisão, feitos apressadamente.

Só a análise tranqüila coloca tudo nos devidos lugares, e é o que neste conjunto de apreciações será tentado, com as deficiências e falta de autoridade que o culto e distinto auditório suprirá, com a benevolência que o caracteriza.

---

\* Conferência pronunciada na sessão solene do Instituto Histórico de Petrópolis, a 28 de junho de 1969, no auditório do Museu Imperial, durante as comemorações do 124º aniversário da colonização de Petrópolis.

Falar sobre a data que hoje comemoramos seria repetir o que muitos ilustres historiadores já descreveram, como resultante de suas pesquisas e dos conhecimentos legados também através das recordações dos velhos colonos e seus descendentes. Entretanto, dentro dos limites razoáveis, é bom referir que, depois das acidentadas travessias dos imigrantes, tem início o trabalho concreto das realizações.

Como muito bem escreveu Alcindo Sodré, no capítulo “Quando Petrópolis amanhecia”, publicado em 1950 na *Revista do Instituto Histórico de Petrópolis*: “Petrópolis nasceu com a constru o do Palácio Imperial”.

O major Koeler concebera o plano que serviria de orienta o   forma o e desenvolvimento da cidade que hoje conhecemos como original entre os demais. Ao examinar as realiza es que obedeceram o projeto, os documentos que regularam o crescimento com as condi es de uso e a legisla o geral então vigente, conclui-se que o plano previa, com antevisão de mais de um século, a dilata o horizontal da cidade, expandindo-se pelo vale do rio Piabanha e seus afluentes para montante e, em futuro para ele ainda remoto, para jusante do maior rio que banha o município.

  de admitir-se –  , aliás, certo que, não fora o acidente ocorrido em 1847 que teve como conseqüência a morte de Koeler, no dia 21 de novembro, prosseguiria este no estudo e, quanto possível, no encaminhamento da expansão pelo mesmo sistema, completando deste modo a planta que iniciou e muito adiantou.

Koeler idealizou, também estribado na exigência contratual de 1843, contida no decreto de arrendamento, a constitui o de uma colônia agrícola. S. M. d. Pedro II, embora não fosse glut o, nem por atavismo, previu a necessidade de não são abastecer o povoado, mas, ainda, de garantir consumo próprio das colônias e elementos de trabalho nas áreas intermediárias, pois nelas se instalariam os artesãos das obras a realizar.

De acordo com o que fora contratado, Koeler fundou a divisão no princípio básico da circunda o das áreas de consumo local pelas de produ o em rela o ao previsto centro urbano. Koeler aproveitou a circunstância incalculável de terem vindo artífices de todos os

gêneros, para cumprir também o dispositivo da segunda exigência, que dizia respeito à construção do palácio de veraneio da família imperial. Pelo respeito que dispensava ao cumprimento das obrigações assumidas e pela importância da obra, deu início desde os primeiros passos, à construção desse palácio.

Em todas as obras foram de pronto aproveitadas as habilitações dos colonos recém-chegados; entre eles havia conhecedores do aproveitamento de toda a sorte dos ainda restritos recursos locais, entre eles o granito, madeiras, argilas, areia e outros, que a natureza oferecia com abundância e boas espécies.

Na circunvizinhança da primeira obra projetada foram erguidas as residências e os palácios, por seqüência das exigências mais imediatas. Foram, por outro lado, reservadas as áreas para construção da matriz, quartel de Bragança, praças, administração e as faixas para ruas, estradas, caminhos e canais.

A mais segura prova do acerto com que Koeler elaborou o plano sob o ponto de vista urbanístico é tirada no confronto da planta original de 1846 com a regulamentação posterior, que foi impressa nos títulos de aforamento e subscrita em 01/04/1846 por José Maria Velho da Silva, cujas instruções mereceram forma para execução do decreto imperial de 16/03/1843, que manda aforar terras em Petrópolis. O primeiro ponto importante observado na pesquisa contém a argüição relativa ao tempo e ao modo empregados por Koeler, face ao volume da realização, ou melhor: quando e de que modo conseguiu Koeler tanto em tão pouco tempo?

Antes do trabalho de gabinete, foi necessário, e isto é indiscutível, a obra material e gigantesca de conhecimentos dos vales pelo talvegue, da orografia pelas cumeadas e a formação geológica da área em estudo. Não foi simplesmente olhando e sentindo os acidentes topográficos, mesmo porque as cabeceiras, e na maior parte os rios e córregos, tinham suas superfícies cobertas de densas matas. Necessário foi o levantamento, incluindo altitudes e pesquisa da formação das estruturas rochosas e os revestimentos de terras onde se mantinham as florestas exuberantes. Com que recursos e equipamento contava Koeler para tudo isto, é ponto ainda não conhecido de todo.

É fora de dúvida que o levantamento foi feito, bastando olhar para a planta e ler o regulamento da povoação. Com que instrumentos contou Koeler? Não há referência, nem foram encontrados elementos que esclareçam o detalhe; provavelmente o emprego da bússola, podômetro e aneróide nos reconhecimentos expeditos; o taqueômetro e nível nos levantamentos e talvez o clinômetro nas seções. Os trabalhos de levantamento, desenho e projeto, feitos simultaneamente, iniciados depois de 16/03/43, data do decreto que determina o aforamento, ficaram esboçados no correr de 1846. A planta contém rios e afluentes, ruas e praças, estradas e caminhos, os prazos em que foram subdivididos os quarteirões, os terrenos reservados à construção da matriz, do Palácio Imperial, à administração etc., tudo dentro da área levantada e desenhada em escala. Com detalhes podem ser vistos no desenho os cursos dos rios Piabanha, o principal, e os afluentes:

1. O *Avé-Lallemant*, que corta a parte alta do Bingen, paralelamente à rua Darmstadt, conflui na margem direita do Piabanha;
2. O *Alpoim*, que corre pelo vale do Ingelhein paralelamente à rua do mesmo nome;
3. O *Paulo Barbosa*, pelo vale do quarteirão Mosela ao longo da rua que tem este nome;
4. O *Simonsen*, que conflui na margem esquerda do Paulo Barbosa, desce pelo vale da contra-vertente da rua Kopke, mais tarde cognominado Quarteirão das Bananeiras;
5. O *Almeida Torres*, que conflui na margem direita do rio Quitandinha, hoje canalizado ao longo da anteriormente denominada rua de Joinville – hoje Ipiranga;
6. O *Lomonosoff*, afluente da margem direita do Palatino, canalizado ao longo das ruas João Caetano e Benjamin Constant, desaguando na rua Caldas Viana, antigamente denominada Toneleros e Porciúncula;

7. O *Palatino*, que atravessa o Palatinado Superior, conflui no Quitandinha no local conhecido como Bacia, no centro da rua do Imperador, hoje avenida 15 de Novembro, onde está situada a Praça D. Pedro II, cuja denominação já foi Imperador e Dom Pedro de Alcântara;

8. O *Limpo*, que corta em parte o Quarteirão Palatinado Superior, conflui na margem esquerda do Palatino, no início da rua Augusto Severo;

9. O *Gusmão*, conflui no Palatino no local onde foi projetada a Praça de Woerstadt;

10. O *Ribeiro*, atravessa a parte alta do Quarteirão Castelânea, conflui no rio Aureliano, pouco acima da barra do Verna;

11. O *Verna*, que conflui na margem esquerda do rio Aureliano;

12. O *Aureliano*, que conflui na margem direita do Quitandinha, corre ao longo das ruas Sargento Boening, Cardoso Fontes e Saldanha Marinho, desaguando no local conhecido por Duas Pontes;

13. O *Theremin*, afluente da margem direita do Saturnino;

14. O *Saturnino*, afluente da margem direita do rio Quitandinha;

15. O Quitandinha, atravessa os quarteirões Siméria, Renânia Central, Renânia Inferior e a Vila, conflui no Piabanha na projetada Praça de Coblenz, no Palácio de Cristal;

16. O *Cavalcanti*, que tem confluência na margem esquerda do rio Quitandinha, na projetada Praça de S. Coar.

Como se verifica são 16 os afluentes e mais o principal, portanto 17 os cursos de rios e córregos levantados e desenhados. Outros, que constam em outras fontes de informação, não chegaram a ser representados na planta original. Sobre essa base, isto é, ao longo dos vales, foram projetados os acessos aos prazos. Estes foram divi-

dados em 4 classes, 1<sup>a</sup>, 2<sup>a</sup>, 3<sup>a</sup> e 4<sup>a</sup> a partir da Vila, que foi destinada ao centro urbano.

O modo pelo qual foram distribuídos e fixados os direitos e deveres dos foreiros, foi especificado na já referida portaria de 20/03/1847 que alterou a de 01/04/1846. Já havia, portanto, nesta data, instruções para execução do decreto imperial de 16/03/1843.

Fica assim examinado o primeiro ponto de importância, relativo ao tempo e ao modo empregados por Koeler no seu plano.

Pelas dificuldades próprias dos recursos na época disponíveis, o tempo gasto, foi mínimo para a qualidade do trabalho feito.

O segundo ponto também importante pode ser examinado nas instruções alteradas pela portaria de 20/03/1847, cujos detalhes as aproximam dos de um Código de Posturas e podem ser considerados como o limiar para o primeiro código que data de 31/03/1893. Por ele fica comprovado o que Koeler pretendia atingir.

Mas voltando ao disposto nas instruções, pelo seu art. 2<sup>o</sup>, os prazos de 1<sup>a</sup> classe se destinariam à povoação próxima ao Palácio Imperial, com frente para ruas e praças, tendo 5 até 10 braças de testada e 70 de fundo.

Pelo art. 3<sup>o</sup>, os prazos de 2<sup>a</sup>, isto é, os próximos da povoação e os colaterais à estrada geral, com exceção dos reservados à 3<sup>a</sup> classe, pagariam o foro de 15 réis por braça quadrada superficial. Este valor unitário corresponde à metade do foro de 1<sup>a</sup> classe. Pode-se concluir assim que sua importância diminuía na proporção do afastamento em relação ao centro urbano, considerado mais nobre pelo valor das residências e das casas comerciais.

Pelo art. 4<sup>o</sup>, os prazos de 3<sup>a</sup> classe, terrenos colaterais à calçada já existente no alto da serra, com 15 braças de frente e até 100 de fundo, pagariam foro de 100 réis por braça superficial.

Pelo art. 5<sup>o</sup>, em toda parte restante e principal da fazenda, a divisão era feita em quarteirões de 30 a 200 prazos, maiores que os anteriores. Nestes, que eram os mais próximos da povoação e do

alto da serra, a divisão foi prevista de um modo geral com 5.000 braças, e os mais longínquos até 15.000 braças superficiais pagando o foro de 5 réis.

Observemos esses detalhes e mais os contidos no art. 6º, que condicionava a reserva nos altos das montanhas e colinas das matas necessárias à conservação das águas, além das destinadas às edificações imperiais, edifícios, praças, ruas, caminhos, pontes e cemitérios, entendido por *edificações imperiais e edifícios*, as obras destinadas a serviços públicos, como represas, mirantes, pavilhões e outras.

A dedução lógica do conteúdo especificado é de que Koeler teve profunda preocupação com a devastação das matas, erosão nas encostas e suas conseqüências danosas com o escoamento das grandes precipitações pluviométricas, que já na época se faziam sentir com as chuvas de verão, mesmo sem os resultados altamente prejudiciais dos tempos que correm, aliás, previstas por Koeler, que pretendeu preveni-las com a regulamentação anteriormente referida. Atentando para as dimensões dos lotes, principalmente para sua profundidade, preservação das matas e restrições ao uso do alto das montanhas, quis Koeler evitar a corrida da capa arborizada.

Foi a subdivisão em profundidade, processada muito posteriormente, a causadora dos ferimentos nas montanhas, motivo das corridas de terras, vulgarmente conhecidas por barreiras, porque de um modo geral os terrenos íngremes têm estrutura rochosa cuja textura impermeável permite a formação de um plano de escorregamento, tanto mais grave quanto mais inclinado.

É do disposto pelo § 7º do art. 15 que cresce de valor a medida preventiva, quando especifica: “Não é permitida alienação parcial do prazo, senão em proporções de 5 braças de frente com fundo total respectivo, precedido ainda de licença, portanto dependente da aprovação do superintendente”. Assim era encarecida a questão da divisão dos prazos; não havia seccionamento em profundidade. Era a proteção natural das encostas o ponto crucial visado.

Muitos outros pontos relevantes foram também encarados com seriedade, competência e descortínio.

Parece irrisório, mas é fundamental, quando, no art. 8º, ficou especificado que “só serão aforados a pessoas conhecidas, de boa conduta e que ofereçam garantias de edificar e cultivar, nunca mais de um prazo ao mesmo indivíduo, exceto quando se obrigue a alguma empresa de notória utilidade pública”. “Todavia o que possuir um prazo de 1ª, 2ª ou 3ª classe pode obter mais 1 de 4ª”. Donde se infere que Koeler prevenia a presença de “maus elementos” e previa a penetração da propriedade de recreio na zona rural.

Não era, por outro lado, infenso ao crescimento vertical moderado, limitando a altura das construções em função da largura dos logradouros, dando-lhes pé direito mínimo de acordo com a utilização.

Nas ruas, estradas e caminhos, além das larguras mínimas, foram determinadas as declividades máximas.

O plano de Koeler tem muito de bom, tem muito de humano, nele foi observada a face social, foram examinados os princípios de higiene, o turismo e o fenômeno da ordem e do progresso.

*Guilherme Pedro Eppinghaus*

## Curso D. Pedro II

### D. Pedro II julgado por alguns estrangeiros seus contemporâneos

Longo como foi o reinado de d. Pedro II é natural que durante esses muitos anos o Brasil fosse visitado por não poucos estrangeiros, não só notáveis, como o erudito Gobineau, o sábio Agassiz, o brilhante orientalista Burton, mas de menor porte – medianos, medíocres até. Estrangeiros cuja curiosidade de gente representativa da melhor burguesia européia e anglo-americana da época, voltou-se para a figura de tão surpreendente monarca, dela destacando aspectos aos seus olhos tão significativos quanto inesperados. Surpreendente, em primeiro lugar, a personalidade do segundo imperador do Brasil, pelo simples fato de existir: se o Brasil, como monarquia, era “planta exótica” numa América maciçamente republicana, exótico, esquisito seria também, aos olhos de vários desses estrangeiros, aquele que encarnava essa singularidade. Este o espanto de não poucos dentre eles: encontrarem na América um não só Bragança como Habsburgo, azulíssimo de sangue, e este, em parte germânico, a governar um dos mais vastos países do continente americano, com essa única exceção, republicano. Todo republicano.

Surpreendente, também, era Pedro II pelo seu modo, quer de ser monarca, em particular, quer de ser chefe de Estado, em geral, em agudo contraste tanto com vários dos monarcas, europeus e não-europeus, seus contemporâneos ou seus predecessores como com os caudilhos, os presidentes-generais, os presidentes autocráticos, os presidentes demagógicos, os rigidamente doutrinários, os intransigentemente clericais, os déspotas, os tiranos, os exploradores das suas gentes, que então governavam ou desgovernavam repúblicas no continente americano. Pois como monarca, Pedro II era de tal modo – assim foi desde adolescente – a negação do tipo convencional de rei ou de imperador que com a sua sobrecasaca e a sua

cartola de simples burguês, com seus excessos civis, com seus exageros paisanos, chegou a decepcionar estrangeiros da mesma maneira que a desapontar nativos sequiosos por aquela “majestade da realeza” da frase arguta e célebre de Joaquim Nabuco. Chefe de Estado no continente americano, e de origem em parte germânica, Pedro II foi – sublinhe-se o fato – homem-surpresa, pela sua como que herética aparência ou conduta renitentemente paisana, civil, acadêmica, pouco ou nada marcial, numa América excessivamente glorificadora, quase toda, na sua parte latina, de presidentes tão marciais, eqüestres, pomposos, quanto pouco letrados, pouco acadêmicos e até incivis em vez de apenas pouco civis. O anti-rei, talvez para tornar-se americano, tornou-se em d. Pedro II por vezes antiamericano, com seus excessos paisanos, cinzentos, filosóficos, e sob certos aspectos, antigermânico.

Que reações ao seu modo de ser monarca, de ser chefe de Estado de certo modo clássico em terra americana e até tropical, suscitaria d. Pedro II entre estrangeiros de tipo médio – evitados os excepcionais – que visitaram o Brasil durante seu reinado? O tema é para livro e não apenas para conferência. Pelo que, aqui apenas serão recordados alguns testemunhos de estrangeiros daquele tipo e só daquele tipo sobre a personalidade do segundo imperador do Brasil.

Já muito se tem escrito sobre as relações de Pedro II com o helenista Gobineau. Não faltam comentários à amizade intelectual que o prendeu ao humanista protestante rev. Fletcher. Sabe-se bastante do seu convívio com o naturalista Agassiz: suíço naturalizado cidadão dos Estados Unidos. Estrangeiros superiores pela inteligência e pelo saber.

Entretanto, está ainda por ser feito – repita-se – um estudo geral, panorâmico, de suas relações com outros estrangeiros menos intelectuais, ou apenas intelectualizados: de menor porte ou de menos renome que um Gobineau ou que um Agassiz ou que um Burton ou mesmo que um Fletcher. Suas opiniões de Pedro II, depois de algum contato com ele ou com o Império marcado pela sua presença literalmente real ou pelo seu poder por vezes mais que moderador – opiniões de homens médios –, não deixam, por isto, de ter importância, ou significado, para uma interpretação mais ampla de per-

sonalidade tão representativamente brasileira nuns aspectos, quanto estranha às circunstâncias nacionais de tempo e de espaço, noutros aspectos. Por essas coincidências e por essas dessemelhanças, Pedro II é uma personalidade que, analisada e compreendida como personalidade, concorre para uma mais exata compreensão do Brasil de sua época.

O suíço Charles Pradez – bom exemplo de europeu médio – cidadão de Vevey, veio para o Brasil em 1843. Aqui residiria toda uma vida. Após vinte e cinco anos de Brasil, escreveu o seu *Nouvelles Études sur le Brésil*, publicado em Paris em 1872.

Um dos seus depoimentos mais interessantes sobre o Brasil de Pedro II é o que o inclui entre os vários estrangeiros para os quais a condição do escravo negro em nosso país não se apresentava infernal mas, ao contrário, surpreendentemente satisfatória do ponto de vista do seu bem-estar, quer físico, quer psicológico. Viu em fazendas patriarcais, escravos negros francamente felizes. E no seu livro põe em destaque o triunfo alcançado pelo negro Carlos Gomes como evidência de que, no Brasil de Pedro II, ao descendente de negro não faltavam de todo oportunidades de sucesso. A propósito do que lembra que também na Rússia havia já casos semelhantes: o do escravo negro Abraham Petrovich Gannipal, entre eles. Adquirido na Turquia, no meado do século XVIII, pelo então embaixador russo, que era um Tolstoi, chegaria a chefe do Estado-Maior do Império, pelo seu gênio matemático e sua personalidade de líder. No Brasil, a seu ver, eram impressionantes as demonstrações de capacidade intelectual superior que vinham sendo dadas por descendentes de negro: “ici c’est parmi eux qui se trouvent les meilleurs orateurs, les meilleurs médecins, les professeurs les plus distingués, les journalistes les plus influents et partout, dans tous les rangs de la société, on est frappé de la variété de leurs aptitudes”, destaca Pradez à página 95 do seu livro.

Lembra Pradez o caso de um escravo negro que, no Brasil dos dias de Pedro II, tendo assassinado um senhor, excepcionalmente cruel, escapou à pena de morte: seu caso comovera a população. Era

o de uma vítima de um branco poderoso e rico. O imperador Pedro II, aliás, segundo Pradez, não permitira que o escravo fosse enforcado. O imperador comutava invariavelmente as sentenças de morte: inclusive as que atingiam escravos negros. É Pradez quem o registra à página 103 do seu livro.

Não apenas este aspecto do reinado de Pedro II – seu senso de justiça estendido a escravos negros e sua solidariedade com a tendência geral, no Brasil, para favorecer a ascensão social e cultural de descendentes de negros – impressionou Pradez. Também o comoveu o fato de o Brasil de Pedro II apresentar-se com o que considerou dois dos melhores hospitais ou hospícios do mundo de então: o da Misericórdia e o de Alienados. Este último, sob a direta proteção do monarca.

Valioso o depoimento desse republicaníssimo europeu – um cidadão suíço – sobre um império não-europeu que ele viu com olhos mais críticos do que apologéticos. O Brasil que ele observou foi precisamente o analisado ou, antes, sentido, a seu modo, pelo conde de Gobineau, a quem, tendo faltado simpatia pelo que no nosso país se apresentou a seus olhos em contraste com normas ou formas clássicas, européias, de vida, não faltou interesse, estima, apreço, pelo aspecto clássico, europeu, não-brasileiro de Pedro II. Felizmente, porém, para o Brasil, este aspecto não foi o único que caracterizou a personalidade de um monarca que, de origem européia, de instrução ou formação clássica também européia, de origem em parte germânica, não se fechou de todo a um Brasil, já naqueles dias, a desenvolver-se numa sociedade e numa cultura com características extra-européias, inclusive africanas, a se juntarem às européias.

Radiguet é outro europeu que esteve no Brasil na década 50, com d. Pedro II já plenamente adulto e plenamente imperador. Que traços o impressionaram na personalidade do monarca brasileiro? No teatro, durante um espetáculo, o vivo interesse com que o então ainda jovem monarca seguiu a representação, em francês, de *Tartufo*. Notava-se que havia no imperador um intelectual; e um

intelectual, perfeito conhecedor da língua francesa. Outro pormenor significativo observado por Max Radiguet: saiu o imperador do teatro sem que se notasse a menor precaução pela sua segurança.

Noutra de suas páginas – 278 – Radiguet nota do governo imperial que vinha favorecendo a imigração; e que d. Pedro II, como seu antecessor, tudo fazia a favor das instituições que concorressem para propagar no país o gosto pelas ciências, pelas letras e pelas artes.

Era notável que o viajante francês, socialmente bem relacionado, tivesse a oportunidade de conhecer de perto o então jovem monarca. Essa oportunidade lhe foi oferecida pelo dia do aniversário de S. A. R. a princesa de Joinville. Houve recepção no Palácio Imperial. Vários franceses compareceram. Entre eles Radiguet.

Que impressão deu a Radiguet um Pedro II visto face a face? A de um homem fatigado, pálido, mas com um rosto marcado pelo caráter: “plein de caractère”, registra o francês no seu livro, à página 281. Cabelos louros. Olhos claros. Aspecto meditativo, sério, correspondendo à fama que já desfrutava, de monarca inteligente, culto, poliglota, amante das ciências. Um pequeno nada significativo é que o autor de *Souvenirs de l'Amérique Espagnole* (Paris, 1856) refere-se, à página 284 do seu livro, “à imensa popularidade no Brasil” de Pedro I, que teria sido um “soberano aventureiro, impetuoso e galante como um francês dos bons tempos”, como que contrastando tal popularidade com a discreta estima que cercava, no Império, um Pedro II nada dionisíaco, nada marcial, nada galante, porém sóbrio, moderado, meditativo, erudito e até livresco. Não só, entretanto – pode-se observar – passivamente moderado: efetivamente moderador quanto a excessos, desmandos, exageros, que estivesse no seu poder de monarca por vezes um tanto mais que constitucional limitar, corrigir, soffrear. Que esta foi, afinal, a função que principalmente exerceu Pedro II como monarca: a de um moderado moderador. Exercendo-a, por vezes, de modo quase puritano, ou quase vitoriano, em seus aspectos moralizadores, não poderia alcançar popularidade semelhante à que alcançara em certas fases do seu reinado, o pai e primeiro imperador, esses extremos de simpatia popular pela sua simpatia, alternando com extremos de repulsa. Enquanto o Pedro II,

retratado como humanitário por Pradez e como intelectual por Max Radiguet, não tendo desfrutado nunca, entre seus súditos, de grande popularidade, nunca foi, entre eles, impopular; nunca se viu repellido por qualquer movimento de desaprovação violenta a algum dos seus atos; nunca encontrou oposições imoderadas àquele poder moderador que exerceu quer junto a seus ministros, ao Parlamento, aos partidos políticos, como monarca, quer como brasileiro, tão somente brasileiro, mais de uma vez em situação de agir como elemento de ponderação de equilíbrio, de moderação entre seus compatriotas.

Quase no mesmo ano em que se publicava o livro de Radiguet sobre a América espanhola, com um capítulo à parte sobre o Brasil, apareceu em Paris o livro de S. Dutot, geógrafo, *France et Brésil*, em que se retrata um Pedro II chefe da mais democrática das monarquias sob a qual passara a viver um povo, durante algum tempo “politiquement parlant, le plus opprimé”, diz Dutot à página 40 do seu livro referindo-se ao Brasil colonial. Exagero evidente no contraste sugerido. A verdade, porém, é que a Constituição do Império, em vigor durante o reinado de Pedro II, concorreu para dar ao Brasil condições de acolher com generosidade oficial imigrantes europeus, proporcionando-lhes garantias à sua vida e ao seu trabalho dificilmente encontradas por eles nas repúblicas da América espanhola. Essas condições de segurança pode-se dizer que não decorriam das simples garantias abstratas, oferecidas pela Carta Constitucional, mas de um sistema concreto, embora flexível, de governo, à frente do qual se erguia um monarca desde muito jovem notável pelo seu modo de combinar o espírito, tão caracteristicamente seu, de liberal, com um forte senso de justiça e um igualmente forte sentimento de ordem. Daí Dutot, com toda sua responsabilidade de geógrafo, poder transcrever à página 228 do seu livro, apoiando-as, estas palavras de L. Aubé sobre o Brasil de Pedro II ainda jovem: “... il n’est pas aucune contrée au monde qui présente des chances de succès plus sérieuses à la colonisation européenne”. O que não significa que da parte de fazendeiros e de grandes proprietários não se tenham levantado consideráveis obstáculos a essa colonização.

Um dos aspectos positivos do Brasil de Pedro II como país acolhedor de estrangeiros estava, segundo Dutot, neste flagrante con-

traste do Império do mesmo Pedro com a República dos Estados Unidos do Norte: na república anglo-saxônica dominava um preconceito contra o negro que se opunha à mistura do descendente de europeu com o africano ou com seu descendente, livre ou escravo; no Império brasileiro, surpreendia-se uma tal tendência em sentido contrário, que “la constitution politique... reconnaît les mêmes droits à tous les hommes libres, qu’elle que soit leur couleur...” E essa disposição constitucional não era senão “l’expression des idées générales”, nota Dutot à página 37 do seu livro. Idéias gerais com as quais era solidário, tanto quanto possível d. Pedro II. Murmurava-se, é certo, sua aversão ao desejo, que teria animado Solano Lopez, a seu modo um Bonaparte hispano-guarani, de ser aceito pelo imperador do Brasil como príncipe consorte. União sob vários aspectos – observe-se – nada absurda do ponto de vista político-social; se tivesse se realizado teria dado à monarquia brasileira um saudável caráter telúrico, americano, extra-europeu, meta-racial.

Os pronunciamentos de estrangeiros idôneos de tipo médio a favor do que já era então uma sociedade nacional a desenvolver-se, no meio de vários obstáculos ainda hoje insuperados, em democracia étnica, não podiam deixar de ser agradáveis a Pedro II: um branco mais amigo dos Rebouças que dos Gobineau. Um monarca que sabia honrar nos seus súditos suas virtudes pessoais a revelia de acidentes de etnia ou de cor. Tanto que Dutot, antecipando-se em ser, a seu modo, um futurólogo, escrevia no meado do século XIX do Brasil de Pedro II que aqui a tendência para brancos e gentes de cor se misturarem, sendo um fato – “le fait existe et sa portée est immense” – podia-se prever, ou entrever, “pour l’avenir”, não só a extinção da escravatura como mais do que isto e mais do que “a coexistência de duas raças sobre o mesmo solo”... “leur complète fusion dans l’avenir”. É o que se lê à página 37 daquele livro. Ao que acrescentava Dutot não sem certa malícia francesa, ainda hoje válida para casos semelhantes ao enfocado pelo arguto observador: “Si l’esclavage pouvait avoir un avantage, ce serait de confirmer... la douceur du caractère brésilien: bien peu de nos négrophiles européens enduraient les libertés excentriques que se permettent impunément les domestiques esclaves”, escreve o francês à página 39 do seu *France et Brésil*. Ora, essa “douceur brésilienne” de caráter, de

atitude, no exercício da autoridade, quem a revelou mais nitidamente, sendo no país o senhor dos senhores: aquele que de tão suave ficou apelidado de *Pedro Banana*?

Agora, o inglês Hastings Charles Dent que em 1886 publicou seu *A Year in Brazil*. Quem era esse inglês? A que veio, vindo ao Brasil em 1883?

Era engenheiro formado pela Escola de Engenharia de *Crystal Palace*. Veio ao nosso país para realizar sondagens ligadas à futura construção de estrada de ferro em Minas Gerais. Seu livro é dos mais interessantes dentre os escritos por estrangeiros do tipo médio sobre o Brasil de Pedro II.

Que diz esse engenheiro inglês – desapaixonado, objetivo, científico – sobre d. Pedro II à página 235 do seu livro? Que “durante cinqüenta e três anos o Brasil vinha sendo governado por esse afável, benévolo, irreprochável imperador”... “tão necessário ao bem-estar dos brasileiros”. Brasileiros que, segundo Dent, quando cristãos, viviam em condições paralelas, quer fossem brancos, negros ou índios. É o que se lê à página 299 do livro do sólido, sensato, equilibrado engenheiro inglês do tempo da rainha Vitória.

Outro depoimento, expressivo: o de Adolphe d’Assier no seu *Le Brésil Contemporain*, livro aparecido em Paris em 1867. Que nos diz esse observador francês de Pedro II à página 220 do seu livro? Que seu palácio da cidade tinha um aspecto de caserna ou de hospital. O imperador, este era homem alto e de bela aparência. Alemão pela origem materna – uma arquiduquesa austríaca – tudo no seu físico indicava um europeu germânico. Inteligente, sincero, honesto. Gostos de erudito. Amante dos livros. Os estrangeiros que o visitavam recolhiam dele – salienta o francês d’Assier – impressão favorável; e o proclamavam “le premier de sa nation”.

O rev. Walter Colton, no seu *Deck and Port*, publicado em Londres em 1851, é outro que destaca do palácio imperial do Rio de Janeiro dos dias de Pedro II ainda jovem que não apresentava encantos de arquitetura nobre. Fixa um pormenor interessante da guarda militar do provavelmente mais paisano, mais pacífico, mais tranqüilo dos imperadores que então reinavam no mundo: um soldado preto era o único a guardar o palácio; os demais soldados que

Colton surpreendeu, sentados pelos cantos das paredes, dormiam profundamente: “were sound sleep”, escreve ele à página 73 de sua narrativa.

Outro fato impressionou o rev. Colton no modo de Pedro II – de Pedro I sua opinião é quase de todo desfavorável, à base do que soube, no Brasil, do primeiro imperador: mau para a imperatriz, despudorado, desrespeitador de senhoras – ser monarca: seu desvelo pelos doentes. Uma estátua de Pedro II estava sendo então esculpida por um artista italiano, em mármore de Carrara, na qual se glorificava o monarca beneficente. O comentário do clérigo, à página 75 do seu livro, é expressivo: “que por muito tempo aquela estátua se conserve no seu pedestal como símbolo da humanidade daquele que se glorificava!”.

Noutra de suas páginas o rev. Colton refere-se ao poder do monarca brasileiro como sendo então o de alguém com apenas um pouco mais de autoridade que o presidente dos Estados Unidos. Havia, no Brasil imperial, Constituição, Parlamento, expressão de vontade popular ou nacional: uma expressão, que segundo o clérigo anglo-americano, poderia ser contrariada pelo veto do imperador. Dessa prerrogativa, salienta o rev. Colton, que Pedro II raramente se valia; e “never, I believe, where the popular will has been clearly expressed”, nota ele à página 90 de *Deck and Port*. Aliás, o espírito democrático de Pedro II harmonizava-se com o do brasileiro de quem o observador anglo-americano escreve que, em atitude para com as gentes de cor, contrastava com os igualitários mais de boca do que de fato do seu país. No Brasil de Pedro II nota Colton que quando livre, o negro podia votar e ser votado: ser eleito para o Parlamento.

No seu *Brazil*, publicado em Londres em 1866, que escrevia de Pedro II William Scully, jornalista, nas primeiras páginas desse seu livro? Isto: que o Brasil devia, em grande parte sua posição entre as nações então tidas como civilizadas – sua tranqüilidade, sua prosperidade – ao governo “sábio e vigoroso” do seu segundo imperador. Era uma tranqüilidade e uma prosperidade que o Brasil de Pedro II desfrutava em contraste com as constantes agitações que arruinavam as “unhappy republics” suas vizinhas. A Pedro II não faltavam “altos padrões de excelência” em “maneira”, em “educação” e em “moralidade”. Seus serviços ao país ele os vinha

prestando – notava o jornalista inglês – mercê dos “poderes que lhe conferiam a Constituição do Império”; e, mais do que isto, em virtude de poderes ainda maiores, que eram os que lhe proporcionavam seu “caráter” e seus “talentos”; por ele empregados não em benefício próprio e no interesse de sua família, mas em prol da sua gente; isto é, da gente brasileira. Estimulados pelo exemplo do monarca, notava o observador inglês que os homens públicos do único Império americano se situavam entre os mais patrióticos e os de mais larga visão do mundo daqueles dias.

Acresce que era um soberano sensível – segundo o inglês Scully – às angústias dos súditos mais pobres que o procuravam. Seus 800:000\$000 anuais não chegavam para as caridades a que se entregava. Por conseguinte – a acreditar-se em tudo quanto de d. Pedro II escrevia na década 60 seu entusiasta britânico – era um monarca modelo.

Em livro publicado em Londres no mesmo ano de 1869, outro inglês, William Hadfield, não vai a tanto quanto William Scully com relação às virtudes e aos talentos de d. Pedro II. Mas suas são expressivas palavras de admiração pelo monarca que tendo conhecido durante sua residência no Rio de Janeiro, de 1848 a 1849 – Pedro II era então um adolescente – voltou a visitar, no Palácio São Cristóvão, quase quinze anos depois. Achou-o mais magro, porém saudável. Não era difícil chegar-se à presença de Pedro II: o monarca era simples, de acordo com “as tendências democráticas” do povo brasileiro. Da imprensa observa Hadfield à página 42 do seu livro que, no Brasil de Pedro II, era “perfectly free”, não faltando azedume às discussões políticas nos jornais. Poderia ter acrescentado que essa liberdade de palavra no Brasil permitia a jornalistas, caricaturistas, panfletários uma grande desenvoltura de linguagem e de crítica com relação à pessoa do soberano. Essa liberdade de palavra reinava no Parlamento. Estendia-se aos cafés, aos teatros, às ruas. D. Pedro II foi, por isto, um dos monarcas da sua época mais caricaturados, mais troçados, mais levados ao ridículo em jornais e em revistas. O caricaturista português Bordalo Pinheiro foi um dos estrangeiros – se é que português jamais foi estrangeiro no Brasil – que o caricaturaram com mais aguda malícia. Sem serem propriamente caricaturistas, mas autores de livros extremamente maliciosos sobre o Brasil, os franceses Expilly e Dabadie não deixaram

de envolver Pedro II nas suas malícias contra a gente brasileira, cuja situação caricaturaram de modo tão grosseiro. Mas a verdade é que nem malícias nem caricaturas, nacionais e estrangeiras, conseguiram fazer de Pedro II uma figura ridícula: um conselheiro Acácio coroadado, por exemplo.

Em *Le Brésil tel qu'il est*, publicado em Paris em 1862, que diz Charles Expilly, de Pedro II? Especificamente, a personalidade do segundo imperador não é posta em qualquer destaque caricatural nesse livro singularmente antibrasileiro, escrito por francês do século XIX. Mas quando Expilly escreve que no próprio Largo do Paço fazia-se, no começo do século XIX, flagelação de escravos e comenta à página 301 do seu libelo, que tais cenas, revoltantes e sádicas, se sucediam “comme pour insulter plus cyniquement aux majestés du ciel et de la terre”, a dignidade da monarquia brasileira é duramente atingida. Segundo Expilly, tolerava-se que no próprio Largo do Paço se flagelassem escravos do modo mais cruel. Mas ele reconhece ter Pedro II dado fim a essa barbaridade: ... “fit cesser cet état des choses”. E o maldizente destaca à página 302 do seu livro, de Pedro II, que como monarca procurou sempre, em face do problema da escravidão, conciliar “os sagrados direitos da humanidade” e “os direitos legais da propriedade”.

Quem já leu o livro de Charles Expilly sabe quanto há nas suas 382 páginas de injusto, de malicioso, de caricaturesco contra o Brasil – todos esses abusos disfarçados sob o aspecto do que hoje alguns chamariam de objetividade. O autor é o que pretende ser: “ni pamphlétaire ni thuriféraire”. Na realidade, é mais do que panfletário.

Num livro assim desmedido em seu modo de ser mais que panfletário é significativo encontrar-se, da parte do furioso autor, um irreprimível respeito pela personalidade de Pedro II: “honnête homme autant qu’homme instruit avant tout...” Monarca a quem o panfletário não conseguiu negar uma “philantropie éclairée”.

Outros, vários outros testemunhos sobre Pedro II, de estrangeiros simplesmente medianos, seus contemporâneos, que visitaram o Brasil durante o seu reinado, poderiam ser invocados, quase todos favoráveis à sua personalidade, ao seu modo de ser chefe de Estado, às suas atitudes em face de problemas, com que se defrontaram, no decorrer do século XIX, ele e os educadores brasileiros da época, ele

e os proprietários de terras e de escravos, ele e os jornalistas, ele e os líderes religiosos.

Severas críticas ele receberia de outros analistas: as de homens de épocas posteriores à sua e favorecidos pela perspectiva histórica e pelo critério sociológico de interpretação das relações entre fatos. Um desses analistas, o seu próprio neto, d. Luís de Bragança. Um sociólogo da história dotado de uma penetração crítica que situa o autor de *Sous la Croix du Sud* entre os melhores historiadores sociólogos de menor porte, mas de boa categoria, que tem tido o Brasil.

Os testemunhos de estrangeiros, contemporâneos de Pedro II, que o conferencista acaba de invocar, não procedem nem de sociólogos nem sequer de intelectuais ilustres: nem de cientistas nem de homens de letras, naqueles dias, conspícuos. Nem de um Agassiz nem de um Gobineau. O seu valor está em procederem de homens simplesmente médios.

***Gilberto Freyre***

## **Bibliografia**

(Na ordem citada no texto)

- PRADEZ, Charles. *Nouvelles études sur le Brésil*. Paris, Ernest Thorin, 1872.
- RADIGUET, Maximilien René. *Souvenirs de l'Amérique espagnole: Chili, Pérou, Brésil*. Paris, Michel Lévy, 1856.
- DUTOT, S. & Aubé [Léonce]. *France et Brésil, par S. Dutot. Notice sur Dona Francisca, par M. Aubé*. Paris, Guillaumin, 1857.
- DENT, Hastings Charles. *A year in Brazil*. London, Kegan Paul, Trench & Co., 1886.
- ASSIER, Adolphe d'. *Le Brésil contemporain*. Paris, Durand et Lauriel, 1861.
- COLTON, Walter. *Deck and port; or, incidents of a cruise to California, with sketches of Rio de Janeiro, Valparaiso, Lima...* London, Partridge and Oakey, 1851.
- SCULLY, William. *Brazil; its provinces and chief cities; the manners and customs of the people. Agricultural, commercial, and other statistics...* London, Murray, 1866.
- HADFIELD, William. *Brazil and the River Plate in 1868*. London, Bates, Hendy, 1869.
- PINHEIRO, Rafael Bordalo. *Álbum das glórias*. Lisboa, s. c. p., s.d.
- A caricatura, a que se refere o autor, é a de nº 5, do volume I, tendo como legenda a frase: “Já sei, já sei”, que, para alguns, era quase um cacoete do imperador.
- EXPILLY, Charles. *Le Brésil tel qu'il est*. Paris, E. Dentu, 1862.
- DABADIE, F. *A travers l'Amérique du Sud*. Paris, Ferdinand Sartorius, 1858.
- LUÍS DE ORLEANS E BRAGANÇA. *Sous la croix-du-Sud: Brésil, Argentine, Chili...* Paris, London, 1912.

## **Pedro II e a navegação fluvial**

Constituímos, na América do Sul, um vasto continente que se distingue, igualmente, pela condição de vasto, de imenso arquipélago, que todas as forças disassociativas não conseguiram utilizar para impedir que se mantenha, através dos tempos, a unidade nacional. Na defesa dessa unidade, ao contrário, servimo-nos das particularidades regionais do arquipélago para assegurarmo-nos a continuidade que nos levará, seguramente, a alcançar a potencialidade, desmentindo-se, assim, a rançosa tese da impossibilidade de criar-se, no mundo tropical, de que somos parte integrante, uma civilização ponderável, que autorize o povo que a elaborou atingir o ponto alto de uma posição especial no quadro das grandes nações que comandam as iniciativas, capazes de manter a dignidade dos povos, em termos de bem-estar e de progresso material e espiritual.

No conjunto da imensidade brasileira, uma das particularidades marcantes é a existência de uma rede hidrográfica, também gigantesca, mas que ainda não serviu, como seria de desejar-se, para uma operação mais bem conduzida de integração nacional. Essa rede hidrográfica, pelo que representa e pelo que proporciona para as inter-relações das várias populações que se distribuem pelo território pátrio e nem sempre se puderam complementar numa aproximação mais íntima e mais decisiva, valeu, entretanto, à penetração do espaço para a formação da base física brasileira. Isso no período colonial e posteriormente no período imperial. A história dessa façanha é uma história da mais alta significação no nosso processo de formação, pois que, se de um lado autorizou as Entradas, as Bandeiras, os movimentos de expansão demográfica, que seriam movimentos de expansão política para ampliar o espaço sob soberania portuguesa e posteriormente soberania brasileira, de outro criou-nos momentos difíceis no jogo das competições internacionais, de maneira a exigir uma ação política, agressiva umas vezes, maneirosa, hábil, sem lances drásticos em outras ocasiões. O papel dos rios, conseqüentemente, para nós, importa em considerá-lo no que ele representou como via

de acesso geográfico e como oportunidade para ajustamentos diplomáticos, que revelaram a existência de uma consciência nacional definida e de um corpo de servidores à altura devida nessas oportunidades, várias vezes graves.

No exame do que foi sendo essa história, devemos considerar, inicialmente, que os portugueses, na execução de sua política de preservação de seus domínios materiais do Império que construíam em três continentes, com a menor parcela humana de que poderia dispor um povo que se atrevia a empreendimento de tanta magnitude e extensão, na execução de sua política de preservação mostraram-se muito firmes na decisão de impedir que outras gentes da Europa viessem, na concorrência colonial, ocupar o que eles descobriam e de pronto passavam a dominar pela presença social, econômica, espiritual que em nenhum momento foi suspensa, interrompida, alterada. As bacias hidrográficas, por isso mesmo, em todos os instantes compuseram um ponto de atenção dos homens de Estado que gizavam a política ultramarina. É que, por elas poderia haver o acesso aos espaços interiores, pondo em risco os interesses mercantis e políticos de Portugal. Desde logo registre-se que idêntica política foi adotada pelos espanhóis os quais, nesse particular, seguiram os passos dos portugueses.

A identificação das grandes bacias executou-se à medida que se caminhava pelo litoral e se penetrava na direção do Oeste. Não lhe vamos fazer o registro. Apenas recordamos que ela foi efetuada e será fácil comprovar-se a assertiva pela leitura dos cronistas e autores dos descritivos geográficos que, desde o século XVI, começaram a ser escritos numa contribuição magnífica ao que chamaríamos, mais tarde, de literatura geográfica exótica, pelas páginas exaltadas que as emoções dos encontros com aquelas naturezas tão diferentes, todas tão estranhas, iam oferecendo aos que delas tomavam conhecimento pelo contato direto. Cardim, os jesuítas das *Cartas*, Gândavo, Brandônio, Gabriel Soares, Antonil são, nesse particular, uma fonte magnífica, valiosíssima. Teríamos uma antologia cheia de riqueza se, pondo de lado esses descritivos já tão nossos conhecidos, reuníssemos os pronunciamentos de autoridades civis, militares, religiosas, sertanistas que, em seus comunicados, em seus depoimentos, trouxeram uma contribuição tão expressiva e tão cheia de novidades para o conhecimento realístico do Brasil em formação. Aires de Casal, na *Corografia Brasílica*, na fase em que se encerra a

participação administrativa de Portugal no Brasil, seria o coroamento desse inventário. E por ele estaríamos certos do que aquelas bacias já representavam e de como eram sabidas e utilizadas.

Razões de Estado, mantidas pelos portugueses e pelos espanhóis, levaram-nos a procurar soluções que se encontraram nos tratados de limites que fixaram, em 1750 e 1777, as fronteiras das duas nações rivais. O Prata era a área de maiores tensões. A colônia do Sacramento, que ali instalamos em 1680, serviu não apenas de ponto de atrito, mas como área de intensa comercialização de produtos que os ingleses traziam e, sob a proteção da praça, realizavam negócio clandestino, e quando não eram os ingleses, os próprios portugueses, judeus em maioria, que haviam transformado, nos séculos XVI e XVII, a cidade de Buenos Aires em centro de suas atividades e de sua ação mercantil. A matéria foi já estudada substancialmente por Miriam Elis, Ferrand de Almeida e Lafuente Machaim.

Por fim, a criação do vice-reinado do Prata, com sede naquela cidade, encerrou a fase difícil da convivência entre os dois povos, que teimavam em ter em suas mãos a boca do rio, o que equivalia a ter em suas mãos, em seus destinos, toda a vasta hinterlândia paraguaia, com o acesso fácil para Mato Grosso, onde a presença luso-brasileira impedira a expansão hispânica, apesar de todo o esforço despendido pelos jesuítas de Moxos e Chiquitos.

No particular da bacia amazônica, fora menos áspera a empresa. Definida em 1640 a recuperação da independência portuguesa, a boca do rio permanecera sob a guarda dos luso-brasileiros. A irradiação, promovida sem interrupção em direção ao oeste, em direção ao sul, para interligação com o Brasil central, que se desvendava na corrida do ouro e das pedras preciosas, e em direção norte, ultrapassando as margens do Amazonas para atingir o extremo, representado no Oiapoque, passando o Amapá, ambos estranhos à bacia amazônica, resultara na formação de um território rico na nova especiaria, a sul-americana, denominada “droga do sertão”, e que parecia capaz de suprir mercados europeus e substituir a oriental, de que Portugal se vira despojado. Ingleses e holandeses, que nos inícios do descobrimento haviam comparecido na tentativa de montar feitorias e praças fortes, à preocupação de manter bases mercantis e agrárias na região, trinta anos decorridos da fundação do Presépio, que sombrearia a cidade de Belém, de onde partira todo o movimento de expansão, significavam apenas uma recordação distante.

As bacias interiores, se não apresentavam a importância política das bacias do Prata e do Amazonas, eram vitais, todavia, para a empresa da ocupação dos espaços interiores. Leia-se, para exemplificar, o que deixaram escrito Spix e Martius, que percorreram o Brasil na segunda década do século XIX. Por toda parte encontravam os rios servindo às comunicações e à estabilidade de populações, que cresciam, um tanto ao Deus dará, é certo, mas fixadas na atividade criatória e na atividade agrária ou extrativista, vegetal e mineral.

Num plano de remodelação do sistema administrativo de Portugal e seu império ultramarino, remodelação que incluía o que hoje chamamos de valorização através da dinâmica e dos planejamentos governamentais, Sousa Coutinho, conde de Linhares, talvez o homem público mais lúcido de sua pátria naqueles momentos de mudanças violentas nas estruturas universais, projetara o aproveitamento mais decidido e em bases mais técnicas, da vasta rede hidrográfica brasileira. Imaginara mesmo a interligação de algumas dessas bacias, como sejam a do Amazonas com a do Prata e a do Amazonas com a do São Francisco. Seus planos, todavia, pareciam, aos olhos medíocres de seus concorrentes nas graças reais, planos sem possibilidades de sucesso ou frutos apenas de uma imaginação ardente. Linhares era tido e havido como o “amigo dos ingleses”, o que talvez significasse um realismo pragmático de que os outros se mostravam incapazes de apreender ou aceitar.

Feito o Sete de Setembro, o que vamos verificar é que aquela política oficial, imaginada por Linhares e possivelmente acalentada por alguns dos estadistas que tomaram a seu cargo estabelecer os novos destinos nacionais, não foi seguida com a decisão necessária. Os problemas da estruturação política do Império, na experiência pouco serena que conhecíamos, prendiam as cogitações governamentais. A nova ordem política que nós traçávamos, no entanto, exigia procedimento menos lento ou mais ativo. E esse procedimento tendo em vista competições de países que cresciam em potencialidade e se mostravam no propósito de um comando da vida internacional: a Inglaterra e os Estados Unidos. Ou então, atendendo à posição que devíamos assumir no quadro continental, cercados de repúblicas, quando começávamos nossa vida independente sob a forma governativa de uma monarquia, o que, aos olhos dos vizinhos, parecia representar um resíduo do Velho Mundo ou, como hoje se diz, de colonialismo europeu.

No particular da bacia amazônica, manteríamos a política portuguesa da porta fechada ou mudaríamos de orientação? No particular da bacia platina, essencial como caminho menos áspero em direção a Mato Grosso, sustentaríamos ainda a política da porta aberta a nós, como condôminos, ou aceitaríamos a tese dos vizinhos, a vislumbrarem, em nosso procedimento, ainda resquícios do imperialismo de que os portugueses se haviam valido com tanta veemência? Dois pesos e duas medidas? Política homogênea ou política heterogênea?

Os primeiros tempos do Império, não devemos esquecer, foram tempos difíceis. Enfrentávamos a vida autônoma para iniciarmos num sistema, que fora experimentado com a presença de d. João em terras brasileiras, é certo, mas sistema que agora possuía um tônus novo, correspondente a uma nova responsabilidade que exigia a existência de quadros especializados, de iniciativas e decisões que os nossos estadistas precisavam considerar nas várias tonalidades que ofereciam. Os conflitos que ocorreram foram conflitos que ocorriam, em proporções maiores, nas demais unidades políticas sul-americanas, emergidas do *status* colonial anterior. Os anos que se seguiram à Independência refletiam a insegurança, os anseios, as dúvidas, as pressões que já sofríamos dos interesses estranhos, as explosões do inconformismo de quantos entendiam insuportável o regime monárquico e desejavam a prova da novidade republicana, que dava excelentes resultados nos Estados Unidos, mas provava sem grandeza nas antigas colônias de Espanha.

Mesmo assim, seja sob o Primeiro Reinado, seja no período agitado das regências, espécie de forma republicana que poderia satisfazer os que a desejavam como remédio para os males da juventude que estávamos vivendo, seja depois, no Segundo Reinado, tranqüilo em sua vida interna, houve oportunidade para tentar a solução dos problemas de ordem material e espiritual que nos afligiam e pediam as providências oficiais, entre elas o estudo, o inventário exato do que importava, para o futuro, a terra brasileira, na incógnita de seu subsolo, de seu potencial florestal, na variedade de seu solo, na contribuição que as redes hidrográficas poderiam trazer. Brasileiros e estrangeiros, por determinação governamental ou por decisão própria, procederam a esse levantamento do que hoje denominamos de realidade nacional. Há, nesse particular, vastíssimo documentário que permitirá um retrato interessantíssimo do que

constituiu esse esforço de indagação científica, também utilitário e que autorizava, com o conhecimento daquelas particularidades, a adoção de uma política de Estado pragmática. O iluminismo brasileiro, principiado no século XVIII, caracterizou-se, justamente por essa tarefa de brasileiros interessados em desvendar os mistérios da terra nativa.

Rodolfo Garcia elaborou, há anos, um primeiro quadro desse trabalho de tanta importância. Não queremos referir-nos apenas aos viajantes estrangeiros e nacionais que percorreram o Brasil de norte a sul e de leste a oeste. Referimo-nos, particularmente, aos que procederam aos estudos, com a autoridade de pesquisadores e não de meros viajores-diletantes, muitos deles inéditos nos arquivos provinciais e no Arquivo Nacional. No pertinente às bacias hidrográficas, nós próprios, em tese ao Terceiro Congresso de História Nacional, tivemos oportunidade de tentar um esboço do que o poder público promoveu. Já anteriormente, aliás, um oficial de nossas Forças Armadas, o general Eduardo José de Moraes, em livro famoso, intitulado *Navegação Interior do Brasil*, cuja primeira edição data de 1869 e a segunda de 1894, realizara em forma monográfica excelente ensaio de registro de toda essa atividade para-científica, ou científica, em que brasileiros e estrangeiros se tornaram úteis ao país. Nas páginas que ele e Garcia escreveram podemos encontrar os nomes de: Gustavo Luís Guilherme Dodt, Emanuel Liais, De la Martinière, José e Francis Keller, Veloso Pederneiras, Victor Reinault, Augusto Leverger, Pereira Maltez, José de Sousa de Azevedo, Saint-Hilaire, Couto Moreno, Halfeld, Eduardo José de Moraes, C. Krauss, Álvares de Araújo, Milnor Roberts, entre outros. E se passarmos aos relatórios do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e *Falás* dos presidentes de província, deparar-nos-emos com minúcias e ricos informes sobre essa empresa de indagação, que não cessara, antes crescia continuamente.

Ora, se no particular das operações de campo era essa a orientação que permitia a elaboração de uma nova carta geográfica do Império, que dizer-se do que importavam aquelas bacias de maior significação na área dos procedimentos internacionais ou interamericanos como orientação de uma política brasileira? Já fizemos a indagação. Poderemos responder à pergunta de maneira a criar-nos imagem satisfatória, digna? Haveria realmente uma decisão que importasse na existência de critério sólido, fruto do que os estadistas

imperiais teriam assentado à luz de informações, esclarecimentos e sob o peso do interesse e da segurança nacionais, todos essenciais na formulação das diretrizes governamentais?

No Prata, a situação apresentava aspectos delicados. A tradição de que éramos um povo que crescera territorialmente graças às iniciativas luso-brasileiras que desrespeitaram o diploma de Tordesilhas, além do episódio mais recente da conquista da Cisplatina, de onde saímos por decisão própria, criando uma soberania que concedêramos também por decisão própria e não por imposição de estranho, interessado nos mercados que vislumbrava ali, no caso a Inglaterra, era uma tradição viva, permanente. Não possuíamos simpatias nas áreas governamentais do Uruguai, da Argentina e do Paraguai. A história do nosso esforço no sentido de manter cordialidade e boa vizinhança com aqueles confinantes era uma história em que não levávamos a melhor. José Bonifácio pretendia, pela circular em que propusera o entendimento franco entre os povos continentais, numa demonstração muito clara dos objetivos pacíficos da política que desejávamos adotar e passo certo para o que denominamos de pan-americanismo, criar uma nova era nessas relações e nessa convivência. O êxito fora nenhum. Na Conferência do Panamá, que Bolívar convocara para solidificar as vontades e os propósitos de harmonia e de progresso dos povos americanos, o ambiente de hostilidade ao Brasil impedira que o delegado brasileiro, o conselheiro Biancardi, comparecesse. O episódio de Chiquitos, explorado intensamente, era outro ponto a criar-nos a má vontade, a desconfiança, a incompreensão dos vizinhos, com os quais desejávamos muito sinceramente manter relações cordiais, capazes de servir a um sistema que bem alicerçasse os sentimentos americanos.

A livre navegação do Prata, insistimos, da maior importância para o acesso a Mato Grosso, estava na linha, por isso mesmo, das preocupações dos homens que tinham de reger os nossos destinos. No extremo norte, na Amazônia, a posição era diferente. Conquanto também ali nos vissem os vizinhos como um povo de ambições ilimitadas, a posição ímpar que alcançáramos mercê da situação geográfica, trazia certa tranqüilidade, nesse particular. Sim, nesse particular. Porque o processo de incorporação regional ao Império estava ocorrendo por entre conflitos que prenunciavam episódios de maiores proporções. A vizinhança não criava sombras no norte, enquanto no sul essas sombras eram visíveis.

A navegação no Prata exigia o entendimento de quatro nações – Brasil, Uruguai, Argentina e Paraguai. Argentinos, uruguaios e paraguaios não se mostravam cordiais entre si. É que havia sempre o perigo de uma ação argentina visando à reestruturação do vice-reinado, o que importaria em destruir as autonomias políticas alcançadas pelos outros dois grupos humanos que compunham aquelas sociedades platinas. O Brasil era, no caso, a parte, senão neutra, o elemento que poderia influir, apesar das desconfianças reinantes, continuamente, sobre os nossos alegados propósitos imperialistas, para impedir essa reestruturação ou restauração. Tínhamos bem em mente o que significaria esse renascimento do vice-reinado em termos de extensão territorial de vizinhança incômoda. Nos projetos para a recomposição do vice-reinado, incluía-se nele o Rio Grande do Sul. Nossa orientação era, conseqüentemente, e não poderia deixar de ser, a orientação que deveria impedir, a todo preço, que ocorresse o pior. Estendemos a mão amiga ao Paraguai. Foram difíceis e demoradas as aproximações. Sob o dr. Rodriguez de Francia, que isolara o país, preocupado em evitar que seus nacionais participassem dos movimentos de rebeldia que atormentavam os argentinos e uruguaios e, no tocante ao Brasil, não confiava em nossos desígnios, tudo se processou sob cautelas num vai-e-vem cansativo, que produziu frutos muito pouco apetitosos. Antônio Ramos, em excelente e documentadíssimo ensaio acerca de nossa política em sua pátria no consulado do dr. Francia, historiou o período, revelando o estado de espírito reinante em Assunção nos meios oficiais, ressaltando que havia, no entanto, desejos de um relacionamento mercantil que permitisse, ao Paraguai, um contato com o mundo exterior, necessário ao próprio desenvolvimento nacional na área econômica.

Sob d. Carlos Antônio Lopez, a situação alterou-se profundamente. O novo governante não se arreceou das relações e da amizade brasileiras. Pimenta Bueno conseguiu vencer as dificuldades que existiam e criar o novo ambiente, senão de simpatia total, de aproximação sem aquelas reservas anteriores. Demos, ao Paraguai, na oportunidade, quanto foi necessário a que se mantivesse soberano, advogando, por intermédio de nossas representações, o reconhecimento da independência por outros países, formando seu pessoal técnico, militar e levando a Assunção os elementos materiais que permitiram o aparecimento do *Paraguay Independiente*, primeira folha que circulou ali e onde, tanto d. Carlos Antônio, como Pi-

menta Bueno, escreviam artigos defendendo a independência do Paraguai contra a ambição de Buenos Aires. No Uruguai e na Argentina, nossa presença, através de representação diplomática, não trazia os resultados desejáveis. E o problema do uso comum do rio da Prata e seus formadores continuava em compasso de espera. Com o advento de Rosas, a situação ficou muito pior. Rosas não admitia senão controle argentino da bacia. Vencedora a tese, estaríamos sujeitos aos desejos e boa ou má vontade momentânea dos governantes buenaienses. Como nós, os paraguaios, desse modo impedidos de acesso ao mar, o que significava acesso ao mundo exterior para compra e venda de mercadorias, essenciais ao desenvolvimento do país, enquadrado numa mediterraneidade profundamente desestimuladora e capaz de autorizar o sucesso da reintegração do Paraguai na comunhão argentina. A “clausura de los rios”, como registram os historiadores uruguaios, levava ao controle da navegação e ao comando de todas as iniciativas.

O Brasil não aceitou a tese. Defendeu a livre navegação. Há todo um vasto documentário, ainda não devidamente explorado pelos historiadores, que serve para a comprovação do comportamento brasileiro. Nossos interesses, que não se devem confundir com interesses de uma política mesquinha, imediatista e onerosa, aos interesses de nossos vizinhos, eram os interesses ligados ao princípio de que se fazia necessário o livre uso da bacia porque ela servia, realmente, a vários países, todos eles soberanos e seguramente sabendo manter-se nas linhas de uma ação defensiva, natural em país soberano. Esse comportamento, voltamos à insistência da afirmativa, não era compreendido pelos que detinham o poder no Prata. Tudo quanto fazíamos ou desejávamos realizar parecia ocultar desígnios perigosos à segurança deles. E aí estava todo o problema. Apesar de nossa diplomacia esforçar-se por modificar essa visão de fatos e atitudes, não lográvamos êxito ponderável. Tínhamos amigos lá. Na realidade, esses que se diziam amigos, procuravam-nos para usar-nos nas contendas internas. Valiam-se de nosso potencial militar e de nossa força diplomática para destruir os inimigos que, por isso mesmo, não poderiam ter-nos como amigos ou indiferentes à causa de seus concorrentes.

Leia-se, no Arquivo Histórico do Itamarati, a correspondência de nossos agentes diplomáticos. Leiam-se os despachos emitidos pelo Ministério do Exterior a esses mesmos agentes e não se encontrará desmentido ao que estamos provando. Há uma linha de con-

duta firme, na defesa de princípios sadios, que não envolviam qualquer dispositivo hostil ou perigoso às soberanias platinas. O que encontramos, é certo, é a conduta que reflete também cautela para evitar as surpresas, o inopinado da agressão.

As missões despachadas para Buenos Aires, Assunção e Montevideu, esforçando-se por criar-nos imagem diferente, efetuaram um trabalho da maior importância para equilíbrio continental na região platina. “A diplomacia do Império, lembra Heitor Lira, e mormente a das missões especiais, foi, na verdade, utilitária, e não se poderia esperar que o não fosse quando é esse o característico de toda verdadeira diplomacia. Mas o utilitarismo da nossa política no Prata teve a grande sabedoria de não se restringir a interesses limitados e regionais, ao serviço de nossa ambição ou de nosso egoísmo, mas, pelo contrário, abraçar e ligar as necessidades e os interesses de todos os Estados platinos; e a consequência disso foi que os nossos diplomatas, ao mesmo tempo que serviram ao Império, prestaram, por outro lado, os mais inestimáveis benefícios aos países do Prata.”

O Conselho de Estado, no exame das conjunturas que se apresentavam, mantendo posição firme em suas decisões, definia a posição brasileira no particular dos limites e da navegação dos rios. Os pareceres emitidos na seção de Negócios Estrangeiros do Conselho são peças de invulgar importância. Redigidos com clareza, objetividade, sustentavam, à luz dos tratados e da melhor literatura na espécie que se escrevia no exterior, o fundamento da política que o Império adotava defendendo os interesses nacionais. Esses interesses não se alteravam, o que refletia, voltemos a sustentar, um estado de consciência que amadurecera suficientemente e, em nenhum momento, sofrera redução ou se perdera em demonstração de dubiedade. Assim, sustentávamos a caducidade dos tratados de Madri e de Santo Ildefonso, que nossos vizinhos teimavam em pretender que deviam ser um ponto de referência positivo para deslindar a complicadíssima definição de nossas fronteiras. E partindo daí, caminhávamos com segurança, evidenciando que a nossa posição física era definitiva, e em nenhuma hipótese, haveria a possibilidade de um recuo dessa linha de conduta. No caso específico do uso das águas territoriais ou de bacias que seriam comuns na sua utilização, pela condição especial de que seus formadores tinham seu curso nas áreas interiores de mais de um país, como eram a bacia do Prata e a do Amazonas, não aceitávamos a restrição que nos desejavam impor.

Em tratados e convenções que fomos firmando a esse respeito, desde 1828, passando pelos diplomas de 1844, 1847, 1850, 1851, 1852, com o Uruguai, com a Argentina e com o Paraguai, esse critério ficou devidamente fixado.

Em fins de 1854, para exemplificar, foi emitido longo parecer no Conselho de Estado, em que se propunha o assunto admiravelmente. Dizia-se ali: “A navegação dos rios interiores de um país não é matéria para ser decidida por meros impulsos de uma política ocasional, ou pelos ditames de supostos interesses, apadrinhados por noções vagas, embora às vezes deslumbrantes e sedutoras. As nações são grandes individualidades políticas e morais, cujas relações se acham sujeitas a princípios reguladores de seus atos recíprocos, tendentes a manter a sua respectiva soberania e independência. Estes princípios pelo que toca a navegação dos rios são estabelecidos pelo Direito das Gentes Natural e Convencional. Toda a nação pode pois, à sua vontade, segundo os seus interesses e suas necessidades, proibir ou permitir a navegação dos rios que correm pelo seu território. E só por um ato de sua vontade soberana, ato espontâneo, concessão voluntária, de cuja oportunidade é ela o único juiz, pode renunciar a este direito de exclusão. Quando porém os rios correm de um Estado através de outro para o mar, ou pelo território de um terceiro, os princípios estabelecidos pelos mencionados publicistas se reduzem, em relação aos países ribeirinhos, ao seguinte: ‘Que os Estados donos de ambas as margens de um rio têm o direito de excluir da navegação, cada um na parte que lhe pertence, os outros Estados ribeirinhos, e que só por ajustes e convenções entre eles pode esta navegação ser regulada’. Ainda muito modernamente têm sido solenemente reconhecidos estes princípios.”

A tese, apoiada pela decisão anterior, de assembléia internacional, realizada em Berlim, pela palavra de tratadistas e pela própria tradição, era perfeita e dela o Brasil jamais se afastava. Aqueles tratados que firmou estavam todos vazados no que se continha em tais princípios de direito internacional e de ética. Sustentávamos que assuntos de tal monta deviam ser decididos no exame de interesses mútuos, serena, tranqüilamente, entre povos suficientemente lúcidos e nunca pelo emprego da força armada. A solução da guerra parecia-nos a solução que devia ser evitada a todo transe. Sua utilização não estava em nossos propósitos e em nossa tradição. Os conflitos a que fôramos e seríamos arrastados não haviam sido a resul-

tante de uma constante em nossa política nas relações com outros povos. Haviam ocorrido períodos de provocações, que pretendêramos repelir sem apelar para o estado de guerra, mas fora impossível. A própria segurança do Império não autorizara outro caminho, que procurávamos evitar sem proveito imediato. E aqui cabe lembrar que se os interesses de um Estado soberano não devem ser considerados legítimos se desservem aos interesses comuns da humanidade, os interesses legítimos, entendidos como tais aqueles que asseguram a continuidade e o progresso do país, devem ser renegados? Era o caso do Brasil.

Falava-se em crueldade da diplomacia imperial. “Política imperialista do Brasil” era expressão de uso corrente. Em três livros famosos, *El crimen de la guerra*, *La diplomacia del Brasil en el Rio de la Plata* e *La politica del Brasil con las Republicas del Rio de la Plata*, respectivamente de Juan Bautista Alberdi, Carlos Oneto y Viana e Vicente Quesada, a presença brasileira nos destinos da bacia platina era julgada impiedosamente. E, no entanto, o que poderemos afirmar é que, lembra ainda Heitor Lira: “A política dos gabinetes imperiais no Prata, qualquer que fosse o partido que nelles dominasse, como quaisquer que fossem as tendências dos estadistas que os compusessem, desenvolveu-se sempre debaixo de um único e determinado ponto de vista: a independência e a prosperidade dos nossos vizinhos do sul.”

Vencidos os caudilhos uruguaios, a ditadura de Rosas e o despotismo de Solano Lopez, restituída ao mundo platino a paz que permitiria o processo de desenvolvimento natural e necessário, nossa convivência a propósito do uso das águas interiores da bacia passou a ser serena, tranqüila. E já sob a república, com o condomínio da lagoa Mirim, velha tese que o Brasil sempre defendera, encerrava-se a fase de insegurança nas nossas relações a propósito do grande pleito.

E o problema do Amazonas? Neste rio, tínhamos o domínio da maior extensão. Na verdade, apenas um país, o Peru, a essa altura, tinha conosco uma presença na calha central do grande rio. Bolívia, Colômbia e Venezuela apenas se beneficiavam das águas dos afluentes. O Equador estava sendo arredado de qualquer participação mais intensa dos cursos de afluentes. Suas desavenças com o Peru e com a Colômbia já haviam surgido de certo modo afastando aquele país de qualquer contenda conosco. O problema não surgiria

de pronto nessas relações com os vizinhos. O problema grave iria surgir com nações que não tinham qualquer elemento novo a propor para um uso indiscriminado das águas amazônicas. Essas nações eram a Inglaterra e os Estados Unidos.

A que títulos os dois países, que já disputavam entre si uma posição especial na Sul América? Os ingleses desejavam, perdido o império no norte com a independência das treze colônias, possuir, para uso exclusivo, o domínio econômico das novas nacionalidades, surgidas no século XIX. A luta pela conquista dos mercados era a preocupação mais intensa dos estadistas que geriam os destinos britânicos. O século XIX é, nesse particular, um século de completo domínio mercantil da Inglaterra sobre a vida econômica das repúblicas sul-americanas. No caso do Brasil, esse domínio era contrabalançado, sem muito vigor, pela França, modeladora, nesse período, de muitos de nossos hábitos e de nossa formação espiritual. As pretensões britânicas sobre o vale do Amazonas vinham de três séculos atrás, quando haviam sido estabelecidas colônias e postos militares no mesmo vale, destruídas no decorrer da expansão luso-brasileira no século XVII. Posteriormente, pondo pé na Guiana, os ingleses procurariam atingir o vale do rio Branco através de missão religiosa e exploração científica, que prenunciava ímpeto ou desejo maior e serviria, como de fato ocorreu, para justificar propósitos mais amplos. A navegação do Amazonas, no interesse da humanidade, ia servir aos britânicos para a tese de que o Império, que sustentava a tese da necessidade de abertura do Prata, não podia manter posição diferente com relação ao Amazonas. Será conveniente reflexionar logo que no Prata desejávamos o uso das águas aos ribeirinhos, entre eles o Brasil. Sustentávamos que a abertura ao mundo dependeria de um consenso de todos os interessados diretos, na condição que possuíam de estados ribeirinhos. Não puséramos restrições aos atos que, nesse sentido, uruguaios, argentinos e paraguaios haviam decretado. Quem saberia da conveniência e acerto da medida era justamente o estado que concedia a franquia. No Amazonas, quando cerrávamos a entrada, estávamos exercendo aquele direito. Iríamos concedê-lo aos ribeirinhos como desejáramos no Prata, mas só quando entendêssemos oportuno. Como sucedera ali, também, concederíamos a outros povos ou a todos os povos, membros da sociedade internacional.

As investidas inglesas foram, porém, afastadas sem grandes obstáculos. À nota do governo britânico, de 23 de novembro de 1854, o brasileiro respondeu sem exaltação, mas com muita energia, esclarecendo sua posição e não aceitando os desejos mercantis, contidos na solicitação e no protesto inglês. Limpo de Abreu, à frente do Ministério do Exterior, sustentou a tese brasileira. O governo britânico não insistiu. A França, que nos contestava a presença no Amapá, apesar das suspeitas existentes, não entrou na contenda. Os Estados Unidos constituíram, então, o motivo de nossas apreensões maiores. Havia a justificativa, face à sua política de expansão. Ninguém mais a ignorava. O chamado “destino manifesto”, a que se agarravam para justificar a expansão, dera-lhes o espaço a oeste da linha marcada pelo domínio britânico durante a fase colonial. A história que se estava a escrever no país do Norte levava a considerar sob suspeita suas atitudes, mesmo quando falava em interesse da humanidade como explicação para a defesa de princípios estranhos, a cuja sombra se justificavam.

O problema principiou quando um barco norte-americano, fretado pelo grupo que, em Nova Iorque, organizara a *The Amazon Steam Navigation Company*, fundeu em Belém. Dia 14 de julho de 1826. Uma assembléia, convocada pelo presidente da província, José Félix Pereira de Burgos, negou autorização ao barco para subir o Amazonas. Nacionalismo exagerado, receio de infiltração estrangeira? Barcos estrangeiros já visitavam continuamente o porto de Belém para o intercâmbio mundial. Vinham da Europa e dos próprios Estados Unidos. O que fez a assembléia decidir negativamente encontra explicação no fato de ter sido considerado que um barco a vapor, daquele tipo e tonelagem, constituiria a ruína de todo um vasto serviço de transporte de pessoas e mercadorias que existia na região, serviço que se operava continuamente com embarcações do mais variado tipo e tonelagem e assegurava o pão de cada dia a centenas de mestres e tripulantes dessas mesmas embarcações. O barco norte-americano surgia como concorrente que faria a ruína de todos. A idéia de que, por meio dele, começaria uma nova etapa na vida regional não ocorreu naquele instante, embora posteriormente houvesse sido considerada, por elementos da própria Amazônia, que tentaram a organização de empresas que usariam novas embarcações, substituindo aquelas anteriores, de tanta inferioridade material.

O episódio acarretou aborrecimentos para o governo imperial, uma vez que dele decorreu uma ação judiciária da companhia contra

o Brasil, sob a alegação de perdas e danos causados pelo próprio governo imperial. É que a companhia fora constituída por sugestão de nosso primeiro representante nos Estados Unidos, Silvestre Rebelo, que, aliás, cumprira determinação do Rio de Janeiro.

Uma campanha nos Estados Unidos dirigida, orientada e mantida muito habilmente pelo oficial da marinha norte-americana – Matthew Fontaine Maury, que em conferências, artigos e livros sustentou que o Brasil não tinha o direito de manter fechado ao mundo o Amazonas e seus tributários, pois com essa política da porta fechada estava impedindo o acesso a matérias-primas, essenciais ao progresso e ao bem-estar da humanidade. A representação brasileira em Washington arreceu-se do que acontecia. Em livro documentadíssimo, Sabóia de Medeiros estudou o assunto. Os receios de que houvesse plano de ocupação do espaço amazônico tomou corpo. No Brasil mesmo, a matéria passou a ser motivo de debate na imprensa e no Parlamento. Tavares Bastos visitou a região, sobre ela escrevendo famoso livro – *O vale do Amazonas*. Em artigos na imprensa carioca, mais tarde reunidos em volume, as *Cartas do solitário*, defendeu a revogação da orientação brasileira da porta fechada. O Conselho de Estado tomou conhecimento da matéria, fixando ponto de vista oficial – o Amazonas deveria ser franqueado ao mundo, cedendo-se à pressão norte-americana? Haveria realmente, o perigo de, atrás dessa tese dos interesses da humanidade, encontrar-se o propósito de uma ocupação daquele mundo imenso sobre que se afirmavam tantas verdades e tantas inverdades? Dois oficiais da marinha norte-americana, Herdon e Gibbon, por determinação do Senado norte-americano, tinham visitado a Amazônia, elaborando vasto relatório publicado em três volumes, um dos quais só de cartas geográficas.

A Amazônia, a essa altura, era um autêntico deserto. Sua população crescia lentamente. A dispersão dessa população era um dos elementos negativos a considerar. De certo modo, no entanto, essa dispersão valera para ampliar a base física do Império, primeiro do império de Portugal na Sul América, depois do Império brasileiro. A sustentação da soberania brasileira encontrava realmente naqueles pequenos núcleos urbanos e naquela dispersão populacional o elemento positivo para sua afirmação. O Império não pudera ainda adotar orientação que visasse à integração da área pela execução de uma política humana e de utilização metódica, ordenada, dos recursos naturais existentes e disponíveis. A era da borracha, que provo-

caria o *rush nordestino*, estava ainda no nascedouro. Uma consciência regional de firme fidelidade ao Brasil era evidente. Em todo caso, começava a formar-se um novo estado de espírito utilitário – era necessário permitir que o Amazonas fosse viajado pelas bandeiras amigas para que pudesse progredir. Em ofício de março de 1858, João da Silva Carrão, que presidia o Pará, dizia ao ministro do Império, alarmadíssimo com o que estava sucedendo – já se falava em apresentar proposição à Assembléia Provincial, sustentando a conveniência de urgentemente o Brasil abrir o Amazonas à navegação universal, como meio mais rápido e seguro de assegurar o progresso e o bem-estar.

Em pareceres continuados que se votaram no Conselho de Estado, sob a presidência do próprio imperador Pedro II, sustentou-se que essa nova orientação só deveria ser adotada quando fosse julgado que os interesses soberanos do Brasil na região estavam suficientemente resguardados. Parecia profundamente perigoso, na oportunidade, qualquer passo em sentido contrário. A essa altura os países ribeirinhos, em particular o Peru, que abriu negociações conosco, adotaram a providência. Pressão externa? Objetivo nacional de desenvolvimento mais rápido, forçando o Brasil a revogar sua orientação e a permitir aos ribeirinhos um acesso ao mar pelo Atlântico de seu mundo amazônico?

O direito aos ribeirinhos foi-lhes assegurado, conquanto o governo brasileiro lhes tivesse feito compreender que a abertura final, mais ampla, só seria autorizada na hora própria. O Brasil não abria mão do procedimento. Essa medida civilizadora e que quando decretada não autorizou a concretização dos receios anteriores, ocorreu em 1866. Na tribuna do Parlamento imperial, representantes da Amazônia sustentaram a procedência do diploma. O projeto inicial foi apresentado pelo deputado Tito Franco de Almeida. O barão de Marajó, Domingos Antônio Raiol, reuniu em volume todo o debate havido. As opiniões variavam. Para uns haveria conveniência de algumas cautelas. Outros entendiam que a abertura não deveria conter restrições impeditivas ou comprometedoras dos objetivos do diploma. O *rush* da borracha canalizava população brasileira para a região. Ampliava-se o cenário físico. Novas áreas estavam sendo incorporadas ativamente. Rios e terras apenas vislumbrados nos dias da colônia e nos primeiros tempos do Império estavam sendo desbravados e ocupados para o negócio rendoso que provocava o

movimento migratório e, assegurando potencialidade econômica à região, assegurava igualmente ao Império maiores recursos em sua balança de exportação. A Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas, que Mauá organizou a pedido do governo imperial, servia aos interesses mercantis do Império e dos vizinhos a que também prestava o seu concurso.

Erráramos quando teimáramos em manter fechado o rio ao mundo antes de 1866? Tínhamos adotado políticas diferentes no Prata e no Amazonas? Havia bifrontismo na orientação do Brasil na condução daquele aspecto da política exterior do país? Os interesses brasileiros, em todos os instantes foram defendidos bravamente pelas decisões do Conselho de Estado que, em nenhum momento, claudicou ou abandonou as teses que, desde os primeiros momentos, nos dois episódios, adotou com muito acerto e muito senso cívico. Esses interesses não significavam, de qualquer modo, atos impeditivos do progresso, do bem-estar e da segurança de outros países. Esse um ponto que nos parece real. Sem menosprezar os demais membros da comunidade continental, no Prata e no Amazonas, o Brasil seguiu caminhos dignos, nem sempre compreendidos, mas sempre libertos do primarismo de uma negação ao direito dos demais. Presidia as reuniões do Conselho de Estado, na seção dos Negócios Estrangeiros, sua majestade d. Pedro II que seguramente estaria integrado no espírito dominante na corporação. Não se conhece qualquer manifestação sua em contrário. O que há é a sua preocupação constante de que o conselho estudasse e desse a decisão que consubstanciaria a política governamental. Não temos, portanto, porque nos condenarmos na política que seguimos com relação ao uso das duas bacias. Na ordem interna foi promovido o estudo da importância das bacias menores. Na ordem externa, sem desservir aos outros, defendemos princípios liberais e utilitários, essenciais no momento.

*Artur César Ferreira Reis*

### Fontes compulsadas

- CALÓGERAS, Pandiá. *Da Regência à queda de Rosas*. São Paulo, Edit. Nacional, 1933. (Brasiliana, vol. 15).
- CARVALHO, Delgado de. *História diplomática do Brasil*. São Paulo, Edit. Nacional, 1959.
- CONSELHO DE ESTADO. *Pareceres*; em original no Arquivo do Itamarati.
- DOCA, Sousa. *O Brasil no Prata*. Porto Alegre. Tipografia do Centro, 1931.
- GALVEZ, Jaime. *Rosas y la navegación de los nuestros rios*. Buenos Aires. Lilveria Huemul, 1955.
- KROEBER, Clifton B. *La navegación de los rios en la historia Argentina*. Buenos Aires, 1967.
- LOBO, Hélio. *Coisas diplomáticas*. Rio de Janeiro, Leite Ribeiro, 1918.
- MAGARINOS DE MELO, Mateo. *La política exterior del Imperio del Brasil y las intervenciones en el Río de la Plata*. Madrid. Instituto Gonzalo Fernandez de Oviedo. Consejo Superior de Investigaciones Científicas.
- MEDEIROS, Fernando Sabóia de. *A liberdade da navegação do Amazonas*. São Paulo, 1938.
- MORAIS, Eduardo José de. *Navegação interior do Brasil*. Rio de Janeiro, s.c.p., 1969.
- MUNILLA, Otávio Gil. *El Rio de la Plata en la política internacional*. Sevilla, Consejo Superior de Investigaciones Científicas. Escuela de Estudios Hispano-Americanos.
- ONETO Y VIANA, Carlos. *La diplomacia del Brasil en el Rio de la Plata*. Montevideo, Libreria Claudio Garcia, 1906.
- QUESADA, Vicente G. *La política del Brasil con las republicas del Rio de la Plata*. (Historia diplomática Latino-Americana, v. III). Buenos Aires, Vacearo, 1918-1920.
- REIS, Artur César Ferreira, “Panorama econômico-financeiro do 2º Reinado. Navegação fluvial especialmente a do Amazonas”. Rio de Janeiro, *Anais do III Congresso de História Nacional (IHGB)*, 1941, vol. IV.
- ROSA, José Maria. *La caída de Rosas*. Madrid, Instituto de Estudios Políticos, 1958.
- SOUSA, José Antônio Soares de. “À margem de uma política: 1850-52.” *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, vol. 221, 1953.
- \_\_\_\_\_. *A vida do visconde do Uruguai*. São Paulo, Edit. Nacional, 1944. (Brasiliana, vol. 243).
- VASCONCELOS, Mário de. *Motivos de história diplomática do Brasil*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1930.
- VIANA, Hélio. *História diplomática do Brasil*. Rio de Janeiro, Bib. do Exército, 1958. (Biblioteca militar, vols. 247-248).

## **D. Pedro e o Parlamentarismo**

1. O parlamentarismo não estava instituído na Carta de 1824. Esta não estabelecia nenhuma dependência entre os ministros e a maioria do Parlamento. Pelo contrário, entre os poderes do imperador estava expressamente o de nomear e demitir “livremente” os ministros de Estado. A doutrina parlamentarista, de tipo inglês, vai penetrar em nossos costumes políticos por um movimento de cultura, através dos políticos e dos publicistas.

2. Desde o Primeiro Reinado, já na primeira legislatura, o deputado Bernardo Pereira de Vasconcelos, que seria mais tarde o organizador do partido “da ordem”, “do regresso”, ou simplesmente partido conservador, começa a exigir o cumprimento dos costumes parlamentares ingleses, argumentando com os princípios adotados nas nações civilizadas. Fora da Câmara, e depois dentro dela, o publicista Evaristo da Veiga, embebido de leituras inglesas e francesas, apela seguidamente para os precedentes parlamentares europeus.

3. Se tomarmos o termo parlamentarismo no sentido genérico de preeminência do legislativo na organização do gabinete, só vamos encontrar sinais de sua força no período regencial. No Primeiro Reinado, d. Pedro, posto que de espírito liberal e bom leitor de Benjamin Constant, seu publicista preferido, jamais admitiu outra interpretação ao artigo 101, alínea VI (“nomeando e demitindo livremente os ministros de Estado”) que não fosse a literal.

4. A primeira vez em que a força da maioria parlamentar se fez sentir decisivamente sobre o executivo foi durante a regência de Feijó, quando a oposição conservadora cria tais embaraços ao governo que o regente capitula e prefere renunciar a substituir os seus ministros, apegando-se exatamente ao mesmo texto constitucional que d. Pedro I citava diante de seus opositores. Aliás Feijó detestava o sistema parlamentar.

5. O Brasil vai iniciar o Segundo Reinado com algumas noções definitivamente incorporadas à sua experiência política; a principal é a necessidade de um poder central forte e prestigiado. Isto conduzirá a uma veneração pela monarquia por parte de todos os que testemunharam e sofreram os perigos da Regência. Quando eles começaram a diminuir, cedendo o poder a uma nova geração que não conhecera aqueles riscos, o ideal monárquico começará a esfriar. A reação monárquica foi um movimento espontâneo do início do reinado. A idéia de república estava no ar. Já então a monarquia era cognominada “a planta exótica”. A nação, porém, preferiu “um regime, quando mais não fosse, que procurava acreditá-la como nação livre aos olhos do mundo e tinha interesse próprio em que a luz da mais crua publicidade se projetasse sobre cada ato dos ministros responsáveis, em que o chefe de Estado era o confidente natural da oposição, à vanglória de ser classificada entre as repúblicas americanas com suas dinastias de ditadores” \*.

O retorno à monarquia era tão forte que a reação liberal contra o domínio conservador, longe de encaminhar-se para a república, levantou a bandeira da *maioridade*, isto é, da antecipação da data em que o imperador devia assumir o governo pessoal. Foi o movimento chamado maiorista. Disso resultou a subida ao trono de um imperador com 15 anos incompletos e a criação de uma forte mentalidade monárquica.

6. As instituições políticas que compõem o panorama do Segundo Reinado são, além dos órgãos constitucionais, estes elementos novos trazidos pela experiência política: os partidos em formação e uma mentalidade parlamentarista. Note-se que o texto constitucional não menciona sequer a existência de *partidos*, instrumento essencial ao funcionamento do governo, mas desconhecido dos textos legais.

O teorista mais citado não é mais o suíço afrancesado Benjamin Constant. É o inglês Bagehot, autor de um livro clássico sobre o governo de gabinete ao qual Nabuco dedica um capítulo de seu livro de memórias: *Minha formação*.

7. Acrescente-se a restauração do Conselho de Estado, ou melhor, como preferiam dizer os conservadores, a criação de um novo órgão chamado Conselho de Estado (porque o existente pela Carta de

---

\*. Nabuco, *Um estadista do Império*, Rio, III, 1889.

de 1824 fora suprimido pelo ato adicional). Acima de tudo estava a cultura política do novo imperador, disposto a representar ou, ao menos, a figurar, como representando o papel de chefe de Estado num regime de gabinete, ainda que a Carta lhe conferisse poderes muito mais amplos.

8. O que se esperava da presença do imperador à frente do governo foi obtido de fato, mas dentro de alguns anos somente. Os liberais, que assumem o poder em 1840, são logo sucedidos pelos conservadores em 1841. O movimento reacionário que vinha da Regência prossegue vitorioso. Um grande ponto marcado pela reação foi a lei de 3 de dezembro de 1841, que alterou o Código do Processo Criminal de 1832, e organizou a polícia, centralizando-a, e tornando-a uma das peças básicas da administração imperial. Oliveira Viana considera esta lei uma das mais admiráveis elaborações políticas do país.

As vice-presidências das províncias passaram, depois, igualmente a ser de nomeação do poder central.

9. Em linhas gerais, a história parlamentar do Império pode ser esquematizada dentro dos seguintes quadros:

Os conservadores, sob a Regência de Araújo Lima, estavam realizando uma política visando especialmente à centralização e fortalecimento da unidade nacional. Contavam com grandes nomes na política, ilustres pela cultura e pela experiência: Bernardo Pereira de Vasconcelos, Honório Hermeto Carneiro Leão (futuro marquês de Paraná), Joaquim José Rodrigues Torres (futuro visconde de Itaboraí) e Paulino José Soares de Sousa (futuro visconde de Uruguai). Poucas vezes uma organização política reunia tantas capacidades. Fora a aliança destes estadistas que criara tal situação na Câmara dos Deputados forçando a queda de Feijó.

10. Os liberais, que haviam tido sob Feijó o apogeu de seu partido, mas que se haviam enfraquecido pelas dissensões internas, não se conformavam com a subida dos conservadores e com as tendências políticas que chamavam de regressistas. Continuavam a sustentar, acima de tudo, os chamados “princípios de 1831”, enunciados por Evaristo da Veiga, e que constituem o núcleo doutrinário do liberalismo brasileiro. Sua figura mais importante era ainda Feijó, mas que se encontrava gravemente enfermo. A oposição a Araújo Lima

se fortaleceu com o correr do tempo com a adesão de correntes importantes, como a dos Andradas (Antônio Carlos e Martim Francisco. José Bonifácio falecera em 1838) e os Holanda Cavalcanti, de Pernambuco, especialmente o futuro visconde de Albuquerque (Antônio Francisco de Paula e Holanda Cavalcanti de Albuquerque), chefe de sua influente família.

11. A desunião dos conservadores vai, por sua vez, facilitar o avanço dos liberais. O senador José Martiniano de Alencar, ardente liberal cearense, fundou em abril de 1840 um clube político, com o nome de Clube da Maioridade, cujo fim era fazer a propaganda da antecipação do governo pessoal de d. Pedro II. Compunham-no os liberais tradicionais, fiéis aos ideais de Evaristo, os irmãos Andrada, os irmãos Holanda Cavalcanti e seus liderados (por isso chamados holandeses), os liberais mineiros, com os irmãos Ottoni, os padres José Bento Leite Ferreira de Melo e José Antônio Marinho, Limpo de Abreu (depois visconde de Abaeté), português integrado na política mineira, o baiano Acaiaba de Montezuma (depois visconde de Jequitinhonha).

12. Os maioristas, como eram então conhecidos, tentaram primeiro a vitória por meios legais e regulares. Nesse sentido foi apresentado ao Senado um projeto declarando o imperador maior desde logo. Tinha ele 15 anos incompletos. Contavam os maioristas obter os votos dos fiéis monárquicos, amigos do primeiro imperador, que preferiam ver a chefia do país entregue a um príncipe de sangue. De fato, quase venceram. O projeto foi rejeitado por 18 votos contra 16. Alarmaram-se os conservadores. Entretanto crescia a propaganda entre as classes populares, por meio de panfletos, canções, folhetos e lembranças.

13. Honório Hermeto Carneiro Leão, líder conservador, procurou encaminhar a questão para as fórmulas legais, propondo a reforma da Constituição no ponto em que fixava a data da maioridade do monarca. A questão, porém, já inflamara a opinião pública. O debate ameaçava ser duro. O regente chamou para a Pasta do Império o estadista que lhe pareceu capaz de deter a onda, e do qual se separara por questões pessoais: Bernardo Pereira de Vasconcelos. Este só foi ministro nove horas. Apenas empossado, enviou à Câmara um decreto adiando a reunião do Parlamento para o dia 2 de dezembro, quando o imperador completaria 15 anos. (Note-se que o regente não tinha poderes para dissolver a Câmara e convocar

novas eleições, como poderia fazer o imperador quando no exercício do chamado poder moderador).

14. O adiamento, porém, veio tarde. Apenas lido o decreto, Antônio Carlos, em hábil golpe parlamentar, informado de que o Senado ainda não tomara conhecimento do ato, deixou a Câmara. Dirige-se à câmara alta, acompanhado pelos maioristas, dizendo: “Quem for brasileiro e patriota que me acompanhe”. O Senado transformou-se, então, com a incorporação dos maioristas, quase numa convenção. Ficou evidente que naquelas circunstâncias seria impraticável uma solução normal. Não dispendo o governo da força militar para poder agir contra a reunião do Senado, só lhe cabia capitular. Uma delegação de senadores e deputados vai a palácio pedir ao jovem imperador que assumira desde logo as rédeas do governo para salvar o país da anarquia.

15. O procedimento do regente foi impecável. Limitou-se a perguntar ao imperador se ele queria convocar as Câmaras para prestar o juramento daí a algum tempo ou imediatamente. O imperador teria respondido: “Quero já”, resposta que se referia a esta questão complementar. Não havia realmente outra solução. Uma vez admitida a antecipação da maioria, melhor seria assumir o governo logo, com todas as formalidades. Foi o que se fez. A 23 de julho de 1840 d. Pedro II iniciou o seu governo pessoal.

16. Vai-se iniciar, então, nova fase em nossa história política. O novo imperador é um conhecedor e admirador das formas de governo liberais da Europa. Procura seguir as regras do parlamentarismo inglês que já estava sendo adotado por outros países, segundo a fórmula: o rei reina, mas não governa. Com o correr dos tempos, a alternância dos partidos vai adquirir uma certa regularidade. Assim, como era natural, o 1º gabinete foi organizado com os elementos que mais haviam contribuído para a maioria, como os irmãos Andradas (Antônio Carlos e Martim Francisco), os dois irmãos Holanda Cavalcanti (Antônio Francisco e Francisco), Limpo de Abreu e Aureliano Coutinho.

17. Primeira situação – (liberal).

Foi esta a primeira situação partidária do Segundo Reinado. Muito curta, porque se limitou a este gabinete, cognominado, pela presença de dois pares de irmãos, “ministério das famílias”. Em

breve entrou em crise. Em 1840 deviam realizar-se as eleições para a 5ª legislatura (pela lei vigente as eleições eram feitas no penúltimo ano da legislatura anterior). Na ânsia de obter maioria garantidora da estabilidade da situação, já que a 4ª legislatura fora predominantemente conservadora, o governo, especialmente Antônio Carlos, ministro do Império, exerceu forte pressão sobre o eleitorado. O pleito foi conhecido como o das “eleições a cacete”. As queixas foram clamorosas e chocaram o jovem imperador, atento, desde então, à imprensa. Além disso os ministros entraram em divergência quanto ao problema da pacificação do sul.

18. *Segunda situação – (conservadora).*

Nessas circunstâncias, em 1841 chamou o imperador ao poder novamente os conservadores, com um gabinete que tinha como figura principal Araújo Viana (depois marquês de Sapucaí). Os conservadores prosseguiram então no caminho da centralização e do fortalecimento do poder central. Duas leis de grande importância foram então votadas: a que criou o novo Conselho de Estado e a que reformou o Código do Processo Penal (lei de 3 de dezembro de 1841). Esta última lei organizou a polícia em todo o território brasileiro, criando o cargo de chefe de polícia nas províncias. Deve-se à competência do maior jurisconsulto do partido – Paulino José Soares de Sousa, depois visconde do Uruguai.

Quando devia instalar-se a Câmara eleita em 1840, o imperador usou, pela primeira vez, do seu direito de dissolução, convocando imediatamente novas eleições. Não se conformaram os liberais e a reação foi violenta. Recorreram às armas. Em 1842 revoltaram-se os liberais paulistas e mineiros. Caxias, incumbido de dominar o movimento, venceu facilmente os paulistas, entrando em Sorocaba, onde se haviam concentrado. O chefe militar, brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar, escapou, mas o padre Feijó foi preso e julgado pelo Senado como rebelde. Em Minas a revolta foi muito mais grave. No violento combate de Santa Luzia houve sérias perdas de ambos os lados. O presidente revolucionário, José Feliciano Pinto Coelho da Cunha (depois barão de Cocais) fugiu. Teófilo Ottoni esforçou-se por manter o ânimo revolucionário, mas em vão. Presos os chefes revolucionários, foram tempos depois anistiados.

O 3º gabinete, ainda conservador, contou como figura principal Honório Hermeto Carneiro Leão, depois marquês de Paraná.

19. Terceira situação – (liberal).

Em 1844, a fim de pacificar os ânimos, chamou o imperador ao poder novamente os liberais, evitando os luzias (nome dado aos exaltados em virtude do combate de Santa Luzia). A maior figura da equipe liberal é então Alves Branco (2º visconde de Caravelas), autor do Código do Processo de 1832. É ele que denuncia o tratado de comércio com a Inglaterra e inicia uma política protecionista, aprovando as chamadas tabelas Alves Branco.

Já no 5º gabinete aparecem liberais mais ardentes, como Limpo de Abreu e Holanda Cavalcanti. É este quem praticamente organiza o 6º gabinete, em que se inicia uma política de atenuação partidária, com certa tendência para a conciliação, idéia que o imperador tinha em mente.

Em 1847 dá-se um grande passo para o aperfeiçoamento do regime parlamentar com a criação da Presidência do Conselho, órgão que completa o mecanismo do chamado governo de gabinete. Alguns estadistas haviam de fato liderado seus colegas. Mas agora cria-se um “chefe do governo”, figura distinta do “chefe do Estado”, que era o imperador. O primeiro a ocupar tal posto foi Alves Branco. Seu gabinete contou com a participação do senador Vergueiro, veterano das hostes liberais, antigo membro da Regência, e Paula Sousa, paulista que tomara parte nas lutas pela independência. Mais dois curtos gabinetes chefiados pelo visconde de Macaé e por Paula Sousa esgotaram as possibilidades liberais.

20. Quarta situação – (conservadora).

Em 1848 voltam os conservadores com um gabinete chamado “das águias”, chefiado pelo antigo regente, o marquês de Olinda. Pela última vez reagiu pela violência o partido vencido: foi a revolução chamada “Praieira” em Pernambuco.

Deve-se a esse gabinete uma lei da maior importância para a economia do país, a chamada “lei de terras”. Dispunha sobre a concessão e a propriedade do solo e sobre a colonização. Eram os prin-

cípios de nova política agrária. Desse mesmo gabinete e do mesmo ano de 1850 é o decreto que determina a cessação do tráfico africano, que a energia de Eusébio de Queirós porá em execução em 1854. Ainda desse mesmo ano é o Código Comercial, ainda em vigor.

O 11º gabinete, conservador, tem como chefe o visconde de Itaboraí.

#### 21. Conciliação.

Em 1853 o imperador julgou possível organizar um gabinete de base conservadora, mas que admitisse a colaboração de elementos de origem não partidária, escolhidos pela sua competência especializada. Era a política chamada de “conciliação”. Executou-a um estadista de forte personalidade, o marquês de Paraná, a maior expressão do poder civil no Império. Nele figuraram Nabuco de Araújo, grande juriconsulto que será depois um dos grandes chefes liberais; Limpo de Abreu (visconde de Abaeté), antigo luzia, que se tornará ferrenho conservador; João Maurício Wanderley, futuro barão de Cotegipe, uma das maiores expressões do conservantismo no final do regime; Luís Pedreira do Couto Ferraz, visconde de Bom Retiro, político moderado, autor de uma séria reforma do ensino; José Maria da Silva Paranhos, visconde do Rio Branco, que chefiará depois o mais longo e brilhante gabinete do Império e, finalmente, Caxias, que se tornaria o patrono do exército.

Paraná faleceu em 1856, mas a conciliação prosseguiu sob a presidência do Conselho de Caxias. Os ministérios que se seguem têm uma coloração partidária menos nítida. O marquês de Olinda, em 1857, organiza um gabinete que foi chamado “do equilíbrio”. Chefiado por um conservador, admitiu na Pasta da Fazenda um expoente do liberalismo que foi o visconde de Sousa Franco, que tentou uma arrojada política financeira. Era, pois, ainda o espírito da conciliação que dominava.

Em dezembro de 1858, a situação conservadora mantém como chefe de gabinete um antigo luzia, o visconde de Abaeté, convertido ao conservantismo.

O 16º gabinete, chefiado pelo marquês, depois duque de Caxias, volta a ser mais nitidamente conservador.

22. Sexta situação – (liberal). A Liga Progressista.

Após a conciliação as câmaras conservadoras ainda admitiam a colaboração de figuras liberais. Mas em 1862 deu-se um movimento oposto. Foram os liberais que se fortaleceram e admitiram a colaboração de certos conservadores chamados “progressistas”, nome que passaram a usar todos os componentes do que se passou a chamar a Liga Progressista. O homem que encarnou essa corrente política foi o conselheiro Zacarias de Góis e Vasconcelos, professor e administrador famoso, que chefiou três gabinetes na situação liberal que durou de 1862 a 1868. Nela também aparece, desta vez chefiando liberais, o antigo chefe conservador marquês de Olinda.

Em 1868, chefiava o 22º gabinete, organizado em 1866, o conselheiro Zacarias de Góis e Vasconcelos, apoiado fortemente por uma Câmara liberal, quando o imperador chamou para presidente do Conselho o grande líder conservador visconde de Itaboraí.

23. Sétima situação – (conservadora).

O novo gabinete, com os grandes ases conservadores, visconde do Rio Branco, barão de Cotegipe, conselheiro Paulino José Soares de Sousa, começou por dissolver a Câmara dos Deputados, que era maciçamente liberal. O choque foi tremendo. Os liberais até então cindidos entre liberais “históricos” e “progressistas”, fundiram-se novamente para fazer oposição aos conservadores. Um manifesto vibrante, redigido pelo conselheiro Nabuco de Araújo, propondo programa complexo, terminava pelas palavras “reforma ou revolução”. Em breve destacavam-se deste grupo os chamados liberais “radicais”, fundando centros em todo o país. Os mais exaltados chegaram até a repudiar a Monarquia. Em fins de 1870 surgiu, enfim, o manifesto republicano, no qual, em meio aos novos, apareciam alguns nomes que já haviam colaborado com o partido liberal, como o conselheiro Joaquim Saldanha Marinho, Cristiano Ottoni e Lafayette Rodrigues Pereira.

Uma série de panfletos, tal como se dera em 1848, assinalou a mudança de situação. Os conservadores mantiveram-se, porém, no poder através de sucessivas eleições até 1878. Foi novamente um período fértil de grandes reformas. Ao gabinete Itaboraí seguiu-se o efêmero governo do marquês de São Vicente, cuja função foi, porém, a de preparar a grande reforma que o imperador tinha tomado a peito, que era a libertação dos escravos nascidos no Brasil.

Foi essa a glória do mais longo e profícuo gabinete de d. Pedro II: o do visconde do Rio Branco que durou de 7 de março de 1871 a 25 de junho de 1875. Tal como seu grande chefe na conciliação, Rio Branco cercou-se de um grupo de excepcional valor para empreender o seu programa. A reforma judiciária de 1871 aperfeiçoou e ampliou a lei de polícia de 1841.

A esse gabinete sucede, mais uma vez, o velho duque de Caxias, que tem como ministro da Fazenda o barão de Cotegipe, seu verdadeiro Cireneu. É, por isso, este gabinete conhecido como Caxias-Cotegipe.

#### 24. *Oitava situação – (liberal).*

Em 1878, julgando urgente a reforma eleitoral, criando o censo direto, o imperador entendeu que devia caber aos liberais a elaboração dessa lei. Chamou, assim, ao poder, diante das Câmaras maciçamente conservadoras, um presidente do Conselho liberal. Situação semelhante à que se dera dez anos antes. Coube aos liberais justificar a medida em face dos princípios parlamentares e aos conservadores levantar os protestos e reclamações, que não foram menos violentos que os dos liberais. Também alguns perdem a fé no regime.

Dissolvida necessariamente a Câmara, estabelecem novo domínio os liberais. O 1º gabinete, chefiado pelo visconde de Sinimbu, tentou a mudança da lei eleitoral através de uma reforma constitucional, pelo mesmo processo adotado na aprovação do ato adicional, em 1834. Não conseguiu, porém, a concordância do Senado. Dos auxiliares de Sinimbu destaca-se Carlos Leôncio de Carvalho que, por um decreto ousado, reforma o ensino; Silveira Martins, que aliás rompeu com o gabinete e passou a liderar a dissidência; Lafayette Rodrigues Pereira, que abandonou as linhas republicanas, e o general Osório (marquês de Erval), a grande figura liberal das forças armadas.

A Sinimbu sucedeu José Antônio Saraiva, que se propôs a modificar o sistema eleitoral por meio de uma simples lei ordinária e o conseguiu. Esta lei introduziu alterações fundamentais em nosso sistema: criou-se um corpo eleitoral permanente, estabeleceu-se a eleição direta por distritos de um só deputado, alargou-se o direito de voto, baixando-se consideravelmente a renda exigida e permitindo-se o voto aos acatólicos e aos analfabetos.

Saraiva foi sucedido por três curtos gabinetes, chefiados por Martinho Campos, pelo visconde (depois marquês) de Paranaguá e por Lafayette Rodrigues Pereira. Em 1884 os liberais vão tentar, sob a chefia de Manuel Pinto de Sousa Dantas, conduzir a campanha pela libertação dos escravos, tema que apaixonava a opinião pública e que os gabinetes não ousavam incluir nos programas. Seu malogro, após intensa luta, leva ao poder o hábil conselheiro José Antônio Saraiva, que obtém uma lei bastante atenuada, libertando os velhos de mais de sessenta e cinco anos.

25. Décima situação – (conservadora).

Após Saraiva sobe o barão de Cotegipe, chefe conservador, que consegue, como de costume, a dissolução da Câmara e uma nova eleição em que foi amplamente vitorioso. Era impossível, porém, conter o movimento abolicionista crescente. Em 1888, a mesma Câmara que apoiara Cotegipe, contrário à abolição, votou a lei de 13 de maio, com a abolição total e sem indenização, proposta pelo novo chefe do gabinete, o conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira.

26. Décima primeira e última situação – (liberal).

Em 7 de junho de 1889, diante de uma Câmara conservadora em sua maioria, o imperador chama o visconde de Ouro Preto para organizar o gabinete. Dissolvida a Câmara, são feitas novas eleições. A 20 de novembro instalar-se-ia a 21ª legislatura. O governo estava vitorioso. O resultado fora um êxito completo para a situação. Os liberais dispunham de maioria ampla e os republicanos haviam sido totalmente excluídos. Já se reuniam em sessões preparatórias os eleitos, conferindo os seus diplomas, quando na madrugada de 15 de novembro um movimento militar depôs o gabinete e alterou o regime. Cessara a Monarquia e terminara a experiência parlamentarista.

As bruscas mudanças de eleitorado, sempre apoiando os gabinetes escolhidos pelo imperador, demonstram que faltava autenticidade em nossa representação parlamentar. Mas é também fora de dúvida que o regime caminhava para um aperfeiçoamento constante, especialmente após a lei eleitoral de Saraiva. É igualmente certo que, com todas as deficiências, a experiência parlamentarista legou ao país duas grandes lições: a primeira foi a necessidade, para

os partidos, de terem sempre preparada uma elite capaz de assumir as pastas, as presidências de províncias e os altos postos da administração. Daí a formação de uma camada política de primeira ordem; a segunda foi a confiança na alternativa dos partidos, que não somente diminuía o recurso à violência para a reconquista das posições, mas ainda evitava a formação das oligarquias locais. De um modo geral, o regime teve aspectos benéficos e não obstou um progresso material considerável.

27. Este foi o grande título de glória da monarquia: o aprendizado da equipe dirigente em torno do mestre que foi o imperador. Uma fraca e dispersa elite e um péssimo sistema eleitoral não permitem que se considere autêntico o parlamentarismo ensaiado. Mas a verdade é que o país se habituou à sucessão e à alternância dos partidos. Duas grandes vantagens, indiscutíveis, daí decorreram: uma preocupação dos partidos de terem equipes e técnicos aptos a ocuparem as posições, uma vez chamados ao poder; outra, a noção do respeito ao adversário e a conformidade com a derrota, ou, o que se poderia chamar, a elegância no jogo da política. Sob a aparência de violentos protestos e objurgatórias, os partidos no ostracismo esperavam a vez de voltar aos conselhos da Coroa.

28. A propaganda federalista lançou mais um elemento na complexa questão: era possível adotar o federalismo sem destruir o regime parlamentar? No famoso voto em separado, apresentado no Congresso do partido liberal em 1889, Rui Barbosa nem sequer alude ao suposto conflito. Apenas atribui às províncias poderes para indicar os seus presidentes. Nos projetos apresentados ao Parlamento por Joaquim Nabuco tampouco se coloca a questão. Só mais tarde é que se vai alegar que a adoção da federação implicava inevitavelmente em abandono do parlamentarismo, aliás detestado pelos positivistas que predominavam nos meios republicanos. Realmente àquela época não havia modelo europeu de conciliação de regime parlamentar com sistema federal. Só mais tarde a Constituição de Weimar vai conseguir esse modelo, também seguido por Kelsen na Constituição da Áustria.

29. Para o estudo dos gabinetes e situações é imprescindível o trabalho organizado pelo barão de Javari, chefe de secretaria da Câmara dos Deputados, *Organizações e programas ministeriais desde 1822 até 1889*. Rio, 1889 (reeditado pelo Arquivo Nacional em 1962 sob o título *Regime parlamentar no Império*). Contém a lista

dos gabinetes e seus programas, principais atos, a nominata dos deputados em todas as legislaturas, dos senadores, dos conselheiros de Estado e dos presidentes de províncias. São úteis igualmente os livros de Afonso d'E. Taunay: *O Senado do Império*, S. Paulo, 1942 e *A Câmara dos Deputados sob o Império*. S. Paulo, 1950 (ainda que lhes faltem índices que lhes multiplicaria a utilidade).

Como estudos teóricos mencionem-se: Olímpio Ferraz de Carvalho: *Sistema parlamentar*. S. Paulo, 1933; Otacílio Alecrim: *Idéias e instituições no Império*. Rio de Janeiro, 1953; Nestor Massena: *Direito parlamentar no Brasil*. Rio de Janeiro, 1947.

O mais completo panorama da vida política no Império é o sempre citado livro de Joaquim Nabuco: *Um estadista do Império*, Rio de Janeiro, 1897-1899. Veja-se, ainda, José Maria dos Santos: *Política geral do Brasil*. S. Paulo, 1930; Nelson Werneck Sodré: *Panorama do Segundo Império*. S. Paulo, 1939 (Coleção Brasileira). É preciso ainda ler alguns ensaios não de historiadores, mas de grande acuidade sobre o regime monárquico, como o de Euclides da Cunha: "Esboço de história política: da Independência à República" em *À margem da História*. Porto, 1901, e Gilberto Amado: "As instituições políticas e o meio social no Brasil", em *À margem da História da República, inquérito por escritores da geração nascida com a República*. Rio, 1924.

Dos grandes panfletos políticos da época, os mais importantes são o de Justiniano José da Rocha: *Ação, reação, transação*. Rio, 1855 e Teófilo B. Ottoni: *Circular aos srs. eleitores*. Rio, 1860.

Convirá ainda estudar a biografia do imperador em trabalhos como as *Contribuições para a biografia de d. Pedro II*. Tomo especial da Rev. do Inst. Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio, 1925 e em obras como a de Heitor Lira: *História de d. Pedro II*. 3 vols. S. Paulo, 1938-1940 (Col. Brasileira) e Mary Williams: *D. Pedro, The Magnanimous*. Univ. of North Carolina Press, 1937.

Mencionem-se ainda os seguintes artigos: J. P. Galvão de Sousa: "Parlamentarismo no Brasil", *Digesto econômico*, I, 1952; Milton Campos: "Federação e parlamentarismo", *ibidem*, I e II, 1962; Miguel Reale: "Aspectos do parlamentarismo brasileiro", *ib.*, XI-XII, 1961; Raul Pilla: "O regime parlamentar", *ib.*, XI-XII, 1957; José Augusto: "Parlamentarismo". *Ib.*, III-IV, 1962; Afonso Arinos de Melo Franco: "Minha evolução para o parlamentarismo". *Ib.*, VII-VIII, 1957.

*Américo Jacobina Lacombe*

## **Apêndice I**

### Legislaturas

#### *1ª legislatura: 1826–1829*

1826 – 1ª sessão – 06/05 a 06/09 – Ordinária

1827 – 2ª sessão – 03/05 a 16/11 – Ordinária

1828 – 3ª sessão – 03/05 a 20/09 – Ordinária [Eleição para a 2ª legislatura]

1829 – 02/04 a 03/05 – Extraordinária

1829 – 4ª sessão – 03/05 a 03/09 – Ordinária

#### *2ª legislatura: 1830-1833*

1830 – 1ª sessão – 03/05 a 03/09 – Ordinária

1830 – 08/09 a 30/11 – Extraordinária

1831 – 2ª sessão – 03/05 a 01/11 – Ordinária

1832 – 3ª sessão – 03/05 a 21/10 – Ordinária [Eleição para a 3ª legislatura com poderes especiais para a reforma]

1833 – 10/04 a 03/05 – Extraordinária

1833 – 4ª sessão – 03/08 a 06/10 – Ordinária

#### *3ª legislatura: 1834-1837*

1834 – 1ª sessão – 03/05 a 01/10 – Ordinária [Votação do ato adicional]

1835 – 2ª sessão – 03/05 a 25/10 – Ordinária

1836 – 3ª sessão – 03/05 a 31/10 – Ordinária [Eleição para a 4ª legislatura]

1837 – 4ª sessão – 03/05 a 15/10 – Ordinária

#### *4ª legislatura: 1838-1842*

1838 – 1ª sessão – 03/05 a 20/10 – Ordinária

1839 – 2ª sessão – 03/05 a 01/11 – Ordinária

1840 – 09/04 a 03/05 – Extraordinária

1840 – 3ª sessão – 03/05 a 15/09 – Ordinária [Adiada em 22.07 e novamente convocada para 23/08. Eleição para a 5ª legislatura]

1841– 4ª sessão – 03/05 a 21/11 – Ordinária

#### *5ª legislatura: 1842-1844*

A Câmara eleita para a 5ª legislatura foi dissolvida em 01/05/1842 e convocada outra para 01/10, sendo adiada para 01/01/1843.

1843 – 1ª sessão – 01/01 a 03/05

1843 – 2ª sessão – 03/05 a 24/10

1844 – 3ª sessão – 03/05 a 24/05 – [Dissolvida a 24/05. Convocada para 01/01/1845]

*6ª legislatura: 1845-1847*

1845 – 1ª sessão – 01/01 a 03/05 – Ordinária

1845 – 2ª sessão – 03/05 a 14/09 – Ordinária

1846 – 3ª sessão – 03/05 a 04/09 – Ordinária

1847 – 4ª sessão – 03/05 a 18/09 – Ordinária

*7ª legislatura: 1848*

1848 – 1ª sessão – 03/05 a 05/10 – Ordinária [Adiada em 05/10 para 23/04/1849. Dissolvida a 19/02/1849. Convocada para 01/01/1850]

*8ª legislatura: 1850-1852*

1850 – 1ª sessão – 01/01 a 03/05 – Ordinária

1850 – 2ª sessão – 03/05 a 11/09 – Ordinária

1851 – 3ª sessão – 03/05 a 13/09 – Ordinária

1852 – 4ª sessão – 03/05 a 04/09 – Ordinária

*9ª legislatura: 1853-1856*

1853 – 1ª sessão – 03/05 a 25/09 – Ordinária

1854 – 2ª sessão – 07/05 a 12/09 – Ordinária

1855 – 3ª sessão – 03/05 a 04/09 – Ordinária

1856 – 4ª sessão – 03/05 a 20/09 – Ordinária

*10ª legislatura: 1857-1860*

1857 – 1ª sessão – 03/05 a 13/09 – Ordinária

1858 – 2ª sessão – 03/05 a 12/09 – Ordinária

1859 – 3ª sessão – 10/05 a 11/09 – Ordinária

1860 – 4ª sessão – 12/05 a 13/09 – Ordinária

*11ª legislatura: 1861-1863*

1861 – 1ª sessão – 03/05 a 15/09 – Ordinária

1862 – 2ª sessão – 04/05 a 04/09 – Ordinária

1863 – 3ª sessão – 03/05 a 12/08 – Ordinária [Dissolvida em 12/05/1863. Convocada para 1º de janeiro de 1864]

*12ª legislatura: 1864-1866*

1864 – 1ª sessão – 01/01 a 03/05 – Ordinária

1864 – 2ª sessão – 03/05 a 12/09 – Ordinária

1865 – 3ª sessão – 06/05 a 08/07 – Ordinária [Adiada em 08/07/1865 para 04/03/1866]

1866 – 3ª sessão – 05/03 a 03/05 – Ordinária

1866 – 4ª sessão – 03/05 a 16/09 – Ordinária

*13ª legislatura: 1867-1868*

1867 – 1ª sessão – 22/05 a 23/09 – Ordinária

1868 – 2ª sessão – 09/05 a 20/08 – Ordinária [Dissolvida a 18/07. Convocada para 03/05/1869]

*14ª legislatura: 1869-1872*

1869 – 1ª sessão – 11/05 a 15/10 – Ordinária

1870 – 2ª sessão – 03/05 a 01/10 – Ordinária

1871 – 3ª sessão – 03/05 a 30/09 – Ordinária

1872 – 4ª sessão – 03/05 a 22/05 – Ordinária [Dissolvida a 22/05/1872. Convocada para 01/12/1872]

*15ª legislatura: 1872-1875*

1872 – 1ª sessão – 21/12/1872 a 02/05/1873 – Ordinária

1873 – 2ª sessão – 03/05 a 15/09 – Ordinária

1874 – 3ª sessão – 04/05 a 11/09 – Ordinária

1875 – 16/03 a 03/05 – Extraordinária

1875 – 4ª sessão – 03/05 a 10/10 – Ordinária

*16ª legislatura: 1877*

1877 – 1ª sessão – 01/02 a 30/05 – Ordinária

1877 – 2ª sessão – 01/06 a 14/10 – Ordinária [Dissolvida a 11/04/1878. Convocada para 15/12/1878]

*17ª legislatura: 1878-1881*

1878 – 1ª sessão – 15/03/1878 a 03/05/1879 – Ordinária

1879 – 2ª sessão – 03/05 a 30/05 – Ordinária

1879 – 30/05 a 13/11 – Extraordinária [Adiada em 12/11 para 15/04/1880]

1880 – Continuação – 15/04 a 03/05 – Extraordinária

1880 – 3ª sessão – 03/05 a 09/10 – Ordinária

1880 – 09/10/1880 a 10/01/1881 – Extraordinária [Adiada em 12/03/1881 para 15/08. Dissolvida a 30/06/1881. Convocada para 31/12/1881]

*18ª legislatura: 1882-1884*

1882 – 1ª sessão – 17/01 a 17/05 – Ordinária

1882 – 2ª sessão – 17/05 a 28/10 – Ordinária

1883 – 3ª sessão – 03/05 a 18/09 – Ordinária

1884 – 4ª sessão – 03/05 a 03/09 – Ordinária [Dissolvida a 03/09. Convocada para 01/03/1885]

*19ª legislatura: 1885*

1885 – 08/03 a 20/05 – Extraordinária

1885 – 1ª sessão – 20/05 a 26/09 – [Dissolvida a 26/09. Convocada para 03/05/1886]

*20ª legislatura: 1886-1889*

1886 – 1ª sessão – 03/05 a 16/10 – Ordinária

1887 – 2ª sessão – 03/05 a 15/10 – Ordinária

1888 – 3ª sessão – 03/05 a 20/11 – Ordinária

1889 – 4ª sessão – 03/05 a 17/06 – Ordinária [Dissolvida a 15/06. Convocada para 20/11/1889]

## **Apêndice II**

### Gabinetes do Segundo Reinado

Os gabinetes eram conhecidos pela data da organização.

Alguns chefes de gabinete figuram com os títulos recebidos posteriormente.

#### *1ª situação: LIBERAL*

1º gabinete, de 24 de julho de 1840.

#### *2ª situação: CONSERVADORA*

2º gabinete, de 23 de março de 1841.

3º gabinete, de 23 de janeiro de 1843.

#### *3ª situação: LIBERAL*

4º gabinete, de 2 de maio de 1844.

5º gabinete, de 26 de maio de 1845.

6º gabinete, de 2 de maio de 1846.

7º gabinete, de 22 de maio de 1847. Chefe: Caravelas.

8º gabinete, de 8 de março de 1848. Chefe: Macaé.

9º gabinete, de 31 de maio de 1848. Chefe: Paula Sousa.

#### *4ª situação: CONSERVADORA (e Conciliação)*

10º gabinete, de 29 de setembro de 1848. Chefe: Olinda .

11º gabinete, de 11 de maio de 1852. Chefe: Itaboraí.

12º gabinete, de 6 de setembro de 1853. Chefe: Paraná.

13º gabinete, de 4 de maio de 1857. Chefe: Olinda.

14º gabinete, de 12 de dezembro de 1858. Chefe: Abaeté.

15º gabinete, de 10 de agosto de 1859. Chefe: Uruguaiana.

16º gabinete, de 2 de março de 1861. Chefe: Caxias.

#### *5ª situação: LIBERAL (Liga)*

17º gabinete, de 24 de maio de 1862. Chefe: Zacarias.

18º gabinete, de 30 de maio de 1862. Chefe: Olinda.

19º gabinete, de 15 de janeiro de 1864. Chefe: Zacarias.

20º gabinete, de 3 de agosto de 1864. Chefe: F. J. Furtado.

21º gabinete, de 12 de maio de 1865. Chefe: Olinda.

22º gabinete, de 3 de agosto de 1866. Chefe: Zacarias.

*6ª situação: CONSERVADORA*

23º gabinete, de 16 de julho de 1868. Chefe: Itaboraí.

24º gabinete, de 29 de setembro de 1870. Chefe: São Vicente.

25º gabinete, de 7 de março de 1871. Chefe: Rio Branco.

26º gabinete, de 25 de junho de 1875. Chefe: Caxias.

*7ª situação: LIBERAL*

27º gabinete, de 5 de janeiro de 1878. Chefe: Sinimbu.

28º gabinete, de 28 de março de 1878. Chefe: Saraiva.

29º gabinete, de 21 de janeiro de 1882. Chefe: Martinho Campos.

30º gabinete, de 3 de julho de 1882. Chefe: Paranaguá.

31º gabinete, de 24 de maio de 1883. Chefe: Lafayette.

32º gabinete, de 6 de junho de 1884. Chefe: Dantas.

33º gabinete, de 6 de maio de 1885. Chefe: Saraiva.

*8ª situação: CONSERVADORA*

34º gabinete, de 20 de agosto de 1885. Chefe: Cotegipe.

35º gabinete, de 10 de março de 1888. Chefe: João Alfredo.

*9ª situação: LIBERAL*

36º gabinete, de 7 de junho de 1889. Chefe: Ouro Preto.

## **Pintura e escultura no reinado de dom Pedro II**

Deveríamos em estudo aprofundado, conjugar diversas coordenadas da vida cultural brasileira e da evolução geral do país no século XIX e entrelaçá-las com o desenvolvimento estilístico da época na Europa, para dos resultados tirar e determinar as principais linhas de força que caracterizaram a arte no Brasil de então e possibilitaram a sua complexa estruturação.

Esta palestra, por diversos motivos, não se abalança a tal empresa, nem tal missão me fora aqui conferida.

A consciência que a elite brasileira da época de Pedro II teve dos valores que a arte assumia e representava no contexto da civilização se coadunava com os sentimentos de ordem e respeito à lei que a pouco e pouco se afirmaram no país. Todavia, os fatores arcaizantes e retardatários da vida brasileira – remanescentes do longo período colonial que impediram, no Brasil, uma economia de tipo moderno, o ensino superior e a difusão da tipografia e mantiveram, até 1888, estrutura obsoleta tal qual a escravatura – dificultaram o avanço de uma arte realmente ligada às forças criadoras da cultura, academizando, paulatinamente, o esforço dos artistas e ampliando o campo dos estereótipos fossilizados, que culminariam no parnasianismo do final da centúria e avançariam bastante pela república adentro, como arte de convenções morais, estéticas e cívicas paralizantes, com imagens e conceitos inteiramente falsos, ociosos e mesmo pedantes.

De um lado deveríamos encontrar e analisar as estruturas da vida cultural do oitocentismo brasileiro e os fatos e momentos significativos por esta alcançados. De outro os aspectos e características individuais ou coletivos dentro dessa estrutura.

Ressaltemos desde já o fator positivo que para as artes foi a compreensão que delas teve o monarca. Tendo devido – como declarou<sup>1</sup> – a Félix Émile Taunay, um de seus professores, o seu apreço pelas artes e tendo desenhado e pintado com certa frequência na infância e início da juventude, dom Pedro foi realmente um mecenas para a cultura, através de toda a sua existência. O início da república, fatalmente jacobino no seu espírito, não deixou de reconhecer o fato. Pequeno exemplo disso, num simbolismo eficaz, é a colocação de Dom Pedro de Alcântara (a época não permitiria designar o cidadão pelo título de monarca) no pano de boca de glorificação às artes no Brasil, que Eliseu Visconti pintou para o Teatro Municipal do Rio de Janeiro, cerca de 1909-1910. A identificação dos personagens, em “desenho-esboço” conservado no museu do citado teatro, aponta-o de certo modo, como uma das colunas das artes, indicando-o pelo nome de simples cidadão.

Através dos papéis da Mordomia Imperial, o saudoso historiador Guilherme Auler conseguiu enumerar e identificar muitos aspectos relativos aos pensionistas do imperador, em estudos artísticos no Rio de Janeiro e na Europa. Seus trabalhos a respeito devem ser lidos, bem como aqueles em que trata de relações do imperante com os artistas. Surgem mais uma vez os nomes de Luís Aleixo Boulanger, Taunay, Correia de Lima, Gros de Prangey, Ferrez, Sauvage, Planitz, Ciccarelli. Auler anunciou um segundo volume de *O imperador e os artistas*, que não saiu, e onde trataria de:

Luís Buvelot, Fernando Pettrich, François René e Luís Augusto Moreaux, Carlos Fontaine, Fernando Krumbolz, condessa de Rozwadowska, Mário Bragaldi, Teodoro Marx, Oto Grasbop, Frederico Tirone, Agostinho José da Mota, F. Biard, Pedro Américo, Eduardo Vienot e Nicolau Facchinetti. Sobre alguns ele escreveu artigos no *Jornal do Brasil*, do Rio.

---

1. O estudo “Os mestres do imperador”, de Rodolfo Garcia, no *Anuário do Museu Imperial*, de 1946, informa que “em um livro do visconde de Taunay, dom Pedro II escreveu à margem sobre Félix E. Taunay: Devo-lhe muitíssimo, principalmente quanto ao amor do belo e seu cultivo”.

Para mestre de desenho e pintura do herdeiro do trono fora nomeado, em 17/07/1833, Simplício Rodrigues de Sá. De 1835 a 1839 foi ele substituído interinamente por Félix E. Taunay, que antes ensinava francês a dom Pedro II.

Foram pensionistas do imperador: Manuel Joaquim de Melo Corte Real, José Correia de Lima, Cincinato Mavignier, Francisco da Cruz Antunes, Francisco Pereira Reis, Pedro Américo de Figueiredo e Melo, Daniel Berard, João Soares de Moraes Barros, José Ferraz de Almeida Júnior, Francisco Teixeira da Silva, Francisco Peixoto Franco de Sá, João Vieira Damasceno, Manuel Teixeira da Rocha, Oscar Pereira da Silva, Pedro Weingartner, Jorge Henrique Feuillerat, Benevenuto Berna e Manuel Lopes Rodrigues.

Desses, segundo indicou Guilherme Auler, sete fizeram estudos na Europa.

Morales de los Rios Filho relaciona os pensionistas da Academia de Belas-Artes, que tiveram prêmio para viagem ao estrangeiro: Rafael Mendes Carvalho, Antônio Batista da Rocha, Francisco Ilídio Pânfiro, Geraldo Francisco Pessoa de Gusmão, Francisco Antônio Néri, Leão Pallière Grandjean Ferreira, Agostinho José da Mota, Vítor Meireles de Lima, Joaquim José da Silva Guimarães, José Rodrigues Moreira, Cândido Caetano de Almeida Reis, João Zeferino da Costa, Heitor Branco Cordeville, Rodolfo Bernardelli, Rodolfo Amoedo e Oscar Pereira da Silva.

Aponte-se aqui, sem ênfase, que Franco de Sá – que Alcindo Sodrê também citará – é retratista que possui obras no Museu Imperial e autor de retrato assinado, de propriedade do sr. José Lessa Pereira, funcionário desta instituição. É ainda dele bom retrato de meu bisavô, Manuel de Melo Freire Barata.

O antigo diretor desta casa, Alcindo Sodrê, em seu estudo sobre o “O grito do Ipiranga na concepção dos artistas” publicado no *Anuário do Museu Imperial* (vol. VII) realça o surto cultural de meados do século XIX, dizendo entre outras coisas: “Nas belas-artes aparecem Vítor Meireles de Lima, Antônio de Araújo Sousa Lobo, Delfim da Câmara, Estevão Roberto da Silva, Franco de Sá, Poluceno Pereira da Silva Manuel, Joaquim da Rocha Fragoso, Pedro José Pinto Perez, José Irineu de Sousa, Aurélio de Figueiredo e Melo, Pedro Alexandrino, José Ferraz de Almeida Júnior, Décio Rodrigues Vilares, João Batista da Costa, João Zeferino da Costa, Henrique Bernardelli, Rodolfo Amoedo, Antônio Parreiras, e nesse mesmo período, estão em atividade artística no Brasil os ases estrangeiros que são Félix Émile Taunay, Luís Buvelot, Alexandre Ciccarelli, Francisco Biard, Henri-

que Fleiuss, Henri Nicolas Vinet, Frederico Tirone, Ernesto Papf, Louis Auguste Moreaux, Jules Le Chevrel, Ferdinand Krumholz, Eduardo De Martino, João Batista Castagneto, Nicolau Facchinetti, Emílio Bauch, Claude Joseph Barandier, Ângelo Agostini, Jorge Grimm, Miguel Novarro y Cañizares”. Anote-se que Castagneto fez seus estudos no Brasil.

Nessas citações de nomes, como vemos, surgem muitos estrangeiros. Tanto para a Corte como para uma ou outra província (desde o Pará onde esteve, aparentemente, o italiano Joseph Leone Righini nos anos 70, ao Rio Grande do Sul, com artistas estudados por Atos Damasceno em um ou dois de seus livros) vieram muitos pintores e alguns escultores, que traziam o impulso criador europeu, tão necessário à expansão brasileira no momento.

Alguns desses artistas eram sobretudo retratistas, gênero muito apreciado no oitocentos brasileiro. Outros buscavam o exótico e a paisagem, contribuindo para os álbuns iconográficos que se publicaram no século XIX, algumas vezes com litos impressos na Europa. Destacaremos a seguir alguns dos editados a partir de 1840, pela importância que esse surto iconográfico teve na época, para a fixação da realidade brasileira, tanto do ponto de vista da consciência nacional do seu ser como país, como do interesse estrangeiro pela nossa terra.

Entre os álbuns com vistas do Rio citaremos o *Álbum Pitoresco do Rio de Janeiro*, de 1840, editado por E. & H. Laemmert, com coleção de 12 estampas “costumbristas” feitas pelo litógrafo J. Schütz, reduzindo o tamanho de obras de outros, divulgadas anteriormente. De data incerta, mas possivelmente de cerca de 1855, é o *Álbum do Rio de Janeiro Moderno*, de S. A. Sisson, com 21 ilustrações coloridas, incluindo litografias de célebres edifícios do século dezenove.

Um dos litógrafos que obtiveram maior beleza no seu trabalho foi Alfredo Martinet, cujo Passeio Público, por exemplo, é de singular encanto romântico. Dele é o álbum completo de quatro peças: 1) panorama da cidade tirado da ilha das Cobras; 2) vista da Glória; 3) Passeio Público; 4) Cemitério Inglês da Gamboa. Saiu com texto em português e inglês de E. Chenton e o título de: *Álbum Pi-*

*toresco, Histórico e Monumental*, editado pela Litografia Imperial de Rensburgo. Deveria sair um segundo fascículo.

Álbum bastante mais divulgado é o *Rio de Janeiro Pitoresco*, por L. Buvelot e Augusto Moreaux, 1845, litografia de Heaton e Rensburg, desta cidade, que já comentamos em número da *Revista da Semana*, em 1941. Saiu em coleções de seis pranchas avulsas em cada fascículo e parte dos originais está na coleção do embaixador Afrânio de Melo Franco Filho. São algumas vezes de formato maior e com mais pormenores do que o que foi reproduzido no álbum. Outro editor do Rio, G. Leuzinger (Rua do Ouvidor, 36) lançava, após 1844, o livro *Vistas do Rio de Janeiro* com série de litografias assinada por Frederico Pustkow. São 12 folhas soltas, utilizando a litografia a traço, sem muita sensibilidade.

Estampados na oficina Lemercier, em Paris, por Charles Fichot, Philippe Benoist, Aubrun, Eugène Ciceri, são as treze litografias feitas segundo desenhos de Desmons, sem data, mas de cerca de 1854, possivelmente por encomenda da Casa Leuzinger. Iluchar Desmons chegara ao Rio, em 1840, vindo da França. Os trabalhos de Adolphe d’Hastrel de Rivedoux foram litografados para o álbum *Rio de Janeiro ou Souvenir du Brésil*, seguramente após 1840, na França. Mais importante é o *Rio de Janeiro e seus arrabaldes*, editado por E. Rensburg na sua litografia, no Rio, em 1856, baseado em originais de P. Bertichen, artista holandês que esteve vários anos em nossa cidade. Reúne litografias feitas geralmente por Bertichen. “A Floresta Virgem”, ali, é de Araújo Porto-Alegre.

É a oficina de Ludwig & Briggs que fará a folha de rosto (ou capa?), de revista que circulou com aceitação no Rio de Janeiro de 1845, o *Ostensor Brasileiro / Jornal Literário e Pictorial / publicado por Vicente Pereira de Carvalho Guimarães / e / José Moreira / Rio de Janeiro Tom. 1 / 1845-1846 / Lit. Ludwig & Briggs*. Na última página do volume aparece, todavia, abaixo do final do índice, a indicação “Tip. do Ostensor Brasileiro, Rua de Santa Teresa, 86”, o que revela ter sido o texto dessa impressora, só as litos de outras oficinas. Realmente, surgem noutra papel, mais encorpado, às vezes com a indicação da litografia de Heaton & Rensburg e outras sem anotação da oficina.

Ao contrário do que ocorreu na *Lanterna Mágica*, no *Ostensor* não foram caricaturas, mas vistas do Rio de Janeiro e de ou-

tros pontos do país que surgiram. Essas vistas, evidentemente, são elementares, sem grande técnica.

Vários dos artistas citados por Auler e Sodré e alguns dos que trabalharam para álbuns foram estudados pelo historiador Francisco Marques dos Santos, que durante muitos anos dirigiu dedicada e proficientemente este museu. Na bibliografia citamos os seus trabalhos mais diretamente entrosados com o assunto desta conferência. Destaquemos o valor que teve o seu artigo no *Anuário do Museu Imperial*, nº 1 (1940) divulgando os catálogos dos leilões do Paço de São Cristóvão em 1890, com excelentes introdução e notas.

Se o exotismo era fator a impulsionar alguns artistas a trabalhar no Brasil, a paisagem como compreensão e percepção sensível da natureza se desenvolve sobretudo na segunda metade do século XIX com o grupo de alunos de Grimm, em que um amador como França Júnior iria pintar uma tela de valor, já de cunho impressionista, hoje exposta no Museu Nacional de Belas-Artes. Mas precursor nesse sensibilismo e nessa criação mais emocional dos valores pictóricos é o conhecido pintor Agostinho José da Mota, professor da academia, cuja vista da fábrica do barão de Capanema no caminho para Petrópolis é bom exemplo de pintura e também está em lugar de honra na galeria brasileira do Museu Nacional de Belas Artes.

O desenho e as artes gráficas recebem o bafejo oficial da monarquia, também pela circulação de litos e gravuras com efígies de membros da família imperial e de seus múltiplos parentes ou amigos europeus. A bela exposição de estampas realizada neste museu em 1949 e documentada por pequeno e bem feito catálogo, impresso em Petrópolis, mostra uma parte do valioso acervo artístico que a Casa Imperial motivou ou reuniu. As próprias coleções, cheias de encanto, do Museu Imperial, documentam a importância dos retratos da família imperial na arte em circulação no Brasil oitocentista. Sua pinacoteca, por outro lado, é hoje o segundo acervo brasileiro e o mais concentrado e bem exposto da pintura nacional do século passado.

Possuímos agora também confirmação de algumas deduções e muito melhor conhecimento do próprio acervo artístico dos paços imperiais brasileiros, graças a d. Pedro Gastão de Orleans e Bra-

gança que conserva e divulga preciosos documentos – e ao historiador Hélio Viana. Este último publicou, recentemente, na revista *Cultura*, do Conselho Federal de Cultura, valiosas informações sobre esse patrimônio e o rol de caixas, com conteúdo das mesmas, enviadas para a França em 1891. Uma ou outra achega interpretativa poderíamos acrescentar aos valiosos estudos de mestre Hélio, indicando, por exemplo, que o *Judite e Holofernes* de Pedro Américo, exposto no Rio em 1884, não é cópia de Guido Reni, mas pintura original. Ficam elas para outra vez, destacando aqui, no acervo imperial, a significativa presença de cópias de italianos do século XVII; de algumas obras napolitanas, sobretudo do século XIX; de trabalhos de Nicolau A. Taunay e E. De Martino, dos Moreaux, de Rugendas (que no Segundo Reinado veio de novo ao Brasil e fez retratos da família imperial, hoje no Palácio Grão-Pará, desta cidade). Do acervo remetido para o Castelo d’Eu, posteriormente, eram as telas de grandes dimensões a *Sagração de Dom Pedro I* por Debret, e a *Coroação de Dom Pedro II* de Moreaux, ainda na França.

Interessante é que o academismo italiano seiscentista também influenciou em alguns artistas enviados à Europa, como pensionistas. Até o final do Império a atração de Roma foi forte e em Paris, com exceções como a do escultor Almeida Reis, nossos artistas ficavam em ambientes conservadores ou retrógrados.

Chaves Pinheiro manteve-se geralmente chegado ao neoclassicismo, com as superfícies feitas em largos planos, sem maior procura do claro-escuro naturalista. Os apóstolos da Igreja de São Francisco de Paula, de meados do século XIX, comprovam a sua base neoclássica.

Diferentemente, Pádua e Castro, outro importante artista de meados do século, resolveu problema singular: o da continuação da talha das igrejas do Rio, harmonizando nova solução com os esquemas barroco-rococó anteriores.

Um Rodolfo Bernardelli – aluno da academia em 1870 e prêmio de viagem em 1876, que abandonou os moldes gerados pelo neoclassicismo em favor do naturalismo acadêmico do fim do século, estudou de preferência na Itália e filiou-se ao que se chamou de *neoflorentinismo*, inspirado em Ghiberti e Donatello. Ao contrário de Almeida Reis e do grande Rodin, Bernardelli não vai se interessar pelo dramatismo pré-barroco de Miguel Ângelo.

Rodolfo, diga-se de passagem, fez o busto reduzido do príncipe do Grão-Pará, menino, ao que parece de 1888, o qual se acha no Museu Histórico Nacional ao lado dos de seus avós, de 1889, e de dom Pedro Augusto, feito também em 1888. A maquete inicial do monumento a Caxias é de 1885 e está no Museu Nacional de Belas-Artes.

O artista regressara da Europa somente em 1885. Fizera ainda em Roma, em 1883, para o Cemitério São João Batista, o túmulo de família do visconde de Araguaia, em estilo mais antiquado, ligado aos túmulos do século XVIII, mas bom trabalho, para a época.

O escultor francês Luís Rochet (Paris, 1813 idem, 1878) que fora discípulo de David d'Angers e com isso abriu-se, presumivelmente, a certo romantismo, executou e concebeu a feição final da estátua de dom Pedro I, inaugurada em 1862 no Rocío, no Rio. A idéia original fora de Maximiano Mafra, secretário e professor da Academia das Belas-Artes.

Graças à cortesia de meu amigo Raul Lima, diretor do Arquivo Nacional, apresento aqui fotocópia de documento em que, em setembro de 1875, Rochet propõe ao imperador mandar passar a bronze o modelo completo da estátua (com três metros e meio de altura), que conservara até então no seu ateliê, sugerindo que fique na grande sala de entrada do Palácio de São Cristóvão ou mesmo na “do Palácio da Cidade”, como em França os modelos de Henrique IV e Luís XIV acham-se nas salas do Palácio de Versalhes. Por anotações laterais no documento, em que também vem o nome do visconde de Itajubá, falou-se de agradecer, mas não se podendo “fazer estas despesas”. Aqui, a caligrafia pode ser do imperador <sup>2</sup>.

O catálogo das obras expostas em 1884, na academia, fala de modelo em bronze da estátua equestre de dom Pedro I, “graciosa dádiva feita à academia por seu autor, o falecido estatuário Luís Rochet”. Trata-se do número 401 do catálogo. A peça está hoje no Museu Nacional de Belas-Artes, mas consiste unicamente na parte principal, com o imperador a cavalo. Tem cerca de um metro do lado maior da base e de 1,30m de altura.

---

2. No documento, cuja fotocópia foi exibida, lê-se, com a letra de d. Pedro II, a nota à margem: “Agradeço a lembrança, porém não posso fazer esta despesa.”

Como teria Rochet obtido o dinheiro para essa fundição parcial? Teria saído do *bolsinho* do imperador?

Mais do neoclássico, como estilo, foram F. Pettrich (sobre o qual publicou-se, na Alemanha, há poucos anos, bom livro) e Luís Giudice. Este último não fez só o relevo do tímpano da Santa Casa da Misericórdia no Rio, tão citado. No catálogo da Exposição Geral, na academia, em 1868, já mencionado, vem como seu endereço o “Tesouro da Casa Imperial” e especificados três retratos, sendo dois bustos em gesso e um medalhão do mesmo material. Neste último figurando o sr. José da Costa Siqueira, professor de arquitetura da Academia de Lisboa.

O Arquivo Nacional, diga-se de passagem, também possui precioso caderno de Félix Émile Taunay da época em que foi professor de d. Pedro II.

Os artistas que obtiveram mais renome no Segundo Reinado e estão mais estudados – se bem que a interpretação de sua obra ainda se ache longe de ter sido completada – foram evidentemente Vítor Meireles, Pedro Américo e Almeida Júnior.

Destaque-se, para finalizar, os seguintes aspectos que marcam significados ou momentos fundamentais da arte brasileira no Império e deverão ainda ser cuidadosamente pesquisados e estudados pelos nossos historiadores:

– Desenvolvimento do sentimento de nacionalidade com a afirmação da Independência, o indianismo estético, a expressão nacional no uso de designações como “escola brasileira” para rotular a nossa arte em salas de exposição da academia, no Rio de Janeiro. Papel da guerra do Paraguai no surto da pintura de batalhas, que vai alcançar a restauração pernambucana.

– Importância das exposições gerais de 1872 e de 1884, pelo número de obras e pelas tendências que, nitidamente, ali se corporificam. A segunda reúne obras que constituirão a feição definitiva do oitocentismo brasileiro nas salas do Museu Nacional de Belas-Artes.

– Importância da Exposição de História do Brasil, de 1881, na Biblioteca Nacional, como tendência a corporificar, iconográfica e culturalmente, a realidade da nação.

– Importância da reforma do ensino artístico promovida em 1854, por Araújo Porto-Alegre, e da atuação desse artista e escritor.

– Relações artísticas com Portugal, ainda pouco estudadas no período, e com a Itália e a França.

– Impulsos para nova reforma artística que se concretizaria, em 1890, com a república. Possível influência do projeto de reforma da comissão portuguesa oficial de 1875, que mereceu livro de Joaquim de Vasconcelos, editado no Porto em 1877 e do qual F. Bethencourt da Silva possuiu exemplar (segundo autógrafo em volume, hoje de minha propriedade).

Se o neoclassicismo ainda atuante por efeitos de retardo pode ser apontado nas gerações mais velhas sobretudo nas décadas de 1840 e 1850 – e o romantismo atua escassamente com o exemplo de Rugendas e o vigor de Almeida Reis, o naturalismo acadêmico vai predominar no final da centúria na arte brasileira. E isso tem suas explicações históricas.

***Mário Barata***

## **Bibliografia**

- Anuário do Museu Imperial*. I a XX. Petrópolis, 1940 e segs.
- AULER, Guilherme. *Os bolsistas do imperador*, Tribuna de Petrópolis, 1956.
- \_\_\_\_\_. *D. Pedro II e a Academia Imperial de Belas-Artes*, ENBA, Rio, 1956.
- \_\_\_\_\_. “Presença de alguns artistas germânicos no Brasil”. *Vozes*, Petrópolis, 12:891-906, dez., 1963; 1:29-44, jan., 1964.
- \_\_\_\_\_. *O imperador e os artistas*. Tribuna de Petrópolis, 1955.
- BARATA, Frederico. *Eliseu Visconti e o seu tempo*. Rio, Z. Valverde. 1944.
- BARATA, Mário. “Artes Plásticas no Brasil”. *História universal da arte*, de H. Leicht (tradução), ed. Melhoramentos S. Paulo, 1965.
- \_\_\_\_\_. “Artes Plásticas de 1808 a 1889”. *História Geral da Civilização Brasileira*; tomo II, 3º vol. D. E. L. São Paulo, 1967.
- \_\_\_\_\_. “Aspectos da Documentação Iconográfica do Rio de Janeiro” – *Quatro séculos de cultura*, Universidade do Brasil, Rio, 1966, pp. 541-554.
- CÂMARA, G. B. Raposo da. *Pinacoteca do Museu Imperial*. MEC. Petrópolis, 1956 (sem nome do autor na folha de rosto).
- “Catálogo da Exposição de História do Brasil”. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. IX. Rio, 1881.
- Catálogos das Exposições Gerais das Belas-Artes, no Palácio da Academia Imperial das Belas-Artes*, Rio de Janeiro.
- CAVALCANTI, Carlos. “O Predomínio do Academismo Neoclássico”. *Dicionário das Artes Plásticas do Brasil*, de R. Pontual, ed. Civilização Brasileira, Rio, 1969, (6 pp. sem num., na Introdução Histórico-Crítica).
- Exposição de Estampas*. Museu Imperial. MEC. Petrópolis, 1949.
- GONZAGA Duque Estrada. *Arte brasileira*. Ed. Lombaerts, Rio, 1888.
- Guia do Museu Imperial. MEC. Petrópolis, 1966 (3ª ed.).
- HOMEM DE MELO, F. I. M. *Exposição pública de belas-artes em 1872*. Tip. Cinco de Março. Rio, 1875.
- MORALES DE LOS RIOS FILHO, A. *Grandjean de Montigny e a evolução da arte brasileira*. Empresa A Noite, Rio, 1941.

- \_\_\_\_\_. “O Ensino Artístico: Subsídio para a sua história.” (1816-1889). \_\_\_\_\_ . *Anais do III Congresso de História Nacional*. Vol. VIII. IHGB, Rio, 1942.
- OLIVEIRA, J. M. Cardoso de. *Pedro Américo: sua vida e suas obras*, (2ª edição). MES. Imprensa Nacional, Rio, 1943.
- PARANHOS Antunes, De. *O pintor do Romantismo: vida e obra de Manuel de Araújo Porto-alegre*. Z. Valverde, Rio, 1943.
- PONTUAL, Roberto. *Dicionário das Artes Plásticas no Brasil*, Ed. Civilização Brasileira, Rio, 1969.
- RUBENS, Carlos. *Vítor Meireles: sua vida e sua obra*. Rio, 1945.
- SANTOS, Francisco Marques dos. “As Belas-Artes na Regência”, *Estudos Brasileiros*, 25-27, Rio, 1942.
- \_\_\_\_\_. “O Leilão do Paço de S. Cristóvão”. *Anuário do Museu Imperial*, vol. I, Petrópolis, 1940.
- \_\_\_\_\_. “Gobineau Estatuário”, *Anuário do Museu Imperial*, vol. XX, Petrópolis 1959.
- \_\_\_\_\_. “Raimundo Augusto Quinsac Monvoisin” (colab. David James), *Anuário do Museu Imperial*, vol. VII, Petrópolis, 1946.
- SODRÉ, Alcindo. *Museu Imperial*. DIN, Rio, 1950.
- VACCANI, Celita. *Rodolpho Bernardelli*. Tese de concurso na ENBA, Rio, 1949.
- VIANA, Hélio. “As belas-artes nos Paços Imperiais”. Introdução e notas de – *Cultura*, 8; CFC. Rio, fev., 1968 (pp. 26-54).
- \_\_\_\_\_. “Acervo Artístico Imperial em 1891 enviado à França”. Introdução, tradução e notas de – *Cultura*, CFC nº 20 (pp. 13-52).

#### **D. Pedro II e a literatura nacional**

É, realmente, muito difícil, senão impossível, fixar a verdade histórica da personalidade do imperador Pedro II, tanto ela sofre as contingências dos trabalhos até aqui publicados, entre o panegíricolouvaminheiro e a detração sistemática dos seus opositores. De modo geral, a crítica padece da posição de quem a faz, da simpatia ou má vontade que a inspiram. É humana, por isso muitas vezes falseada. Quem sabe, inconscientemente, quando cede, sem perceber, à orientação previamente assumida em função de pontos de vista filosóficos do analista. Quando não deliberadamente, a serviço de uma tese que precisa ser comprovada, ou de um movimento de idéias políticas que anseiam por ganhar corpo. O homem é muito pouco livre entre o tempo que o insufla, e que ele deseja dirigir; e a eternidade, para a qual se destina, apesar dos desconchavos do tempo. É-lhe quase impossível distinguir o que é a obra que analisa e o que lhe parece essa obra, pesquisada e apreciada segundo seus métodos, sendo esses decisivos para sentir e ver, compreender e julgar. O homem julga através da sua verdade pessoal, e essa contingente demais, sob antolhos de crenças e princípios, simpatias e malquerenças, até senão de mercenarismos inconfessáveis. Leia-se o que escreve o monge, da sua igreja; o ímpio, dos contestadores da fé; o militarista, dos heróis armados; o monarquista, dos soberanos históricos; o obscuro, dos libertinos; os românticos, do romantismo... Em todos, a verdade se veste de culto de quem a apresenta, como que num processo freudiano de auto-realização.

Assim, sobre o imperador Pedro II depõem áulicos e inimigos, dependentes políticos prósperos da proteção real e frustrados do poder que os terá marginalizado. Deposto o soberano, uns sobre ele escrevem sob a canga dos novos poderosos, aos quais urge agradecer por qualquer processo, inclusive o de diminuir o sol apagado; outros, sob a paixão de recordar o Palácio de São Cristóvão, aumentando-lhe o prestígio fustigado pelo novo regime. Para alguns, a

incapacidade de sentir e entender a filosofia de vida do Império, fazendo-os críticos amargos de inverdades de boa fé. Para tantos, o desejo sutil de contestar a nova ordem implantada, através do panegírico sincero ou insincero da política imperial. Resta, então, a crítica dos isentos; mas, que homem é isento? Todavia, a obra criticada, essa fica, palpitante entre o contraste dos críticos. Desafiando o tempo e os pontos de vista dos julgadores ocasionais, cuja cotação varia de geração a geração. Que sobe e cai e morre, ou se mantém e cresce, quanto até não renasce, vívida e gloriosa. Quantos livros permaneceram obscuros e, de repente, ganham notoriedade, apenas em função dos novos critérios com que lidos e pensados? Quantos anos esperou a consagração a obra de Joyce; que tempo aguardaram os livros de Kafka, para o reconhecimento da sua importância? Assim, com relação aos vultos históricos, na política, na religião, nas guerras, nas universidades, nas artes, na música, nas letras, na ciência... Quando reformados anteriores julgamentos, o traidor se veste em herói; o fraco em santo; o nefelibata, em pensador; os ignaros e pífios, em gênios criadores... Nessas reapresentações, muda a face de Maria Antonieta, reescreve-se Calabar; a cada dia, há um rosto novo de Hitler, Stalin, Mussolini, Lopez, Gomez, Zapata, o monstro e o gênio contracenando em cada janela do casarão iluminado.

O que foram, realmente, essas figuras no plano pessoal das suas verdades? Na contradança do não e do sim, suas sombras assustam e desafiam o tempo de entender. Quase sempre as verdades históricas submetidas ao que Benedetto Croce chama de *historiografia de partido*:

“O íntimo laço que expusemos e, com todo o cuidado, mantivemos, entre os impulsos da vida prática e moral e os problemas da historiografia, é por inteiro diferente do outro laço entre fins práticos e narrações históricas, que dá lugar às histórias de ‘tendência’ ou de ‘partido’.

“Nestas últimas, o processo não vai do estímulo prático ao problema definido e resolvido pelo pensamento, à consciência informada, que é condição de nova ou renovada atitude prática e operante; mas, dada uma particular atitude prática, que é a tendência ou o programa de partido, próximo ou em curso de atuação, recorre-se, entre outros meios, para efetivá-la, a crônicas e outros recolhidos

de notícias de pessoas, ações e acontecimentos, para afirmação, convalidação e defesa do fim que se persegue.

“Assim, não só não nasce obra historiográfica alguma, como também as que já existiam se acham, no ato mesmo, desagregadas e destruídas”.

(Benedetto Croce, *A História, pensamento e ação*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1962, p. 148).

Lembra o mestre os historiadores da Alemanha, os do partido constitucional e liberal, Gervinus, Rotteck, Dahlmann e os do estado forte e da potência militar, Droysen, Treitschke, Sybel “e zeladores da grande Alemanha ou da pequena Alemanha, apóstolos da unidade alemã pela liberdade e com a liberdade, ou sem e contra a liberdade; e depois ainda sonhadores em renovado traje medieval, como Giesebrecht, católicos e elogiadores da Alemanha da Reforma anterior a Lutero e depreciadores da Alemanha da Reforma, com Jansen e outros”. (op. cit., p. 149).

O mesmo fenômeno assinala Croce na Itália, com Troya, Balbo, Capponi, Tosti; na França, com Guizot, Michelet, Martin, Thiers, Mignet, Blanc, Taine; e até mesmo na Inglaterra, de mais longa e mais antiga tradição política de liberdade, onde as tendências de partidos se manifestam em Macaulay, Grote, Carlyle. O mesmo tipo de historiadores vem escrevendo a era comunista, criando, destruindo e refazendo e substituindo seus mitos. Assim tem sido e continuará a ser, não fosse a História feita com muito da paixão humana.

Justamente por isso, é difícil fixar a figura histórica da personalidade do imperador Pedro II. Ela vem trazida até nós entre arroubos de panegíricos ou malquerenças de desafeiçoados, embora alguns depoimentos geralmente aceitos como fidedignos, na medida em que se aceitem como fidedignos os depoimentos humanos. Esses hão de ser confrontados com a obra do Segundo Reinado.

Já Mário A. Cardoso de Miranda, num pequeno e excelente trabalho (separata do volume VII de *Centenário de Petrópolis – Trabalhos da Comissão*, Petrópolis, Tip. Ipiranga, 1943), salienta:

“Foi das mãos de d. Pedro II que o Brasil saiu apto a enfrentar as dificuldades políticas do continente e do século: pacificado e unificado pelo imperador, o Brasil, no

seu reinado, impôs-se ao respeito internacional, disseminou a instrução, consolidou a linha de suas fronteiras, estabilizou a moeda, teve a prioridade do selo, bateu-se vitoriosamente nas guerras que lhe foram impostas, tratou de igual para igual as maiores potências, não reconheceu hegemonias no hemisfério, construiu a terceira esquadra do mundo; apoiado em dois grandes partidos nacionais, praticou o parlamentarismo, que embora não pertencendo ao direito escrito, entrou para o direito consuetudinário, como uma reivindicação do espírito público; criou uma elite intelectual, moral, social e política, foi um feracíssimo viveiro de valores humanos, aboliu o tráfico e a escravidão, insuflou as nossas maiores riquezas econômicas, aparelhou a indústria, construiu uma enorme rede de comunicações rodoviárias e ferroviárias, ligou-nos à Europa pelo cabo telegráfico, o telefone, a tração a vapor, impulsionou as ciências e as letras, conheceu intimamente aquilo que Cícero preconizava como a suprema ventura dos povos: o gozo tranqüilo da liberdade.”

Há, sem dúvida, na apreciação, a tendência do seguidor; mas, muitos dos fatos arrolados são incontestáveis e dão uma medida do imperador, permitindo admiti-lo como homem de inteligência aberta. Assim, não deslustrara seus primeiros mestres, Francisco Maria Teles, o bispo de Crisópolis, Luís Aleixo Boulanger, Félix Emílio Taunay, Renato Pedro Boiret, Nataniel Lucas, Roque Schuch, Araújo Viana, Andrade Vandelli, Rodrigues de Sá, Mazziotti, ou seus tutores, José Bonifácio e o marquês de Itanhaém...

Essa indicação, a do homem de inteligência e cultura, a do mecenas das letras brasileiras, tem sido uma constante na nossa história. A imagem lançada é a do “rei filósofo”, a do “neto de Marco Aurélio”, a do amigo de Vítor Hugo, membro do Instituto de França, sócio correspondente da Academia de Ciências de Paris... Procura-se fixar assim o retrato de corpo inteiro do imperador de belas-letas, que sabia grego, hebraico e latim, e quantas línguas vivas; a par do pensamento do seu tempo e da ciência universal.

Cardoso de Miranda, na separata acima aludida, acentua, com deliciosa graça, essa ingênua tendência brasileira de agradar-se, ainda hoje que se aluda a Pedro II como o amigo de Hugo e que falava hebraico,

“para que a notícia dessa erudição do mais representativo dos nossos pró-homens dê aos de fora a impressão de que aqui a literatura francesa é familiar aos tropeiros, os moleques de engenhos põem melado no tacho recitando a *Lenda dos Séculos* e as línguas mortas são idioma corrente no interior da Paraíba”...

É uma preocupação constante essa dos nossos historiadores. Mesquita Pimentel, no seu encantador livro *D. Pedro II* (Comissão do centenário de d. Pedro II, Petrópolis, Papelaria Silva, 1925, p. 28), transcreve B. Mossé em referência aos tempos de adolescente do imperador:

“Sério, refletido, assinala B. Mossé citando a Pinto de Campos, era d. Pedro assíduo nos estudos; ávido de conhecimentos, consagrava o dia e a noite à sua instrução e muitas vezes se erguia do leito para acender a lâmpada que o bispo de Crisópolis, seu preceptor, cautelosamente apagara”.

É ainda no livro de Mesquita Pimentel que se encontra a imagem do então jovem estudante, ainda adolescente, sobre o que “existem cabais informações nas contas prestadas anualmente pelo seu tutor, o marquês de Itanhaém, ao governo”, e assinala que o monarca era dotado de “vivacidade, penetração e reminiscência em grau eminente”. Resume o depoimento de Itanhaem, quanto ao ano de 1839, o último da menoridade, lembrando que aí começa o estudo de alemão, com Roque Schuch. Araújo Viana se refere de modo lisonjeiro aos progressos do futuro imperador no latim, “vertendo prosa com facilidade”, compondo “sem erros” e “traduzindo versos com desembaraço, com predileção por Virgílio”. Estuda a gramática comparada entre o latim e o português, prepara-se para a filosofia da história e da ciência do governo. Traduz bem e lê francês e inglês, “escrevendo-os facilmente”. Adianta-se no alemão, na música e no desenho. E, para completar, como se fosse pouco, “mostra firmeza e agilidade na arte de esgrima, em que é dirigido por Luís Alves de Lima (o futuro duque de Caxias)”.

É deveras impressionante o quadro que se dá do jovem de 15 anos, preparando-se para a função de imperador! Mas, a verdade é que os depoimentos mais respeitáveis confirmam aquele longo preparo. Heitor Lira, na sua *História de Dom Pedro II*, recorda um episódio singular:

“Era notada uma acentuada aptidão para o desenho. Alguns anos mais tarde, em 1842, quando o príncipe Adalberto da Prússia visitaria o Brasil, o imperador o presentearia com um retrato a óleo de Frederico II, produto do seu pincel.”

(Op. cit., vol. I, p. 90, coleção Brasileira Cia. Editora Nacional, 1938).

Entretanto, Heitor Lira é prudente ao reviver o estudante Pedro II. Reconhece-lhe o francês “impecável”, os progressos na geografia e na história, sendo o estudo das línguas o “seu forte”. Mas, quanto à matemática, apenas refere que “faz prontamente as operações aritméticas de inteiros, frações e complexos”. Já no latim, “compunha com raros erros...”

De um modo geral, os historiadores brasileiros apresentam o imperador como um erudito, tradutor de grego e hebraico, profundo no latim, conhecedor de história, além do estadista que iluminou cinquenta anos de vida política brasileira. Era o “neto de Marco Aurélio” e amigo de Vítor Hugo, sócio do Instituto de França. Sob esse ângulo cultural, chegou-se a apontá-lo como literato, poeta em particular.

Na aula de hoje, não cabe a apreciação do estadista e o que terá sido a sua obra político-administrativa, ou examinar-lhes a postura de homem de Estado. Nem ajuizar dos conceitos de um Vicente Quesada ou dos que, mais amargos, emitiu Pedro Lessa, em discurso na Academia Brasileira... Mas, a Pedro II na literatura nacional, não o poeta, que não o foi, senão como o mecenas a incentivá-la.

Para compreendê-lo, entretanto, é necessário o conhecimento do seu retrato cultural, nas raízes, na formação da sua base de humanidades, na sua ilustração intelectual. Disse-lhes da dificuldade em tê-la com segurança, face à controvérsia de conceitos, à evidente má vontade de uns, ao aulicismo de outros. Aconselho a leitura de todos, de um lado ao lado oposto. Vale refletir sobre o seu diário, na esplêndida publicação do *Anuário do Museu Imperial*, vol. XVI, cuja leitura é imprescindível, tanto quanto no que for possível conhecer da extensa bibliografia a respeito do imperador.

Estou certo de que em nada destoará a página admirável de Joaquim Nabuco, em *Um Estadista do Império*, retratando o mo-

narca, “então na flor da idade, já chegado à madureza do espírito político.”

Nabuco alude a d. Pedro não mais hesitante, sem a timidez de outrora, algo temerário, como o não fora nos primeiros gabinetes do reinado. Segurava as rédeas “com a mão firme e tranqüila de um antigo boleeiro”, mas sem a preocupação de fazer de instrumentos os seus ministros. E acentua o mestre estadista e escritor, com honestidade:

“Para isso, seria preciso que ele quisesse governar por si, o que ele não poderia fazer. Faltavam-lhe para quase todos os ramos da administração as qualidades especiais do administrador. O imperador exercia, sim, uma espécie de censura e de superintendência geral; era o crítico do seu governo”.

Em síntese admirável, Nabuco, da acurada análise, depõe:

“De algum modo, pode-se dizer que foi ele, inspirando-se na opinião, quem traçou a linha geral do reinado, isto é, da história política e em parte social do Brasil, durante quase meio século”.

Aí está o grande painel do imperador, em cujas linhas de comportamento e formação intelectual há de se encontrar explicado o mecenato que exerceu na nossa literatura. Com a mesma firmeza e pudor com que manteve as rédeas do governo – “com a mão tranqüila de um antigo boleeiro”.

Na vida intelectual da nação, ele não interferiu para substituir-se aos literatos ou dirigi-los como a servis, mas para dar-lhes independência e apoio. O estadista e o mecenas se completam, em harmonia perfeita. Na coisa pública e nas letras, o procedimento é o mesmo. Justamente por isso, talvez nos tenhamos alongado na apresentação da personalidade do monarca, nos seus estudos de humanidades, na linha da sua conduta como governante. É que, assim, aparece inteiriça a sua figura. No campo do mecenato, é ele o mesmo que na posição de imperador. Vale, então, voltar ao que escreve Nabuco:

“O regime é verdadeiramente parlamentar, não há em São Cristóvão um gabinete oculto, mudas ministeriais prontas para os dias de crise; a política faz-se nas Câmaras,

na imprensa, nos comícios e diretórios eleitorais, perante o país. Em toda essa vida e movimento de opinião, que luta e vence pela palavra, pela pena, pelo conselho, ele não aparece; seu papel é outro, sua influência é enorme, incontestável, mas para que o seja, o seu segredo é apagá-la o mais possível, não violar a esfera da responsabilidade ministerial”.

Assim, como mecenas, o seu segredo foi apagar-se como literato, crítico severo de si mesmo, para não violar a esfera de responsabilidade dos verdadeiros escritores e artistas...

É certo que muitos homens de letras não o estimaram e muitos historiadores não o estimam. Também isso ocorreu em relação ao governante.

Eis que escreve Heitor Lira:

“Os estadistas, os políticos, os homens de governo que o cercam, estes, não o estimam. O imperador começa já a tê-los sob seu controle, a contê-los em suas quere-las políticas, polindo-lhes as arestas e dando-lhes, por vezes, lições de moral política.

“Torna-se, por isso, para esses homens suscetíveis, cheios de exaltação partidária, um personagem incômodo”.

Vamos, pois, ao tema da aula, a d. Pedro II e a literatura nacional, já com a apresentação da personalidade do imperador, embora as controvérsias que a propósito se possam suscitar.

Da sua cultura e gosto pelas obras do pensamento, falam-nos autores, contraditoriamente. Aceitamos os que lhe consagram a capacidade, pelo menos, de cultivar os expoentes da inteligência e do espírito, nas ciências e nas letras, não sendo ele, embora, nem cientista, nem literato. O que é indiscutível na sua personalidade é a virtude da ponderação, o equilíbrio, a modéstia, o senso das suas prerrogativas, a idéia de elevar o nível cultural do país, o encanto de freqüentar as salas de palestras e conferências, o convívio de escritores e poetas. Pouco importa que, pessoalmente, não se tenha distinguido em nenhum desses aspectos e que, como poeta, haja sido de dolorosa mediocridade, não se devendo tomar conhecimento do que falsamente lhe foi atribuído. O importante é que o imperador sempre

teimou – e empenhadamente! – em favorecer a cultura, com todas as possibilidades da Coroa. E que, deposto, no exílio, foi o caminhante de institutos e academias, e casas e salões abertos aos homens mais eminentes do pensamento europeu.

Só essa posição o credencia à nossa estima, se por outros e muitos motivos já o não estimasse a nação como tanto o faz. A nação, em geral; esta cidade, em particular, que ele amou, da qual, no exílio, sofria saudades, pedindo, em carta inesquecível: “Fale-me de Petrópolis”.

No seu governo, várias vezes refundiram-se, atualizando-os, os programas e os estatutos do Colégio Pedro II; também os institutos de ensino superior – jurídico, médico, politécnico, musical. No seu longo tempo de reinado, tiveram esplendente surto as artes, diretamente ajudadas pelo interesse do imperador. A jovem literatura brasileira lançava asas, Gonçalves de Magalhães e Gonçalves Dias, Porto Alegre, Varnhagen e Macedo, foram pessoalmente protegidos pelo monarca. Nessa fase brilhante de criação, viveram Álvares de Azevedo e Castro Alves e José de Alencar. Nas artes, Pedro Américo e Vítor Meireles; na música, Carlos Gomes era condecorado pelo imperador, enviado à Europa para completar seus estudos.

Foi um período áureo da nossa cultura, dentro da relativa estabilidade econômica e política, cuja apreciação levou Mesquita Pimentel, na obra já citada (p. 67), a compará-la com a ressalva das devidas proporções, o que para a Grécia foi o século de Péricles; para a Itália, os de Augusto e de Leão X; para a Inglaterra, os de Elizabete e de Vitória; para a França, o de Luís XIV...

Em que pese o arroubo, o reinado de Pedro II representa um marco no processo cultural do Brasil, pela inteligência da sua escola de estadistas, pelo florescimento de artes e letras, pela posição singular do imperador. Essa posição, se não a de um esgrimista de letras e artes, foi a do patrocinador e seu mecenas. O próprio monarca se envaidecia do que lhe tocava: sabendo-se não poeta, cultivava os poetas, com o ânimo ardente do jardineiro das rosas de todo o ano.

Alcindo Sodré, em notável publicação (“Pedro II a caminho do exílio”, *Tribuna de Petrópolis*, suplemento, 4 de dezembro de 1949), apreciando os diários do imperador, anota:

“Escusado seria acrescentar que d. Pedro II foi muito mau poeta. Se, com o seu nome, editados foram os Sonetos do Exílio, após a sua morte, sem a menor dúvida não lhe pode caber a culpa. Excessos de sentimento áulico... Se fazia versos, era por uma satisfação íntima, pois ele jamais os deu à publicidade, e não lhe faltou, por outro lado, o senso crítico. Lá está em sua ‘Fé de Ofício’: ‘Reconheço que sou muito somenos no que é relativo aos dotes da imaginação, que posso bem apreciar nos outros’”.

Eis o importante, o que não é objeto de controvérsia, o que não pode ser imputado àquelas “histórias de partido” de que fala Croce: d. Pedro foi o grande crítico de si mesmo, sem fatuidade e sem pena. Certamente por isso, escreveu, de próprio punho, a Fé de Ofício referida pelo mestre Alcindo Sodré. Pela mesma razão, dele anotou Joaquim Nabuco, em *Um Estadista do Império*, que “deixava aos seus ministros a administração pública”, deles “nunca pretendeu fazer instrumentos”, apenas exercendo “uma espécie de censura e de superintendência geral”, reservando-se à “crítica de seu governo”. Certamente, como para a poesia, verificava faltarem-lhe, “para todos os ramos da administração, as qualidades especiais do administrador”... E, também, como em relação à poesia, sabia “somenos seus dotes”, bem podendo, entretanto, “apreciá-los nos outros”...

Graças! À perfeição e coragem do seu sentimento crítico se deve o viveiro de estadistas da escola formada, o mecenato que exerceu na literatura nacional, sem maiores intromissões.

Mesmo no ostracismo, d. Pedro II não abdicou da coroa que não lhe puderam depor, o seu devotamento à inteligência, onde quer que estivesse.

Mesquita Pimentel, na já aludida obra, refere os encontros do imperador, ainda no poder, com Frederico Mistral e Gladstone e Vítor Hugo. Era amigo de Alexandre Dumas Filho, de Adolphe Franck, o romancista e o mestre de filosofia e direito civil do Colégio de França. A Lamartine, auxiliou diretamente; manteve amizade com Pasteur, de cujo instituto foi benfeitor. A Wagner convidou a representar uma de suas óperas no Rio de Janeiro. Ao monarca aludindo, Darwin, escrevendo ao botânico Hooker, em 1887, assim se expressava: “Esse imperador tantos benefícios prestou à ciência que todo sábio deve tributar-lhe o maior respeito”.

Longo seria enumerar as provas desse empenho em favor da cultura e da inteligência. Talvez por isso Vítor Hugo chamou-o “neto de Marco Aurélio”.

A grandeza em vários aspectos do período imperial, principalmente no campo dos costumes políticos e no terreno das artes e letras, deve ser relacionada com a liberdade de pensar e de escrever. Através de toda a longa fase do Império, mormente nos últimos tempos, o país conheceu, em extensão e no profundo, a incomparável beleza da liberdade que, por tanto exercitada, foi sempre compreendida como freios e inspiração da autoridade, que dela se deve alimentar, para melhor protegê-la. É franca a liberdade política e civil, a crítica aos atos do governo não sofre limitação, mesmo dirigida ao imperador. Ainda que amarga ou violenta, lança-se livremente; até organizações de contestação ao regime funcionam sem peias nos pronunciamentos republicanos. D. Pedro conjugava autoridade e liberdade, como vasos comunicantes. Ele próprio, o monarca, não desestimava a forma republicana, chegando a escrever no seu diário (*Anuário do M. I. cit.*) que sendo imperador, preferiria ser presidente da República...

Esse o clima do longo governo. Ao sopro das liberdades, fundam-se academias literárias e institutos científicos, revistas e jornais. O diálogo e o debate são a tônica, o monarca preside sessões do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ouve e acompanha o que se discute, propõe temas para estudo...

A eterna preocupação, o convívio das idéias! Aqui, com Gobineau; lá fora, com Renan. Se vai a Paris, recebe no Grande Hotel os notáveis e sábios Pasteur, Ambroise Thomas, Levasseur, Sully Preudhomme, François Coppée, Sardou, Dumas Filho, Leconte de Lisle, Arsène Houssaye, este amigo e sócia... Encontra-se com Guerra Junqueiro, visita Flammarion, talvez, para ele, mais importantes que Guilherme I, da Alemanha, com quem se avista em Baden-Baden... Em Florença, vai ao ateliê de Pedro Américo, onde conhece a tela *Independência do Brasil*, do mesmo porte do quadro *Batalha de Avaí*, que vira muitos anos antes. Se em Veneza ajunta-se aos mais ilustres do pensamento, não deixa de ver Eleonora Duse. Em Milão, encontra-se com Carlos Gomes...

O imperador não muda, não sabe fazer versos, é muito mau poeta; mas adora os que o sabem, e os artistas, os homens de talento,

os sábios, os escritores! Não é, essa, virtude superior? Não foi esse estado permanente de espírito que o convertera no mecenas da literatura nacional?

E ele o foi. Sobre isso não há opinião discordante, nem entre os seus inimigos. O que varia é quanto aos motivos que o teriam levado ao glorioso mecenato. Dizem os adversos que o imperador se regalava em comprar a estima dos literatos, para se fazer confundir com um deles, ser considerado um igual – seu sonho, sua ambição... Pouco importa! Nem a hipótese o diminui, que nobre é aquela ambição, e perfeitamente razoável a quem se dispunha a pagar tão alto preço – se em seu favor, mais ainda da jovem nação, que dela tanto se beneficiou!

Entre os autores que comentaram o monarca como mecenas das nossas letras, vamos referir José Veríssimo, o mestre da *História da Literatura Brasileira* (Rio de Janeiro, José Olímpio, 5ª edição, 1969), pela sua autoridade sem contraste na crítica literária nacional, pela justeza e independência dos seus juízos, pelo seu conhecimento global das idéias e filosofias, pelo sentido didático da sua obra, e sobretudo, pela sua isenção no ofício. Um clássico, um sábio, um caráter.

Assinala Veríssimo que tal era o empenho do imperador em incentivar as letras e proteger os escritores que, não raro e muito comum, sob o seu governo escrevia-se até como um meio de obter as benesses do trono:

“No reinado de d. Pedro II, monarca amador de letras e caroável aos letrados, por lhe armar à benevolência e patrocínio, foi comum fingirem-se muitos de amantes daquelas e as praticarem, mesmo assiduamente, mais porventura do que lhes pedia a vocação ou consentia o talento”. (op. cit., p. 14).

E, mais adiante, continua o mestre:

“Era inconsiderado pretender que um povo em suma inculto, e de mais a mais ocupado com a questão política da ordem, de 1817 a 1848 alterada por todo o país, cuidasse de seus poetas e literatos. Não é, todavia, exato que, apesar disso, os descursasse por completo. O povo amava esses seus patrícios talentosos e sabidos, revia-se gostosa-

mente neles, acatava desvanecido os louvores que mereciam aos que acreditava mais capazes de os apreciar. Supria-lhe esta capacidade, o sentimento patriótico restante dos tempos ainda próximos da Independência, e a ingênua vaidade nacional com ela nascida. O imperador começou então o seu mecenato, nem sempre esclarecido, mas sempre cordial, em favor dessa geração que lhe vinha ilustrar o reinado. D. Pedro II, que por tantos anos devia ser a única opinião pública que jamais houve no Brasil, iniciou por esse tempo a sua ação, ao cabo utilíssima, na vida intelectual da nação. Prezando-se de literato e douto, apreciou pelo seu povo incapaz de fazê-lo, e acoroçoou e premiou esses seus representantes intelectuais. Se não todos, a maioria da primeira geração romântica, com muitos outros depois dela, em todo o reinado, mereceram-lhe decidido patrocínio. Revestia este não só a forma de sua amizade pessoal, que aliás nunca chegava ao valimento, porém a mais concreta e prestadia de empregos, comissões, honrarias. E, louvados sejam, não lhe foram ingratos. As principais obras em todos os gêneros dessa época são-lhe dedicadas, em termos que revêem o reconhecimento da munificência imperial. Todos eles foram fervorosos e sinceros monarquistas, menos aliás por amor do princípio que do monarca”. (op. cit., pp. 127 e 128 ).

Não se pense que os favores do imperador não se dirigissem também aos homens de letras já eminentes. Mesmo os mais ilustres receberam o apoio do monarca. Assim, refere Veríssimo o lançamento de *A Confederação dos Tamoios*, o poema épico de Gonçalves de Magalhães, sua “obra de renascença”, em dez cantos:

“O aparecimento desta obra foi um acontecimento literário. Contra ela escreveu José de Alencar, então estreatante, uma crítica acerba, e, o que é pior, freqüentemente desarrazoada. Saíram-lhe em defesa ninguém menos que Monte Alverne e o próprio imperador d. Pedro II, que fora, às ocultas, o editor do poema”. (op. cit., p. 142. O grifo é nosso).

Trata-se de depoimento de um mestre da nossa crítica literária, de uma independência a toda prova, insusceptível de confundir-se entre aqueles “historiadores de partido”, aludidos por Croce.

Retire, quem quiser, do bom imperador a glória de pacificador da nação ou de grão-mestre da escola de estadistas que floresceu ao seu comando; negue quem o queira, o rendimento da obra de administração do país no longo reinado; ponha em dúvida, quem entenda, a visão e os talentos pessoais do monarca, como homem de Estado, ou de ciência, ou oficiante de letras – sempre houve quem o fizesse e o faça ainda. Mas, não se lhe retire a condição de grande mecenas das artes, das ciências e das letras, em todo o seu reinado de quase cinquenta anos! Que o não avançaram nem seus detratores e inimigos!

Foi sob a sua égide que despontou muito do que melhor tem tido este país, pelo clima de simpatia e apoio, até material, no campo da nossa inteligência e cultura e sensibilidade. Sim, sob e sobre o florescimento, sempre esteve a sombra acolhedora do reinante que “nascera para aprender e ensinar”, como depõe Calmon.

Heitor Lira, na sua já citada *História* (pp. 199 e seguintes), recorda alguns auxílios que da sua dotação destinava d. Pedro II mensalmente a brasileiros para estudos na Europa: a Pedro Américo, 400 francos; a Castagneto, 200 francos; a Almeida Júnior, 300 francos; a Daniel Bérard, a Francisco Franco de Sá, à filha de Vitorino Leonardo, a José de Lima Fleming, a Henrique Oswald, a Manuel Caetano da Silva Lara, a José Gomes Calaça, a Júlio César Ribeiro de Sousa, a Adolfo José Soares de Melo, a Pedro Gonçalves da Silva; todos com número variável de francos. A uns, para a pintura; a outros, para a música, ou para o apuro das ciências – a medicina, a engenharia civil, a direção dos aerostáticos...

Gonçalves Dias, o genial e incomparável poeta, viajou à Europa em missões arranjadas pelo imperador, às quais, vale dizer, deu perfeito desempenho; perfeito e brilhante. É uma pena que os limites de uma só aula não permitam referir os textos das inúmeras cartas que o poeta-maior mandou ao monarca, aludindo aos assuntos de sua missão, entre manifestações de agradecimento!

Não obstante a exigüidade do tempo, cabe transcrever o que a propósito anota Heitor Lira, na sua já citada *História*. Assim, “quando, anos depois, gravemente doente, Gonçalves Dias teve de voltar à Europa, em busca de alívio para o seu mal, foi ainda o imperador quem lhe veio em auxílio, mandando dar-lhe uma pensão de seu bolso”:

“O sr. Gonçalves Dias acha-se em precisão – escrevia o mordomo da Casa Imperial à nossa legação em Paris – e sua majestade ordenou-me que, por intermédio de V. Ex.<sup>a</sup> lhe mandasse dar o equivalente a 100\$000 brasileiros, por mês. Como, talvez, o sr. Gonçalves Dias tenha de se demorar na comissão, V. Ex.<sup>a</sup> continuará a dar a quantia referida, e se lhe pague igualmente sua viagem para o Maranhão”.

São fatos dessa natureza que, revelando o humano do imperador, atestam-lhe o mecenato que exerceu. E foi, justamente, o sentimento desse mecenato no patriarca das letras que o teria levado a sofrer tanto a crítica de Alexandre Herculano ao poema de Gonçalves de Magalhães – *Confederação dos Tamoios*. D. Pedro remetera o poema ao incomparável mestre da língua e a resposta foi-lhe duramente desfavorável, em carta de dezembro de 1856.

Vale o registro: a crítica veio impiedosa; mas, numa página de beleza e sabedoria inesquecíveis, daquelas de mármore, como as lavradas pelo mestre!

E o depoimento de Varnhagen, ao concluir o segundo volume da sua monumental *História geral do Brasil*, em carta de Madri, de 1857, ao imperador? Escreve o visconde de Porto Seguro sobre os trabalhos que lhe exigiu a obra, agradecendo a Deus que lhe concedera vida e saúde para o esforço,

“como por haver permitido que a pudesse escrever e ultimar no reinado de vossa majestade imperial”. (op. cit., p. 208).

Outro eminente, o altivo e difícil Araújo Porto-Alegre, sem pedir-lhe, recebeu a proteção do imperador, através da encomenda de um plano de reforma da Academia de Belas-Artes e sua nomeação para professor e diretor da academia.

Entretanto, dom Pedro II também se voltava para estrangeiros ilustres, em suas horas de dificuldades, ou simplesmente para testemunhar-lhes apreço. Por esta última razão, condecorou Herculano, e Pasteur, a este ainda mandando dinheiro para o instituto que fundara em Paris. Com dinheiro, socorreu Lamartine. A Gobineau mandou quinze mil francos, sob forma de pagamento de uma escultura que há tempos lhe encomendara (a *Mima*).

Auxiliou com dinheiro a ereção de monumentos a expoentes de artes e letras e ciências; aqui, como no exterior. Assim, aos erigidos a Galvani, o físico; a Boccaccio, o poeta do *Decameron*; a Tommaseo, o político; a Rebelais, o mago de *Pantagruel*; a Becquerel, precursor da telegrafia; a Carpeaux, o escultor da *Dança*; e a Watteau e a Thiers e a Beaumont, e à Fundação Mozart...

Com igual espírito de cultivo, o imperador recebia em palácio os ilustres do tempo, CasteInau, Pedro Lund, Agassiz... A esse eminente naturalista convidou para um curso no Colégio Pedro II cumprido com o sucesso de se esperar.

É inegável o que terá representado no nosso desenvolvimento intelectual a posição assumida pelo imperador e a importância do seu apoio às letras e artes e ciências, como incentivo às manifestações literárias ocorridas no Segundo Reinado. Justamente o período em que floresceram Álvares de Azevedo, Laurindo Rabelo, Junqueira Freire, Casimiro de Abreu, Gonçalves Dias, Porto-Alegre, Araguaia, Bernardo Guimarães, Fagundes Varela, Tobias Barreto, Castro Alves, Guimarães Júnior, José de Alencar, Macedo, Franklin Távora, Taunay, Martins Pena, Agrário de Meneses, João Francisco Lisboa, Varnhagen, Pereira da Silva, Melo Moraes (pai), Norberto Silva, Joaquim Caetano, Raul Pompéia, Aluísio Azevedo, Júlio Ribeiro... É a fase em que, como assinala José Veríssimo, começa a fluir a literatura brasileira, distinta da portuguesa. Principalmente entre os poetas, depois do “estágio de transição, ocupado pelos poetas da Plêiade Mineira (1769-1795) e, se quiserem, os que os seguiram até os primeiros românticos” (op. cit., pp. 4 e 5). É o período do romantismo, até o meado do decênio de 1870, com as últimas obras de importância, o *Evangelho das selvas*, de Varela e as *Americanas*, de Machado de Assis. É, ainda, tempo do rompimento com o romantismo, ao influxo do positivismo, o evolucionismo inglês, o materialismo de Haeckel, o comtismo, o socialismo de Prudhon, a crítica de Renan e Taine, o sopro de Hugo e Michelet, de Byron e Musset. Em suma, o grande momento da nossa evolução literária, com Castro Alves, Tobias, Machado de Assis, Joaquim Nabuco, Eduardo Prado.

Sobre esse grande período, reinou d. Pedro II, como mecenas. Não vale discutir-lhe a obra de administração do Império, que esse não é o tema da aula de hoje. Se o monarca é objeto de controvérsia como governante – e que governante não o é? –, trata-se de

assunto para outra conferência. Mas, no que se refere à sua posição de mecenas da nossa literatura, controvérsia não cabe. Ele o foi de modo admirável, a ele devendo o país o que só lhe pode pagar com a devoção do seu agradecimento.

Agripino Grieco, o grande crítico, falando de Castro Alves diz que é preciso amá-lo, como aos santos em casa de pobre.

Também a Pedro II, entre outras razões, pelo que representou de pedagógico o seu mecenato, muito bem traduzido numa caricatura da época (Heitor Lira, op. cit., pp. 171-172), que tomamos ao universo que o pretendido pelo autor, isto é, com justiça e gratidão:

“Dedicava-se muito o interesse que o imperador dispensava aos artistas, aos homens de letras, aos cientistas – aos sábios, como se dizia, ou aos doutores, como os chamava a imperatriz. Uma caricatura da época ficou célebre: o imperador desembarcando num porto estrangeiro; apenas põe o pé em terra, volta-se, inconstante e meio decepcionado, para as autoridades locais que o recebem: *Onde estão os sábios? Neste país não há sábios? Quero ver os sábios!*”

***Murilo Cabral Silva***

## **A imprensa no reinado de Pedro II**

A imprensa brasileira teve no Segundo Reinado assinalada influência na consolidação do regime, na manutenção da ordem, no aperfeiçoamento das instituições, no progresso do Brasil. Serviu proficuamente à evolução nacional para que a pátria crescesse à sombra de princípios que a enobrecessem e marchasse, no conceito das nações civilizadas, rumo dos seus altos destinos. Pelas colunas dos jornais, naquele período decisivo da formação nacional, passaram por assim dizer todos os grandes homens do Império, não só os que se deixaram atrair pela vocação profissional, e a ela ficaram fiéis, mas também os que da imprensa esporadicamente se valeram como etapa para o ingresso na vida pública, políticos, administradores, diplomatas, num vôo mais alto na esfera de um parlamentarismo *sui generis* que propiciou à monarquia a continuidade de um longo período histórico e cimentou, para sempre, a segurança da unidade nacional.

Foi o Segundo Reinado, da maioridade à república, o único período da história pátria em que a imprensa exerceu a sua missão sem entraves adrede preparados para lhe cercear ou suprimir legalmente a liberdade. Em nenhuma das suas formas a oprimiu a censura, arbusto daninho que se implantara e sistematizara com a difusão do livro, concomitante com a descoberta de Gutenberg, pois ao absolutismo reinante no mundo se apresentava como perigosa a difusão de idéias e a pregação de doutrinas que pudessem ameaçar o poder e fazer periclitarem a fé, pela Igreja defendida a ferro e fogo. A Inquisição, criada em Portugal no ano de 1537, por bula papal, facilitaria a tarefa de coarctar-se a liberdade de pensamento, sujeita ao regime estabelecido em dois concílios ecumênicos: o de Latrão, de 1512, e o de Trento, de 1545 a 1563.

Viu-se assim o Brasil, no regime colonial, sujeito à proibição da palavra impressa e se, com a chegada do futuro d. João VI, importamos a primeira oficina tipográfica que teria licença de imprimir

um jornal, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, esta se limitaria à divulgação dos atos oficiais, o que dispensava a necessidade da censura.

Com as lutas políticas que preparavam a Independência, a imprensa no Brasil se generalizou, caracterizando-se pelo seu feitio panfletário, embora houvesse, ao lado dos pasquins, jornais de alto padrão ético como a *Aurora Fluminense*, de Evaristo da Veiga, e, vindo da Inglaterra, o *Correio Brasiliense*, de Hipólito da Costa.

Assim, quando, em 1840, se iniciou o Segundo Reinado com a maioria de Pedro II, o povo brasileiro estava habituado a um gênero de imprensa que não primava pelo respeito à liberdade – porque dela abusava como licença desbragada para injuriar, caluniar e difamar. Havia a censura, mas apesar disso os jornais se extremavam com o incentivo da paixão política.

Com a Revolução do Porto, de 20 de agosto de 1820, a situação mudaria, pois um sopro de liberdade, varrendo o reino, vinha refletir-se no Brasil. A censura ia desaparecer e a responsabilidade pelo que se escrevesse e publicasse passaria à autoridade judiciária. Criou-se, por determinação da Constituição datada de 1821, um tribunal a que competia julgar os crimes de imprensa. Como sempre acontece, não foi bem recebida a lei regulamentada pelas cortes para a ação do tribunal, que se intitulava de *Especial da Proteção da Liberdade de Imprensa*. Entre os que a criticaram destacou-se logo Hipólito da Costa, que a classificou de lei contra a liberdade de imprensa. Estabelecida a campanha de oposição à nova lei, o governo procurou atender às críticas e expediu outros atos, que não podiam por sua vez, satisfazer aos interessados. O que se comprova, hoje como ontem, é que não há composição possível com os atingidos pelas leis restritivas da liberdade de pensamento.

Buscaram-se soluções que apaziguassem os ânimos, incumbiu-se o duque de Palmela de redigir um novo projeto de bases para ser submetido às cortes, mas não se obteve êxito. O fato é que quando d. João VI partiu do Brasil a situação era, juridicamente, a mais confusa no assunto liberdade de imprensa.

No projeto de Palmela, o rigor contra a liberdade de publicar-se era atenuado por uma promessa de “liberdade moderada da imprensa”. E assim se continuou nesses anos agitados da década de 20 do século XIX, com avanços e recuos na legislação e nas medidas atinen-

tes à regulamentação da liberdade que, no dizer de Rui Barbosa, é de todas “a mais necessária e a mais conspícua: sobranceira e reina entre as mais”.

Não cabe aqui o estudo detalhado da situação da imprensa nesse período, pois só nos interessa, pelo limite do tema recebido, o estudo referente ao Segundo Reinado e esse se fixou, afirmativamente, com a prevalência da tese de evitar-se para a imprensa um regime de exceção na legislação penal, incluindo-a na regra geral de subordinação ao Código Criminal do Império. Fixada na Carta Constitucional de 25 de março a garantia de liberdade de pensamento, ficou claro o preceito do art. 179, nº IV: “Todos podem comunicar os seus pensamentos por palavras, escritos, e publicá-los pela imprensa, sem dependência de censura, contanto que hajam de responder pelos abusos que cometerem no exercício deste direito, nos casos e pela forma que a lei determinar”.

Essa lei seria feita em base de longo projeto de Gonçalves Ledo, um dos próceres da Independência e figura de grande projeção nas lutas de então e na vida pública do Primeiro Reinado. Embora vivamente criticado, por antiliberal, violento, drástico, após demorado trânsito na Câmara legislativa, o projeto de Ledo acabou sancionado pelo imperador em 20 de setembro de 1830. Mas teve curta duração, porque a 16 de dezembro do mesmo ano era sancionado o Código Criminal do Império e o seu art. 7º dispunha sobre “os delitos de abuso de liberdade de comunicar os pensamentos”. Em 1832, era sancionado o Código do Processo Criminal, desaparecendo portanto a lei de 20 de setembro de 1830.

Assim, no Segundo Reinado, desde a regência até à proclamação da República, em 1889, a imprensa escapou da legislação especial que, a pretexto de assegurar-lhe a liberdade de pensamento, não teria feito senão restringir a sua liberdade. Esse triste privilégio estaria reservado à República.

Mas não foram poucas as tentativas, durante os 49 anos do reinado de Pedro II, para dar-se à imprensa um regime penal de exceção. Ainda na Regência, em 10 de julho de 1838, Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho enviava à Assembléia um anteprojeto contra os abusos da liberdade de imprensa.

Mas a tese de que os crimes de imprensa eram crimes comuns e, portanto, sujeitos ao Código Criminal, que sobre eles dispunha,

havia se afirmado na consciência jurídica da nação, apesar da discordância de influentes opiniões de homens públicos, juristas e parlamentares de nomeada. E acima de todas as forças que se opunham a uma legislação especial, restritiva da liberdade de imprensa, surgia a figura admirável de Pedro II, cuja vontade firme serviria durante todo o seu longo e benemérito reinado, de defesa a um princípio que o seu reconhecido espírito liberal defenderia com ânimo resoluto. A sua autoridade nessa atitude se apresentava tanto mais forte quanto era ele, muitas vezes, o alvo preferido dos excessos dos jornalistas que se valiam da impunidade em vigor para injuriarem, vilipendiarem, caluniarem, ridicularizarem a pessoa do monarca.

Em 1851, Eusébio de Queirós pedia a Nabuco de Araújo um parecer sobre um projeto que tinha por objetivo reprimir os excessos da liberdade de imprensa. Nabuco de Araújo era favorável à tese, tanto que em 1843 dissera ele à Câmara dos Deputados ser “essencial e urgente em nosso país a repressão da imprensa”. Mas o projeto de Eusébio, que transferia ao júri o julgamento dos crimes de imprensa, seria pior do que o regime então vigente, pois não havia quem acreditasse na eficácia de uma repressão pelo tribunal popular dos abusos da liberdade de opinião.

Joaquim Nabuco, em *Um Estadista do Império*, conta que ouvira do imperador haver ele se oposto ao projeto de Eusébio. E acrescenta: “o imperador não distinguia entre jornal político e os próprios pasquins de ocasião, como *O Corsário*, de Apulcro de Castro. A imprensa era para Pedro II como que o sacramento da opinião. Desde que o escritor, qualquer que fosse, passava pelo prelo adquiria aos seus olhos o privilégio da inviolabilidade”.

Foi essa sempre a constante do imperador quanto à liberdade de imprensa. Em 1871, ao ter de passar o trono à princesa Isabel, para uma viagem ao estrangeiro, Pedro II escreveu algumas instruções que lhe pareceram úteis à filha que pela primeira vez o substituíra no poder. Entre essas instruções, todas impregnadas de sabedoria e patriotismo, figuram as seguintes palavras de orientação sobre a conduta da princesa para com a imprensa: “Ainda falarei da imprensa, e de qualquer outro meio de imprimir opiniões. Entendo que se deve permitir toda a liberdade nestas manifestações quando não se dê perturbação da tranqüilidade pública, pois as doutrinas exprimidas nessas manifestações pacíficas ou se combatem por seu excesso ou por meios semelhantes menos no excesso. Os ataques ao imperador,

quando ele tem consciência de haver procurado proceder bem, não devem ser considerados pessoais, mas apenas manejo, ou desabafo partidário”.

Eusébio de Queirós viu, assim, fracassada a sua idéia sobre a liberdade de imprensa. Mas outras tentativas seriam feitas no mesmo sentido. Em 1867, Batista Pereira apresentou um projeto à Câmara, dispondo sobre o julgamento dos crimes por abuso de liberdade de imprensa. Dormiu esse projeto no seio das comissões, frustrado o seu destino pela falta de ambiente que o aceitasse. Em 1869, João Mendes de Almeida procura reviver a idéia de uma legislação especial para os crimes de imprensa e apresenta longo projeto. Também esse projeto não teve andamento.

Em 24 de maio de 1869, o assunto seria levado ao Senado, por um projeto do grande chefe político baiano, o senador Manuel Pinto de Sousa Dantas, pelo qual os crimes de imprensa passariam a ser julgados pelo júri.

Em 1870, surgiria no Parlamento outro projeto, inspirado certamente pela propaganda republicana que ganhava força com o Manifesto de Itu e teria na *A República* o seu órgão de combate. Assinou esse projeto o deputado Heráclito Graça e a sorte que o esperava não foi diferente da dos demais.

Mas a idéia não morreria. Em 1875, o deputado Moraes e Silva aparecia com um novo projeto, tentando alterar o regime então vigente na capitulação e julgamento dos crimes de imprensa. Também esse projeto estava destinado apenas a figurar nos *Anais do Parlamento*.

A única modificação que se fez, no Segundo Reinado, da legislação sobre os crimes de imprensa foi quanto ao seu julgamento que, por lei de 20 de setembro de 1871, no ministério de 7 de março, presidido pelo visconde do Rio Branco, passou à competência dos juizes de direito das comarcas e dos juizes municipais de todos os outros termos. Era um avanço na legislação, porque tirava essa competência das mãos da polícia para transferi-la ao poder judiciário, revogada assim a Lei de 3 de dezembro de 1841, de Bernardo de Vasconcelos, contra a qual se consolidara o sentimento jurídico do país. Assim, vemos que o Segundo Reinado foi coerente e inflexível na preservação da tese de serem os crimes de imprensa crimes comuns, previstos e capitulados no Código Criminal.

É possível que essa idéia, defendida por Pedro II, tenha concorrido para os excessos da imprensa, muitas vezes, verificados no seu reinado. Mas o imperador ficava bem com a sua consciência e a sua orientação jamais variou. A ele se deve, pois, em grande parte, o alto nível a que, apesar dos pesares, atingiu a parte sadia do jornalismo brasileiro nos quarenta e nove anos da sua presença na chefia do Estado. Nem se diga que a situação melhorada com uma legislação específica contra os crimes de imprensa. Se no Império, sem legislação própria, os jornais por vezes se desmandaram em ataques, verrinas, injúrias e calúnias, depois, na República, quando se adotou o regime contrário ao defendido por Pedro II, não melhorou a situação, e nas épocas agitadas pela paixão política ou mesmo fora delas muitas vezes jornalistas ultrapassam as raias do equilíbrio e se atiram, sem medo da cadeia, a excessos que só servem para comprometer os foros de uma imprensa digna.

Não se limitava Pedro II a defender teoricamente a tese por que se batia. Buscou a solução prática que viesse a corrigir inconvenientes que condenava. Por isso, preconizou sempre, no seu reinado, a necessidade de um órgão oficial, que refletisse o pensamento do governo e justificasse e defendesse os seus atos perante a opinião pública. Não lhe parecia correto, consoante com os rígidos moldes de moralidade de sua ação na vida pública, que o governo subvencionasse a imprensa ou estipendiasse jornalistas. Era o que acontecia então, como aconteceu sempre e acontecerá ainda, direta ou indiretamente, não só aqui, mas em toda a parte em que a imprensa exerça a sua influência junto à opinião pública.

No Segundo Reinado, revoltou-se o monarca contra esse sistema e propunha a criação de um jornal que evitasse a necessidade de recorrer o governo, por seus ministros e altos funcionários, aos jornais, a fim de obter deles elogios, defesa de sua conduta, explicação para os seus atos criticados. Tentou Pedro II, no ministério Caxias, de 2 de março, fazer vingar a sua idéia, mas foi derrotado, pois quatro ministros votaram contra a sua proposta: Paranhos, Joaquim José Inácio, Taques e Sousa e Melo. Com o imperador ficaram Caxias, Sousa Ramos e Saião Lobato. E era esse monarca derrotado por seus ministros a quem acusavam de cesarismo...

Mas Pedro II não desistiu da sua idéia e logrou vê-la afinal adotada pelo ministério marquês de Olinda, em 1862, com a criação do *Diário Oficial*, que apareceu em 1º de outubro desse ano. Que

ria-o Pedro II um jornal informativo, com seções atraentes, a concorrer com os outros jornais para o interesse do leitor, que assim se inteiraria da política do governo, ao mesmo tempo que encontrasse nas colunas do jornal informações, comentários, críticas, variedades, tudo enfim que torna atrativo um órgão de imprensa, para impô-lo como um hábito e uma necessidade da vida cotidiana.

No começo, o *Diário Oficial* foi orientado nesse sentido, com a direção de um grande jornalista da época: Josino do Nascimento Silva. Mas durou pouco o aspecto propriamente jornalístico da folha. Logo passaria a ser apenas o repositório de atos oficiais como até hoje, sem pretender concorrer com a imprensa e sem disputar-lhe a preferência do leitor, como pensava Pedro II ser possível, no interesse supremo de moralização dos costumes que sempre foi a preocupação do seu amor pelo Brasil.

Uma breve análise retrospectiva da história da imprensa no Segundo Reinado permite verificar-se quanto foi brilhante e fecundo o jornalismo de então, feito à base de idéias e pensamentos, com a revelação de notáveis figuras que se imortalizaram nas colunas da imprensa do país, verdadeiros orientadores da opinião pública, ardentes e corajosos batalhadores em prol das causas que defendiam, doutrinadores em que se revelava a cultura e se admirava o domínio da inteligência profissional. Foi, sem dúvida, a do Segundo Reinado a época áurea da imprensa brasileira.

Enfrentaram muitos desses jornalistas riscos que muitas vezes se converteram em violências. A brandura da legislação e a quase total ausência de repressão para os que abusavam da liberdade de imprensa muitas vezes armaram os braços da reação contra os jornalistas, não só na Corte, como nas províncias. Os atentados à liberdade de imprensa, com o empastelamento de jornais, se repetiam aos olhos da autoridade, impotente ou coniventes. Os assassinatos e as agressões físicas foram sem conta nesse longo período da história da imprensa brasileira. Seria fora do assunto desta palestra a evocação de todos esses atentados que marcaram de brutalidade e de sangue o direito de manifestação de pensamento, muitas vezes injustamente equiparado, para a defesa dos violadores da liberdade de imprensa, aos abusos condenáveis praticados à sombra dessa sagrada liberdade.

Dessa memória negativa da imprensa do Segundo Reinado resta uma lembrança sem relevo para o historiador que hoje se proponha a estudá-la. Mas da sua magna repercussão na vida nacional, da sua

grandeza, do seu patriotismo, da sua eterna sobrevivência na história pátria, sobram os exemplos e confortam as benemerências da sua ação.

Foi essa imprensa que serviu à obra de consolidação do Império e portanto da unidade nacional. Foi ela que lutou contra ou a favor da maioria de Pedro II, tendo em vista apenas os altos interesses do país, que secundou Caxias na obra de defesa da ordem para a segurança do Império, que defendeu a política da Monarquia na afirmação do prestígio brasileiro no continente com a política do Rio da Prata, que se bateu denodadamente contra a escravidão, defendendo as leis que culminariam no fecho de ouro da abolição total em 13 de maio, que, ajudando a proclamação da República, concorreu para a integração da nação no sistema da vida política da América.

Os seus jornais, desde o começo do Segundo Reinado, ficaram na história da imprensa brasileira como exemplos fugazes ou duradouros de uma missão que marca o passado com fulgurante projeção na evolução e na grandeza do país.

Fundado em 1827, o *Jornal do Commercio* seria, em todo o Segundo Reinado, como depois, o órgão máximo da imprensa brasileira. Adquiriu, por sua independência, um prestígio que levou Rui Barbosa a classificá-lo como uma instituição nacional comparando-o ao *Times*, de Londres.

Criado e dirigido até o começo da República por franceses – Plancher, Seignot, Villeneuve, Picot – era, no entanto, o mais brasileiro dos jornais do país. Por sua redação passaram os grandes nomes da imprensa de então: Júlio César Muzzi, Paula Brito, Augusto de Castro, Francisco Otaviano, Costa Cabral, João Batista de Lacerda, Justiniano José da Rocha, Gusmão Lobo, Josino do Nascimento Silva, o barão de Parapiacaba, Pereira da Silva, Luís de Castro, Sousa Ferreira, João Francisco Lisboa, Joaquim Manuel de Macedo, o visconde do Rio Branco, Paranhos Pederneiras, Vieira Souto, Antônio Leitão e outros. Pairava acima das paixões e interesses e exercia, na imprensa, uma verdadeira magistratura da opinião. Chamavam-no o “senado” da imprensa, porque à sua redação só chegavam os jornalistas de longo tirocínio e consagrada nomeada. Tal a sua autoridade que antigamente lhe atribuíam o poder de, com uma *vária*, derrubar um ministério. Isso, por certo, na Monarquia, pois que na República não se derrubam ministérios. Aos que estranham tenha deixado de ser tão grande o prestígio do *Jornal*

*do Comércio*, se poderia perguntar, parodiando o verso de Machado de Assis: mudaria o *Jornal* ou mudariam os homens?...

Esteve presente em todas as grandes campanhas do Segundo Reinado, mesmo àquelas que, como a da Abolição, poderiam chocar-se com o seu sentido conservador e com os seus compromissos junto às classes produtoras do país. Desde 1883, nas suas colunas se encontram os ecos da campanha abolicionista e quando, após o 13 de maio, se organizaram as comemorações à Lei Áurea, a Comissão de Imprensa para esse fim nomeada seria presidida pelo conselheiro Sousa Ferreira, redator-chefe do velho órgão. E a folha única que, no dia 21, se publicou, reunidas nela todos os jornais do Rio, foi impressa nas oficinas do *Jornal do Comércio*. Quando Joaquim Nabuco apresentou à Câmara o seu projeto de abolição, partiu das colunas do *Jornal do Comércio* a advertência que devia ter alertado a nação: era a pedra que começara a rolar da montanha...

Atravessou, assim, o grande jornal brasileiro, então entre os primeiros da imprensa mundial, os quarenta e nove anos do Segundo Reinado, despertando, por vezes, reparos do próprio imperador, ao ver que importantes atos do governo apareciam nas colunas do *Jornal do Comércio* antes de serem publicados no *Diário Oficial*. Na Questão Christie, a justificativa do governo se fez no *Jornal do Comércio*, escrita por Paranhos do Rio Branco. Pedro II não gostou e disse ao marquês de Abrantes que preferia tê-la lido no *Diário Oficial*.

O fim da Monarquia foi registrado, de forma admirável, nas colunas do *Jornal do Comércio*, feita a reportagem da proclamação da República pelo próprio Sousa Ferreira. Nela se encontra um detalhe que tem escapado aos historiadores e nos parece servir como traço psicológico da figura de Floriano Peixoto. Conta o *Jornal do Comércio* que o então ajudante-general do Exército, em quem confiava Ouro Preto, ao ver que este e o ministro da Justiça, Cândido de Oliveira, no quartel-general, eram presos pelo marechal Deodoro, interveio para que essas prisões fossem relaxadas, o que aconteceu. Retirando-se para a casa do seu concunhado, o barão de Javari, na Rua da Ajuda, pouco depois era ali preso, depois de ir ao paço, levado pelo barão de Miranda Reis, o visconde de Ouro Preto, longe das vistas do marechal Floriano...

Também nas colunas do *Jornal do Commercio* de 24 de novembro figura a melancólica e expressiva narrativa do embarque da família imperial para o exílio, na madrugada de 17 de novembro. Escreveu-a, sem assiná-la, Raul Pompéia, que morava nas vizinhanças do palácio.

A imprensa da Corte, como a de todo o país, foi até 1840 essencialmente política. Os títulos dos jornais bastam para caracterizar-lhes a feição: *Honra do Brasil*, o *Tamoio*, *Amigo do Povo*, *Sete de Abril*, *Clarim da Liberdade*, *Constitucional*, *República*, estendendo-se essa nomenclatura por dezenas e centenas de títulos que seria enfadonho enumerar.

Ao lado de uma imprensa de combate, de paixão, de incontinência de linguagem, com vida efêmera, mantinham-se no Rio de Janeiro em linha diferente, além do *Jornal do Commercio*, como órgãos legítimos de uma imprensa elevada, o *Correio Mercantil*, que se publicou de 1848 a 1868 e o *Diário do Rio de Janeiro*, o primeiro diário da cidade, que apareceu em 1821 e durou até 1878, fundado e dirigido por Zeferino Vítor de Meireles. Chamava-o o povo de *Diário da Manteiga* ou *Diário do Vintém*, ou porque inseria anúncios de mercadorias ou porque se vendia barato, a 40 réis o número.

Pelas colunas desses jornais diários, passaram os maiores jornalistas e escritores da época: Saldanha Marinho, Ferreira Viana, José de Alencar, Quintino Bocaiúva, Machado de Assis, Henrique Muzio, Manuel de Almeida, Muniz Barreto, Silva Paranhos, depois visconde do Rio Branco, Torres Homem, depois visconde de Inhomirim, Francisco Otaviano, Pinheiro Guimarães, Tavares Bastos, José Maria do Amaral e tantos outros, muitos dos quais a política atrairia e nela tiveram atuação brilhante.

Em 1850, marca-se uma era de transição da vida nacional, que Capistrano de Abreu assinala como o início do progresso destinado a levar o Brasil à maior altitude entre os povos. Mas só mais tarde a imprensa receberia o influxo das novas idéias e se beneficiaria das transformações sofridas pela vida do país, com a navegação a vapor, o telégrafo, a iluminação a gás, as estradas de ferro, a navegação fluvial, as obras públicas de saneamento, o desenvolvimento da lavoura cafeeira, a rede bancária, o surto do empresariado, o que tudo levava, em grande euforia, o ministro Eusébio de Queirós à tribuna da Câmara, para a mais otimista manifestação pública de um homem de governo na confiança do futuro do país.

Em 1860, o Rio de Janeiro possuía mais de 30 tipografias e 4 jornais diários. Nas colunas desses jornais e dos outros que então periodicamente apareciam escreviam as melhores penas do Império que assim se comunicavam, na expansão das suas idéias, com uma pequena elite que se formava na Europa e já então também nos bancos das faculdades de direito do Recife e de São Paulo. Poucos eram os livros que se publicavam. Apareciam os *Últimos Contos* e os *Timbiras*, de Gonçalves Dias, a *Confederação dos Tamoios*, de Gonçalves de Magalhães, o *Colombo*, de Porto Alegre, as *Poesias*, de Álvares de Azevedo, as *Primaveras*, de Casimiro de Abreu, *Inspiração do Claustro*, de Junqueira Freire. Publicavam-se nos folhetins dos jornais e revistas romances de Alencar, de Joaquim Manuel de Macedo, de Machado de Assis, de Manuel Antônio de Almeida. Apenas obras de ficção, poesia e romances, porque ainda não havia público para livros de outro gênero. A cultura filosófica e política era procurada em obras estrangeiras, principalmente portuguesas e francesas.

Assim, a imprensa do Segundo Reinado se arrastou, sem espírito de renovação, até 1875, quando surgiu a *Gazeta de Notícias*, fundada por Ferreira de Araújo, médico, que se revelaria um ótimo jornalista. Era uma folha leve, barata, popular, bem escrita, com reportagens que interessavam ao leitor, independente de compromissos políticos, a influir desde então nos jornais que depois apareceram não só no Rio de Janeiro como também nas províncias. Nas suas colunas apareceram os melhores escritores da época, brasileiros ou estrangeiros, cuja colaboração dava à folha uma feição literária ao lado do seu aspecto nitidamente jornalístico.

A influência da *Gazeta de Notícias* fez-se sentir depois sobre os jornais que em seguida se publicaram no Rio de Janeiro e tiveram repercussão na imprensa brasileira: *A Gazeta da Tarde*, de José Ferreira de Menezes, o *Diário de Notícias*, de Rui Barbosa, a *Cidade do Rio*, de Patrocínio, *O País*, de Quintino Bocaiúva.

Em 1872, aparecia nas fileiras da imprensa do partido conservador o jornal *A Nação*, de propriedade do bacharel J. Juvêncio Ferreira de Aguiar. Eram seus redatores Silva Paranhos Júnior, o futuro barão do Rio Branco, e Gusmão Lobo, dos melhores jornalistas que teve o Brasil, e depois, como proprietário, o padre João Manuel, que, em 1889, às vésperas do novo regime scandalizaria a Câmara com o seu grito insólito de “Viva a República”. Era na

A *Nação* que Paranhos e Gusmão Lobo defendiam o ministério de 7 de março, presidido pelo visconde do Rio Branco, o de mais longa duração na Monarquia. Nas colunas do órgão conservador, Paranhos, também deputado, tinha uma trincheira de ampla perspectiva para defesa da política do combatido ministério que seu pai presidia. Preferia a imprensa à tribuna para enfrentar os adversários liberais que no *A Reforma* atacavam a política do grande ministro que fez a lei de 28 de setembro. E já ali se revelava o seu interesse pelos problemas internacionais, em estudos sobre limites e sobre a política do Rio da Prata, numa antecipação do chanceler que, na República, encheria de triunfos e de glórias as páginas da história do Brasil.

Também, nessa época, nas colunas da *A República* e em outros jornais, aparecia o nome de Joaquim Nabuco, a fazer jornalismo político e a estender à imprensa a brilhante e intensa campanha que mantinha na tribuna pela abolição do elemento servil.

O Brasil, pela vasta extensão do seu território e a precariedade das suas comunicações internas, nunca teve uma imprensa nacional, mas apenas regional. Do mesmo mal se queixou Bryce quanto à imprensa norte-americana. Os nossos jornais, alguns muito bons, limitam sua influência à restrita região em que circulam. E os do Rio de Janeiro, que até há pouco foi a capital, também têm pouca irradiação pelo resto do país. Mas, apesar disso, influem estes na vida pública da nação. Se assim ainda é hoje, muito mais confinada foi, no Segundo Reinado, a expansão dos jornais. Dos que se publicavam na Corte, apenas o *Jornal do Comércio* dispunha de um número apreciável de assinantes nas províncias, onde chegava aos maços, para uma leitura atrasada e demorada. Mas porque havia naquele tempo, como ainda hoje, na vida nacional, um sistema de compartimentos estanques no intercâmbio da opinião impressa, a conseqüência era a proliferação de jornais, de publicação diária ou periódica, por todo o país. Não havia, no Segundo Reinado (como ainda hoje) cidade do interior por pequena que fosse que não tivesse o seu jornal. E sempre partidário, ligado às correntes políticas locais, donde uma redação parcial quando não violenta e apaixonada. Com os dois partidos existentes então, o conservador e o liberal, o jornalista do interior era sempre orientado pela facção a que pertencia e o seu jornal invariavelmente inimigo do jornal da outra facção. Nas capitais, no entanto, havia já naquele tempo uma imprensa que dispunha de jornais bem feitos, servindo às idéias e à cultura do meio, no empenho da relevante missão que cabe aos jornalistas no que concerne à orien-

tação da opinião pública. Assim acontecia no Pará, com a província do Pará; em Pernambuco, com o *Diário de Pernambuco*, o mais antigo jornal do país, pois foi fundado em 1824; na Bahia, com o *Diário da Bahia*; no Rio Grande do Sul, com grande número de folhas mas nenhuma de marcante projeção como as outras citadas. São Paulo, por incrível que pareça, meio que congregava valores incontestes na vida pública do país, centro de cultura jurídica, com a sua notável faculdade de direito, com rápido desenvolvimento econômico, através da sua lavoura e da sua indústria incipiente, São Paulo foi das últimas províncias a desfrutar de uma boa imprensa, pois o *Correio Paulistano*, decano dos seus jornais, apareceu em 1854, seguindo-se-lhe a *Província*, hoje *Estado de S. Paulo*, o *Comércio de S. Paulo*, o *Diário Popular*, *A Platéia* e outros. Em compensação ao atraso notado, possui hoje a melhor imprensa do país.

Pedro II, com a visão patriótica dos problemas nacionais, sentiu que era um mal essa falta de intercâmbio de opiniões, pensamentos e informações entre a Corte e as províncias. Quando, a instâncias suas, se criou o *Diário Oficial* e quis o imperador dar-lhe o caráter de folha de idéias, de fatos, de assuntos variados e atraentes, em competição com outros jornais, falou ao diretor desse jornal do governo para que nele se publicasse habitualmente um extrato das folhas das províncias e se divulgassem as discussões das Assembléias respectivas. Foi mais uma boa idéia que o monarca não conseguiu ver adotada no seu reinado.

A maioria dos jornais das províncias, exceção feita das capitais, teve durante o Segundo Reinado vida efêmera. Surgiam e desapareciam e poucos lograram, como o *Monitor Campista*, chegar ao centenário, perdurando através da sorte vária dos partidos nacionais que subiam e desciam do poder segundo a vontade imperial e as exigências do poder moderador. Quando se proclamou a República, a estatística da época, embora precária, estimava em algumas centenas os jornais que se publicavam no país.

Hoje, pelo *Anuário Estatístico*, atingem eles a uma soma muito superior, embora com circulação muito inferior às dos jornais argentinos, europeus e norte-americanos.

Na *Biografia do Jornalismo Carioca*, do sr. Gondim da Fonseca, figura a relação de todos os jornais e revistas cariocas que surgiram de 1808 a 1908. No período de 1840, que foi o ano da maioridade de Pedro II, quando portanto, em rigor, começa o Segundo

Reinado, até 1889, quando se proclamou a República, isto é, nos 49 anos a que se restringe esta síntese da imprensa brasileira, apareceram, ou desapareceram, no Rio de Janeiro 1.438 publicações periódicas, poucas das quais ainda hoje existem.

No estudo da imprensa brasileira no Segundo Reinado merece atenção especial a revista ilustrada, de sátira e caricatura, cuja influência política era sensível em todas as camadas em que, mais do que a palavra, a imagem impõe a sua força sugestiva. Delas a mais importante foi a *Revista Ilustrada*, de Ângelo Agostini, especialmente política, presente a todos os momentos importantes da vida nacional, de 1876 a 1898.

Não é possível, no estreito limite deste esboço, examinar detidamente não só esse gênero de imprensa, como o da imprensa literária, da imprensa científica, da imprensa artística, da imprensa associativa, que todas concorreram para que o Brasil tivesse, naquele período, uma alta expressão na comunicação das idéias e no aperfeiçoamento dos costumes.

A imprensa antecedeu à tribuna parlamentar na consolidação das instituições, no fortalecimento do regime monárquico moldado no parlamentarismo inglês. Até 1850, os jornalistas, pregando idéias, doutrinando a nação, dominavam o ambiente político e influíam sobre as forças partidárias. Os grandes jornalistas que defendiam os conservadores ou os liberais eram a expressão de um pensamento que se traduzia por uma argumentação de valiosa ressonância junto à opinião pública. Admirava-se neles a perfeição do estilo, a cultura clássica, a influência dos publicistas cujas luzes vinham da França e da Inglaterra. Os problemas políticos eram por eles, nos seus artigos diários, tratados com amplo conhecimento de causa e segura intuição patriótica. Serviam, através dos seus compromissos partidários, aos interesses pátrios, na linha herdada dos grandes jornalistas do passado, entre os quais se destacava como exemplo a figura de Evaristo da Veiga.

De 1850 em diante, a tribuna parlamentar primária talvez sobre a imprensa na obra de construção nacional. Nos jornais vinham bater os ecos dos grandes discursos, as vozes prestigiosas dos deputados e senadores que formavam a plêiade dos grandes estadistas que a figura central do imperador chamava aos ministérios para a obra administrativa e política que o seu prestígio, discreta e patrioti-

camente comandava, na absoluta subordinação aos seus deveres constitucionais, como acentuou Nabuco em *Um Estadista do Império*. Embora guardando fidelidade à orientação que a aproximava da imprensa européia, rebelde à influência dos jornais norte-americanos onde, já a esse tempo, o fato primava sobre a idéia para o domínio da informação sobre o comentário, o jornalismo brasileiro procurava modernizar-se para que seu prestígio junto à opinião pública servisse melhor às grandes campanhas em que se empenhava e das quais a principal, quase sem discordância nas colunas dos cotidianos, era a da abolição da escravatura. Mesmo os jornais, como o *Atualidades*, de Alcindo Guanabara, que combatiam a emancipação, disfarçavam a sua discordância com a invocação ao respeito à propriedade e ao interesse alegado de defenderem a lavoura de um colapso econômico que poderia ocorrer com a supressão do braço escravo.

Outras campanhas exaltavam os ânimos e envolviam os jornalistas nas paixões que provocavam: a questão religiosa, a questão militar, a propaganda republicana. Campanhas cujas ondas revoltas iam arrebentar ao sopé do trono, em que a figura envelhecida de Pedro II não conseguiria preservar os direitos dinásticos da filha casada com um príncipe estrangeiro.

O jornalismo político deu ao Brasil, no Segundo Reinado, como antes, figuras que não desapareceram no efêmero das colunas dos jornais e ainda hoje são lembradas como marcas luminosas na história da nossa evolução política: Justiniano José da Rocha, Francisco Otaviano de Almeida Rosa, Paranhos do Rio Branco, Torres Homem, Tavares Bastos, Otaviano Hudson, José do Patrocínio, Joaquim Serra, Rui Barbosa, Alcindo Guanabara.

Na constelação dos grandes nomes que os partidos enviavam ao Parlamento, e dos quais saíam os ministros que formariam os gabinetes, figuram os que entraram para a história pátria e marcam o ponto alto de um sistema de governo que colocava o Brasil em exceção no continente americano e o cercava de respeito entre as nações do mundo civilizado num regime de liberdade que permitiu ao presidente Rojas, da Venezuela, quando se proclamou a República, dizer que a América do Sul havia perdido a única República até então nela existente – o Império do Brasil. Entre esses estadistas que tanto engrandeceram o nosso passado e não se apagaram na memória pátria estão Cotegipe, Zacarias de Góis, Paranhos do Rio Branco, Paulino

de Sousa, Paraná, Limpo de Abreu, Olinda, Pimenta Bueno, Sousa Franco, Eusébio de Queirós, Saraiva, Sinimbu, Paranaguá, Ouro Preto, Dantas, Francisco Otaviano, Itaboraí, João Alfredo, Torres Homem, Lafayette, Silveira Martins, para só escolher entre os que foram ministros, limitada a referência pela extensão das evocações se a todos que então entre eles se destacaram tivéssemos de aqui fazer menção especial.

Eram esses homens do governo, membros dos partidos então vigentes, o conservador e o liberal, que se revezavam com os jornalistas na discussão dos grandes problemas nacionais e doutrinarão da tribuna do Parlamento ou das colunas da imprensa, as gerações que se sucederam no longo período do reinado de Pedro II.

Seria demorado o estudo da influência dos grandes jornalistas do Segundo Reinado e haveria que distinguí-los entre os que escreviam artigos e os que colaboravam em crônicas e folhetins. Aos primeiros cabia a missão mais restrita e mais difícil de tratar das questões políticas e dos problemas nacionais, aos segundos a tarefa jornalística se oferecia mais fácil, porque escreviam sobre assuntos ligeiros, cuidavam dos costumes, comentavam aspectos sociais da vida nacional e atraíam os leitores, através de crônicas leves, para casos de maior gravidade e repercussão na vida nacional.

Entre os jornalistas que mais se destacaram na imprensa do Segundo Reinado figura Justiniano José da Rocha, que o barão do Rio Branco, nas suas *Efemérides*, classificou como o primeiro dos jornalistas do seu tempo. Dessa consagração divergiu Joaquim Nabuco, para quem o maior jornalista do Império foi Francisco Otaviano. Difícil seria nesse terreno chegar-se a uma conclusão positiva, pois no julgamento feito pelos dois grandes homens da nossa história pesa por certo o determinismo político: Rio Branco era conservador, como Justiniano, e Nabuco liberal, como Otaviano.

O fato é que ambos foram as penas mais brilhantes do jornalismo daquele tempo. Justiniano começara com *O Atlante*, em 1836, seguindo-se-lhe *O Cronista*, ao qual sucederia, em 1840, *O Brasil*. Marcava-se, logo no começo, a orientação de Justiniano na sua obra de jornalista. Foi desde a primeira hora defensor acérrimo do partido conservador e dele a dava denodada nas colunas de todos os jornais que redigiu: os acima citados e depois o *Correio do Brasil*, *O Velho Brasil*, *O Constitucional* e *O Regenerador*. Estreara em luta com a Regência, combatera Feijó, insurgira-se contra a Maioridade,

para afinal aceitá-la como um fato consumado. A fase áurea de Justiniano, como jornalista, teria sido sem dúvida a de *O Brasil*, que redigia com outro ilustre jornalista: Firmino Rodrigues Silva. Apesar de muito combatido, com atitudes que os seus adversários criticavam para diminuir-lhe a força moral, Justiniano José da Rocha não era um incondicional em face dos chefes conservadores. A prova está na sua ruptura com o marquês de Paraná, quando do Ministério da Conciliação, embora ficasse fiel ao partido de cujo chefe discordava. Era então deputado e o seu discurso, revidando a Paraná, ficou célebre nos anais do Parlamento.

Justiniano foi redator do *Jornal do Comércio*, para o qual traduziu vários romances franceses, entre os quais *O conde de Monte Cristo* e *Os miseráveis*. Substituiu, muitas vezes, a Francisco Otaviano, no folhetim *A Semana*, sem contudo assinar o seu nome nessa eventualidade. Crítico literário, foi talvez o primeiro a revelar o talento de Casimiro de Abreu, com o seu artigo sobre *As Primaveraes*.

Francisco Otaviano de Almeida Rosa era jornalista do partido liberal. Escrevia muito bem, era moderado na sua linguagem, embora sólido argumentador. Iniciou-se na vida de imprensa numa pequena folha, *A Sentinela da Monarquia*, perlustrou outros jornais, para afinal escrever o folhetim do *Jornal do Comércio*. Daí passou para o *Correio Mercantil* e depois, com Lafayette Rodrigues Pereira e Tavares Bastos, redigiu o *Diário do Povo* e foi um dos fundadores de *A Reforma*.

Das colunas da imprensa, onde afirmou a sua ilustração e o seu interesse pelos grandes problemas da política e do progresso do país, Francisco Otaviano se evadiu para a política e aí fez brilhante carreira, saindo do Parlamento em 1865 para ocupar o Ministério dos Estrangeiros, no gabinete marquês de Olinda. Foi diplomata, foi poeta. A Academia de Letras fê-lo, por indicação do visconde de Taunay, o patrono de uma das suas cadeiras. Mas de todas as suas atividades na vida pública, o que marca a sua memória é o jornalismo, feito sobretudo na série admirável das suas crônicas da *A Semana*, no *Jornal do Comércio*.

Outro jornalista que fez da crônica obra de criação no jornalismo para perpetuar-se na história da imprensa do Segundo Reinado, foi José Maria da Silva Paranhos, mais tarde visconde do Rio Branco, que escreveu no *Jornal do Comércio* as *Cartas ao amigo ausente*, interrompidas quando Honório Hermeto Carneiro Leão,

depois marquês de Paraná, subiu as escadas da redação da folha para convidar o brilhante jornalista a ser seu secretário na missão ao Rio da Prata. Resistiu o famoso chefe conservador às injunções que pleiteavam a nomeação de Varnhagen, então secretário da legação em Madri e que viera ao Rio candidatar-se ao posto.

Data daí a carreira política do primeiro Rio Branco, que substituiria Paraná na importante missão e seria depois um dos maiores homens da vida pública no Segundo Reinado.

Nas suas crônicas, como um cronista social de hoje, Paranhos tratava de futilidades, de casos do *au jour le jour*, de pequenas intrigas, de anedotas, com a leveza de um estilo que logo conquistou a admiração do leitor. Mas ocupava-se também, e aí com profundidade de conhecimentos e raro tino jornalístico, de assuntos sérios de problemas nacionais, da economia nacional, das finanças, da produção, a colaborar nas discussões travadas no Parlamento e na imprensa.

Encontrava-se Paranhos nesse plano com Aureliano Cândido Tavares Bastos, jovem deputado das Alagoas, que escrevia as *Cartas do solitário* nas colunas do *Correio Mercantil* e nelas tratava apenas de coisas sérias e não de futilidades: eram as questões de limites em discussão, o orçamento da Marinha, a liberação da cabotagem, as comunicações com os Estados Unidos, a navegação do rio Amazonas, a abolição, fixando-se no *Os males do presente e as esperanças do futuro*, nas *Cartas do solitário* e depois em *A Província* e no *Vale do Amazonas* as idéias avançadas do jovem escritor em prol de reformas para um Brasil maior e melhor. Era um sonhador realista, que não se perdia em divagações mas encarava com discernimento e antecipação de vista os grandes problemas em ser da evolução nacional. Não era propriamente um escritor, como muitos dos jornalistas do seu tempo, mas um argumentador convincente, nervoso, a oferecer ao país soluções objetivas e a estimular as energias moças de um meio que dormitava confiante e esperançoso do futuro. Serviu-se do jornal como instrumento de difusão de idéias, como tribuna de propaganda de grandes cometimentos e deixou planejada, morto muito moço, uma grande obra de construção que se efetivaria à base dos seus pensamentos, das suas idéias e das suas soluções.

Quando se criou o *Diário Oficial*, Sinimbu, ministro da Justiça, no ministério Olinda, quis fazê-lo diretor do órgão oficial.

Mas o imperador se opôs, alegando que o deputado alagoano era muito moço e não tinha suficiente “juízo prudencial” para desempenho daquelas funções. Zelo exagerado de Pedro II, pois Tavares Bastos, desde muito jovem, revelara raras qualidades para o desempenho de funções da vida pública e um amadurecimento intelectual que o distinguia entre os moços do seu tempo.

Com Lafayette Rodrigues Pereira dirigiu Tavares Bastos o *Diário do Povo*. Daquele grande jurista e político guarda a imprensa brasileira, nos idos de 1860, uma recordação que assinala a sua capacidade de jornalista. Dele disse Carlos Pontes, na magnífica biografia publicada sobre Tavares Bastos:

“Na história do periodismo brasileiro, tem Lafayette o seu lugar à parte. Distinguem-se-lhes os artigos, tanto os do *Diário* como os da *Atualidade*, pelo gosto e finura do estilo, límpido e conciso, a que as boas letras clássicas, com que se familiarizara cedo, traziam os primores dos *à propos* magníficos, das citações oportunas e das referências maliciosas. As próprias cóleras que por ele perpassam às vezes são mais literárias do que sentidas”.

Nos seus livros jurídicos, no seu *Direito das coisas*, podia-se aprender estilo como Stendhal apurava o seu lendo o *Código Civil* de Napoleão.

Na história da imprensa do Segundo Reinado avulta também a pena de cronista de José de Alencar, que Otaviano quis levar para o *Jornal do Comércio*, mas seria-lhe estorvo a mocidade. Beneficiou-se com isso o *Correio Mercantil* e depois o *Diário do Rio de Janeiro*, em cujas colunas se divulgou a obra de cronista e de romancista do autor de *Iracema*. Suas crônicas *Ao correr da pena*, no primeiro daqueles jornais, eram do estilo das de Paranhos, pois tratavam de coisas frívolas, de assuntos banais da vida social, como cuidavam também de problemas graves da nacionalidade, de assuntos que ocupavam a atenção e preocupavam os espíritos. Nas crônicas de José de Alencar gerava-se o escritor, o romancista que encheria depois, na segunda metade do século, a história literária do país. Nas colunas do *Diário do Rio de Janeiro*, do qual foi redator-chefe aos 27 anos de idade, publicou *O Guarani*, como já antes havia publicado, para encanto dos seus leitores, a novela *Cinco minutos*. Era o Brasil

nas suas origens, a força telúrica da nação, que surgia da sua pena de romancista, e encontrar-se talvez com Chateaubriand na evocação da terra virgem deste lado de cá do Atlântico.

A fase que se seguiu a essa dos cronistas da imprensa brasileira, entre os quais não é possível esquecer Machado de Assis, França Júnior, Urbano Duarte, Joaquim Serra, foi a fase das grandes campanhas, a da Abolição e a da República, que gerariam no seu seio a questão religiosa e a questão militar.

Passou aí a imprensa brasileira para um cenário diferente, em que se revelariam os grandes jornalistas que chegariam com o Segundo Reinado até o raiar das novas instituições, das quais, direta ou indiretamente, foram os principais instigadores ou defensores. Foi esse um período de intensa vivacidade para os jornais, de vibração ardente nas colunas dos jornais, onde as maiores penas da época enfrentariam o poder e lutariam para que se aprovassem as reformas que levariam à extinção da escravatura e ao regime federativo.

Entre esses defensores intemoratos de idéias, avultava a figura do negro José do Patrocínio, de origem humilde e inconfessável, com um talento a Rochefort, filho de um padre e de uma escrava, o qual traria para a campanha de imprensa da abolição uma pena fulgurante e para a tribuna da praça pública uma palavra de fogo. Começara a escrever na *Gazeta de Notícias*, continuou na *Gazeta da Tarde*, de Ferreira de Meneses, da qual se faria dono, passando em seguida para as colunas da *Cidade do Rio*, de sua propriedade e direção. A vida de José do Patrocínio, admiravelmente narrada em recente livro do sr. Magalhães Júnior, é um exemplo de quanto pode uma vontade, servida por uma fé ardente na causa a defender e por um talento incomparável. Escrevia com grande força persuasiva, num estilo que resiste ao tempo para ainda hoje ser motivo de prazer espiritual, numa prosa tersa e numa linguagem de cintilante originalidade. Poeta e romancista, a sua obra é, no entanto, a do jornalista que a fortuna favoreceu com a oportunidade de um momento raro para, em meio da agitação em que fervia o país, poder emprestar o seu talento, a sua bravura, a sua vocação à campanha de que foi, na imprensa, o paladino-mor.

O seu papel na campanha abolicionista está traçado a buril nesta gravura em aço de Joaquim Nabuco:

“O que Patrocínio, porém, representa é o *fatum*, é o irresistível do movimento... Ele é uma mistura de Espártaco e de Camille Desmoulins... Os que lutaram somente contra a escravidão, eram como os liberais de 1789, da raça dos cegos de boa vontade, senão voluntários, que as revoluções empregam para lhes abrirem a primeira brecha... Patrocínio é a própria revolução. Se o abolicionismo no dia seguinte ao seu triunfo dispersou-se e logo depois uma parte dele aliou-se à grande propriedade contra a dinastia que ele tinha induzido ao sacrifício, é que o espírito que mais profundamente o agitou e revolveu, foi o espírito revolucionário que a sociedade abalada tinha deixado escapar pela primeira fenda dos seus alicerces... Patrocínio foi a expressão da sua época; em certo sentido, a figura representativa dela...”.

Também a campanha republicana seria motivo para a revelação de grandes jornalistas e o aparecimento de uma imprensa destemida e de fulgurante irradiação na vida nacional. Com o Manifesto Republicano de 70, impôs-se a publicação de um órgão dedicado à propaganda de combate às instituições monárquicas. Apareceu então *A República*, em 1870, publicando no seu primeiro número o “Manifesto do Partido”. Eram seus redatores e colaboradores Quintino Bocaiúva, Aristides Lobo, Salvador de Mendonça, Lafayette Rodrigues Pereira, Flávio Farnese, Miguel Vieira Ferreira, B. Pamplona, P. Meireles, Leitão Júnior, Luís Barbosa da Silva, Pedro Ferreira Viana, Joaquim Pires de Almeida, Zoroastro Pamplona e outros. Enfrentou *A República* a hostilidade dos adversários e foi assaltada em fevereiro de 1873 quando comemorava a proclamação da República na Espanha. Em 1874, suspendia a publicação.

Quintino Bocaiúva, o mais representativo dos jornalistas que redigiam *A República*, passaria para as colunas de *O País* fundado em 1884 pelo conde de S. Salvador de Matosinhos. Aí, sua pena continuaria, com o brilho que dela irradiava e com a força do seu apostolado republicano, a defender o regime que se instalaria no país em 1889 e do qual foi ele não mais o jornalista excelso mas o prócer que faria parte do governo provisório e seria depois das mais conspícuas e prestigiosas personalidades da vida pública do país.

Toda a imprensa brasileira por assim dizer, servia à causa da abolição, que apaixonava a opinião pública e tinha na casa reinan-

te, desde Pedro II aos jovens príncipes, redatores de um jornal feito no palácio de Petrópolis, os mais sinceros defensores. Só alguns dos velhos chefes conservadores, como Cotegipe, se mantinham intransigentes em aceitar a idéia da abolição imediata: meta a que afinal se atiraram os defensores da liberdade dos escravos, tão fundas eram as raízes da campanha apaixonante. Vários jornais, sobretudo no interior, tiveram que enfrentar a intolerância dos senhores de escravos e foram empastelados, sofrendo os seus redatores ultrajes e violências. Mas a imprensa não esmorecia no ardor da sua campanha e a ela se deve, sem dúvida, a precipitação dos acontecimentos que levaram a princesa Isabel, na ausência de Pedro II, a promulgar a lei de 13 de maio.

Vitoriosa a campanha da abolição, um ano e meio depois se faria a República, para cuja proclamação concorreriam decisivamente a campanha da imprensa e a propaganda pela tribuna. Para a obra de combate aos governos que sustinham o trono, para a solapa das instituições monárquicas, nenhuma pena de jornalista teria a eficiência da de Rui Barbosa nas colunas do *Diário de Notícias*, fundado em 1885 e do qual assumiu a direção em 7 de março de 1889. Insurgiu-se contra os ministérios João Alfredo e Ouro Preto, defendeu a federação e cavou, com a sua fulgurante inteligência e o poder arrasador dos seus artigos de combate, os alicerces do regime monárquico, para a derrocada que se processaria sem fragor na madrugada de 15 de novembro de 1889.

Jamais, na história da imprensa de todos os países, um jornalista fez sozinho tão profunda obra de proselitismo, de sedução e de convencimento. Todas as manhãs, disse ele, abria aos seus compatriotas, com seus artigos, a janela de sua alma, “na mesma plenitude de franqueza com que se me dirigisse para dentro de mim mesmo”.

A sua campanha, no *Diário de Notícias*, não tinha propriamente por escopo a República, pois não lhe interessavam por assim dizer os regimes políticos mas os princípios e idéias em que se fundariam. A Monarquia estava, a seu ver, condenada pela centralização dos poderes. Só a federação a poderia salvar e essa bandeira, que recebera do verbo inflamado de Nabuco, ia desfraldar do alto das colunas do jornal que seria afinal uma alavanca a serviço dos repu-

blicanos para a destruição do velho regime. A história da imprensa no Segundo Reinado encerrou-se assim com a vitória da campanha em favor da proclamação da República. Não que todos os jornais esposassem a causa e abertamente defendessem o novo regime. Mas é que, na fraqueza dos ministérios, no esgotamento das energias do regime, nos erros e violências do governo, no envelhecimento do imperador e na expectativa de uma sucessão que não estaria, por certo, na linha da tradição de Pedro II, a maioria da imprensa servia à causa da República com suas críticas e sua insatisfação.

Veio a República e encerrou-se um período único na história da imprensa brasileira. Foram quarenta e nove anos de reinado em que não houve estado de sítio, nem se votou qualquer lei especial contra a liberdade de imprensa. Isso porque Pedro II não o permitiu. Caberia à República o triste fadário de criar peias às liberdades que a Monarquia amparou, protegeu e preservou, dando prova de que isso é possível e, mesmo com a aparência de um erro, pode uma sociedade organizar-se, viver e engrandecer-se sem o recurso à violência, à tirania ou à ilegalidade.

*Elmano Cardim*

## Obras Consultadas

- Academia Brasileira de Letras. *Curso de jornalismo*. Rio de Janeiro, 1958.
- CARDIM, Elmano. *Justiniano José da Rocha*. São Paulo, Edit. Nacional, 1964. (Brasiliana, vol. 318).
- \_\_\_\_\_. *Na minha seara*. Rio de Janeiro, 1959.
- FONSECA, Gondim da. *Biografia do jornalismo carioca: 1808-1908*, Rio de Janeiro, Quaresma, 1941.
- IPANEMA, Marcelo. *Estudo de história da legislação da imprensa*. Rio de Janeiro, Edit. Amora, 1949.
- Jornal do Comércio. *I Centenário do Jornal do Comércio: 1827, outubro, 1927*. Edição comemorativa. Rio de Janeiro, Jornal do Comércio, 1928.
- MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *A vida turbulenta de José do Patrocínio*. Rio de Janeiro, Edit. Sabiá, 1969.
- MARTINS, Wilson. *A palavra escrita*. São Paulo, Anhembi, 1957.
- MATOS, José Veríssimo de. *A Imprensa*. Associação do 4º centenário do descobrimento do Brasil. Livro do Centenário: 1500-1900. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1900, 4 vols. v. I.
- PARANHOS, José Maria da Silva, visconde do Rio Branco. *Cartas ao amigo ausente*. Rio de Janeiro, Instituto Rio Branco, 1953.
- PONTES, Carlos. *Tavares Bastos (Aureliano Cândido), 1839-1875*. São Paulo, Edit. Nacional, 1939. (Brasiliana, vol. 136).
- RIZZINI, Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil: 1500-1822*. Rio de Janeiro, Kosmos, 1946. (Col. temas brasileiros, nº 4).
- TINOCO, Godofredo. *Grandeza e misérias da imprensa campista*. Rio de Janeiro, Livraria São José, 1965.

## D. Pedro II e a República

A republicanização da França e seu reflexo no Brasil marcariam o ano de 1870 como um ano de crise nas instituições monárquicas, conforme observou Joaquim Nabuco no seu grande livro *Um Estadista do Império*<sup>1</sup>. 1870 começa com os últimos tiros da Guerra do Paraguai e termina com a publicação do Manifesto Republicano, como um toque de reunir de todos os descontentes para a derrubada da Monarquia. Não era propriamente um partido, com idéias definidas, que se formava, mas um movimento sem dogmatismo nem sectarismo, até mesmo sem limitações de natureza ética, aceitando as mais estranhas alianças eleitorais, desde que assegurassem a presença de deputados republicanos nas assembleias provinciais ou no Parlamento imperial. Afinal de contas, o ideal republicano não era privilégio de ninguém, num país onde o imperador se confessava republicano. É, pelo menos, o que registra André Rebouças no seu *Diário*, reproduzindo palavras de d. Pedro II: “Eu sou republicano... Todos o sabem. Se fosse egoísta, proclamava a República para ter glórias de Washington... Somente sacrificava o Brasil à minha vaidade... porque as pequenas províncias não têm pessoal para a federação e seria um desgoverno geral, que acabaria pela separação”<sup>2</sup>.

Não seria esta a primeira nem a última confiança acerca do seu espírito republicano. Em nota do seu diário do ano de 1861,

---

1. A leitura do livro de Joaquim Nabuco é sempre perigosa, tal a sedução do seu estilo apolíneo. Escrito com o objetivo de mostrar a superioridade do regime monárquico sobre o republicano, o grande escritor fez uma estátua de mármore para cada estadista do Império, e não apenas para o pai, Nabuco de Araújo, por sinal um dos raros políticos que sinceramente se batiam pela prática da monarquia representativa. A “estátua” de d. Pedro II é de todas a mais burilada e está longe de ser o verdadeiro retrato do imperador.

2. *Diário e notas autobiográficas*, 330.

no vigor dos 36 anos, confessava-se um desencantado do trono, declarando que preferia, como ocupação política, a de presidente da República ou ministro de Estado. Anos depois, em carta a Alexandre Herculano, reconhece que “o melhor sistema para o Brasil deveria ser uma república de presidente hereditário”. Mais surpreendente ainda será a sua atitude, no crepúsculo da Monarquia, diante da proposição de José Antônio Saraiva, convidado para organizar o gabinete liberal, após a queda dos conservadores abolicionistas liderados por João Alfredo. A ser verdadeiro o testemunho de Salvador de Mendonça, no episódio que ouvira do próprio Saraiva, o imperador estaria disposto a acatar a mudança do regime, a República proclamada pelo Parlamento, desde que este fosse convocado com poderes constituintes, e perante o qual d. Pedro II abdicaria todos os seus direitos majestáticos. “Dou-lhe carta branca”, apoiara o imperador. Mas Saraiva desistiu de organizar o gabinete. E o visconde de Ouro Preto assumiu o encargo, colocando-se à frente do derradeiro ministério da Monarquia.

A mesma disposição parecia ser a de toda a família imperial, nos últimos tempos, sobretudo depois de declarada extinta a escravidão no país. O conde d’Eu manifestaria o mesmo pensamento na sua excursão ao nordeste e ao norte, discursando no Recife, ao afirmar que a Monarquia não seria nunca um empecilho para as aspirações do povo brasileiro, acrescentando em Manaus que não tinha qualquer interesse próprio ou ambição particular. Desde que se convencesse de que a nação desejava dispensar os seus serviços a família imperial seria a primeira a não pôr obstáculos à vontade nacional, concorrendo até para a transformação “que mais consentânea fosse aos interesses do país”. A princesa Isabel, herdeira do trono, repetirá a mesma coisa, a caminho do exílio, nas conversas a bordo do *Parnaíba*, reunidas no precioso manuscrito incorporado ao acervo do arquivo do Museu Imperial. Confessou então que havia muito não mais acreditava na possibilidade da manutenção da Monarquia, esperando que a nação fosse elegendo cada vez mais deputados republicanos, e “estes, sendo a maioria, nós nos retiraríamos”<sup>3</sup>.

3. Heitor Lira, *História da queda do Império*, I, 282. A propósito do republicanismo do imperador, ver sobretudo os capítulos: “Monarca à força”, I, 314-321, e “A tolerância do imperador”, I, 322-327.

Cotegipe admitiria, em 1883, a competência da Câmara dos Deputados de votar a mudança do regime político, apoiando um discurso de Ouro Preto nesse sentido, ao que o líder mineiro respondeu: “A Câmara atual não, mas uma outra que haja recebido poderes para tal fim certamente que o poderá fazer”. Em 1889, no instante da penúltima grande crise, as dúvidas de d. Pedro II oscilavam na questão da federação (“as pequenas províncias não têm pessoal para a federação”, conforme segredara a Rebouças) ou ainda nas questões suscitadas pela abolição. Em meados de 1888, com o imperador ausente, irremediavelmente doente, falava-se em abdicação ou na continuação indefinida da regência da princesa Isabel. João Alfredo era minoria no partido conservador. A dissidência escravocrata bandeava-se para as fileiras republicanas. Os liberais estavam por igual divididos pelo cisma da federação. Ao retornar da Europa, em meio a apoteótica manifestação de toda a Corte, inclusive dos cadetes da Escola Militar – “recepção maior ainda, penso, escrevia o conde d’Eu ao pai, do que nas chegadas anteriores” –, o prestígio do velho monarca como que voltou a brilhar. Embora cansado e desiludido, mostrava-se preocupado com as conseqüências políticas da abolição sem indenização. “O instinto lhe dizia que a propriedade territorial era a sua força e a eleição direta a sua garantia”, na observação atilada de Joaquim Nabuco <sup>4</sup>. De fato, o imperador não gostava que lhe falassem da Lei Áurea. E só uma única vez, parece, ao chegar, avançaria um comentário, por sinal uma nota de desaprovação à filha, pelo modo como fora decretada a abolição: “Se estivesse aqui, talvez não se fizesse o que se fez” <sup>5</sup>.

Segundo Rebouças, d. Pedro II estaria intimamente convencido de que a abolição do latifúndio seria o complemento indispensável da abolição do escravo. Mas como realizar a grande reforma? Para os republicanos, concentrados em clubes nas grandes províncias do centro-sul, atingidas em cheio pelo impacto do abolicionismo, o latifúndio era intocável. Era onde e quando se uniam republicanos e conservadores escravocratas. Este o ponto fundamental: abolição/latifúndio, em torno do qual se desenvolve o processo histórico da crise constitucional. A questão servil não tardaria, em verdade, a acentuar as divergências do grupo de bacharéis que havia promo-

4. *Um estadista do Império*, II, 121.

5. Oliveira Viana, *O ocaso do Império*, 3ª ed., 78.

vido a publicação do manifesto de 1870, remanescentes da ala radical do partido liberal, cujo programa, no ano anterior, indicava como alternativa ou a reforma ou a revolução. Reforma, é preciso que se note, de cima para baixo, das cúpulas partidárias e não das bases em que se firmava o sistema escravocrata imperial. Os republicanos seguiriam pelo mesmo caminho, optando pela reforma. Em vez da palavra revolução, sem dúvida perigosa, preferiam empregar prudentemente a palavra evolução. Nada de agitações, comícios, motins populares, como os ocorridos na França, por ocasião da derrubada de Napoleão III. Daí o tom do manifesto redigido por Quintino Bocaiúva, cheio de cautelas e *panos quentes*, passando por cima do ponto fundamental: abolição/latifúndio. Silêncio completo e absoluto sobre a liberdade, mesmo gradual, dos escravos. Dava contudo toda a ênfase possível à liberdade das províncias.

Os nossos republicanos vinham para esclarecer, não para convulsionar, preveniam eles, como que muito ciosos de uma posição que nada tinha de subversiva, temerosos de que fossem identificados, àquela altura, com os *communards*. Paris, a capital do mundo, do nosso mundo, não tardará a incendiar-se depois da proclamação da terceira República francesa. Era preciso, pois, sem a menor dúvida, tranquilizar o Rio de Janeiro, pacato e ordeiro, sede de uma Monarquia ronceira e burocrática, que comemorava o fim da Guerra do Paraguai e assistia jubilosa à primeira representação de *O Guarani*, de Carlos Gomes, em palcos brasileiros. O estilo do manifesto pouco difere do estilo da ópera. É um estilo à Gambetta, francês de ascendência italiana, diga-se de passagem. De um Gambetta ainda indeciso se devia ou não estabelecer a aliança com os conservadores, mas disposto a repelir qualquer entendimento com os exaltados ou proscritos, para usar a palavra exata, aplicando-a a subversivos do estofado de um Rochefort ou de um Blanqui.

Ensaíara o Manifesto Republicano uma comparação audaciosa entre o fim da Monarquia francesa e a crise do reinado de d. Pedro II, com evidente distorção da realidade, não apenas pela situação diametralmente oposta dos dois monarcas, derrotado, um, vitorioso o outro, mas pela antinomia das condições políticas e sociais de uma adiantada nação burguesa e o Brasil de 1870, dominado por uma oligarquia escravocrata, em estágio cultural e material ainda primário. A Guerra do Paraguai colocara à mostra a inconsistência da

arquitetura política do Império, com uma sala de visitas decorada no modelo parlamentarista/liberal a esconder a realidade da cozinha latifundiária/escravista. A guerra contribuíra para acelerar o processo de nivelamento entre negros e brancos, escravos e senhores. Os libertos, que vinham sendo incorporados à vida nacional, desde os tempos anteriores à Independência, venceriam, agora, uma nova etapa, dariam um salto maior, passando à condição de soldados, de voluntários da pátria. Nem outro sentido teve a alforria compulsória dos escravos, destinados a servirem no Exército. A ordem do dia do general Osório, em 1866, num dos instantes da campanha militar – “Soldados, é fácil a missão de comandar homens livres: basta mostrar-lhes o caminho do dever. O nosso caminho está ali em frente!” – não produziria apenas justa emoção coletiva, irmanando soldados brancos e pretos, que se abraçam, no campo de batalha, a rir e a chorar, esquecidos dos preconceitos de raça e mesmo de classe. Expressando um anseio longamente sentido de grande parte do povo brasileiro, a frase de Osório significava que já não era mais possível voltar atrás.

Como todas as guerras, a do Paraguai não chegaria a sensibilizar a totalidade da população livre. Passado o primeiro momento de indignação contra o apresamento do *Marquês de Olinda*, não conseguirá despertar entusiasmo, dirá o personagem de um conto de Machado de Assis. Não só a ele, capitão-de-voluntários, mas a toda ou quase toda a mocidade do tempo, estudantes, caixeiros, clérigos, burocratas. Nas fazendas, e não nas cidades, é que se recrutava o grosso dos contingentes militares. Pequenos sitiantes, agregados ou recém-libertos das senzalas, mais do que os sinhozinhos das casas-grandes e dos sobrados, formariam entre os heróis da campanha, juntamente com os soldados e marinheiros das tropas regulares, brancos ou mestiços, a maioria pés-rapados, dependentes de uma burguesia incipiente, em contraste com a aristocracia rural na plenitude de sua força. Para a matança, nos pantanais, os grandes proprietários rurais podiam mandar os escravos, libertando-os, em lugar de mandar os filhos.

Além do problema social, a guerra também levantou o problema político. Para dirimir a crise de autoridade, que surgiu do conflito entre o presidente do gabinete liberal, Zacarias de Góis e Vasconcelos, e o comandante-em-chefe das tropas em operações, marquês de Caxias, o imperador havia colocado, espontaneamente, perante o Conselho de Estado, o dilema entre o poder civil e o poder

militar, indagando qual seria o mal menor: a demissão do ministério ou a substituição do general. Omitindo-se, d. Pedro II procedeu à troca do partido liberal pelo conservador, dissolvendo a Câmara dos Deputados, sob o protesto dos liberais ortodoxos que viam nisso a quebra do sistema representativo e da monarquia constitucional. A válvula constitucional, que dava ao imperador a faculdade de derrubar os partidos, que se revezavam no comando político, conhecida pelo nome de poder moderador, sofrera, com isso, uma fissura que vai aumentar dali por diante, até se transformar em rachadura irreparável. Com o tempo, a válvula deixará de funcionar de tão gasta. Assim, na segunda metade da guerra, d. Pedro II favorece aos conservadores, o partido de Caxias, significando o Dezesesseis de Julho o rompimento da represa, em que se aquietavam as águas das duas facções rivais, caminhando os liberais para o radicalismo político, enquanto os conservadores se preparam para concessões no campo social e mesmo no das idéias, chegando a enfrentar o clero, numa das questões mais apaixonantes do após-guerra, a questão religiosa, suscitada pela intransigência dos bispos brasileiros na aplicação do *Syllabus*, em choque com a autoridade civil, propensa a uma interpretação mais liberal, à moda brasileira, do dogma da infalibilidade papal.

Entre os signatários do Manifesto Republicano, encontravam-se liberais como Lafayette Rodrigues Pereira e Cristiano Benedito Ottoni, católicos e regalistas, além de maçons e livre pensadores, como Saldanha Marinho e Quintino Bocaiúva, que assumirão posição de combate na questão religiosa, motivo por sinal de sério atrito entre os republicanos, logo após a condenação do bispo de Olinda pelo Supremo Tribunal, defendendo Aristides Lobo a aliança com os padres, desde que estes admitissem a liberdade de cultos, a fim de isolar a Monarquia de uma influência sem dúvida poderosa. Aristides, como o seu tio, Silveira Lobo, do radicalismo liberal, superestimava talvez o papel da Igreja Católica, ao passo que Saldanha Marinho e Quintino Bocaiúva caíam no excesso contrário, não dando maior importância a um entendimento entre os republicanos e os padres descontentes. Os maçons, tanto conservadores (visconde do Rio Branco), quanto republicanos (Saldanha Marinho), estavam no leme da luta contra o clero, bastante enfraquecido e desmoralizado, mas que reage de um modo surpreendente depois da prisão dos bispos de Olinda e do Pará. Dois prelados presos, um na fortaleza de São João, outro na ilha das Cobras! Dois már-

tiros! É possível que a razão estivesse mais do lado de Aristides Lobo que de Saldanha Marinho e Quintino Bocaiúva, na hora em que d. Pedro II, contrariando as suas mais arraigadas convicções e até mesmo o seu temperamento conciliador, exercitou a violência, dando aos bispos que se insurgiam contra o regalismo tratamento bem diverso que ao general que se havia rebelado contra o poder civil. A demissão de Zacarias, em 1868, como a prisão de frei Vital, em 1872, são pressões muito fortes para a válvula enfraquecida do poder moderador.

Às vésperas da Lei do Ventre Livre, os republicanos estavam como que identificados com os conservadores, nos terrenos político e religioso, mas não no social, limitado no Brasil daquele tempo à questão servil. Os conservadores, em apertada maioria, batiam-se pela libertação do ventre escravo, contra a opinião de liberais e republicanos. No mais, estariam todos de acordo, com uma ou outra nuance que pudesse de fato diferenciá-los. Vejamos um exemplo, como que tomando um *flashback* cinematográfico no panorama das idéias da época. A repressão à Comuna de Paris, reaproximando Thiers e Gambetta, com o restabelecimento da ordem, levaria a Câmara dos Deputados do Império a apoiar por unanimidade a moção de Pereira da Silva, “congratulado-se pela vitória da causa da civilização e da sociedade sobre os hediondos resultados da anarquia e do comunismo na capital da França, que acaba enfim de ser restituída à ordem e à liberdade”. A moção repete, assim, o Manifesto Republicano. É um complemento deste. Há mais ainda. Aos votos do deputado fluminense, junta-se a palavra do representante da Bahia, Oliveira Junqueira, conservadores ambos, mas formando no grupo dos esclarecidos, homens considerados até de idéias avançadas, exigindo do ministro do Império, João Alfredo Correia de Oliveira, uma declaração no sentido de que o governo brasileiro não receberia como emigrados políticos “os famosos comunistas”, postos fora da lei. Apenas uma voz se levantou contra a moção, a do piauiense Coelho Rodrigues, não a favor dos comunistas, é evidente, mas de protesto contra as nações européias, que tratavam o Brasil com o maior desprezo, assinalando o deputado que somente Portugal se havia lembrado de apresentar congratulações com o nosso governo pelo término da Guerra do Paraguai <sup>6</sup>.

6. Sessão de 20/06/1871.

Não era esta uma Câmara maciçamente conservadora, nem toda de católicos, mas também de maçons e livres-pensadores. Câmara que criticou o comodismo do clero brasileiro, culpando-o pela decadência do ensino, de que se fez porta-voz o baiano Magalhães Taques, no mesmo discurso em que, estribado em Stuart Mill, condena os excessos das “doutrinas extravagantes” de Proudhon, Darwin e Augusto Comte. “Foi Proudhon – diz ele – quem ensinou que Deus era um mal, e a propriedade um roubo. Foram os socialistas, os comunistas e os outros que perverteram em França as idéias do povo, ensinaram que todos os impulsos eram bons, que o prazer é a nossa primeira lei. Nascidas no materialismo essas doutrinas destruíram a base da moral, elevaram as paixões vulgares, e de mãos dadas com o cosmopolitismo e espírito de independência que se têm desenvolvido, produziram o governo comunal de Paris, em que se viram as atrocidades, entregue que foi a um bando de homens perdidos que em seu delírio desconhecera Deus, a pátria, a família e a propriedade”. E continuando, no mesmo diapasão, Magalhães Taques lamenta que o ministro do Império tivesse palavras de elogio ao relatório do diretor do Instituto dos Meninos Cegos, Benjamin Constant Botelho de Magalhães, partidário conhecido do “aticismo matemático” de Augusto Comte, “desterrando Deus para a ordem das hipóteses inúteis”<sup>7</sup>.

A defesa do então major Benjamin Constant é feita em termos calorosos pelo próprio João Alfredo, na sessão seguinte, tendo Benjamin o cuidado de, em carta ao ministro do Império, definir a sua posição filosófica, separando o positivismo comteano das “funestas escolas” que produziram “os horrores da Comuna de Paris” e que fizeram a filosofia alemã “descer brusca-mente dos sonhos do mais refinado espiritualismo para chafurdar-se no imenso lodaçal do mais asqueroso materialismo”. O diretor do Instituto dos Meninos Cegos parecia englobar a todos na mesma condenação<sup>8</sup>. Era, pois, uma injustiça, concluía João Alfredo, dizer que Benjamin Constant “se

7. Sessão de 08/07/1871. Magalhães Taques foi ministro do Exterior no gabinete presidido pelo marquês de Caxias (1861), sendo o autor da nota sobre a neutralidade brasileira na Guerra de Secessão nos Estados Unidos da América, que mereceu louvores de Eduardo Prado no seu famoso livro *A ilusão americana*.

8. A carta de Benjamin Constant é transcrita por R. Teixeira Mendes no *Esboço biográfico de Benjamin Constant*, II, 171-185.

achava imbuído das idéias perigosas da escola filosófica positiva [alemã], e que por isso podia perverter os meninos confiados ao seu cuidado”. Num dos tópicos do seu discurso, em resposta à interpelação de Magalhães Taques, asseverou o ministro do Império: “Senhor presidente, se o nobre deputado lesse com mais atenção o relatório do digno diretor do Instituto dos Meninos Cegos, veria que esse funcionário, longe de ser aderente à nova filosofia do materialismo alemão, a essa escola perigosa, de que o nobre deputado supõe sectária a comuna de Paris, tratando de ciências positivas, aproveitou a ocasião para dar-lhes mais importância do que às outras. Se ele tivesse desenvolvido as idéias que o nobre deputado lhe atribuiu, certamente nenhuma dúvida eu teria de observar-lhe o erro de suas crenças. Mas incidentalmente tratou da filosofia positiva, que não é propriamente a escola a que se referiu o nobre deputado, e assim creio que não aproveitou uma peça oficial para nela exhibir idéias perigosas”<sup>9</sup>.

“Idéias perigosas” que não seriam certamente as de Marx e Engels, autores que Magalhães Taques não cita em seu discurso. Nem Benjamin Constant, na sua resposta, ao falar dos filósofos alemães que desceram ao “imenso lodaçal do mais asqueroso materialismo”. É claro que não se referia nem a um nem a outro. Quando muito poderia ter pensado em Feuerbach, Schopenhauer, Darwin e Haeckel, com os quais não admitia aproximações. Afastava o ideólogo republicano quaisquer hipóteses de identificação com os materialistas alemães, como também com os mestres do socialismo francês, Fourier, Saint-Simon ou Proudhon, criadores de “funestas escolas” que produziram “os horrores da comuna de Paris”. A doutrina comteana nada tinha de subversiva, como está explícito no lema: *ordem e progresso*. Esta seria, de resto, a mesma linha dos positivistas portugueses, com a cisão imposta por Teófilo Braga, no movimento republicano-socialista, dissentindo da corrente chefiada por Antero de Quental, adepto de Proudhon e entusiasta da comuna. Para os positivistas brasileiros, como para os portugueses, a solução do problema político tinha que vir de cima para baixo, não de baixo para cima. Os intelectuais e os filósofos, aqueles que, em suma, sabiam pensar, mais e melhor que os padres, isto é, os positivistas,

---

9. Ivan Lins vê, nessa passagem, a primeira alusão feita no Brasil ao marxismo. As palavras de João Alfredo vão reproduzidas, conforme a citação do autor da *História do Positivismo do Brasil*, 39-40.

ofereciam uma solução científica, a República, em contraposição à solução deísta, a Monarquia. Assim pensava, por exemplo, Benjamin Constant. Mas não a totalidade dos republicanos brasileiros, a maioria dos quais não tinha, nem terá, na verdade, nenhuma ideologia, nem compromisso sectário de ordem religiosa ou filosófica.

Com a mesma bonomia, que aceitara a pregação do positivismo nas escolas superiores, d. Pedro II há de receber o Manifesto Republicano, antes satisfeito que contrariado, quem sabe se com uma certa vanglória de poder ostentar o seu liberalismo. O diálogo que manteve com o visconde de São Vicente, reproduzido no livro de Joaquim Nabuco, *Um Estadista do Império*, não deixa de abonar essa suposição. O diálogo é o seguinte: disse primeiro o visconde ao imperador: “Senhor, os republicanos publicaram o seu manifesto e uma das medidas que o governo imperial deve adotar, por norma invariável, é de não prover nos empregos públicos quem tem opiniões republicanas. Nem o governo da Inglaterra, com todas as suas garantias de liberdade, admite que sirva em empregos públicos quem tem opiniões republicanas, nem os Estados Unidos, também com suas liberdades, admitiriam que ocupassem empregos públicos quem tivesse opiniões monárquicas”. O imperador redarguiu-lhe: “Senhor São Vicente, o país que se governe como entender e dê razão a quem tiver”. Respondeu então o visconde: “Senhor, Vossa Majestade não tem direito de pensar por este modo. A Monarquia é um dogma da Constituição, que Vossa Majestade jurou manter: ela não está encarnada na pessoa de Vossa Majestade”. Replicou, rindo, o imperador: “Ora, se os brasileiros não me quiserem para seu imperador, irei ser professor”<sup>10</sup>.

Professor e não imperador, seria a sua verdadeira vocação. Já se escreveu muito sobre o desencontro, havendo mesmo quem ousasse afirmar que d. Pedro II “era o homem menos talhado deste mundo para o papel de imperador”. Um “monarca à força”, “descontente resignado”, como o chamou o argentino Vicente Quesada. O seu mais autorizado biógrafo, Heitor Lira, assinala, com ou sem razão, que, “à medida que os anos aumentavam seus encargos de chefe de Estado, essa espécie de tédio que sentia pela função majestática só aumentaria”<sup>11</sup>. Por certo, em fins de 1870, quando apareceu o

10. Joaquim Nabuco, *ob. cit.*, II, 125 (nota).

11. Heitor Lira, *ob. cit.*, I, 319.

Manifesto Republicano, aos 45 anos de idade, encontrava-se na plenitude de suas energias vitais, exercendo as funções de chefe de Estado com todo o poderio, e até por isso mesmo acusado de exorbitar o poder pessoal. Sem fazer praça de contrariar a interpretação dada por Zacarias ao dispositivo constitucional acerca do poder moderador, consoante a fórmula clássica do parlamentarismo inglês, “o rei reina mas não governa”, a verdade é que o imperador preferia aceitar a interpretação menos teórica e mais eficaz do visconde de Itaboraí, ainda que ao arrepio da letra constitucional: “O rei reina, governa e administra”<sup>12</sup>.

É quando o Império entra na fase do apogeu, sob o domínio conservador, consolidado pelo governo do visconde do Rio Branco, que assegurou a primeira grande vitória reformista com a Lei do Ventre Livre. A nação estava ansiosa pelas reformas. E o erro foi talvez não prosseguir. Oposicionista, embora discreto, Nabuco de Araújo apontara precisamente, a protelação indefinida das reformas como a principal falha da política imperial: “o erro das reformas sempre negadas ou sempre tardias”<sup>13</sup>. A impassibilidade do imperador chegou a exasperar um homem como Nabuco de Araújo, que o invectivou da tribuna do Senado: “Monarca dos brasileiros, reconciliai-vos com a democracia, tomai a iniciativa e a frente das reformas liberais, salvai vosso trono e vosso país”<sup>14</sup>. Nabuco, o velho, formava entre os raros que sinceramente defendiam a Monarquia e acreditavam na eficácia do parlamentarismo. Talvez por isso mesmo jamais exerceria a presidência do Conselho de Ministros. A política brasileira é cheia desses enigmas inexplicáveis.

---

12. Tobias Monteiro, *Pesquisas e depoimentos*, 16. Iria longe na controvérsia sobre a personalidade do imperador. Em trabalho de mocidade, Gilberto Freyre entende que d. Pedro II “governou sem reinar”. Desligado da realidade, desdenhando a Coroa (“o imperador com vergonha do papo de tucano”) e todo voltado para a Europa (“a governar o Brasil com cartola burguesa”). Em suma, um retrato nada favorável, e sim muito próximo daquele que os caricaturistas procuravam ridicularizar o “Pedro Banana”. Cf. “A propósito de d. Pedro II”, in *Perfil de Euclides e outros perfis*. Nas pegadas do mestre pernambucano, Luís Martins compôs um interessante estudo sobre d. Pedro II, *O patriarca e o bacharel*, à luz da psicanálise. Para ele, o imperador criou a imagem do pai dos brasileiros. D. Pedro II, assinala ainda o autor, recebeu ataques mais ferozes de monarquistas que dos republicanos. E conseguiu reunir, depois da sua morte, uma plêiade de saudosistas, a começar por Eduardo Prado.

13. Joaquim Nabuco, *ob. cit.*, II, 441 (nota P).

14. Idem, idem, idem, 112.

As propaladas reformas começariam com a Lei do Ventre Livre, para muitos estigmatizada de *lei cataplasma*. Para os radicais, não passaria de pérfida mistificação. Era este por exemplo o ponto de vista de Zacarias, imune ao escravismo, e que foi no Senado o maior adversário do projeto, por julgá-lo “uma solução falha e simplesmente protelatória”. Na verdade, os nascituros continuariam escravos até completarem 21 anos, e só então é que se desprenderiam da tutela dos senhores. E até lá, com o título de libertos, teriam a obrigação de prestar serviços, ratificando assim a lei a permanência da escravidão ainda por duas gerações<sup>15</sup>. Teixeira Mendes, apóstolo do positivismo, chegou a afirmar que a Lei do Ventre Livre apresentou-se aos abolicionistas como uma “mistificação” e aos senhores de escravos como uma “traição”<sup>16</sup>. O mesmo se dirá, com razão, da etapa seguinte emancipacionista, quatorze anos depois, quando se tratou de libertar os escravos maiores de 60 anos, espécie de aposentadoria compulsória, dilatando-se depois a idade limite para 65 anos. A lei Rio Branco libertou os nascituros e a lei Saraiva os *morituros*, escreverá com ironia retrospectiva Oliveira Viana num dos seus ensaios<sup>17</sup>. Ambas as leis eram inoperantes.

D. Pedro II conhecia bem o Brasil e os brasileiros, sobretudo os políticos, para estabelecer com tolerância e bonomia o necessário equilíbrio entre os vários grupos e facções, amortecendo os choques dos interesses contrariados. A política se exercita sobre a realidade social e não sobre abstrações. D. Pedro soube exercitá-la, quase sempre, com paciência e perseverança, ao sabor de um espírito pragmático e bonacheirão, que o aproxima como personalidade mais do avô que do pai. Os primeiros assomos da adolescência foram pouco a pouco desaparecendo. Cresceu-lhe a barba, que depressa encaneceu. E chegou à máxima condescendência na idade propecta. Não seria nunca um velho ranzinza. Tinha lá suas impertinências e teimosias. Mas sempre foi honesto para consigo mesmo. Sempre procurou ser justo. No plano das idéias, era bem um homem do seu país e do

---

15. José Maria dos Santos, *A política geral do Brasil*, 129. Foi o segundo gabinete Zacarias que deu início ao debate sobre os projetos emancipacionistas de São Vicente. Pela lei Rio Branco, o proprietário poderia conservar o ingênuo em seu poder até a idade de 21 anos ou entregá-lo ao Estado quando completasse oito anos, mediante uma indenização de 600\$. Essa promessa, jamais cumprida, fizera “adormecer a escravidão”, no parecer de Joaquim Nabuco, *ob. cit.*, II, 161.

16. R. Teixeira Mendes, *ob. cit.*, I, 174.

17. Oliveira Viana, *ob. cit.*, 66.

seu tempo. E assim deve ser compreendido, dentro do seu meio, com suas deficiências e limitações. Tudo o mais é relativo. Positivismo, evolucionismo, ecletismo, diletantismo e, em muitos casos, ausência completa de idéias, por deficiência ou falta de formação cultural, agindo sobre todo esse complexo um nem sempre confessado sentimento de vergonha, que os fazia, aos nossos políticos, procurar esquecer, disfarçar, numa palavra, fugir, da monstruosa realidade social, em que se alicerçava a política brasileira: o escravismo. Os melhores homens do Império, e entre eles d. Pedro II, não conseguiriam, na verdade, apagar essa nódoa, a mancha terrível que maculou o nosso parlamentarismo monárquico.

No Brasil não há pressa, ditado que vem da Monarquia, ou melhor, do Segundo Reinado, que pouco cuidou do desenvolvimento material do país. Mas esta será talvez uma das imagens que a perspectiva histórica nos oferece de d. Pedro II, como tantas outras imagens no decorrer desta palestra, pedaços de imagem, não a imagem verdadeira, sem deformações, tal como acontece com a imagem contemporânea do “deixa ficar” da era getuliana. Pedaços da imagem que dão afinal a sensação da “presença de uma realidade formidável”, a mesma sensação que emocionaria o republicano Raul Pompéia, ao descrever a partida do imperador para o exílio, no Largo do Paço, na calada da noite, como que transfigurado em “imenso ermo ocupado pela vontade poderosa da revolução”<sup>18</sup>. Como homem e como político, d. Pedro II cometeu erros, muitos até, esteve muito aquém da perfeição, mas o que ninguém lhe tira é a veneração póstuma quase unânime, do povo brasileiro.

Em conclusão, o imperador não era somente um regalista como bem o demonstrou na questão religiosa, quando os bispos ousaram contestar a sua autoridade, como era também um realista, no sentido comum e exato da palavra, tal o comportamento que teve no dissídio suscitado entre Zacarias, na presidência do Conselho de Ministros, e Caxias, no comando-em-chefe das tropas brasileiras em operações no Paraguai. O seu propalado espírito abolicionista compadecia-se muitas vezes de certa dubiedade, tinha dois pesos e duas medidas, talvez pela dificuldade que sempre encontrou ao enfrentar o problema. Protelou-o sempre, quanto pôde. Não apenas na questão do tráfico, sem aplicar a proibição decretada por Feijó

---

<sup>18</sup>. “Uma noite histórica”, página antológica, transcrita por Ledo Ivo em seu livro, *O universo poético de Raul Pompéia*, 172-178.

em 1831, como nos projetos emancipacionistas, entregues ao futuro marquês de São Vicente, que datam de 1866. O primeiro gabinete declaradamente emancipacionista seria o que presidiu o próprio São Vicente, dir-se-ia que para executar os próprios projetos, mas cujo ministro da Justiça era o barão das Três Barras (depois visconde de Jaguari), grande fazendeiro e proprietário de escravos, com topete para desautorar o próprio presidente do Conselho de Ministros quando no Senado expôs o seu programa de governo.

O imperador bem que tinha a consciência pesada: sabia que era não o monarca constitucional à frente de uma nação livre mas sim o chefe de uma “oligarquia escravocrata”, na frase cruel mas verdadeira de Teixeira Mendes. Daí a ambivalência de muitas das suas posições, violentando o seu espírito sinceramente liberal e até abrandando, quanto possível, o seu regalismo voltairiano, cético talvez, mas sempre disposto a conciliar, desde que dele partisse a iniciativa da conciliação. Mesmo dentro de todas as limitações, nenhum outro chefe de Estado, monárquico ou republicano, exerceu o poder com maior dignidade ou mais sabedoria. A sua superioridade está explícita na reprimenda que passou no ministro da Justiça, Ferreira Viana, por ter aliciado capoeiras para impedir uma conferência de Silva Jardim, provocando o conflito que abalaria a Corte em dezembro de 1888. Atitude que Rebouças sintetizou no lema que bem define a permanente disposição de d. Pedro II: “Não matar e deixar discutir”<sup>19</sup>.

O fim do reinado coincide com o início da senectude, a decrepitude da Monarquia com a decadência biológica do imperador. Já não possuía mais condições físicas nem intelectuais para a grande luta de assegurar a sobrevivência da Monarquia, que ele e mais ninguém poderia representar. Era um homem envelhecido antes do tempo. E começara a “desimperializar-se”, na expressão tão pitoresca e tão exata de Eça de Queirós, na bela página que dedicou ao nosso equívoco republicano. “Nada separava a República da Monarquia, a não ser o imperador – escreveu o mestre da prosa portuguesa, acentuando – e o imperador se tinha a tal ponto desimperializado, que entre a Monarquia e a República não havia realmente senão um fio – tão gasto, tão frouxo que, para o cortar dum golpe brusco, bastou a espada do marechal Fonseca”<sup>20</sup>.

### *Francisco de Assis Barbosa*

---

19. André Rebouças, *ob. cit.*, 323.

20. *Apud* Heitor Lira, *ob. cit.*, I, 309.

## A MAIORIDADE

### GOLPE DE ESTADO

Álvares Machado acertou com o nome: golpe de estado.

“As circunstâncias do país clamam o governo do sr. d. Pedro II, *faz-se necessário agora um golpe de estado para o colocar no poder...*”<sup>1</sup>

Ganhariam o poder os que conseguissem transferi-lo, das mãos livres do regente para as mãos vazias do menino.

A contradição progressista tinha malícia e realismo. Se o soneto de Honório Ottoni no Serro, foi um sintoma, preconizando o Segundo Reinado, a entrada de Teófilo Ottoni para o Clube é uma definição.

Entraram com ele, traçando a capa, conspiradores veteranos, os *abrilistas*. Podia pensar do Soberano o que profeticamente dissera Martim Francisco: “Há de ser um digno e útil cidadão; quando porém o Brasil não precisar mais dele, levá-lo-á à praia e o despedirá; os bons hão de chorá-lo, os maus hão de insultá-lo, mas o Brasil caminhará sem ele”<sup>2</sup>.

No momento, a luta, com o Ministério reproduzia a de Barbacena (no crepúsculo do Primeiro Reinado), com o gabinete secreto: – embrião da oligarquia – e o autocrata – modelo da Regência... presidencial.

O *clube*, ou Associação Promotora da Maioridade, dissimulou-se na casa do senador José Martiniano de Alencar, à Rua do Conde.

---

1. *Anais da Câmara*, II, p. 198, 1840.

2. Martim Francisco, *Contribuindo*, p. 140, São Paulo, 1921.

Antônio Carlos convertera-se em personagem central da assembléia noturna, a que compareciam Alvares Machado, Montezuma, o padre José Bento, Teófilo Ottoni.

Retardatário, Manuel de Carvalho (que em 1824 presidira, contra o *déspota coroado* a Confederação do Equador) entrou irônico: “muitas revoluções contra os reis o povo tem feito, a favor do rei, só vocês...”

O filho pequeno do anfitrião (José de Alencar) dirá que tanta gente, em sua casa, o impressionara; e como, numa bandeja, circulasse o chocolate, imaginou que fosse este o motivo de reunião... Intuição infantil! Em chávenas, com açúcar, corria saboroso o néctar das ambições...<sup>3</sup> “Fala-se muito de dispensar a idade do imperador”.

Em resposta a Alencar, estranhou Castro e Silva que a oposição, “na esperança do suprimento da idade”, se considerasse dona “do campo de batalha”<sup>4</sup>. Era cedo. Começou a conquistá-lo mentendo-se no Paço – e saindo à rua, com os jornais *O Maiorista* e *O Despertador*.

#### INSÍDIA POLÍTICA

O problema tem a insídia das intrigas pretorianas.

Arquivando as proclamações jacobinas – os radicais de ontem se ornavam com as insígnias áulicas do reinado vindouro; enquanto os reacionários (restauradores, *colunas*, brasileiros adotivos, a dissidência de Bernardo de Vasconcelos, a eles aderente, os decaídos de 7 de abril) vestiam as negras cores do perjúrio; como se tivessem abatido a bandeira; presos ao provisório – com a impopularidade e a contradição: a contradição – de serem menos *conservadores* do que os *liberais*, nesse ano de 1840 estrondosamente *retrógrado*!

O barão Daiser não se enganou.

Tratava-se de uma manobra.

3. José de Alencar, *Como e porque sou romancista*, p. 18, Rio, 1893 (publicado por Mário de Alencar). Atas das sessões do Clube, *Rev. do Inst. Hist.*, vol. XLIV.

4. *Rev. do Inst. do Ceará*, XXII, pp. 98 e 148.

Em 1841 (terminado o quadriênio de Araújo Lima), a antecipação ainda se compreendia.

Mais razoável seria quando o imperador chegasse aos 17!

Agora, pareceu-lhe uma doidice: a ele e a Araújo Lima (explicou para Viena em 15 de março). Reconhecia o regente (abrindo-se) o perigo da maioridade prematura ou da regência de d. Januária; mas não se deu por vencido. Confiava na sua habilidade para soffrear, até 1842, os adversários. Para isto (aconselhou-lhe o austríaco) admitisse, o mais depressa possível, o pequeno príncipe às sessões do Ministério <sup>5</sup>.

Pensava (como em 1821 pensaram os cortesãos, esfriando as impaciências do herdeiro) que a participação era a fórmula do adiamento: também a da educação.

Não foi assim, que a “inépcia e fraqueza do tutor, a timidez e a irresolução do regente” (voltou Daiser a acusar) acabaram esmagadas pela minoria “bruyante et brutale” <sup>6</sup>.

Não lhe escapou, nas minúcias teatrais, o sentido da farsa *merovíngia*, que era elevar o rol *fainéant*, sobre os destroços da ordem instituída.

Verdade, a comédia repugnara ao próprio rapazinho, contou a Daiser, Araújo Lima.

Consultado, uma vez, dissera-lhe, modesto, “preferia continuar seus estudos” <sup>7</sup>. Fundado nesta resposta opôs-se o regente à onda maiorista, com todos os recursos disponíveis; o mais considerável, Bernardo de Vasconcelos!

“Eu não tinha opinião a tal respeito”, observará d. Pedro II – refutando a História indiscreta <sup>8</sup>.

---

5. Daiser a Metternich, 15 de março de 1840, ms. Arq. Imp. da Áustria.

6. Daiser a Metternich, 18 de julho de 1840, ms. mesmo Arq., cm. por Heitor Lira.

7. D. Pedro sofrera, como ficou dito, na tarde de 23 de março de 1840 novo acesso de convulsões seguidas de desmaio, e continuava de cama quando o ministro francês o visitou (ofícios de Saint-Georges, 24 de março e do barão Rouen, 16 de abril de 1840, ms. Quai d'orsay).

8. Daiser a Metternich, 12 de agosto de 1840, ms. Arq. Imp. da Áustria. Para a diplomacia austríaca era o retorno à monarquia liberal que tanto a assustara em 1822, esse sistema que a ameaçou até 1848, quando caiu em Viena o *ancien régime*, com Metternich.

“Muito me contrariavam semelhantes conversas, mesmo por ser de caráter retraído”<sup>9</sup>. “Ó Pátria!”

O fato é que os volantes distribuídos na rua, marcaram o movimento para 25 de março, dia da Constituição.

“União Brasileiros! Corramos às armas!”<sup>10</sup>.

Naquela evocação do canto 5.<sup>o</sup> de Virgílio, “O Patria, et repti”, Antônio Carlos lembra o grande Pitt: “ó minha pátria, em que estado te deixo! Que triste futuro tu me fazes recear”.

A taquigrafia anotou a “viva sensação” da Assembléia: “o orador senta-se, seus olhos estão lavados de lágrimas”.

Em 27 de abril, fez-se messiânico: “a época se aproxima, e então acabará o cativeiro de Babilônia”.

Quis (com Aureliano e Montezuma) que na resposta à Fala do Trono se dissesse: a Câmara via “com prazer aproximar-se a maioria do imperador”<sup>11</sup>.

Honório Hermeto (arrebatao a chefia dos conservadores) saiu ao ataque.

## SIMULAÇÃO

Defrontaram-se as correntes que manteriam daí em diante o diálogo político.

“Parece que existe uma vontade de desviar os olhos do público sobre o imperador menor”, protestou o Padre José Antônio Marinho...

Em vão.

Embora por margem reduzida (42 a 37) o plenário rejeitou a referência à maioria. Levantou-se então. Holanda Cavalcanti, no Senado, com o projeto explosivo: “declara-se maior o imperador!”

---

9. Notas do imperador à *História do Brasil de 1831 a 1840*, de Pereira da Silva, exemplar na Biblioteca Nacional, artigo de Mário Bhering, *Kosmos*, fevereiro de 1907.

10. Proclamação (anônima), avulso, Arq. Nac. (Papéis da Mordomia). Resumo dos sucessos parlamentares, *Falas do Trono desde o ano de 1823 até o ano de 1889*, p. 330, Rio, 1889.

11. *Revista do Inst. Hist. da Bahia*, n. 28, 1902, p. 85.

Escrevendo ao colega da Bahia, visconde do Rio Vermelho, informa Martins Velasques: “entrou em primeira discussão, porque ninguém falasse largou a presidência o sr. de Paranaguá e falou a favor; ninguém mais pediu a palavra; posto a votos, caiu o projeto por mais dois votos”.

A diferença apertava-se: 5 votos numa, 2 na outra Casa do Parlamento; nesta, contra a precipitação.

Era quando o jovem Porto-Alegre escrevia ao amigo distante: “A nação ficou indignada vendo apresentar-se este grande dilema, viver sufocada sem saber se convinha ou não a maioria”<sup>12</sup>.

Naquela tarde (continua Ottoni) conversava o imperador sobre o caso:

“Durante o colóquio apareceu um dos mestres de S. M., senador, que havia votado contra a maioria”: Araújo Viana! Pediu silêncio ao interlocutor e... entreteve o “seu ilustre mestre em objetos de literatura”.

Araújo Viana completa a narração, apontando Honório “um dos oradores mais importantes da situação e que na Câmara dos Deputados assumira papel conspícuo”, expusera ao imperador a necessidade de conformar-se à vontade geral – “Senhor! Acha-se pois em tanto risco a paz do Império como a causa da Monarquia. Só um braço há, que a ambos possa salvar: é o de Vossa Majestade. Antevemos desde já um porvir de venturas, confiados a tão alta sabedoria”. Eram palavras “insuspeitas na boca dum cidadão propugnador estrênuo das idéias mais liberais”.

“Pois será certo que, em pouco mais de quatorze anos de idade possa haver sabedoria? “ – replicou o “prudente mancebo”.

Os familiares dividiam-se (na frase do “ilustre mestre”)<sup>13</sup> “era em sentidos opostos tratada a mente do jovem imperador”.

12. Carta a Silvestre Pinheiro Rebelo, em Paris, 12 de julho de 1840, ms. Arquivo do Museu Imperial: POB M. 102 Doc. 5008.

13. Monsenhor Joaquim Pinto de Campos, *O senhor d. Pedro II, Biografia*; pp. 35-6, Porto, 1871. O marquês de Sapucaí (Araújo Viana), foi quem por ordem do imperador deu ao biógrafo os dados necessários. O ensaio apareceu na revista de Faustino Xavier de Novais, *O Futuro*, 1862. As palavras aspeadas são de Araújo Viana. Corrigem a reminiscência (do ano anterior) de Teófilo Ottoni. Sapucaí voltaria a contestar, desta vez, a Tito Franco, em 1870.

A facção de Aureliano estabelecera-se, com Paulo Barbosa, na Joana. A outra, pegava-se ao Ministério.

Atônito e reservado, o *menino* defendeu-se.

Não; não se recordava (responderá a Alencar Araripe, como nas *notas à margem*, respondeu a Pereira da Silva) de lhe terem falado disso antes do convite da comissão da Assembléia! Que devolvera, com um *sim*, certo memorial, lembra Ottoni. “Nunca escrevi ou disse o tal sim”<sup>14</sup>. E que estimaria “esse negócio seja realizado pelos Andradas e seus amigos?”<sup>15</sup>. “Não me lembro de ter dito isto ou coisa semelhante”<sup>16</sup>.

A intriga envolveu-o com o seu fio invisível.

#### ASTÚCIA PRECOCE

“Vi hoje... deputados maioristas”, disse uma vez, ao voltar da cidade.

Entrava Honório – que, a 18 de maio, condicionava a maioria à revisão constitucional.

Tomou-o pelo braço e, para que os notassem (notando que a *opinião contrária* não o molestara), demorou-se a falar-lhe de assuntos vagos. Não esquecessem que o mineiro, fazendo doutrina, afirmara (como Guizot, refutando Thiers) o rei *reina... e não governa!*<sup>17</sup>.

Dali saiu Honório para escrever a Luís Alves de Lima, era “falsa a notícia” de que o imperador quisesse precipitar a maioria. Estava “seguramente informado que o Antônio Carlos, o Holanda e outros fazendo por vezes tentativas para obter do imperador uma resposta afirmativa, ele guardou sempre silêncio sobre semelhante objeto”, razão para fixarem os homens sensatos o advento na data própria, isto é, quando fizesse os 18 anos.

14. *Kosmos*, fevereiro 1907 e Hermeto Lima, *Revista da Semana*, 28/11/1925.

15. A citação é da *Circular*, de Ottoni, reproduzida por Pereira da Silva, *História do Brasil de 1831 a 1840*, p. 319.

16. Nota ms., no exemplar referido.

17. *Anais da Câmara*, 1º de maio de 1840. Em contestação a Antônio Carlos, (2) Carta de maio de 1840, cm. por Vilhena de Moraes.

Verdade, dificultava o problema (ou envenenava) o se ter acendido no povo “o desejo de ver S. M. I. à testa do governo...”<sup>18</sup>.

Mais agudo do que o parlamentar resistente, avisou Daiser a Metternich, o menino gostava da “*espèce de flatterie*” que era o projeto temerário de Holanda! Tanto que, ao retirar-se este... não fizera esforço algum para conter a alegria; até as princesas dançaram e pularam, pois, com a maioria do mano, haviam de passar à vontade!<sup>19</sup> Enquanto isto (continua Daiser) o regente era recebido friamente; e percebendo, não sem tempo, da vantagem que lhe levavam os adversários, resolveu abrir-se com ele.

“Queria mesmo... governar?”

O imperador calou, e retirou-se...

“*Force de feindre et de cacher ses opinions*”, honrava a malícia aprendida do aio frade e do tutor marquês, conclui o diplomata.

E Ottoni (referindo-se ao equívoco em que persistia Honório) “mistificou o estadista mais sagaz do país”.

Neste caso, enganado estava o austríaco, pois a 4 de julho achava ainda que só a 2 de dezembro – quando fizesse os seus 15 anos – proclamariam a maioria.

E numa impressão, entre desalentada e irônica: “*il ressemblera sous plusieurs rapports, bien plus à son grand-père le Sgr. d. João VI qu’à feu son père*”<sup>20</sup> cruas palavras que antecipam de cinquenta anos as de Ramalho, chamando-lhe “d. João VI de fim de século”.

Que de resto... “*on fui a laissé prendre l’habitude de ne jamais dire non!*”<sup>21</sup>

## RESISTÊNCIA TARDIA

A 2 de dezembro, conveio o regente, cedendo, e para fazer a política de meio termo, contanto que coubesse neste rumoroso ano de “40” (como na trova “sebastianista” canta o Bandarra!) – trocou, a 18 de maio, de Ministério.

18. Daiser a Metternich, 20 de junho de 1840, ms. Arq. Imp, da Áustria.

19. Daiser a Metternich, 18 de julho de 1840, ms. Arq. Imp. da Áustria.

20. Daiser a Metternich, 18 de julho de 1840. Compare-se-lhe o depoimento com o que expõe Teófilo Ottoni na *Circular aos Eleitores*, de 1860.

21. Ofício de Daiser, citado, ms. Arq. Imp. da Áustria.

Na pasta do Império pôs Lopes Gama; na Guerra Salvador José Maciel (português, da antiga escola dos “Voluntários del-Rei”); na Marinha (porta-voz do partido que se chamou saquarema, de sua fazenda, na província do Rio) Rodrigues Torres. O seu propósito era sobrepor-se ao “espírito de rebelião”, declarou à Câmara o ministro da Guerra; e o da Marinha: “fazer executar fielmente a Constituição”<sup>22</sup>, o que significava equipar militarmente o governo...

Faltou-lhe a gazeta.

Paulino José Soares de Sousa e Eusébio de Queirós, que com Vasconcelos, completavam o estado-maior da reação, convocaram para dirigi-la Justiniano José da Rocha e Firmino Rodrigues Silva.

Chamou-se *O Brasil*.

Surgiu a 16 de junho, invectivando Antônio Carlos, que aludira com desdém ao “moço chamado Evaristo”. Evaristo travou “o carro da revolução despenhado em 7 de abril”, “enquanto alguém ia para Portugal apunhalar os corações de seus filhos”...<sup>23</sup>

Do outro lado desatou-se *O Despertador*, de Francisco de Sales Torres Homem.

Engajaram-se as duas folhas num duelo de idéias que sagrou precocemente os panfletários do Reinado!

Mas era tarde para a batalha do estilo, na briga dos jornais...

Ninguém detinha, ninguém deteve a revolta dos liberais mais monárquicos do que caramurus, corcundas e restauradores da geração varrida pela aura romântica de 1830!

“QUEREMOS...”

E porque – afinal – não se passaria a Regência a d. Januária?

Retornou a debate o nome da princesa, ao sustentar Álvares Machado – a 17 de julho, que aquele governo repressivo era... *inconstitucional*.

---

22. *Organizações e programas ministeriais*, p. 74, 2.<sup>a</sup> ed. Arquivo Nacional, Rio 1962.

23. Alusão à viagem de Antônio Carlos em 1833, para pedir ao ex-imperador que voltasse. *O Brasil*, 16 de junho de 1840.

*Sobre O Brasil*, vid. Elmano Cardim, *Justiniano José da Rocha*, p. 19, São Paulo, 1964.

Pelo artigo 126 – contradição com o 122, que mandava prolongar a Regência por todo o período da menoridade, se não existisse parente mais próximo, de 21 anos...

O Clube preparou nesse dia a demonstração pública.

Industriou os sequazes <sup>24</sup> para reforçarem à entrada da Igreja, o viva que daria o “brasileiro resoluto” <sup>25</sup>: “viva o senhor d. Pedro II... maior!”

Bradou-o o agitador a plenos pulmões; e à cara do governo, numa provocação festiva.

Foi como o primeiro corisco golpeando, súbito, a tempestade.

Queremos d. Pedro II  
Embora não tenha idade  
A nação dispensa a Lei,  
E viva a Maioridade!

Semelhante a esta, muitas trovas trovejaram; e o “queremos”, ora inocente e gárrulo, ora ameaçador e intimativo, volteou pelas Câmaras, invadiu os quartéis, implantou-se... no “espírito de rebelião”.

Os desafetos históricos assumiram-lhe o comando.

Um velho maçom, Inocêncio da Rocha Galvão, com a sua cota de responsabilidade na *República Baiense* de 1837, sugeriu, iluminado, que se emancipasse o *imperador... por aclamação!*

Desde já, aditou Martim Francisco, no aparte que propôs à fórmula.

*Pela ordem*, interveio Honório! Frenético, o mato-grossense Antônio Navarro de Abreu bracejava para as galerias. De repente dele se afastaram os antagonistas, julgando que sacava de uma faca; era

---

24. Conta na *biografia* de José de Alencar, Paulino Nogueira, que Tristão de Alencar Araripe e Francisco José de Matos estavam entre os manifestantes, instruídos pelo *Clube*, da casa do senador José Martiniano de Alencar.

25. Chama-se Francisco Soares, cf. Raffard, *Rev. do Inst. Hist.*, XI, parte 1.<sup>a</sup>, pág. 101.

Não confundir com o bacharel Cortereal, que em 1823 se apelidava “*brasileiro resoluto*”. Confirmou Melo Morais, *Crônica Geral do Brasil*, pág. 346: “no dia 16 do mesmo mês de setembro de 1842 morre Francisco Antônio Soares, redator do periódico “*Brasileiro Resoluto*”.

um lenço<sup>26</sup>. O lenço – não o punhal, atestou Pontes Visgueiro – foi para acenar ao povo, que o vitoriava!

A 21 de julho declarou-se a insurreição parlamentar.

Honório retirou o projeto.

Para ganhar tempo, Limpo de Abreu propôs a comissão.

Nada é mais oportuno, num “impasse”, do que a comissão! Antônio Carlos, num artigo único, exigiu “a maioria desde já”. Que se constituísse também comissão senatorial...

Reuniu-se, terrificado, o Ministério.

A 2 de dezembro (uns poucos meses representavam, neste caso, a recuperação da força, possivelmente o restabelecimento da autoridade) far-se-ia, com calma, ponderação e decência...

Mas quem teria ali punho vigoroso para empunhar terrivelmente o timão do Estado?

Quem chefiaria a contra-revolução, começando-a na Assembléia, com o adiamento heróico da Legislatura, ou seja, licenciando a desordem que nela se estabelecera?

Vasconcelos, naquela noite de ansiedade, aceitou a pasta do Império, em substituição de Lopes Gama; para “arrolhar” o inimigo, em nome da legalidade, que era, em boa parte, sua.

Homem para a situação, que faltara em abril de 1831 – e por isso caíra d. Pedro I – aí estava ele – para não permitir que antes do tempo subisse d. Pedro II!

A política repetia-se.

Vasconcelos... não.

---

26. Daiser (ofício de 29 de julho de 1840) diz que “um A. Navarro a 17 atacara os ministros”. O *Diário do Rio* desmentiu o testemunho de vista, o suposto atentado, que visaria Honório. O deputado por Mato Grosso tirara o lenço, inocentemente, e não o punhal! Num dos bilhetes do Imperador ao Mordomo depois da Maioridade, há a informação aborrecida de que Navarro o procurara para pedir a nomeação de Oficial de Gabinete (ms. Arq. de A. Lacombe). Foi feito guarda-roupa honorário e morreu louco, em 3 de outubro de 1845. Eclipsou-se nas “grades de ferro do aposento de um alienado”, Porto Alegre, *Rev. do Inst. Hist.*, vol. 47; e Virgílio Correia Filho, *Anais do 3º Congr. de Hist. Nac.*, II, p. 387 (1941).

Embotara-se-lhe o sentido das realidades; isolara-se na resistência impotente, de paladino míope, que não percebera a dimensão e a natureza da crise; afrontou-a com um papel – a suspensão das Câmaras – pensando que a esbarrava com um exército – o exército formado... do lado oposto.

Teve nove horas para empossar-se, lavrar o ato, dissolver o Parlamento e... desaparecer, expulso pelo alegre triunfo da Maioridade!

“Quero Já”

#### DITADURA DE NOVE HORAS

Em dez anos, o entrevado estadista arrasara o absolutismo, modelara as instituições, retrocedera da República iminente à Monarquia parlamentar, e, sobre o liberalismo esbatido, sua bandeira do Primeiro Reinado, erguera a ordem, do Segundo.

Fundara, para destruir Feijó, o partido do centro, que em 1837 se transformou no partido conservador.

Tinha grandeza humana; só não teve olhos de ver a desproporção do combate. Começava pela tropa. Sem Lima e Silva não haveria o 7 de abril; sem Paula Vasconcelos, o 22 de julho. Convocados por Antônio Carlos, Álvares Machado, padre José Bento (“*républicain assez connu*”, informa Daiser), os deputados saíram a pé, rumo ao Senado, em turba que, “pelos ruas, engrossou enormemente com ondas de povo, em vozerio... ao qual veio juntar-se alguma força armada”<sup>27</sup>.

A revolta maiorista contagiara os quartéis. A Academia Militar fraternizou com os políticos. Comandante à frente, foi encontrá-los nas embocaduras do Campo da Aclamação...<sup>28</sup> A tática era simples.

27. Reminiscência de Araújo Viana, monsenhor Pinto de Campos, *D. Pedro II*, p. 37.

28. *Manifesto* de Bernardo Pereira de Vasconcelos, 28 de julho de 1840. Acontecimentos descritos pela imprensa diária, de 23 a 27 de julho. A ditadura mais breve da história do continente (tão fértil delas) foi essa, de nove horas, do estadista que em 22 de julho tomou quixotesca a responsabilidade de conter a rebelião parlamentar.

Fora entregue à Câmara a mensagem que lhe suspendia os trabalhos. O Senado não estava obrigado a atendê-la! Entrando de roldão pela sala de sessões, a multidão exigiu do presidente, marquês de Paranaguá, que o declarasse em assembléia extraordinária. Transformava-se em Convenção – como queriam os radicais, em 30 de julho de 1832; para o efeito oposto; de coroar, não de destronar, o príncipe...

O velho Vilela fora poeta na mocidade.

Sonhara, antes da Independência, com o Império, morando nos seus verdes paços da Guanabara.

Lá onde em tuas margens, poético rio, que do primeiro mês tomaste o nome...

Ministro de d. Pedro I, mantinha-se fiel à causa; o homem para a ocasião.

Não se votou, aplaudiu-se.

Ninguém pensasse em ponderar; gritava-se.

Ao deixar a Cadeia Velha, sede da Câmara, a oposição fugiu ao golpe; foi a sua vez de dá-lo, no palácio do conde dos Arcos.

Vencera de porta a porta, puxando, pelas calçadas, o público entusiasmado escoltado de cadetes... A solução surgiu, imediata: uma delegação mista, cinco senadores e três deputados, para ir requerer ao imperador que aceitasse, já, a Maioridade.

O adiamento legislativo em tais circunstâncias (rezou o papel que lhe levaram), constituía “um insulto à pessoa do imperador e uma traição ao país...”

Compuseram a comissão os diretores do Clube, Antônio Carlos, Martim Francisco, Vergueiro, Holanda, Lajes, Montezuma... O Clube (outra recordação de 1831) de sociedade secreta passou, nesse instante, a governo: de carro, a galope, pelo estirão da Cidade Nova, margeando o Mangue, transportava, embrulhada no discurso, a coroa – metáfora que pode aplicar-se à pressa com que procuravam o rei.

Conduzida pelo mordomo à sua presença – a delegação desincumbiu-se pela palavra vidente de Antônio Carlos.

A eloquência, que não pudera demover o pai, decidiu o filho.  
Porém devagar.

Pediulhes um momento para se aconselhar, na sala vizinha,  
com o aio, o mestre, o tutor, que não o largavam...

## DOIS MONOSSÍLABOS

Isto mesmo confirmaria (na placidez do depoimento): que  
ouviu particularmente o tutor e o aio <sup>29</sup>.

Esqueceu-lhe (na reminiscência desbotada pelos anos) o  
regente, que chegou atrasado, a São Cristóvão, e o professor, que  
chegou adiantado,

*Sire* ouviu o regente, conta Daiser: disse – portanto aos três –  
“estimaria tudo fosse feito pelos meios legais” <sup>30</sup>.

Hesitava; ou não acertava no que devia dizer quando Aureliano  
irrompeu na sala. É Araújo Lima quem revela: “eis que chega  
Aureliano declarando que devia aceitar”. E logo as irmãs  
(“doutrinadas” para “suplicarem, com lágrimas nos olhos”) que  
aquiessesse...

Em nota ao texto de Pereira da Silva reporta-se d. Pedro II ao  
“ilustre mestre”.

“Depois de ter ouvido sobre tudo a Cândido de Araújo Viana  
que me aconselhou a resposta que dei”.

Deu-a de fisionomia grave; no salão onde o aguardavam,  
aflitos, os parlamentares; a mais curta possível. Antônio Carlos  
repetiu o convite.

“Se em vista das circunstâncias queria tomar conta do  
governo”.

“O imperador, mui comovido, limitou-se ao monossílabo,  
sim!” <sup>31</sup>.

---

29. Pinto de Campos, *op. cit.*, p. 38. “Esta é a exata verdade da cena que por vários modos  
há sido narrada”.

30. Ofício de Daiser, 12 de agosto de 1840, Arq. Imp. da Áustria.

31. *A Declaração da Maioridade*, Rio, 1840 (reimpressão de Eugênio Egas, p. 117). É do  
padre José Antônio Marinho. Também Ver. do Inst. Hist., XLIV, 2.<sup>a</sup> parte; Otávio Tarquínio  
de Sousa, *Bernardo Pereira de Vasconcelos*, cap. X, Rio, 1937.

Seria então no domingo (estava-se na quarta-feira) – declarou, submisso, o regente.

Acudiu o Andrada: não podia tardar um dia sequer!

Araújo Lima dirigiu-lhe a pergunta terminante.

Se queria já?

“Em igual estado de emoção foi lançado outro monossílabo: já!”

Apresentando à assembléia o resultado da embaixada, Antônio Carlos relatou que propusera a alternativa, 2 de dezembro ou... já.

“Sua Majestade respondeu que queria já (numerosos aplausos); e que em tal caso convocaria a assembléia domingo para ser aclamado; mas instando os membros da delegação para que fosse amanhã, em consequência do estado de agitação em que estava o povo, Sua Majestade disse ao regente: “convoque para amanhã” (movimento de entusiasmo geral).

“Conhecida assim a vontade de S.M. (reza o documento oficial), entendeu o governo que era seu dever conformar-se com ela”.

## **A FRASE**

Mas a história não se satisfaz com a simplicidade: pede gesto e frase.

No caso do Fico, orna-se de beleza; na Maioridade, de capricho.

Que o *rapazinho*, desempenando-se, optara: “quero já!”

Na versão sustentada, em 1863, no Instituto, seria mais enfático: “Se as circunstâncias do país o exigem, quero ser aclamado logo”<sup>32</sup>. O imperador contestou, vexado: “não me exprimi assim”. “E se disse que preferia imediatamente é porque os que me aconselhavam – tinha apenas 14 anos e sempre retirado da sociedade política – disseram-me que assim era preciso para evitar desordens”.

<sup>32</sup>. Sessão de 3 de julho de 1863 (em cuja ata porém isto não está) conforme o *Dezesseis de julho*, de 5 e 6 de maio de 1870, passagem lembrada por Pinto Coelho, em *A República*, Rio, de 31 de outubro de 1873.

“... Eu não tive arrebatamentos. Se não fosse aconselhado por diversas pessoas que me cercavam teria dito que não queria!”<sup>33</sup>.

Iludiam-se (é o que quis dizer) os que julgavam que o Segundo Reinado se inaugurou num assomo de impaciência. Nasceu de dois monossílabos.

Corajosa ou timidamente – que importava? – aceitara para o dia seguinte.

#### ACLAMAÇÃO

Convocada para esse dia, 23 de julho, a Assembléia Geral, às 10 e meia da manhã proclamou Paranaguá, “órgão da representação nacional” – “desde já maior S. M. o imperador d. Pedro II, e no pleno exercício de seus direitos constitucionais”.

Às 3 e meia da tarde, chegou o imperador ao Senado. Seguiam a equipagem do Estado, as personalidades da corte, os juizes de paz revestidos, como em 1831, de suas insígnias pomposas, a oficialidade dos corpos, grupos numerosos de “maioristas” acaudilhados por seus tribunos. Vagarosamente e em triunfo foi conduzido ao trono – em que, sobre a coroa do espaldar entalhado o Anjo Custódio esboça o gesto protetor; e cumpriu com desembaraço o ritual do juramento. Reduzia-se a baixar do estrado, e de joelhos, espalmada nos Evangelhos a mão direita, repetir o recitativo do secretário, Luís José de Oliveira: “Juro manter a Religião Católica, Apostólica, Romana, a integridade e a indivisibilidade do Império, observar e fazer observar a Constituição política da nação brasileira e mais leis do Império, e prover o bem geral do Brasil quanto em mim couber”<sup>34</sup>.

Dito o compromisso, tornou ao seu lugar; e o presidente proferiu os *vivas* de estilo.

---

33. Nota autógrafa, à margem de *Dados e Fatos Relativos à História Política etc.*, Kosmos, Rio, março de 1904. Anotação eventual do imperador ao ler o livro, vale pela insistência do desmentido, como o que escreveu no seu exemplar da *História*, de Pereira da Silva.

34. Daiser, ofício de 29 de julho de 1840: que disse o juramento com voz clara e *desembaraçada* (ms. Arq. Imp, da Áustria).

“Estes vivas (registra a imprensa) são correspondidos com o maior entusiasmo por longo tempo por toda a Assembléia e pelo numeroso concurso de espectadores. Neste momento um dos espectadores solta viva à nação brasileira e oferece uma fita amarela ao deputado Navarro...”<sup>35</sup>.

#### VIVAS E VAIAS

Em ocasiões que tais, aos vivas acompanham (dobrada algazarra) os morras, à cuja voz outros magotes varejaram a pedrada as vidraças de Vasconcelos e Salvador José Maciel...

Enquanto a multidão explodia em clamores patrióticos, fiel ao ofício, a musa anônima depois de ter açulado a intolerância, vaiava, cheia de riso...

De bronca loquacidade  
É Bernardo sem questão  
Dizedor de bernardices  
Impando de sabichão.<sup>36</sup>

Cantava-se, em roda:

Suba ao trono o jovem Pedro,  
Exalte toda a nação;  
Os heróis, os pais da pátria  
Aprovaram com união.

Foi abaixo a camarilha  
De geral indignação;  
Os heróis, os pais da pátria  
Aprovaram com união.

A comissão fora buscar uma criança.

Trouxe o Soberano.

Quanto a despencar a camarilha... É outra história.

*Pedro Calmon*

---

35. Diário do Rio de Janeiro, 27 de julho de 1840.

36. Moreira de Azevedo, Apontamentos Históricos, pp. 435-6, Rio, 1881.

## **ALCINDO SODRÉ**

### HOMENAGEM NO SEU 75º ANIVERSÁRIO

Tendo transcorrido a 30 de novembro de 1970 o 75º aniversário de Alcindo Sodré, criador e primeiro diretor do Museu Imperial, foi prestada à sua memória expressiva homenagem, incluída no programa de comemorações do 30.º aniversário de fundação do Museu.

Além da celebração de uma missa e visita à sua sepultura (onde foram colocadas por seus antigos auxiliares rosas do jardim do Museu) realizou-se uma sessão solene, a que compareceram os filhos do homenageado, seus amigos e todos os funcionários da Casa.

Falaram, na ocasião, os srs. Murilo Cabral Silva, Américo Jacobina Lacombe, Paulo Machado Costa e Silva e, encerrando a sessão, o diretor do Museu, cujos discursos vão publicados a seguir.

## O PROFESSOR

Quando o Museu Imperial, sob as mãos firmes desse esplêndido Lourenço Luís Lacombe, em sessão solene, comemora os setenta e cinco anos do nascimento de Alcindo Sodré, sinto-me tocado de emo o quase filial, ao record -lo como professor.

Outros oradores, com o brilho que não tenho, foram escolhidos para o reviverem sob as múltiplas facetas de sua dominadora personalidade, onde se encontram o político, o historiador, o fundador e presidente do Instituto Histórico de Petrópolis, o criador e diretor deste Museu Imperial, o professor e, sobretudo, a criatura profundamente humana.

Decidido ficou que, nesta sessão, somente se apreciasse a sua atividade no campo estritamente da cultura, guardando-se para outra oportunidade a verifica o do político e da pessoa humana.

A mim me cabe recordar o professor... e ai de mim! A mim, o emotivo que, seu aluno, nele encontrou o mestre confundindo-se com o pai, cuja memória recorde com os mesmos olhos molhados da mesma saudade. A mim que, para referir o professor, tenho imposta a obriga o de conjug -lo com o político, o historiador, o fundador do Instituto Histórico, o criador do Museu Imperial, a pessoa humana no seu fabuloso contexto, visto que, em todas essas atividades, foi Alcindo Sodré eminentemente professor. Pelo sentido pedagógico que a todas deu. Político, iluminou os nossos fastos com a compreensiva inteligência de que começou por Aristóteles e Platão. O que conheceu os filósofos e pensadores, os das teses puras, os românticos e sonhadores, os idealistas e pragmatistas. Até os que cultivaram a análise dos fatos pelos fatos, ou interpretaram os anseios populares num determinado momento histórico, quantas vezes sem a visão da continuidade histórica. Político, foi um mestre de costumes, uma espécie de lorde e nobre francês em férias, mas engajado na paisagem brasileira e preso às raízes petropolitanas – que adotou ao deixar

menino os pagos do seu Rio Grande do Sul. Político, soube ganhar e soube perder, não lhe faltando a ironia machadiana com que observava as deformações da nossa vida pública. Vencendo, foi o vereador, o prefeito, a servir ensinando, no empenho de formar escola. Certamente, na lembrança daquela de estadistas, que floriu sob a inspiração do Imperador que ele tanto amou, e que ainda não deu todos os frutos que desejamos – como os beduínos suarentos os doces tamarindos! Ante os desenganos da política, soube Alcindo Sodré escrever o seu memorial íntimo, com propriedade e sem derramamentos, como aquele de Aires imortal. Sem amargura, apenas sóbrio, viu-se preterido algumas vezes pelos sindicatos da mediocridade e da demagogia. Mas não descreu da recupera o da cidade e do país, guardando o sorriso que lhe marcava a fisionomia – o sorriso que os privilegiados têm para os desconchavos da vida pública. *H las*, diria ele... Pouco importa, dizemos nós, valerem as rosas que semeou e que nem sempre refloriram na terra ainda não de todo adubada. O que conta   que, político, ele foi o professor!

Lourenço Luís Lacombe, atual diretor do Museu, como dono de casa que remexe velhos papéis e abre antigas gavetas, com o sonambulismo que caracteriza os historiadores de raça, está nesta sessão para falar sobre o criador desta Casa. Para fazê-lo, terá andado pelas horas altas da noite da vida do Museu, ouvindo Alcindo, vendo-o criar, assistindo-o dirigi-lo, andando ao seu lado, ou, vindo os mesmos ecos dos mesmos passos nos velhos corredores. F -lo, para falar como o aprendiz enfeitado pelo mestre, ele que   mestre também, para concluir que, criando e dirigindo o Museu, Alcindo Sodré foi o professor.

Paulo Machado, como presidente do Instituto Histórico de Petrópolis, vem a esta solenidade para rememorar o fundador do Instituto, em cuja presidência morreu. Dizendo o que representou Alcindo para essa casa de cultura, Paulo Machado demonstra que, ao fund -la e presidi-la, nele teve o Instituto o professor, feliz aqui como no Museu, onde as rosas por ele plantadas encontraram jardineiros de mãos piedosas, que sabem guardá-las vermelhas, como bons jardineiros do Senhor.

E o mestre Américo Lacombe, justamente por ser mestre, aqui está para a recorda o de Alcindo Sodré como historiador. A agudeza de Américo Lacombe tem   mão o trabalho beneditino daquele que, também e sobretudo nesse aspecto, foi o professor. Aí estão

os estudos da vida da Cidade Imperial, que Alcindo escreveu com leveza de artista; sem escapar os da vida do país que ele tão bem entendeu. Misturam-se crônicas e ensaios, sobre Petrópolis e sobre homens e fatos do Império, com retratos de corpo inteiro, onde brilham as luzes de São Cristóvão e as da antiga Fazenda do Córrego Seco. Teses como as lançadas nos seus livros *O elemento servil* e *A gênese da desordem*. Toda uma obra de inteligência e bom gosto, elegante e graciosa na frase, correta na crítica, a irresistível sedução que Alcindo Sodré punha nas coisas que versava. “Como um malabarista de punhais”, dele também poderia ter dito Raul de Leoni. Pelo sentido pedagógico da obra no campo da História, também aí ele foi um professor.

Por isso, disse eu “ai de mim”, a quem cabe especificamente falar sobre Alcindo Sodré professor e, o que é impossível, dispor de apenas 15 minutos para fazê-lo! Se como tal é ele descrito pelos diversos oradores desta sessão, embora sob o manto, mais diáfano que o de Eça, de criador e diretor do Museu Imperial, de fundador e presidente do Instituto Histórico de Petrópolis, ou como historiador importante na historiografia brasileira!

Resta-me, pois, dar a lembrança do que ele foi para a minha geração, no velho Liceu Fluminense.

É verdade que eu já o conhecia da nossa casa, amigo de meu pai, onde ouvi longas conversas em noites frias, nas quais, entre os assíduos, Alcindo Sodré era a estrela da companhia. Mas, como gente, no mistério da adolescência, vim conhecê-lo de perto no colégio, o antigo casarão da rua João Pessoa, então rua Cruzeiro, onde hoje se ergue o edifício Cruzeiro. Para ali acabava de transferir-se o Liceu Fluminense. Henrique Pinto Ferreira, professor insuperável em todas as gamas da cultura humanística, ficava na velha casa que vinha da praça Visconde do Rio Branco e entrava pela rua Paulo Barbosa, onde agora estão o edifício Imperador e um casario de cimento armado. Aí permaneceu Pinto Ferreira, com o colégio que tinha o seu glorioso nome. Afonso Leite, Alcindo Sodré, José Sampaio e Paulo Monte, foram para a rua Cruzeiro, compondo um colégio que representou um instante de lucidez e grandeza na educação brasileira, com a colaboração de outros excelentes professores.

Fosse a sessão de hoje destinada ao papel representado pelo Liceu Fluminense na vida cultural de Petrópolis – e não especialmente para a rememoração de Alcindo Sodré –, muito teria eu a falar

do velho colégio, saudoso colégio que é um dos melhores pedaços de minha própria vida! Bem, haverá outra oportunidade, em conferência ou em livro, que estou a dever.

Os dirigentes do Liceu eram profundamente diversos na maneira de ser. Apenas iguais no amor de ensinar, na paixão de ensinar, no talento de ensinar, na incrível capacidade de não entender que o dinheiro precisava ser ganho, que era preciso cobrar, pelo menos, o razoável! Nessa parte, todos eram perfeitamente iguais: – pagava o colégio quem podia... E todos os dirigentes jamais retiraram lucro material do trabalho, senão a glória – a única em que porfiaram! – dos bons alunos que formaram (entre os quais evidentemente não me incluo).

Daqueles quatro diretores, apenas Afonso Leite está vivo, na pobreza de bens materiais em que sempre viveu, e na fabulosa riqueza da gratidão dos seus alunos. Triste consolação, é verdade, a única a que podem aspirar os loucos idealistas que exercem o magistério! Os outros já se foram, são só paisagem para os nossos olhos tristes! Sobre eles escreverei um dia...

Alcindo Sodré, professor de História, não tinha nem de longe a severidade santa de Afonso Leite; nem o espírito tomador de conta do saudoso Paulo Monte; nem o jeito de pai, sábio e terrivelmente humano, de José Sampaio. Alcindo realizava o mestre *amigaço*, alegre, eternamente jovial, irônico sem melindrar, que nunca leu a lista de frequência, que deixava fumar nas aulas (“Cuidado com o Afonso”, alertava-nos, olhando a porta entreaberta...). Era o informal, o que nos fazia desinibidos. O que entremeava Frederico II com casos picarescos atribuídos a ele e a Voltaire...

Lembro-me de Alcindo falando sobre a Revolução Francesa e, de permeio, cantando a Marselhesa... Foi com ele que aprendi a famosa brincadeira que os estudantes até hoje fazem com o nome de Nabucodonosor... Se havia um personagem histórico traidor da pátria, passava simplesmente a calhorda; um estadista menos inteligente era um lambão; uma duquesa menos honesta, por exemplo, era-nos apresentada sob o nome correto que merecem as duquesas menos honestas... Mas, é preciso, de pronto, acentuar que tais liberdades de falar não assumiam caráter de desrespeito ou deboche; antes, visavam a marcar cada figurante na nossa memória, de modo que não o confundíssemos nunca mais. Porque, não obstante o tom alegre

das suas aulas, o respeito era absoluto. Na linguagem de hoje, diríamos que Alcindo não era “quadrado”, não nos chateava com datas de somenos importância, era um professor “pra frente”...

Quando cuidava de um personagem de ressonância real, alongava-se em casos a ele ligados, citava e comentava livros a respeito escritos, biografias que nos emprestava. Assim, nunca detestamos os reis Capetos ou o Império de Carlos Magno ou as campanhas do fabuloso Júlio César, ou as capitânicas hereditárias... As Guerras Púnicas, a Retirada dos Dez Mil, ou Péricles ou Alexandre, ou as lutas da Idade Média, ou a Guerra do Lopez, eram romances que nos irisavam a imaginação, como se uma fada nos desfiasse contos de outras mil e uma noites!

Mas, não se suponha que os fatos históricos eram apresentados como compartimentos estanques ou sem críticas! Não. Alcindo era um mestre em Introdução à Ciência da História e à sua Filosofia. Apenas ele sabia dosar o que poderia entender um grupo de adolescentes. Porque ele sempre teve em mira que nós éramos gente, garototes, na idade em que nada poderia parecer melhor que a pelada da rua ou o banho de rio!

E essas aulas eram sempre dadas no recinto do colégio? Aí está o que quero dizer de importante e o que talvez tenha sido o traço mais proeminente do inesquecível professor: quase que duas vezes por semana, as aulas Alcindo nos dava às margens do rio Piabanha, na rua Westfália, hoje rua Barão do Rio Branco, no lado ímpar da rua, quase em frente à casa do próprio barão.

Naquele tempo, de 1928 a 1932, Petrópolis era uma cidade pacata, apenas assustada pelos bondes da Cia. Brasileira de Energia Elétrica. Os automóveis ainda não atulhavam as nossas ruas, a neurose da velocidade ainda não era a regra do comportamento de hoje. Do lado ímpar da rua Westfália quase não havia trânsito, as banquetas do rio, largas e gramadas e cheirando a hortênsias, serviam às nossas reuniões estudantis. Chegávamos em dois ou três carros, de colegas mais ricos, Alcindo Sodré sacava o paletó, nós o imitávamos. Os cigarros eram acesos, cada um arranjava a posição que lhe parecesse mais cômoda. O professor sempre dava início à reunião com algumas anedotas (no bom tempo em que anedota se escrevia com um *c* antes da letra *d*...). Depois, vinha a aula, propriamente, às vezes com perguntas e respostas feitas entre nós mesmos. Não raro,

ficávamos mais de duas horas, num entendimento fraterno, misturando risadas e lembranças de Napoleão Bonaparte ou d. João VI, ou tomados de emoção com discursos de Cícero e Demóstenes.

Assim era Alcindo Sodré.

Bacharel em Direito, viveu o Direito no professá-lo na política. Ou como professor, a criticar conceitos de nação e Estado, não apenas nos aspectos históricos a propósito de cada povo, mas no exame das contradições dos regimes através do tempo e das raízes greco-romanas. Rui Barbosa, na *Oração aos moços*, disse que ensinou mais com exemplos que com os livros. Alcindo Sodré também o fez, a seu modo, na sua incansável luta pelo Estado de direito. Foi um professor de costumes políticos! Médico sábio e atuante, contribuiu para a nossa literatura científica com a tese sobre um aspecto da fadiga na atenção, que mereceu citação especial de Afrânio Peixoto na sua *Psicopatologia da vida forense*. Médico, tratou do corpo e do espírito dos milhares que o procuraram na intensa vida profissional. Fazendo-o, dosando saber e bondade, foi o professor.

Exatamente como o que conheci no inesquecível Liceu Fluminense, onde, às vezes, batíamos palmas a certas passagens das suas aulas, onde nos emocionávamos ouvindo histórias de Cipião, ou Júlio César, ou Péricles, ou Luís Alves de Lima... Ou chorávamos na emoção de ouvir a Retirada da Laguna ou a dos Dez Mil de Xenofonte...

Alcindo Sodré, professor de história e de boas maneiras, enamorado da vida e da beleza das coisas, de que muitas vezes nos falou, recitando poetas portugueses e brasileiros, quase sempre franceses – naquela pronúncia de invejar os mais doutos da França...

Alcindo Sodré diferente! Lembro-me dele, andando conosco – alunos enfeitados – pelas beiras do rio, depois das aulas, conversando sobre fatos históricos... Lembro-me dele, numa já tão distante tarde, de boné caído sobre um lado do rosto, cantando a *Valentine* ou *Paris, je t'aime*, imitando Maurice Chevalier que ele conheceria...

“A morte certifica a estrada”, isto está num poema meu. A morte de Alcindo Sodré certificou e continua certificando uma estrada maravilhosamente humana – a de quem, em todas as atividades (e foram muitas), soube ser professor – a mais importante que um homem pode exercer. O professor verdadeiro não morre nunca. Continua, um pouco ou muito, em cada aluno.

Alcindo Sodré continua em todos nós, que com ele aprendemos as coisas da ciência e mais ainda a ciência das coisas.

Falo dele, não como se fala de um morto, tão vivo o tenho nos olhos molhados – mas como a um presente que se ama e respeita. Pois ele aqui está, são dele os passos que rondam as velhas salas do museu. É dele o hálito de poesia que povoa esses jardins em volta. É dele essa alegria que temos em viver com graça. É dele também essa saudade que nos amargura.

Recordando-o nesta sessão solene, cada um encontra Alcindo a seu modo, a seu modo o vê. Da minha parte, só tenho vontade de dizer-lhe, como nas antigas tardes do Liceu: Obrigado, doutor Alcindo! Até amanhã, aqui ou lá em casa!

*Murilo Cabral Silva*

## O HISTORIADOR

O tema que me é proposto para exame já foi objeto de uma palestra aqui mesmo lida em 1966. É bem verdade que ali se estudou mais o homem do que a obra; mais a personalidade do autor do que a produção; o que seria muito compreensível, dada a simpatia irradiante e as qualidades humanas de Alcindo Sodr e que envolvia de início o interlocutor, ou o leitor, num halo de compreensão e de atra o, dispondo-o   aceita o das teses enunciadas.

Isto se deve, em primeiro lugar,   superioridade intelectual. Com dois cursos superiores, com uma vasta e séria cultura literária, continuamente ampliada, servida por invejável memória e produtivas viagens, Sodr e era, por si, um interlocutor espantoso. Escrevendo, suas qualidades transpareciam através de um estilo atraente e simpático. Suas contínuas leituras de bons escritores dotavam-no de uma fluência natural, que lhe permitiam escrever uma cr nica de um jato, como tive ocasião de assistir. Essas qualidades conduziram-no ao jornalismo.

Mas, com a maturidade, veio a aspira o a produ oes mais duráveis. Daí a espécie de manifesto que   *A Cidade Imperial*, surgida em 1929. Para se compreender a importância desta obra   preciso lembrar que naquela data ninguém poderia sonhar com a cria o nesta cidade de um centro de estudos da época imperial. O Palácio estava ocupado por um colégio. A antiga Casa dos Sema-n rios alugada   embaixada americana. Mas Alcindo Sodr e sonhava com a revitaliza o do culto da era de Pedro II que iria realizar-se tantos anos depois.

Disfarçada sob a forma de crônicas ligeiras há toda uma reconstitu o da cidade imperial: – a viagem como era feita em 1860, a travessia de barca ao fundo da ba ia de Guanabara, o trem de ferro até a raiz da serra, a subida, em diligência até a cidade, as principais residências, a evoca o do padre Germain, do conselheiro Jobim; a

reconstituição da vida íntima do imperador na simplicidade petropolitana, seus hábitos, seu horário, seu vestuário, suas refeições. Tudo extraído de visitantes e depoimentos autênticos.

Sob a aparência de uma narrativa ligeira há um exato e honesto relato de minúcias da vida do imperador em Petrópolis, pequenos incidentes colhidos na tradição oral e na consulta a velhos jornais que se esfarelaram com o correr do tempo. Porque a finalidade do livro é conquistar a simpatia da classe culta para a causa da restauração de um espírito respeitador da história local. E o alvo foi atingido. O futuro o comprovou.

A descrição dos bairros, quarteirões e arrabaldes é intocável. Nem mais, nem menos. Toda a narrativa é o resíduo de um “saber de experiências feito” que não pode ser substituído por nenhum tratado corográfico.

Quem pode negar a autenticidade da descrição de um casamento em casa de colonos da Mosela? França Júnior em seus folhetins, ou Melo Moraes em suas festas e tradições nada atingiram de mais singelo e mais tocante. Fica à disposição dos folcloristas o excelente material para o estudo do sincretismo etnográfico brasileiro: o São Nicolau, que se transforma em Papai Noel. Não é menos importante o quadro da sociedade veranista que frequenta o Tênis Clube, a que não falta a nota de um escândalo social.

Mas há uma nota delicada na obra caprichosa desse gaúcho petropolitanizado. Ele quis provar que a cidade não é um satélite da capital. Sendo um mimo tipográfico, é impressa aqui mesmo, pelo hábil e cuidadoso Armando Martins que se empenhou em dar ao volume um aspecto que nada fica a dever às melhores tipografias do país.

Eis, pois, um livro que vale muito mais pelo que significa do que pelo que realmente contém. É o ponto de partida de um movimento de renovação do orgulho local fundado na história. Essa orientação predominante é que vai conduzir, daí por diante, a pena do escritor. A mundanidade, a crônica social vai ceder diante dos arquivos, dos papéis velhos e dos alfarrábios. O livro estará em breve ultrapassado, mas cumpriu a sua missão.

Um episódio iria, tempos depois, servir de pretexto para um sério debate histórico. Em 1937, aproximando-se a data centenária de Petrópolis, foi ele o autor da proposta de criação de uma comissão

incumbida de fixar o momento da fundação e planejar as comemorações. Uma preliminar imediatamente se abriu. Qual o ato mais significativo da criação de Petrópolis: o ato do imperador determinando a construção de um palácio cercado de uma futura capital de verão, ou a chegada, um tanto precipitada, de uma legião de imigrantes, arribada antes da colônia planejada estar apta a recebê-los? Sem dúvida foi esta chegada que corporificou o sonho do mordomo Paulo Barbosa e do engenheiro Koeler. Mas sem ela, não se estava caminhando para a ereção da cidade imperial?

Sou testemunha do fervor com que se rebuscaram documentos, se pesquisaram velhos jornais, se colecionaram antigos textos. A tudo isto presidiu a incansável atividade de Alcindo Sodré. As primeiras discussões no recinto da antiga Câmara Municipal, antigo solar do barão de Guaraciaba, foram calmas e serenas. Mas o espírito polêmico, derivado de sentimentos que nada tinham com a ciência histórica transformou uma questão meramente técnica numa luta política. Uma Guerra de Alecrim e Mangerona inflamou certos espíritos.

Disso resultaram os sete volumes dos Trabalhos da Comissão (1938-1943). Em todos eles, sem nenhuma falha, avulta a colaboração de Alcindo Sodré. Não somente sustenta galhardamente seu ponto de vista, mas aprofunda os seus estudos. Não faltaram colaboradores trazendo argumentos de ordem histórica, jurídica e sociológica em torno do problema. Mas sobre todos pairava a atividade e a animação do autor inicial da proposta. Poucas cidades do Brasil podem orgulhar-se de trabalhos monográficos tão sérios como esses, derivados da iniciativa de Alcindo Sodré. A polêmica, nem sempre útil, ao contrário do chavão que dela faz sempre surgir a luz, foi, no seu caso, salutar. Surgiram pesquisas e documentos que, sem o calor do debate, talvez morressem e sumissem na traçaria dos arquivos.

A verdade é que o centenário de Petrópolis não se comemorou somente com discursaria e foguetório. Foi o pretexto para uma séria produção bibliográfica e documental que permanece como padrão de estudos regionais.

Foi na crista desses acontecimentos que se corporificou a criação do Museu Imperial, fruto de um hábil aproveitamento de conjuntura pelo prefeito Iêdo Fiúza, assessorado por Sodré, do apoio do governo estadual representado pelo interventor Amaral Peixoto, da

compreensão e decisão do presidente Vargas e da boa vontade do príncipe d. Pedro de Orleans e Bragança, o primogênito da Redentora.

Percorro os sete volumes dos Trabalhos da Comissão e acompanho a produção histórica do nosso autor. No 1º volume, abrindo as páginas da polêmica, uma espécie de suma das conclusões dos estudos da comissão, em termos enxutos e abundantemente documentados. Em essência, toda a argumentação que iria desdobrar-se em estudos sucessivos está ali contida. Surgiriam documentos comprobatórios, desdobramentos de afirmações, mas a articulação mestra foi exposta em vinte e poucas páginas luminosas. A bibliografia fundamental ali está enumerada. Muito pouca coisa foi preciso acrescentar.

As “Crônicas petropolitanas” que ocorrem nos vols. II a VI são modelares no gênero. Todas baseadas em fatos históricos indiscutíveis, sem mistura com ficção, mas redigidas para um público leigo.

Acrescente-se ainda sobre Petrópolis o livro: *Museu Imperial*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional – 1950, excelentemente ilustrado e que dá uma idéia exata do Museu em seu início.

Mas, uma vez criado o Museu, é através dos seus Anuários que começa a se manifestar a capacidade de Alcindo Sodré. Até o seu brusco desaparecimento, os volumes, hoje preciosos, registram a sua incansável atividade. Em pouco tempo esta publicação alçou-se a uma das principais publicações científicas de História do Brasil. Logo no volume I o estudo “D. Pedro II em Petrópolis” é o amadurecimento das idéias do livro de estréia. A “Imperatriz Amélia”, é a reconstituição de uma personalidade através das peças do Museu. No III há um rápido estudo sobre “D. Pedro II, Chefe de Estado”. Nos IV e V há estudos sobre objetos históricos. A biografia do dr. José Martins da Cruz Jobim, que foi, aliás, uma conferência proferida no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, está reproduzida no volume VI. Até o XIV, é indefectível sua preciosa colaboração.

E para demonstrar que ele não era só um especialista em Petrópolis, mas um conhecedor da história geral do Brasil que amava Pe-

trópolis, preparou para o 3.º Congresso de História Nacional, reunido em 1938, uma memória sobre “O elemento servil. A abolição”. Saiu publicado em 1942. É um dos mais interessantes e úteis. São 93 páginas de síntese magnífica. Economia, estatística, política internacional, tudo é percorrido excelentemente para examinar o caso brasileiro.

Não é possível encerrar estas palavras sem mencionar três obras que se distinguem na vasta produção de Alcindo Sodré. A primeira é o pequeno folheto sobre Jefferson, d. João VI e o pan-americanismo, em que revela, baseado em documentos inéditos, a transformação que o ambiente americano promoveu em d. João VI, a ponto de corresponder-se com o presidente americano referindo-se “aos seguros princípios liberais tanto religiosos como políticos, que ambos professamos”, e “à base da mais perfeita união e amizade que espero subsistam sem interrupção entre as nações que habitam este novo mundo”.

O segundo é a publicação das cartas de d. Pedro II à condessa de Barral, sob o título *Abrindo um cofre*, cuja introdução é um modelo de discrição. Mas este livro ele não teve o prazer de manusear. Apareceu postumamente.

Deixei para o fim a mais discutida de suas produções: *A gênese da desordem* aparecida em 1931 na editora Schmidt. Foi considerada por uns uma simples lamúria de um carcomido. Por outros, como um grito de rebeldia. Hoje, que podemos contemplá-la de longe, com o coração despido das paixões do momento, consideramo-la como uma meditação em voz alta de um sincero patriota, cujo ponto de vista era essencialmente histórico. Desde o primeiro capítulo: “Entre o Império e a República”, é a lição do passado que preocupa o autor. É um resumo da questão militar, do salvacionismo, que precede o exame da situação política.

Mas esta segunda parte não é realmente histórica. É política, e esta foi outra faceta de nosso homenageado de hoje.

Como cultor da história ele foi dos mais lúcidos, dos mais competentes e dos mais ativos trabalhadores. Não é possível conhecer a história petropolitana, a vida de d. Pedro II e os problemas do elemento servil sem compulsá-lo.

Tudo isto são elementos dispersos de uma obra que ele poderia ter feito como ninguém: uma história da cidade, uma biografia do imperador?

Quem poderá saber? O destino cortou implacavelmente uma inteligência em plena produção.

*Américo Jacobina Lacombe*

## O FUNDADOR E O PRESIDENTE DO INSTITUTO HISTÓRICO DE PETRÓPOLIS

A Instituição, que tenho a honra de presidir, está intimamente ligada à vida e às atividades de Alcindo Sodré no período que vai de 1937 a 1952. Ela aparece como prolongamento natural e consequência espontânea de seu pensamento e de seu agir.

Na época, ele era o secretário da Comissão do Centenário de Petrópolis, criada pelo Ato nº 704, de 28 de junho de 1937, pelo prefeito engenheiro Iêdo Fiúza. Origem de tal medida administrativa foi uma indicação, aprovada pela Câmara Municipal, em 28 de novembro do ano anterior, apresentada e defendida pelo então vereador dr. Alcindo de Azevedo Sodré.

Essa Comissão do Centenário de Petrópolis, nos anos de 1938 a 1942, coexistiu com o Instituto Histórico de Petrópolis, a que, logicamente, dera seqüência.

Em verdade, o Instituto, fruto dos trabalhos dessa Comissão, era ao mesmo tempo, penhor e certeza da continuidade do esforço daqueles poucos que visavam objetivos maiores e a mais longo prazo. Hoje, aí estão esses trinta e dois anos de existência do Instituto Histórico de Petrópolis, muito bem vividos no cumprimento de suas obrigações estatutárias e numa série de realizações positivas que, certamente, não traíram a fé e a esperança de seus fundadores.

Ainda que sucintamente, vejamos como teria surgido a idéia, ou antes, a convicção de que fundar-se um instituto de estudos históricos, em Petrópolis, era uma necessidade inadiável e uma condição *sine qua non* para não se perder a continuidade das pesquisas e dos trabalhos iniciados a tanto custo.

Para esse estudo, voltemos às fontes, pesquisemos nos documentos.

Da leitura atenta do Livro de Atas da Comissão do Centenário ressalta logo, com toda a clareza, que o dr. Alcindo não era apenas simples anotador dos trabalhos dessa Comissão, criada por sua iniciativa e empenho. Ele era muito mais. Era o principal interessado em que a Comissão funcionasse de fato e realizasse todos os objetivos para os quais fora criada.

Executando, ao menos, o que determinava o ato nº 704, ela devia:

- a) “propor ao governo municipal as medidas que julgasse oportunas e necessárias para o brilho das homenagens projetadas” e
- b) “coligir os dados e documentos que facilitassem a elaboração da história da cidade”.

Aqui, neste segundo objetivo se encontra a verdadeira causa eficiente do aparecimento de nosso Instituto Histórico.

Mas, observemos a atuação do dr. Alcindo. Ele não se limita a comparecer, pontualmente, às reuniões da Comissão do Centenário, aos sábados, das 14,00 às 16,00 horas, na sala da Biblioteca Municipal, nos altos do prédio da municipalidade. Procura os membros ausentes ou desinteressados e insiste para que compareçam. Ele próprio apresenta sugestões e participa dos debates, preocupando-se para que se revistam sempre do máximo de objetividade.

Na questão controvertida de qual seria a data da fundação de Petrópolis, se o 16 de março de 1843, se o 29 de junho de 1845, defende ardorosamente a primeira data. Entretanto, esforça-se para que todos tenham oportunidade de defender seus pontos de vista. Paralelamente, luta para que unidos, apesar de suas opiniões divergentes, todos trabalhem para o brilho e o êxito das comemorações centenárias da Fundação.

De fato, a Comissão não se restringiu a discussões apenas eruditas ou tão somente a estudos sérios e aprofundados. Preocupou-se também em preparar a população petropolitana para a participação consciente nas comemorações programadas. Para isto, começou logo a agir.

A 16 de janeiro de 1938, inaugurou-se com toda a solenidade a Primeira Exposição Petropolitana de Iconografia, montada no salão nobre da municipalidade.

A 16 de março seguinte, no Palácio de Cristal, realizou-se uma sessão solene em que o prefeito dr. Mário Aluísio Cardoso de Miranda “enalteceu a significação do feriado que decretara” e o sr. Alcindo Sodré “falou durante 40 minutos sobre a fundação de Petrópolis na data de 16 de março de 1843”.

A seguir, em 29 de junho, comemorou-se oficial e solenemente a data da Colonização de Petrópolis na sede da sociedade teuto-brasileira Sangerbund Eintracht, à rua 13 de Maio, ouvindo-se “duas canções clássicas em alemão, que foram muito apreciadas, sendo felicitado o maestro Somerweil”. Falou, a seguir, o sr. dr. Nereu Rangel Pestana sobre a efeméride.

Nesta altura já havia ambiência e condições psicológicas apropriadas para fazerem frutificar a idéia de se organizar um Instituto Histórico em Petrópolis.

Assim, na 22ª reunião, especial, da Comissão do Centenário, realizada em 10 de setembro de 1938, o sr. dr. Henrique Leão Teixeira Filho pôde sugerir, com êxito, “a criação do Instituto Pedro II, de estudos históricos”. A acolhida foi imediata, espontânea e entusiástica. A tal ponto que o dr. Américo Jacobina Lacombe “lembra a conveniência de ser nomeada uma comissão para escrever o projeto de estatutos do Instituto Histórico Pedro II”. Prontamente, são escolhidos Max Fleiuss, Leão Teixeira, Jacobina Lacombe, Rangel Pestana e Alcindo Sodré.

Em verdade, tudo parecia correr fácil e naturalmente.

Já na reunião seguinte, a 24 de setembro de 1938, foi “lido o projeto de estatutos do Instituto Histórico de Petrópolis, artigo por artigo, debatido, emendado, reduzido e acrescido o mesmo projeto por todos os presentes”. Aprovado, constituiu-se uma comissão para, em caráter provisório, dirigir o Instituto até sua instalação solene em 2 de dezembro de 1938. Obviamente, foi integrada por Leão Teixeira, Walter Bretz e Paulo Rudge, servindo de secretário Alcindo Sodré.

“Ficou deliberado que, em livro especial, fosse lavrada a ata de fundação do instituto que, conjuntamente com esta, será também assinada pelos presentes, devendo na mesma figurar não só os estatutos aprovados como a eleição dos novos membros fundadores e a lista de patronos aprovada pela comissão.”

Sim, senhores. Ouviram bem. É exatamente isto que está escrito nesse trecho da ata. De início, o nosso Instituto tinha uma relação de patronos, aprovados pela comissão.

Mas, prossigamos.

“Ficou resolvido também que o secretário geral dirigisse ofício a todos os membros da comissão, com cópia dos estatutos, consultando-os até 15 de outubro próximo, sobre se aceitavam fazer parte do instituto”.

A 2 de dezembro de 1938, aniversário natalício do imperador d. Pedro II, era solenemente instalado o Instituto Histórico de Petrópolis no salão nobre da municipalidade e empossada a sua primeira diretoria, eleita na mesma ocasião: presidente, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, 1º e 2º secretários, Alcindo Sodré e Antônio Machado.

“Falaram na ocasião o presidente acerca da chegada dos restos mortais dos imperadores à cidade de Petrópolis e o orador oficial, dr. Pedro Calmon, sobre a personalidade do imperador dom Pedro II”.

A partir de então, as reuniões da Comissão do Centenário foram sendo realizadas a espaços de tempo maiores. O Instituto Histórico, aos poucos, foi assumindo a responsabilidade pela parte essencialmente histórica das atividades da comissão, visto que os membros responsáveis pelo funcionamento de ambos eram, praticamente, as mesmas pessoas.

Começam a aparecer nesse meio tempo os preciosos volumes dos *Trabalhos da Comissão do Centenário de Petrópolis*, carinhosamente editados por Armando Martins nas oficinas da sua Tipografia Ipiranga, entre os anos de 1938 e 1943.

Todos podemos imaginar que soma de novas preocupações e trabalhos tudo isto significava para aquele que, na verdade, e segundo o testemunho dos que estavam ligados a esses problemas, sentia e sofria a responsabilidade de fazer funcionar tudo na forma e no tempo devidos.

Porém, havia mais.

Havia o Museu Histórico de Petrópolis. E os sonhos de um museu, que fosse a Casa do Segundo Reinado ou mesmo de todo o período imperial. E o sonho se tornou realidade. Com o inegável interesse do presidente Getúlio Vargas, o nosso gaúcho-petropolitano Alcindo Sodré conseguia inaugurar o verdadeiramente seu Museu Imperial em 16 de março de 1943.

Em conseq ncia, suas ocupa es e preocupa es se multiplicavam. Mesmo assim, apesar dessas atividades omn modas, jamais perdia a elegância, o cavalheirismo e o bom humor, que conviviam nele. N  obstante, os anos se escoavam céleres.

A 2 de dezembro de 1950, Alcindo de Azevedo Sodré era eleito presidente deste também seu Instituto Histórico de Petrópolis, que ele servira diligentemente como 1  secretário durante 12 anos.

E, a 15 de março de 1952, presidia pela última vez a sessão solene comemorativa do aniversário de funda o de Petrópolis, pois, na madrugada do dia 16, descansava de toda fadiga, entregando sua alma ao criador.

Permitam-me que, antes de concluir, recorde com certa melancolia... Era a primeira reunião do Instituto a que eu comparecia, depois que fora admitido na institui o a 29 de janeiro de 1952 por iniciativa de Alcindo Sodré, que desejava com este gesto de amizade gratuita incentivar mais um dos enamorados cultores da pesquisa histórica, relacionada com Petrópolis e com a velha província fluminense.

Por isso, por não haver correspondido ao esperado, eu me sinto constrangidamente pesaroso. Não importa que a continuada, envolvente, opressiva e atordoante luta pela vida seja a grande responsável por aniquilar nossas energias e, sobretudo, quase que eliminar o lazer necessário e a dedica o despreocupada para os trabalhos do espírito...

Entretanto, minhas senhoras e meus senhores, concluamos esse quadro, ou melhor, esta série de instantâneos, que procuraram revelar alguns aspectos importantes da vida e da personalidade de Alcindo Sodré, o gaúcho-petropolitano, que ele, de fato, era.

Sua glória são a sua vida e as suas obras.

Aí estão seus trabalhos publicados, o Instituto Histórico de Petrópolis, o Museu Imperial e, sobretudo, os últimos decênios de sua vida, inteiramente dedicados a Petrópolis. Eles são o seu testemunho. Eles afirmam que a vida e os trabalhos de Alcindo Sodrê não foram em vão. Na verdade, esse enamorado da Cidade Imperial construiu para a eternidade um monumento perene, mais duradouro que o bronze.

A quem tanto deve a historiografia petropolitana, a homenagem mais profunda e permanente deste Instituto Histórico de Petrópolis.

*Paulo Machado Costa e Silva*

## O PRIMEIRO DIRETOR DO MUSEU

Cabe-me, ao encerrar a sessão de hoje, agradecer, muito comovidamente, aos três oradores que aqui vieram comemorar conosco – os funcionários do Museu Imperial, – os 75 anos que hoje faria o nosso primeiro diretor. Mas quero especialmente agradecer as expressões com que se referiram a esse saudoso amigo, que ele o foi, em alto grau: a Murilo Cabral Silva, pelas palavras de carinho e saudade do ex-aluno, que não perde oportunidade de exaltar o velho e querido Liceu Fluminense; a Américo Jacobina Lacombe, pela elegância com que recordou e exaltou o colega historiador e, por fim, a Paulo Machado, seu companheiro de magistério, pela precisão como se referiu ao antecessor na presidência desse Instituto Histórico de Petrópolis, que ambos souberam (e Paulo Machado sabe ainda) dar o brilho e o prestígio necessários. A todos, pois, e a cada um, o comovido muito obrigado do Museu Imperial que vê em Alcindo Sodré agora, mais do que nunca,   medida que transcorre o tempo, n  apenas o seu primeiro diretor, mas o seu grande, o seu extraordinário criador. Posso mesmo dizer que sua presença foi indispensável na fundação desta casa de cultura. E chego até a afirmar que, sem Alcindo Sodré, n  teríamos este magnífico Museu Imperial.

Seu antigo auxiliar, desde os dias iniciais da organização do museu, temo faltar-me a objetividade necessária para apreciar-lhe a obra e julgar-lhe os méritos, ao falar de sua figura e de sua decisiva influência nos primeiros tempos da repartição.

Já disse, certa vez, ao assumir o cargo que exerço, que foi Alcindo Sodré, naqueles idos de 1940 – que melancolicamente evoquei como os distantes dias de minha mocidade, o meu mestre, o meu conselheiro, o meu amigo.

Para situarmos a figura de Alcindo Sodré como diretor do Museu Imperial   preciso remontar ao ano de 1937 em que o

então vereador apresentava à Câmara Municipal de Petrópolis um projeto, logo aprovado e sancionado pelo prefeito Iêdo Fiúza, criando a Comissão do Centenário da Fundação de Petrópolis. Mas o próprio Alcindo, no seu belo livro, *Museu Imperial*, revela que essa iniciativa sua tinha como que uma segunda intenção, que ele mesmo classificaria, mais tarde, como “um sonho feito realidade”. Era já – *sans en avoir l’air* – a criação do Museu Imperial, ideal que alimentava, segundo suas próprias declarações, “desde 1922”: “a esperança de ver transformado o velho Paço de Petrópolis num grande museu nacional” – são palavras suas. Fiel ao princípio que sempre pregou – de que o verdadeiro patriotismo não é o amor à terra, mas o amor à tradição, deixa ele transparecer, logo na sua obra de estréia, *A Cidade Imperial*, (e isso já foi notado no sentido discurso de seu necrológio pronunciado por Américo Lacombe) “um propósito que emana de todos os capítulos, de todos os parágrafos, e que sintetiza, enfim, no título, que é um lema: ligar definitivamente a cidade à tradição imperial; enquadrar a paisagem da cidade no culto do regímen que deu tão gloriosos frutos ao país”. Por isso aquele objetivo oculto na proposta da Comissão do Centenário em 1937, da qual foi ele o cérebro, o coração, a alma, enfim.

Por iniciativa dessa comissão (eu diria melhor – por iniciativa de Alcindo Sodré) foi organizada a Primeira Exposição de Iconografia Petropolitana, inaugurada em janeiro de 1938, no salão da Câmara Municipal, desocupado pelo Golpe de Estado de 10 de novembro do ano anterior. O sucesso alcançado por essa mostra conseguiu despertar o interesse das autoridades, da imprensa e do público em geral pelos assuntos históricos; e, como conseqüência, criada a Prefeitura, no então abandonado Palácio que tinha sido de Cristal, o Museu Histórico de Petrópolis, festivamente inaugurado a 13 de maio de 1938.

Por iniciativa de Alcindo, já nomeado seu diretor, foi logo procedido o tombamento do Palácio Imperial, que então servia de sede ao Colégio S. Vicente de Paulo. Enquanto isso, no recinto do Palácio de Cristal, ia o novo Museu expondo as peças que o interesse dos petropolitanos lhe ia oferecendo.

É o próprio Alcindo quem depõe: “Em janeiro de 1939, o presidente Vargas, nos seus habituais passeios a pé pela cidade, é atraído pela tabuleta Museu Histórico de Petrópolis, e entra pela primeira vez no pequenino Museu. Recebido pelo diretor, observa com

curiosidade a existente documentação fotográfica sobre Petrópolis, e abordado sobre a conveniência e a significação de ser aproveitado o antigo Palácio Imperial e nele posto um grande museu, não demonstra desinteresse pela idéia.

“E a compra do Palácio toma corpo com a assinatura do decreto nº 684, de 3 de fevereiro de 1939, no qual o interventor federal no Estado do Rio de Janeiro decretava em seu art., 1º: Fica autorizada a aquisição do imóvel denominado Parque Imperial, sito à rua 7 de Setembro, na cidade de Petrópolis, com a superfície aproximada de 22.260m<sup>2</sup>.”

Preferi citar o texto de Alcindo Sodré, pois melhor que ninguém poderia ele falar sobre esses acontecimentos.

Criado o Museu Imperial pelo decreto-lei nº 2.096, de 29 de março de 1940, e logo nomeado seu diretor, passou Sodré a compor com cuidado paternal a sua equipe – que, reformada e modificada com o correr dos anos, mas conservando e transmitindo aos sucessores aquele espírito que lhe inculcou seu criador – deu lugar a que eu a qualificasse, ao assumir o cargo de diretor – como a melhor equipe do mundo.

Mas a ação do grande diretor não se resumiu na reconstituição do ambiente em que vivera o imperador ou na organização das salas alusivas a pessoas e coisas da Monarquia. Percebeu que o simples palácio restaurado, por melhor que o fosse, seria um corpo frio e sem vida. Para animá-lo criou uma biblioteca especializada, freqüentada e elogiada por escritores nacionais e estrangeiros – e um arquivo, a que a nunca assaz louvada doação do príncipe d. Pedro transformou num dos mais importantes do país.

E a grande oficina de pesquisa que ele criou veio a ter, no mesmo ano da sua fundação, um órgão de divulgação à altura de suas riquezas, de seus livros, de seus papéis e que se tornou uma das mais respeitadas revistas históricas do Brasil. E nos onze números que publicou do Anuário do Museu Imperial durante os doze anos em que se manteve à frente da repartição, nunca deixou de enriquecer-lhes as páginas com sua culta e elegante colaboração.

Senhor de sólida cultura, servida por prodigiosa memória, sabia dizer e ler com inegável encanto, tornando-se o centro de numeroso grupo de intelectuais e historiadores que se reunia em torno da mesa de leitura da biblioteca – ou, mais precisamente, em torno de Alcindo

do Sodré – grupo a que Afrânio Peixoto chamou de *Clube do Lero-Lero*. Esse grupo de estudiosos era alguma coisa como o que fez Rodolfo Garcia quando diretor da Biblioteca Nacional.

Ninguém melhor que Pedro Calmon descreveu essas reuniões: “No verão, quando tanta gente se refugia na serra, o Museu era um ponto obrigatório de reunião e Afrânio Peixoto dirigia os debates com a sua verve inesgotável. Funcionava ali, intermitente, uma fábrica de boas frases, de sabedoria amável, de crítica histórica, de jovial noticiário, cujo centro era, compreensivelmente, o passado brasileiro, com o seu pitoresco e o seu mistério. Dispersos, com o fim da estação os sócios espontâneos do grêmio indiscreto, lá ficava, debruçado sobre os seus papéis, o dono da casa, interminavelmente ocupado na organização, na arrumação, no estudo do tesouro de reminiscências e relíquias a que dera uma ordem perfeita no solar do imperador.”

Creio, minhas senhoras e meus senhores, que no curto espaço de tempo que impus a esta homenagem não poderia dizer mais sobre a grande figura do primeiro diretor do Museu Imperial – o meu diretor, afinal.

Mas o que o meu coração quis dizer e minhas palavras não souberam traduzir, aqui fica como um testemunho de saudade, apreço e afeição do antigo auxiliar.

Está encerrada a sessão.

*Lourenço Luís Lacombe*



# NOTICIÁRIO

1960 – 1970

## 1. AQUISIÇÕES

- 1.1 Doações
- 1.2 Permutas
- 1.3 Compras

## 2. ATIVIDADES CULTURAIS

- 2.1 Promoções
- 2.2 Participação em atividades promovidas por outras entidades
- 2.3 Cessão do Auditório
- 2.4 Publicações
- 2.5 Pesquisas no Arquivo Histórico

## 3. ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

## 4. VISITAÇÃO

## 1. AQUISIÇÕES

### 1.1 Doações

#### 1.1.1 ARMARIA

*Canhão de aviso.* Sistema Vallière. Século XIX. Doação de José Sebastião Larica Belo.

*Pistola de pederneira,* com a sigla P II. Doação de José Sebastião Larica Belo.

*Pistola de percussão,* de dois canos. Doação de Francisco Marques dos Santos.

#### 1.1.2 ARTESANATO

*Colcha.* Cetim branco de seda natural com bordado e franjas. Pertenceu à marquesa de Santos. Doação da família Pais Leme Zamith.

*Reposteiro.* Damasco de seda verde e amarelo com as Armas do Império do Brasil, bordadas. Doação da Sociedade de Estudos Brasileiros D. Pedro II.

*Toalha.* Granité com franjas e bordados a fio de seda. Doação de Branca de Melo Franco Alves.

#### 1.1.3 CERÂMICA

*Cremeiras.* (2). Porcelana francesa. Pertenceu a Antônio Clemente Pinto, 1º conde de São Clemente. Legado de Edmundo da Luz Pinto.

*Fruteira.* Porcelana francesa. Pertenceu a José Pereira Viana, 2º barão da Soledade. Doação de Ruth Lans.

*Fruteira.* Porcelana francesa. Pertenceu a Francisco Inácio Carvalho Moreira, barão do Penedo. Doação de Zeuxis Soares dos Santos.

*Prato.* Porcelana sem marca. Pertenceu ao conde d'Aquila. Doação de João Hermes Pereira de Araújo.

*Pratos.* (27). Serviços de d. João VI, d. Pedro I, d. Pedro II, príncipe de Joinville, condes d'Eu, Corpo Policial da Província do Rio de Janeiro e Câmara Municipal da Corte. Legado de Edmundo da Luz Pinto.

*Travessa.* Faiança inglesa de Wedgwood. Serviço de d. João VI. Doação Max Heinrich Mutzenbecker.

*Travessas.* (2). Companhia das Índias. Serviços de d. João VI. Legado de Edmundo da Luz Pinto.

*Xícaras.* (14). Serviços da família imperial e comemorativas da Independência do Brasil, da Guerra do Paraguai e da Exposição Universal, em 1889. Legado de Edmundo da Luz Pinto.

#### 1.1.4 DIVERSOS

*Arqueta* (guarda-jóias). Madeira com marchetaria e pedras semipreciosas. Pertenceu a Maria Fernandes Chaves, 1<sup>a</sup> baronesa de São Clemente. Doação de Maria da Glória de Azevedo Couto, em nome de seu filho Miguel Couto Neto.

*Chave.* Prata dourada. Oferecida a d. Pedro II pela cidade de Porto Alegre por ocasião da sua viagem ao sul, em junho de 1845. Doação da família Fernando Magalhães.

*Estojo para jóias.* Madeira e tartaruga. Pertenceu a Maria Luísa Pinto Guimarães, baronesa de Santarém. Doação de Mário Pinto do Amaral.

*Ferro de engomar.* Latão. Pertenceu a colono de Petrópolis. Doação de Francisco Marques dos Santos.

*Freios* (2). Ferro. Doação de Francisco Marques dos Santos.

*Instrumentos cirúrgicos* (pontas de fogo). Ferro. Pertenceram a colono de Petrópolis. Doação de Francisco Mayworm.

*Jogo de penteadeira.* Marfim. Pertenceu a Francisco Inácio Carvalho Moreira, barão do Penedo. Doação da família Inglês de Sousa.

*Relógio.* Bronze dourado, latão e cristal. Fabricação francesa. Construção de Charles Oudin. Legado de Edmundo da Luz Pinto.

*Sistema de pesos.* Bronze. Doação de Teodora e Alexandre de Siqueira.

### 1.1.5 DOCUMENTOS

*Capanema,* barão de. Cartas autógrafas (109), doação de Iseu de Almeida e Silva.

*Cruz,* Osvaldo. Carta autógrafa (1) e rascunhos (2). Doação de Lizeta Osvaldo Cruz Vidal,

*Gomes,* Carlos – e Francisco Braga, Cartas autógrafas (2). Doação de Artur de Castro Borges.

*Gomes,* Carlos. Cartas autógrafas (3). Doação de Roberto d'Escragnolle.

*Itaboraí,* visconde de – e outros. Cartas (53) do visconde de Itaboraí, do visconde do Uruguai e outros. Doação de Augusto da Silva Teles.

*Loos,* João. Documentos (10) relativos a família do colono João Loos, de Petrópolis. Doação de frei Estanilau Schætte, O.F.M.

*Pereira,* José Clemente – e outros. Cartas, títulos, inventários etc. (42) Pertenceram a José Clemente Pereira, condessa da Piedade e a Marques de Sá. Doação de suas herdeiras, Marieta Soutelo Marques de Sá e Maria Alcina Marques de Sá Miranda.

*Petrópolis e Paraíba do Sul* (RJ). Manuscritos e códices (71) relativos a Petrópolis e Paraíba do Sul. Doação de Pedro Gomes da Silva.

*Salgado Zenha*, barão de. Documentos (24) diversos que pertenceram ao barão de Salgado Zenha. Doação de Francisco de Alamo Lousada e senhora.

*Silva Costa*, conselheiro. Cartas (44) trocadas por diversos titulares e personalidades do Segundo Reinado com o conselheiro Silva Costa, procurador da Família Imperial. Doação de Iseu de Almeida e Silva.

#### 1.1.6 ESCULTURAS

*Carlos Gomes*. Busto. Gesso. Autoria de Giovanni Strazza, 1871. Doação de Guimarães Martins.

*D. Pedro I*. Busto. Gesso estanhado. Autoria desconhecida. Doação da Sociedade de Estudos Brasileiros D. Pedro II.

*D. Pedro II*. Busto. Terracota. Autoria de E. Guillaume, 1890. Doação da Sociedade de Estudos Brasileiros D. Pedro II.

*D. Pedro II*. Busto. Mármore. Autoria de Fernando Frederico Augusto Pettrich, 1848. Doação da Sociedade de Estudos Brasileiros D. Pedro II.

*D. Amélia de Leuchtenberg*. Busto. Gesso estanhado. Autoria desconhecida. Doação da Sociedade de Estudos Brasileiros D. Pedro II.

*D. Teresa Cristina*. Busto. Mármore. Autoria de Rodolfo Bernardelli. Doação da Sociedade de Estudos Brasileiros D. Pedro II.

*D. Teresa Cristina*. Busto. Mármore. Autoria de Fernando Frederico Pettrich, 1848. Doação da Sociedade de Estudos Brasileiros D. Pedro II.

*Joaquim Manuel Monteiro*, 1º conde da Estrela. Busto. Gesso. Autoria de Camilo Formilli, 1861. Doação de Maria Luísa e Antonieta de Maia Monteiro, Maria Elisa de Maia Monteiro Borges da Fonseca e Roberto de Maia Monteiro.

*Joaquim Marques Lisboa*, marquês de Tamandaré. Bronze. Autoria de H. Leão Veloso. Miniatura do monumento da Praia de Botafogo. Doação de Washington Perry de Almeida.

*Luís Sebastião Fabregas Surigué*. Busto. Mármore. Autoria desconhecida. Doação de Milton Surigué de Uzêda.

### 1.1.7 ICONOGRAFIA

*Alfredo Maria Adriano d'Escragnoille Taunay*, visconde de Taunay. Óleo. Autoria de Luís Augusto Moreaux, 1877. Doação da família Taunay.

*Ana Joaquina de Sá*, baronesa de Ribeiro de Sá. Óleo. Autoria de James Stewart. Doação de Antônio Ribeiro de Sá.

*Antoine Louis Le Feure de Caumartin*, marquês de Santo Anjo (França). Miniatura sobre marfim. Legado de Edmundo da Luz Pinto.

*Cena de interior de uma igreja*. Óleo. Autoria de Augusto Rodrigues Duarte. Doação de Francisco Marques dos Santos.

*Condes d'Eu e filhos*. Fotografia. Autoria de Alberto Henschel & Cia. Doação de Francisca Osório Mascarenhas.

*Desterro – Santa Catarina*. Óleo. Autoria de J. Brüggemann. Legado de Edmundo da Luz Pinto.

*Domingos Custódio Guimarães*, visconde do Rio Preto. Miniatura sobre marfim. Doação de Branca de Melo Franco Alves.

*D. João VI*. Miniatura sobre marfim. Legado de Edmundo da Luz Pinto.

*D. Pedro I*. Miniatura sobre marfim. Autoria de P. A. J. Santos, 1826. Legado de Edmundo da Luz Pinto.

*D. Pedro I.* Óleo. Autoria de Henrique José da Silva, 1824. Doação da Sociedade de Estudos Brasileiros D. Pedro II.

*D. Pedro II.* Óleo. Autoria de Eduardo Vienot, 1868. Doação da Sociedade de Estudos Brasileiros D. Pedro II.

*D. Pedro II.* Guache e aquarela. Autoria desconhecida. Legado de Valdemar Matos Ferreira.

*D. Pedro II.* Óleo. Autoria de J. Rovello. Doação da Sociedade de Estudos Brasileiros D. Pedro II.

*D. Pedro II.* Óleo. Autoria de Pedro Américo de Figueiredo e Melo. Legado de Edmundo da Luz Pinto.

*D. Pedro II, D. Teresa Cristina e as Princesas Isabel e Leopoldina.* Óleo. Autoria de Luís Augusto Moreaux. Doação da Sociedade de Estudos Brasileiros D. Pedro II.

*D. Sebastião.* Miniatura sobre marfim. Legado de Edmundo da Luz Pinto.

*D. Teresa Cristina.* Óleo. Autoria de J. Houssay. Doação da Sociedade de Estudos Brasileiros D. Pedro II.

*Duque de Bragança.* Óleo. Autoria desconhecida. Doação da Sociedade de Estudos Brasileiros D. Pedro II.

*Entrada do Rio de Janeiro.* Óleo. Autoria de Pedro Godofredo Bertichen. Legado de Edmundo da Luz Pinto.

*Eulalie Hypolite Laurence Villan de Frontin.* Óleo. Autoria desconhecida. Doação de Maria Elisa de Frontin Werneck e Maria da Glória de Frontin Moniz Freire.

*Família Imperial.* Fotografia. Autoria de Hees & Irmãos. Doação da Sociedade de Estudos Brasileiros D. Pedro II.

*Francisca Gomes da Costa*, baronesa de Sobral. Óleo. Autoria de Frederico Alberto Trebbi, 1909. Doação de Alice Maciel Barros.

*Jean Gustave de Frontin*. Óleo. Autoria desconhecida. Doação de Maria Elisa de Frontin Werneck e Maria da Glória de Frontin Moniz Freire.

*Joaquim Cândido Guillobel e sua esposa*. Crayons. Autoria desconhecida. Doação de Renato Guilhobel.

*José Egídio Álvares de Almeida*, marquês de Santo Amaro. Miniatura sobre marfim. Legado de Edmundo da Luz Pinto.

*José Teles da Silva*. Óleo. Autoria de Augusto Petit. Doação de Senhorinha Judite da Silva e família Furtado.

*Manuel Luís Osório*, marquês do Erval. Óleo. Autoria de Francisco Aurélio de Figueiredo e Meio. Doação de Francisca Osório Mascarenhas.

*Maria Romana Bernardes da Rocha*, marquesa de Itamarati. Óleo. Autoria de Francisco Cláudio Compte-Caix. Doação de José Carlos da Silva Rocha.

*Miguel Ribeiro de Sá*, barão de Ribeiro de Sá. Óleo. Autoria de James Stewart. Doação de Antônio Ribeiro de Sá.

*Motivos brasileiros*. Aquarelas. Autoria de Carolina F. Leveson Gower, esposa do secretário da Legação Britânica no Rio de Janeiro (1881-1883). Doação de Vitória Leveson Gower.

*Oswaldo Cruz*. Óleo. Autoria de Guttman Bicho. Doação de Fócion Serpa.

*Pedro de Araújo Lima*, marquês de Olinda, Bernardo Vasconcelos, Eusébio de Queirós e outros. Litografias (7). Autoria de vários litógrafos, como Sisson, Maurin e A. de Pinho. Doação de Maurício Nabuco.

*Princesa Isabel*. Óleo. Autoria de Eduardo Vienot, 1868. Doação da Sociedade de Estudos Brasileiros D. Pedro II.

*Princesa Isabel*. Fotografia. Autoria de Pierre Petit (Paris). Doação de Paulo Berger.

#### 1.1.8 INDUMENTÁRIA

*Casaca e calça*. Casimira preta. Pertenceu ao conselheiro Paulo Barbosa. Doação de Américo Jacobina Lacombe.

*Fardas* (3). 1º 2º e 3º uniformes. Pertenceu ao conselheiro Francisco Antunes Maciel. Doação de Dora Antunes Maciel Moreira Brandão e Francisco Antunes Maciel.

*Leque*. Madrepérola e renda. Pertenceu a Maria Fernandes Chaves, 1ª baronesa de São Clemente. Doação de Maria da Glória de Azevedo Couto, em nome de seu filho, Miguel Couto Neto.

\_\_\_\_\_. Madrepérola, marfim e renda. Pertenceu a Francisca de Paula Martins de Toledo, viscondessa de Ouro Preto. Doação de Isabel Celso Parreiras Horta Meira.

\_\_\_\_\_. Madrepérola e cetim. Pertenceu a Elvira Castro. Doação de Afonso Teixeira de Castro.

\_\_\_\_\_. Tartaruga, madeira e renda. Doação de Beralda de Azevedo e Maria José de Azevedo.

\_\_\_\_\_. Madeira e organdi. Doação de Ema Lardy Alves Meira.

\_\_\_\_\_. Madrepérola, folha de lhama com aplicações de seda e lantejoulas douradas e prateadas. Doação de Helena Teixeira Ribeiro.

\_\_\_\_\_. Marfim e plumas de avestruz. Doação de Ilza Guimarães Oliveira.

\_\_\_\_\_. Tartaruga e plumas. Pertenceu a Maria Amélia d'Escragnolle. Doação de Roberto d'Escragnolle.

\_\_\_\_\_. Tartaruga e renda. Doação de João Paulo Pimentel Brandão.

*Leques* (3). Tartaruga, madrepérola e renda. Doação de Amélia Leandro Martins.

\_\_\_\_\_. Tartaruga e plumas de avestruz. Pertenceram a Manuela Osório Mascarenhas, filha do marquês do Erval. Doação de Francisca Osório Mascarenhas.

### 1.1.9 INSÍGNIAS

*Faixa maçônica do grau 33*. Cetim com bordados e franjas de ouro e prata, lantejoulas e pedraria. Pertenceu a Manuel Salgado Zenha, barão de Salgado Zenha. Doação de Francisco d'Alamo Lousada e senhora.

*Placa de Grã-Cruz da Ordem de N. S. da Conceição de Vila Viçosa*. Ouro, prata e brilhantes. Pertenceu a Manuel Salgado Zenha, barão de Salgado Zenha. Doação de Francisco d'Alamo Lousada e senhora.

*Placa maçônica do Grau 33*. Ouro, prata dourada, ágata, esmalte e minas-novas. Pertenceu a Manuel Salgado Zenha, barão de Salgado Zenha. Doação de Francisco d'Alamo Lousada e senhora.

### 1.1.10 INSTRUMENTOS DE MÚSICA

*Piano-armário*. Jacarandá. Pertenceu a colono de Petrópolis. Doação de Ieda Fontes.

*Violino*. Fabricação francesa de C. Nicolas Augustin. Pertenceu a André Tannein. Doação de Elisabete Tannein.

### 1.1.11 LUMINÁRIAS

*Castiçais*. Cobre. Par. Manufatura inglesa. Doação de Alfredo Fritz Siqueira.

### 1.1.12 MOBILIÁRIO

*Canapé*. Jacarandá. Século XIX. Doação de Francisca Osório Mascarenhas.

*Escrivaninha e cadeira*. Tuiá, placas de porcelana e aplicações de bronze dourado. Manufatura francesa. Pertenceu a Maria Fernandes Chaves, 1ª baronesa de São Clemente. Doação de Clotilde São Clemente de Azevedo.

*Mesa*. Mogno. Caixa transformada em vitrina. Doação de Teodora e Alexandre de Siqueira.

*Mesa de centro*. Mogno com aplicações de bronze dourado e tampo de mármore cinza. Estilo Império. Doação de Teodora e Alexandre de Siqueira.

\_\_\_\_\_. Madeira e tampo de mármore com a inscrição: “S.A.I. / A Seren.<sup>ma</sup> Princesa / D. ISABEL.” Pertenceu à princesa Isabel. Doação da Sociedade de Estudos Brasileiros D. Pedro II.

### 1.1.13 NUMISMÁTICA

Medalha. Prata. Comemorativa da Fundação da Casa de Educação da Bahia, 1811. Doação de Maria Isabel de Almeida e Silva.

\_\_\_\_\_. Prata. Comemorativa da 1ª Exposição Hortícola de Petrópolis, 1875. Doação de Félix Ferreira dos Santos.

\_\_\_\_\_. Prata. Premial do Colégio Freese, de Nova Friburgo. Doação de Maria Isabel de Almeida e Silva.

### 1.1.14 OURIVESARIA

*Anel*. Ouro, safira e brilhantes. Oferecido em 14 de julho de 1844, pelo rei Luís Filipe de França a Francisco Xavier Sigaud, médico de d. Pedro II. Doação da família Sigaud.

*Anel episcopal.* Ouro e crisólitas. Legado de Edmundo da Luz Pinto.

*Bracelete.* Ouro. Peça usada por escravas baianas. Doação de L. La Saigne.

*Broches* (3). Ouro. Com miniaturas sobre marfim. Legado de Edmundo da Luz Pinto.

*Cigarreira.* Prata. Contraste provavelmente inglês. Legado de Edmundo da Luz Pinto.

*Coroa de d. João VI* (réplica). Prata dourada. Doação de Afonso Pinto Magalhães.

*Corrente para relógio.* Ouro. Legado de Edmundo da Luz Pinto.

*Escrivaninha.* Prata. Século XIX. Doação de Francisca Osório Mascarenhas.

*Gomil e bacia.* Prata. Século XIX. Doação de Isabel Soares de Sampaio.

*Tabaqueira.* Ouro. Manufatura mineira. Doação de Alexandre de Siqueira.

*Tabaqueiras* (4). Ouro cinzelado e gravado. Duas com a efígie de d. Pedro II, jovem, outra representando d. Pedro I coroando d. Pedro II e d. Maria da Glória, e outra que pertenceu a Antônio da Rocha Pita Argolo, conde de Passé. Legado de Edmundo da Luz Pinto.

\_\_\_\_\_ (6). Prata cinzelada e gravada. Legado de Edmundo da Luz Pinto.

\_\_\_\_\_ (7). Ouro e tartaruga. Com miniaturas sobre marfim. Retratos de d. João VI, d. Pedro I, d. Maria II, d. Miguel e personagens desconhecidos.

#### 1.1.15 VIATURAS

*Bangüê* de uso no século XIX até princípios do século XX. Doação de Alberto Soares de Sampaio.

*Carroça*. Último exemplar que serviu à entrega de pão a domicílio em Petrópolis. Doação da firma Recarey Andrade & Cia. Ltda.

#### 1.1.16 VIDRO

*Açucareiro*. Cristal de Vista Alegre, com a efígie do duque de Bragança, incrustada. Legado de Edmundo da Luz Pinto.

*Compoteira*. Cristal de Bacará. Serviço da Família Imperial. Legado de Edmundo da Luz Pinto.

*Compoteiras* (3). Cristal de Bacará. Serviço da Família Imperial. Legado de Raimundo Ottoni de Castro Maia.

*Copo*. Vidro verde com decalcomania, retrato da Família Imperial. Doação de Carlos Pinto Tavares.

\_\_\_\_\_. Cristal de Vista Alegre, com a efígie de d. Pedro II, incrustada. Legado de Edmundo da Luz Pinto.

*Copos* (11). Cristal da Boêmia. Gravados pelos Irmãos Guilherme e Henrique Sieber, em Petrópolis. Legado de Edmundo da Luz Pinto.

\_\_\_\_\_ (40). Cristal de Bacará. Serviço da Família Imperial. Legado de Raimundo Ottoni de Castro Maia.

*Fruteira*. Cristal de Bacará. Serviço da Família Imperial. Doação de Maria das Dores Gusmão.

\_\_\_\_\_. Cristal de Bacará. Serviço da Família Imperial. Legado de Edmundo da Luz Pinto.

*Fruteiras* (5). Cristal de Bacará. Serviço da Família Imperial. Legado de Raimundo Ottoni de Castro Maia.

*Garrafas* (3). Cristal de Bacará. Serviço da Família Imperial. Legado de Edmundo da Luz Pinto.

\_\_\_\_\_ (8). Cristal de Bacará. Serviço da Família Imperial. Legado de Raimundo Ottoni de Castro Maia.

*Lavabo* (jarro e bacia) e frasco de perfume. Vidro gravado. Pertenceu a Domingos Custódio Guimarães, visconde do Rio Preto. Doação de Branca de Melo Franco Alves.

*Lavandas* (2). Cristal de Bacará. Serviço da Família Imperial. Legado de Edmundo da Luz Pinto.

*Queijeiras* (2). Cristal de Bacará. Serviço da Família Imperial. Legado de Raimundo Ottoni de Castro Maia.

*Taças*. (4). Cristal de Bacará. Serviço da Família Imperial. Legado de Edmundo da Luz Pinto.

\_\_\_\_\_ (2). Cristal de Bacará. Serviço da Família Imperial. Legado de Raimundo Ottoni de Castro Maia.

## 1.2 Permutas

### 1.2.1 DOCUMENTOS

*Méjan*, conde de. Documentos da coleção particular de Pierre Etienne Méjan, conde de Méjan, secretário e conselheiro do príncipe Eugênio de Beauharnais, duque de Leuchtenberg.

### 1.2.2 INDUMENTÁRIA

*Casacas* (2). Casimira azul escuro com bordados a fio de ouro. Do uniforme de pequena gala e do 2.<sup>o</sup> uniforme da farda imperial de marinha. Pertenceram a d. Pedro II.

### 1.2.3 ICONOGRAFIA

*Vista de Petrópolis*. Óleo. Autoria de Ernesto Papf. 1888.

### 1.3 Compras

#### 1.3.1 ARTESANATO

*Broche*, estatueta e moldura. Madeira. Trabalhos de Carlos Spangenberg.

*Luvax*. Par. Tricô de linha branca com bordados de miçangas coloridas. Monograma A M R e a data 1838.

#### 1.3.2 CERÂMICA

*Prato*. Porcelana francesa. Serviço do casamento de d. Pedro I com d. Amélia.

#### 1.3.3 DIVERSOS

*Óculo de alcance*. Mogno com acessórios de latão e um sistema de 4 lentes, de seção longitudinal cônica. Marca de fabricante – Dolland/Londres, e sigla P I.

#### 1.3.4 DOCUMENTOS

*Avilês*, Jorge. Códice. Cartas autógrafas de diversas autoridades civis e militares da época da Regência do príncipe d. Pedro (1821/1822), dirigidas em sua quase totalidade ao gen. Jorge Avilês.

*Santo Ângelo*, baronesa de. Álbum contendo desenhos, aquarelas, cartas e músicas. Pertenceu à baronesa de Santo Ângelo.

#### 1.3.5 ESCULTURA

*Teresa Cristina*. Busto. Bronze. Autoria de Rodolfo Bernardelli.

#### 1.3.6 ICONOGRAFIA

*Aspecto do Rio de Janeiro*. Óleo. Autoria de Benno Traidler.  
*Joaquim Manuel Monteiro*, 1.º conde da Estrela. Óleo. Autoria desconhecida.

*Luísa Amália Monteiro*, condessa da Estrela. Óleo. Autoria desconhecida.

*Natureza morta*. Óleo. Autoria de Estêvão Silva, 1888.

### 1.3.7 INSÍGNIAS

*Emblemas da Maçonaria brasileira*. Prata, latão, minas-novas e esmalte.

*Ordem da Águia Vermelha*, da Prússia. Ouro e esmalte.

*Ordem do Busto do Libertador*, da Venezuela. Prata e esmalte.

*Ordem da Coroa de Carvalho de Luxemburgo*. Ouro e esmalte.

*Ordem da Estrela Polar*, da Suécia. Prata.

*Ordem Imperial do Medjidié*, da Turquia. Prata e ouro.

*Ordem de Isabel a Católica*. Ouro e esmalte.

*Ordem do Leão Neerlandês*, dos Países Baixos. Ouro, prata e esmalte.

*Ordem de Leopoldo da Bélgica*. Ouro e esmalte.

*Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa*. Ouro, prata dourada e esmalte.

*Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo*, de Portugal. Prata dourada e esmalte.

*Ordem Real Americana de Isabel a Católica*, de Espanha. Ouro e esmalte.

*Ordem da Rosa*. Prata dourada e esmalte.

*Ordem de Sant'Ana*, da Rússia. Ouro e esmalte.

*Ordem de Santo Olavo*, da Noruega. Ouro e esmalte.

*Ordem de São Maurício e São Lázaro*, da Itália. Ouro e esmalte.

*Ordem do Sol e do Leão*, da Pérsia. Prata e esmalte.

### 1.3.8 INSTRUMENTO DE MÚSICA

*Flauta e estojo*. Ébano, jacarandá, pau-rosa, marfim e madreperola. Trabalho de marchetaria de fins do século XVIII.

### 1.3.9 NUMISMÁTICA

*Medalhas* (67). Prata, cobre, jenipapo. Alusivas a entidades filantrópicas, às Exposições Hortícolas realizadas em Petrópolis, às Exposições Mineiras, etc.

*Moedas* (105). Prata. Do Brasil Império, 2.<sup>o</sup> e 3.<sup>o</sup> sistema monetário.

### 1.3.10 OURIVESARIA

*Adereço* (broche e brincos). Ouro e ametistas.

*Âmbula*. Prata. século XVIII.

*Cálice* para cerimônias litúrgicas. Prata.

*Fivelas*. Par. Prata, minas-novas e topázios. Fins do século XVIII.

*Lâmpada*. Prata. Estilo neoclássico.

*Lanternas de procissão e uma cruz alçada*. Par. Prata. Época de d. Maria I.

*Tabaqueiras* (2). Ouro. Manufatura mineira.

### 1.3.11 TAPEÇARIA

*Tapete*. Fabricação de Aubusson. Século XIX.

### 1.3.12 VIDRO

*Licoreiro* e cálice. Cristal de Bacará. Pertenceu a d. Pedro I.

## 2. ATIVIDADES CULTURAIS

### 2.1 PROMOÇÕES

#### **1960**

Solenidade comemorativa do 20º aniversário da criação do Museu Imperial junto ao monumento de seu fundador, dr. Alcindo Sodré.

Conferência do prof. Pedro Calmon: *Em torno do 20º Aniversário da Funda o do Museu Imperial.*

Conferências do prof. Mário Barata: *O estilo neoclássico e aspectos inéditos da obra de Le Breton, e Le Breton, a missão francesa de 1810 e o Neoclassicismo do Palácio Imperial de Petrópolis.*

Exposi es comemorativas do 20º aniversário da funda o do Museu Imperial: Retrospectiva acerca do XX aniversário do Museu Imperial e missão artística francesa de 1816.

#### **1961**

Exposi o comemorativa do centenário da inaugura o da Estrada União e Indústria.

Exposi o comemorativa da chegada dos colonos alemães a Petrópolis: *A vida e a obra do major Koeler.*

Exposi o comemorativa da eleva o de Petrópolis   categoria de cidade: *O livro alemão em Petrópolis.*

#### **1963**

Exposi o do sabre de honra do marqu s do Erval. Oferecido ao general Osório por seus comandados, na Campanha do Paraguai. Gentileza da sra. Francisca Osório Mascarenhas.

Exposi o comemorativa: *Segundo centenário do nascimento do patriarca da Independ ncia.*

Conferência do almirante Rubens Viana Neiva: *A náutica dos descobrimentos*.

Conferência do prof. Mário Barata: *Aspectos curiosos dos Correios na época colonial e na imperial*.

### **1964**

Curso de guias e intérpretes, promovido com a colaboração da Prefeitura Municipal de Petrópolis.

Exposição comemorativa da chegada dos colonos alemães a Petrópolis, com apresentação de documentos originais da região do Hunsrück (Alemanha). Em colaboração com o Instituto Histórico de Petrópolis.

Exposição comemorativa do centenário do casamento dos condes d'Eu, em colaboração com o Instituto Histórico de Petrópolis.

Mostra de livros e estampas que pertenceram a d. Pedro II.

### **1967**

Exposição comemorativa do 2º centenário do nascimento do rei d. João VI.

Exposição comemorativa do aniversário natalício de d. Pedro II.

Conferência do prof. Américo Jacobina Lacombe: *Cronistas do Brasil Reino*, em colaboração com o Instituto Histórico de Petrópolis.

### **1968**

Assinatura de convênio com a Universidade Católica de Petrópolis, para realização de um curso de elementos de técnica de pesquisa de História.

Oito aulas práticas, na Divisão de Documentação Histórica, para os alunos do 1º ciclo do Liceu Municipal Cordolino Ambrósio, a pedido da professora de História do Brasil.

Exposição de fotografias, comemorativa do 25º aniversário da inauguração do Museu Imperial.

Exposição comemorativa do 80.º aniversário da assinatura da Lei Áurea. Objetos e documentos do Museu Imperial e outros cedidos pelos príncipes d. Pedro Gastão e d. João de Orléans e Bragança.

Sessão comemorativa da fundação de Petrópolis e do Jubileu de Prata da inauguração do Museu Imperial. Cerimônia presidida pelo dr. Favorino Mércio, chefe de gabinete e representante do exmo. sr. ministro de Estado da Educação e Cultura.

## **1969**

Segundo Curso de Elementos de Técnica de Pesquisa de História, em convênio com a Universidade Católica de Petrópolis.

Assinatura de convênio com a Universidade Católica, o Instituto Histórico de Petrópolis e a Prefeitura Municipal de Petrópolis, para a fundação de um Centro de Pesquisa para a realização de estudos históricos da região fluminense.

## **1970**

V Congresso Nacional de Museus. Organizado pelo Museu Imperial ao ensejo do seu 30.º aniversário, e sob o patrocínio da Associação Brasileira de Museologistas, realizou-se em Petrópolis, de 5 a 10 de julho de 1970. O encontro, que foi presidido pelo prof. Lourenço Luís Lacombe, diretor do Museu Imperial, além da presença do representante do ministro de Estado da Educação e Cultura, dr. Renato Soeiro, e de outras autoridades federais, estaduais e municipais, contou inclusive com a do sr. Jean Labbens, representante da UNESCO, técnicos de Educação, secretários de Educação, reitores de universidades, diretores de órgãos

públicos, etc., tendo sido abrilhantado com a colaboração efetiva de 187 museólogos e técnicos de entidades afins aos museus, podendo-se considerar altamente satisfatórios os resultados dos trabalhos que versaram sobre os seguintes temas: **1) *O Museu no mundo moderno*** – Expositor: Pietro Maria Bardi, do Museu de Arte Assis Chateaubriand, de S. Paulo. Na sua ausência foi o trabalho lido pelo sr. Fernando Barreto, seu assistente. Debatedores: prof. Solon Leontsinis, vice-presidente da Associação Brasileira de Museologistas, naturalista do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro e prof. da Universidade Gama Filho, da Guanabara, e Maria Elisa Carrazzoni, técnica de educação da secretaria geral do Ministério da Educação e Cultura. Moderador: prof. Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses, diretor do Museu de Arqueologia da Universidade de São Paulo. **2) *Museu e universidade*** – Expositor: prof. Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses. Debatedores: prof. José Lacerda de Araújo Feio, diretor do Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro e membro do Conselho Universitário, e comandante Léo Fonseca e Silva, diretor do Museu Histórico Nacional e presidente da Associação Brasileira de Museologistas. Moderador: prof. Gerardo Brito Raposo da Câmara, conselheiro da Associação Brasileira de Museologistas, substituto do diretor do Museu Imperial, conservador de Museu e chefe da Divisão da Monarquia Brasileira, do Museu Imperial. **3) *Museu e turismo*** – Expositor: prof. Vladimir Alves de Sousa, professor da Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Debatedores: prof.<sup>a</sup> Lúcia Bittencourt Marques de Oliveira, diretora da Divisão de Meios de Comunicação e Difusão Cultural da Secretaria de Educação do Estado da Bahia e coordenadora geral do V Congresso Nacional de Museus e dr. Germano Valente, ex-diretor de Turismo do Município de Petrópolis e sócio

honorário do Instituto Histórico de Petrópolis. Moderador: dr. Telmo Lauro Müller, diretor do Museu Visconde de São Leopoldo, Rio Grande do Sul, em substituição ao dr. Paulo J. P. Xavier.

Série de conferências do Curso D. Pedro II, promovido pelo Museu Imperial.

## 2.2 PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADES PROMOVIDAS POR OUTRAS ENTIDADES

### **1961**

Exposição do barroco no Brasil. Organizada pela Fundação Armando Álvares Penteado, em São Paulo.

### **1962**

Exposição de Alaúdes. Organizada pelo Museu dos Teatros do Rio de Janeiro.

### **1963**

Exposição de Fotografias Relativas ao Museu Imperial. Organizada pelo 5.º Congresso Luso-Brasileiro, em Coimbra – Portugal.

Província Fluminense no Arquivo do Museu Imperial; mapas e plantas do Rio de Janeiro, na Mapoteca do Museu Imperial e Contribuição à bibliografia fluminense, trabalhos apresentados pela Divisão de Documentação Histórica do Museu Imperial ao 1.º Congresso de História Fluminense, organizado pelo Instituto Histórico de Petrópolis.

### **1967**

Petrópolis e o Museu Imperial, conferência do prof. Gerardo Brito Raposo da Câmara pronunciada no Curso de Museus do Brasil, promovido pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo.

### **1968**

Exposição de Bibliografia Fluminense, por ocasião do I Colóquio de Estudos Fluminenses, organizado pelo Instituto Histórico de Petrópolis.

### **1970**

Exposições do Centenário da 1ª Representação da Ópera *O Guarani*: a primeira, organizada em Campinas (SP) pela Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Campinas; outra, no Rio de Janeiro, no Museu Histórico Nacional, organizada por essa repartição federal.

Exposição do 1º, 2º e 3º Sistemas Monetários Brasileiros e a Peça da Coroação. No Museu Imperial, organizada pelo Museu, Arquivo Histórico e Biblioteca do Banco do Brasil S/A, por ocasião do V Congresso Nacional de Museus.

Exposição Comemorativa do 148.º Aniversário da Independência do Brasil, em Brasília, no Banco do Brasil. Organizada pelo Museu, Arquivo Histórico e Biblioteca do Banco do Brasil, S/A.

## **2.3 CESSÃO DO AUDITÓRIO**

### **1960**

Conferências promovidas pelo Instituto Histórico de Petrópolis: *O Centenário de Afonso Celso*, pelo sr. José Kopke Fróis; *Memórias de um marinheiro francês que esteve no Brasil*, por Cláudio Ganns; *Alguns aspectos pitorescos e literários da história de Petrópolis*, pelo prof. Carlos Alberto Werneck e *Dom Pedro II*, pelo dr. Murilo Cabral Silva.

Conferências promovidas pela Academia Petropolitana de Letras: *Nova atitude crítica em face do estudo da literatura brasileira*, pelo prof. Afrânio Coutinho; *Gregório de Matos e sua época*, pelo prof. Sílvio Júlio; *O romance brasileiro nos últimos 30 anos*, pelo

prof. Francklin de Oliveira; *Casimiro de Abreu no centenário de sua morte*, pelo sr. Murilo Cabral Silva; *Ravel-Maître du Sortilège et de la Pudeur*, pelo prof. Jean Paul Couchoud; *Alberto de Oliveira – Reminiscências*, por Fócion Serpa; *Movimento Moderno do Brasil*, pelo prof. Alceu Amoroso Lima; *Médicos, medicina e literatura*, pelo dr. Jorge Ferreira Machado; *Jorge de Lima – O grande modernista*, pela prof.<sup>a</sup> Maria José de Trindade Negrão.

Conferências promovidas pela Academia Petropolitana de Ciências: *Astronomia*, pelo sr. Miécio A. S. Honkis, e *Antônio Cardoso Fontes*, pelo sr. Murilo Fontes.

Conferência promovida pelo Instituto Italiano de Cultura do Rio de Janeiro: *Aspetti della Narrativa Italiana Contemporanea*, pela prof.<sup>a</sup> Vanda Cianci.

Projeção de filmes educativos, promovida pela Faculdade de Filosofia da Universidade Católica de Petrópolis.

Centro Petropolitano de Estudos Cinematográficos, projeções de filmes escolhidos.

## 1961

Conferências promovidas pelo Instituto Histórico de Petrópolis: *Oswaldo Cruz*, por Fócion Serpa; *Brasil e Latinidade*, por Joaquim Ribeiro; *A estrada centenária*, pelo prof. Carlos Alberto Werneck; *Colonos alemães encontram sua nova pátria*, pelo sr. Gustavo Bauer; *A pátria dos colonos*, pelo prof. Hansheinz Keller; e *Dom Pedro II em Petrópolis*, pelo prof. Lourenço Luís Lacombe.

Conferências promovidas pela Academia Petropolitana de Letras: *A conquista do espaço*, pelo prof. Miécio Honkis; *Curiosidades da matemática*, pelo prof. Malba Tahan; ciclo de conferências sobre centenário de Said Ali; *Cruz e Souza e o simbolismo*, por Álvaro Moreira; *Manuel Antônio de Almeida e o Ro-*

*mance Brasileiro*, pelo sr. Carlos Maul, e *Filosofia dos colonos alemães*, promovida por um grupo de alemães.

Exposição de pintores petropolitanos, promovida pela Sociedade de Arte de Petrópolis.

Exposição de desenhos de Maria Cecília Gismondi.

Exposição dos Pintores Boêmios do Rio de Janeiro.

### **1962**

Exposição comemorativa do cinquentenário da morte do barão do Rio Branco, promovida pelo Instituto Histórico de Petrópolis.

Conferências promovidas pelo Instituto Histórico de Petrópolis: *Cinquentenário da morte do barão do Rio Branco*, por Levi Carneiro; *Parlamentarismo*, pelo presidente do Conselho de Ministros, deputado Tancredo Neves, por ocasião do aniversário de Petrópolis.

Conferência promovida pela Academia Petropolitana de Letras: *Origens do teatro grego*, pelo prof. Wilhelm Keller.

Cursos promovidos pela Academia Petropolitana de Ciências: curso de física nuclear e curso de eletrônica.

Sessões semanais de cinema promovidas pelo Centro Petropolitano de Estudos Cinematográficos.

### **1963**

Conferência promovido pela Sociedade Médica de Petrópolis: *Medicina emocional*, pelo prof. Mira y Lopez.

Conferências promovidas pelo Instituto Histórico de Petrópolis: *O paço municipal*, pelo sr. Gabriel Kopke Fróes; *Tricentenário dos Correios no Brasil*, pelo sr. Hamilton Sholl, e *Militares na história de Petrópolis*, pelo cel. Dácio Vassimon de Siqueira.

Sessões solenes de instalação e encerramento do I Congresso de História Fluminense, promovido pelo Instituto Histórico de Petrópolis.

Audição do Quarteto de Cordas da Rádio Ministério da Educação e Cultura; promoção do I Congresso de História Fluminense.

Conferência promovida pela Academia Petropolitana de Letras: *Influência da Literatura na Civilização*, pelo dr. Godofredo Tinoco.

Conferência promovida pela Câmara Júnior de Petrópolis: *Nilo Peçanha e vultos republicanos fluminenses*, pelo deputado Brígido Tinoco.

Sessões cinematográficas promovidas pelo Centro Petropolitano de Estudos Cinematográficos.

## **1964**

Conferências promovidas pelo Instituto Histórico de Petrópolis: *A fundação de Petrópolis*, pelo dr. Paulo Machado Costa e Silva; *A pátria dos colonos através da história*, pelo sr. Gustavo Bauer; *Quadragésimo aniversário do Batalhão Dom Pedro II*, pelo cel. Antônio Ferreira Marques; *José Tomás da Porciúncula*, pelo deputado Dail de Almeida; *Centenário da chegada a Petrópolis das Irmãs de Caridade*, pelo prof. Ivo Werneck; *Dom Pedro II*, pelo dr. Carlos Alberto Werneck, e *Centenário de Azevedo Sodré*, pelo prof. Roldão Pires Brandão.

Conferências promovidas pela Academia Petropolitana de Letras: *Aspecto polêmico da vida e obra de Coelho Neto*, pelo dr. Pedro Calmon; *Aspectos evolutivos da literatura brasileira*, pelo sr. Agripino Grieco.

Conferência promovida pela Associação Petropolitana de Estudantes: *A arqueologia e a pré-história brasileira*, pelo prof. Roldão Pires Brandão.

Concerto do violonista Fernando Lebeis, promovido pela Cultura Artística de Petrópolis.

Conferência promovida pela Sociedade Médica de Petrópolis: *Aspectos médico-sociais da atualidade brasileira*, pelo prof. Clementino Fraga Filho.

### **1965**

Conferências promovidas pelo Instituto Histórico de Petrópolis: *Rio Branco*, pelo deputado Raimundo Padilha; *IV Centenário do Rio de Janeiro*, pelo prof. Flexa Ribeiro; *Epitácio Pessoa*, pelo deputado Carlos Alberto Werneck; *Psicologia do emigrante*, pela prof<sup>a</sup> Mercedes Marchant; *Aspectos históricos e pitorescos do Paço de São Cristóvão*, pelo dr. José Lacerda de Araújo Feio; *Elevação de Petrópolis à categoria de cidade*, pelo dr. Paulo Gomes da Silva, e *Fardamentos militares ao tempo de dom Pedro II*, pelo gen. Francisco Paula e Azevedo Pondé.

Conferências promovidas pela Academia Petropolitana de Letras: *Raul Pompéia*, pelo prof. Artur de Almeida Torres; *Augusto dos Anjos – O poeta incompreendido*, pelo prof. Carlos Alberto Werneck; *Poetas fluminenses*, pelo dr. Togo de Barros e *Problemas da educação no estado do Rio de Janeiro*, pelo dr. Paulo Pfeil.

Conferências promovidas pelo Instituto de Cultura Italiana do Rio de Janeiro: *Gênese e significação da Divina Comédia*, pelo prof. Fernando Capecchi, adido cultural da Itália, e *Giorgi Morandi*, pelo prof. Carlo Caroli.

### **1966**

Conferências promovidas pelo Instituto Histórico de Petrópolis: *Paulo Barbosa e a fundação de Petrópolis*, pelo prof. Lourenço Luís Lacombe; *Presença de Euclides da Cunha*, pelo dr. Elmano Cardim; *Quem matou Koeler*, pelo sr. Gabriel Kopke Fróes; *Amaro Emílio da Veiga*, pelo cel. Dácio Vassimon de Siqueira.

Conferência promovida pela Academia Petropolitana de Letras: *Três poetas centenários – Leôncio Correia, Raimundo Correia e Vicente de Carvalho*, pelo sr. José Kopke Fróes.

Conferência promovida pela delegacia regional do trabalho: *Estabilidade, fundo de garantia por tempo de serviço*, pelo deputado Raimundo Padilha.

Curso de especialização de administradores escolares do Instituto de Educação Presidente Kennedy.

Curso Varnhagen. Promovido pela Universidade Católica de Petrópolis e Instituto Histórico de Petrópolis. Comemoração do sesquicentenário do nascimento do visconde de Porto Seguro.

Curso de Especialização de Língua Portuguesa, promovido pelo Instituto de Educação Presidente Kennedy.

## **1967**

Conferências promovidas pelo Instituto Histórico de Petrópolis: *Tradição rural de Petrópolis*, pelo sr. Gabriel Kopke Fróes; *Caminhos para Minas*, por Enéas Martins Filho.

Curso de psicodinâmica da criança, patrocinado pelo Instituto Carlos Alberto Werneck, ministrado pela prof.<sup>a</sup> Elena Gonzalez Ruiz.

Sessão comemorativa dos 60 anos da Revista Vozes, patrocinada pela Academia Petropolitana de Letras.

Exposição de ícones, da artista Kira-Brecour.

## **1968**

Conferências promovidas pelo Instituto Histórico de Petrópolis: *Centenário da morte do conselheiro Paulo Barbosa*, pelo prof. Américo Jacobina Lacombe; *V Centenário do nascimento de Pedro Álvares Cabral*, série de conferências, por ocasião do Colóquio Cabralino.

Entrega de certificados pelo exmo. sr. presidente da República, marechal Artur da Costa e Silva, a alunos que concluíram o curso de diplomata, do Instituto Rio Branco.

Conferências promovidas pela Academia Petropolitana de Letras: *O poeta português Fernando Pessoa*, pela prof<sup>a</sup> Teresinha Fernandes Barbosa; *Evolução histórica dos direitos do homem*, pelo prof. Austregésilo de Ataíde; *Sincretismo e convergência religiosa dos povos africanos*, pelo prof. José Redinha e recital de declamação de Maria Germana Tânger, *A poesia moderna portuguesa*.

Cursos promovidos pela Academia Petropolitana de Letras: Jornalismo e História da arte.

Exposições de Pintura contemporânea: 1<sup>a</sup> mostra – Trabalhos de Victor Brumlick; 2<sup>a</sup> mostra – Trabalhos de Di Cavalcanti, Guima, Djanira, Inimá, Sílvia, José Maria, Heitor dos Prazeres, Paiva Brasil, Marcier e Loty Oswald; 3<sup>a</sup> mostra – Trabalhos de Fernando Duval.

## **1969**

Conferências promovidas pelo Instituto Histórico de Petrópolis: *Centenário da morte do botânico Carl F. Ph. von Martius*, pelos professores Mário Barata e dr. Rodolfo A. Freudenfeld; *Aureliano Coutinho*, pelo alm. Washington Perry de Almeida; *Bárbara Heliodora*, pela prof.<sup>a</sup> Talita de Oliveira Casadei; *O plano de Koeler*, pelo dr. Guilherme Pedro Eppinghaus e *Elevação de Petrópolis a cidade*, pelo prof. Joaquim Elói Duarte dos Santos.

*O homem do princípio ao fim*, peça de Millôr Fernandes, representada pelos membros da Associação de Cultura “O Caleidoscópio”, promovida a representação pela Secretaria da Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Petrópolis.

Conferências e cursos promovidos pela Academia Petropolitana de Letras: *Comunidade luso-brasileiro*, pelo prof. Manuel Tânger, adido cultural de Portugal; *Alcindo Guanabara*, pelo dr. Rubens Falcão; *Os poetas petropolitanos mortos*, pelo dr. Mário Fonseca e *Os poetas petropolitanos vivos*, pelo prof. Alcindo Roberto Gomes. Cursos – Relações Públicas e Romance e Contos de Machado de Assis.

Concertos: Ciclo de Haydn, pelo Quarteto de Cordas da Guanabara, promovido pela Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Petrópolis e o conjunto de música antiga do Ministério da Educação e Cultura.

Exposição: Centenário Cívico de Rui Barbosa, promovida pela Casa de Rui Barbosa e Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Petrópolis.

## **1970**

Conferência promovida pelo Instituto Histórico de Petrópolis: *O porto da Estrela*, pelo general Francisco de Paula e Azevedo Pondé.

Conferências promovidas pela Academia Petropolitana de Letras: *Embratel – projetos e realizações*; ciclo de conferências de literatura portuguesa e teatro de Machiavelli, pelo prof. Guido Galtieri e Raul de Leoni, pelo jornalista Pedro Nunes.

Curso de arte oriental, pela prof.<sup>a</sup> Míriam Teresinha.

Concertos promovidos pela Sociedade Artística Vila Lobos: dos guitarristas Sérgio e Eduardo de Abreu; do trio constituído pela pianista Vera Astrakan, a flautista Odete Ernest Dias e a oboista, Ludmila Zejova e a audição do violinista Oscar Borgerth.

I Concurso de Piano de Petrópolis, promovido pela ABRARTE e Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Petrópolis e as conferências: A literatura paraguaia, pelo dr. Oscar Barrios Arce, cônsul geral do Paraguai e Camões, pelo dr. Carlos Alberto Werneck.

## 2.4 PUBLICAÇÕES

### **1960**

Foi iniciada a expedição e distribuição de dois números do Anuário do Museu Imperial, respectivamente dos anos de 1955 e 1956.

### **1967**

Guia do Museu Imperial – Prospecto, ilustrado, em 5 línguas, destinado aos visitantes.

### **1968**

Guia do Museu Imperial – Prospecto destinado aos visitantes.

### **1970**

Foi iniciada a expedição e distribuição dos volumes XIX e XX do Anuário do Museu Imperial relativos aos anos de 1958 e 1959.

## 2.5 PESQUISADORES NO ARQUIVO HISTÓRICO

### **1966**

HANN, John Henry, prof. – Universidade do Texas – Tese de doutorado: A política exterior do Brasil para com as nações da Bacia do Prata, 1808-1875; sua evolução e implicações políticas e econômicas.

PETERSON, John D., prof. – Universidade da Califórnia – Tese de doutorado: Eduardo Prado, o movimento monarquista e a Primeira República, 1889-1920.

CONRAD, Robert, prof. – Universidade de Colúmbia – Tese de doutorado: A escravidão e a abolição no Brasil.

FEIO, José Lacerda de Araújo, dr. – naturalista do Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro: O Paço e a Quinta Imperial de São Cristóvão.

### **1967**

FERREIRA, Margarita Britez, prof. – Licenciada em História pela Universidade de Assunção, Paraguai – Tese de doutorado: As pretensões de dona Carlota Joaquina à regência das colônias espanholas na América do Sul e suas implicações em relação ao Paraguai.

GORDON, Eric, prof. – Universidade de Tulane – Tese de doutorado: O teatro no Rio de Janeiro, 1851-1852.

### **1968**

SCHULTZ, John H., prof. – Universidade de Princeton – Tese de doutorado: História do exército brasileiro no Império.

BAIRD, Rebeca, prof. – Universidade de Stanford – Tese de doutorado: Movimento para abolição da escravidão no Brasil.

COLSON, R. F., prof. – Universidade de Princeton – Tese de doutorado: Uma análise da representação parlamentar no Brasil, 1880-1910.

WYATT, Sharon, prof. – Universidade da Flórida – Tese de doutorado: Dona Carlota Joaquina e suas pretensões à regência das colônias do Prata.

### **1969**

BARMAN, Roderick James, prof. – Universidade da Califórnia – Tese de doutorado: A estrutura político-social do Brasil, 1850-1860.

BAUSS, Rudolph W., prof. Ph. D. pela Universidade de Tulane – O desenvolvimento do Rio de Janeiro no período 1763-1808.

BERNSTEIN, Harry, prof. – Universidade de New York – Biografia de d. Pedro II.

BETHELL, Leslie Michael, prof. Ph. D. pela Universidade de Londres, Lecturer de história do Brasil no University College of London – Pesquisas para elaboração de dois livros: um, sobre a abolição da escravidão no Brasil; outro, sobre a Grã-Bretanha e a Independência do Brasil.

CASADEI, Talita Oliveira, prof.<sup>a</sup> – Licenciada em Geografia e História pela Faculdade Nacional de Filosofia – Pesquisa sobre fatos e vultos da história fluminense.

DUDLEY, William S., prof.-- Universidade de Columbia – Tese de doutorado: A política e o exército brasileiro, de 1888 a 1889.

FILLER, Victor Morris, prof. – Universidade de Stanford – Tese de doutorado: A revolução liberal de 1842.

LEITMAN, Spencer L., prof. – Universidade do Texas – Tese de doutorado: A revolução farroupilha.

TOPLIN, Robert, prof. – Ph. D. pela Rutgers University – Pesquisa para elaboração de livro sobre a abolição da escravidão no Brasil.

## **1970**

CLAYTON, Arnold B., prof. – Universidade de Columbia – Tese de doutorado: Tomás Antônio de Vila-Nova Portugal e a administração joanina.

DALL'ALBA, João Leonir, padre – Segundo anista do Curso de Letras, da Faculdade Anchieta de São Paulo – Pesquisa sobre a colônia Grão-Pará, para elaboração de um livro de história da região de Orléans, Santa Catarina.

EVANSON, Philip, prof. – Ph. D. pela Universidade de Virgínia – Pesquisa para fins de elaboração de um livro sobre o Partido Liberal, no período de 1870-1889.

### 3. ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

#### **1960**

Término das obras na ala direita do Palácio, sob a responsabilidade da Divisão de Obras do Ministério da Educação e Cultura, reabrindo-se as exposições nas salas então recuperadas.

#### **1962**

Inauguração da Casa de Cláudio de Sousa, dependência do Museu Imperial, graças ao legado feito pela viúva do conhecido teatrólogo, sendo então destinada a exposições de música e teatro brasileiros.

#### **1963**

Suspensa a visitação no andar superior do Palácio, por recomendação da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em vista da necessidade de obras indispensáveis à sua segurança.

#### **1964**

O Museu Imperial solicita ao exmo. sr. ministro de Estado da Educação e Cultura, autorização para construir um prédio anexo, destinado à instalação de seus serviços administrativos e técnicos, casa-forte, sala de reserva para material histórico, etc.

#### **1966**

Contrato entre a Divisão de Obras do Ministério da Educação e Cultura, e a firma Sergen – Serviços Gerais de Engenharia S/A, para realização das obras de reparos no andar superior do Palácio Imperial.

**1967**

Reabertura do pavimento superior do Palácio que se achava fechado para obras.

Obras de reparos diversos (pintura externa, substituição de vidraças, de aparelhagem elétrica, de piso e forro, etc.) nos edifícios anexos em que funcionam a Divisão de Documentação Histórica e as Salas do Soldado, Viaturas e Cidade de Petrópolis, bem como recuperação parcial do sistema de águas pluviais do parque.

Início da construção de um edifício anexo, destinado à instalação dos setores administrativos, técnicos, culturais, educativos do Museu Imperial.

Convênio do Ministério da Educação e Cultura, através do Museu Imperial, com o Conselho Federal de Cultura para as seguintes obras:

- a) recuperação do Palácio Imperial, tendo sido restauradas seis salas;
- b) recuperação da rede elétrica do Palácio.





8 de dezembro de 1961. Visita do diretor geral da UNESCO, René Maheu



7 de março de 1962. Visita do presidente do Conselho de Ministro,  
dep. Tancredo Neves



1966. Exposição comemorativa do sesquicentenário da Missão Artística Francesa



1966. Visita de monges budistas



13 de maio de 1967. Inauguração da exposição comemorativa do bicentenário do rei d. João VI



16 de outubro de 1967. O prof. Lourenço Luís Lacombe assume as funções de diretor do Museu.



16 de março de 1968. Homenagem junto à herma de Alcindo Sodré, primeiro diretor do Museu, por ocasião do jubileu de prata de inauguração da instituição.



16 de março de 1968. Sessão solene comemorativa do jubileu de prata do Museu sob a presidência do representante do sr. ministro da Educação e Cultura.



1 de abril de 1969. O presidente do Conselho Federal de Cultura, prof. Artur César Ferreira Reis, preside a aula inaugural do Segundo Curso de Técnica de Pesquisa.



16 de abril de 1969. O ministro de Estado da Educação e Cultura, dep. Tarso Dutra, percorre as salas do Museu.



16 de abril de 1969. O ministro da Educação e Cultura momentos antes de assinar o livro de visitantes.



23 de agosto de 1969. O presidente do Conselho Federal de Cultura, prof. Artur César Ferreira Reis, inaugura a exposição de fotografias do álbum de Rugendas.



7 de setembro de 1969. O príncipe d. Pedro Gastão e o comandante do Batalhão D. Pedro II, cel. Amauri da Rocha Vercilo, na inauguração da tela de d. Pedro I.



29 de novembro de 1969. Assinatura do convênio proposto ao Museu Imperial pelo Instituto Histórico de Petrópolis e no qual participam, ainda, a Prefeitura Municipal e a Universidade Católica de Petrópolis.



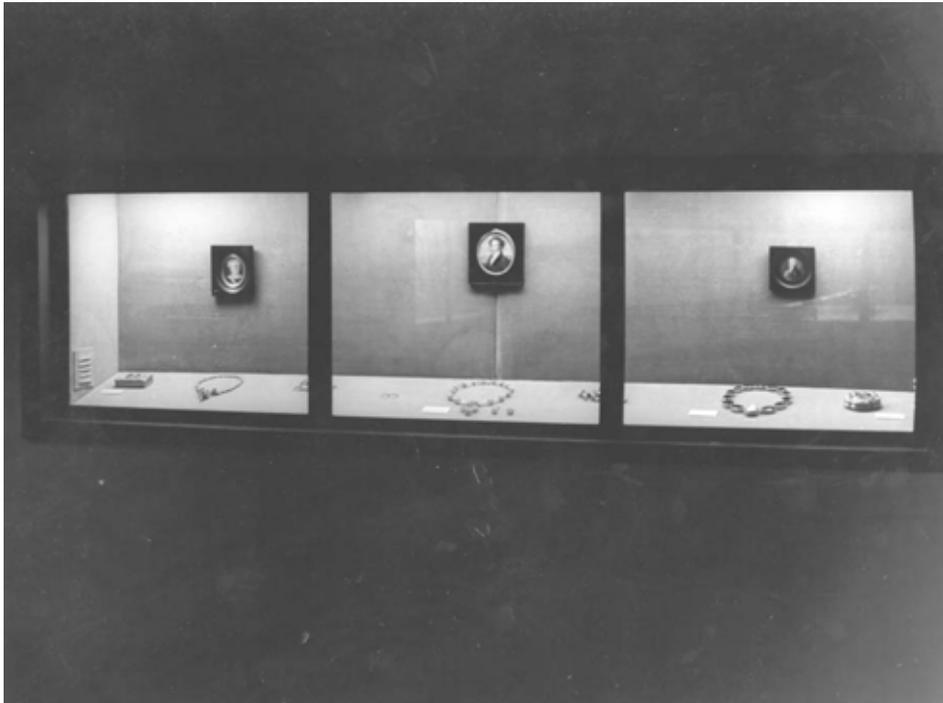
29 de março de 1970. O embaixador Raimundo Souza Dantas, representante do ministro da Educação e Cultura, visita a exposição de vestes imperiais, durante as comemorações do 30º aniversário de criação do Museu Imperial.



29 de março de 1970. Inauguração da exposição retrospectiva do 30º aniversário do Museu pelo embaixador Sousa Dantas.



29 de março de 1970. Concerto pela Orquestra de Cordas da Rádio MEC, no auditório do Museu, encerrando as comemorações do 30º aniversário da instituição.

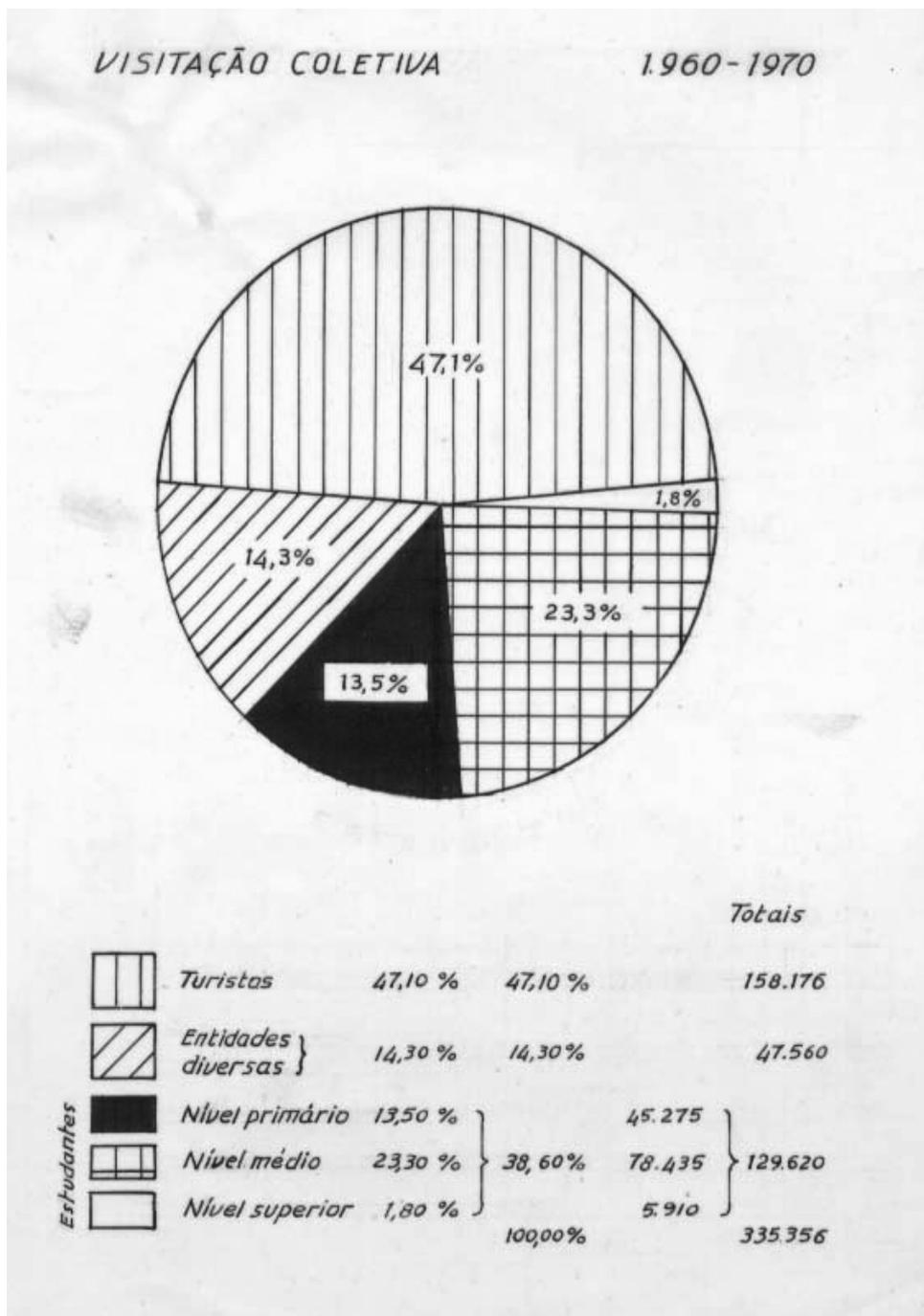


Julho de 1970. Exposição organizada para o V Congresso Nacional de Museus.



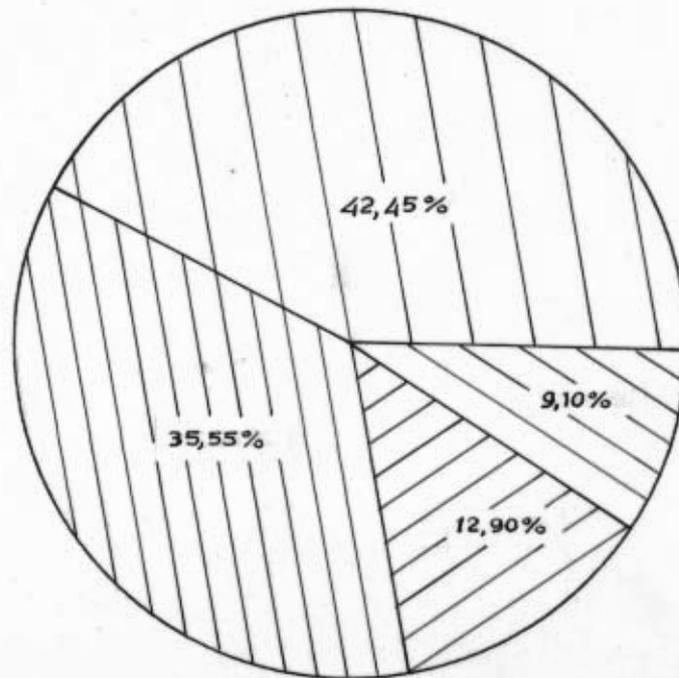
5 de julho de 1970. Mesa que presidiu a sessão solene de abertura do V Congresso Nacional de Museus.

#### 4. VISITAÇÃO



VISITAÇÃO GERAL

1.960-1.970



			<i>Totais</i>
	<i>Mulheres</i>	42,45%	1.098.749
	<i>Homens</i>	35,55%	921.395
	<i>Visitação } coletiva</i>	12,90%	335.356
	<i>Crianças</i>	9,10%	235.950
		100,00%	2.591.450